

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO MÉDIO NORTE GOIANO: A FEIRA COMO  
ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DO PEQUENO PRODUTOR RURAL**

VÂNIA LÚCIA MACHADO

**Goiânia  
2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



*VÂNIA LÚCIA MACHADO*

**MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO MÉDIO NORTE GOIANO:  
A FEIRA COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA  
DO PEQUENO PRODUTOR RURAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de doutora em Educação.

**Linha de Pesquisa:** Educação, Trabalho e Movimentos Sociais.

**Orientador:** Professor Dr. Jadir de Moraes Pessoa.

**Goiânia  
2014**

### **Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)**

Machado, Vânia Lúcia.

M149m Modernização agrícola no médio norte goiano [manuscrito] : a feira como estratégias de sobrevivência do pequeno produtor rural / Vânia Lúcia Machado. – 2014.

204 f. : 30 cm.

“Orientador: Prof. Dr. Jadir de MoraesPessoa”.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Educação, 2014.

Inclui referências bibliográficas.

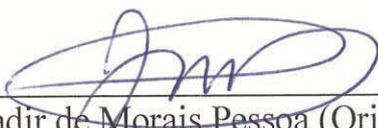
1. Modernização agrícola. 2. Habitus. 3. Etnomatemática. I. Título.

CDU 631.1.07(043)

# VÂNIA LÚCIA MACHADO

## **Modernização agrícola no médio norte goiano: a feira como estratégia de sobrevivência do pequeno produtor rural**

Tese defendida no Curso de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Doutora, aprovada em 27 de março de 2014, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



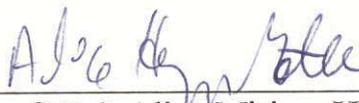
---

Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa (Orientador) – UFG  
Presidente da Banca



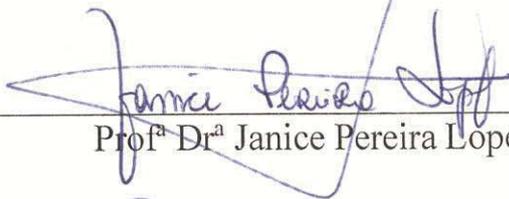
---

Prof. Dr. José Adelson da Cruz – UFG



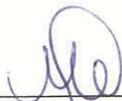
---

Profª Drª Alice Miriam Happ Botler – UFPE



---

Profª Drª Janice Pereira Lopes – UFG



---

Profª Drª Micheline Madureira Lage – IFG

*A minha mãe, Geralda E. Machado (in memoriam),  
que tanto me ensinou e por ter sonhado comigo esse  
doutorado.*

*Aos meus filhos, Mariana, Lucas e Gabriela, que me  
educam na permanente novidade do mundo e  
revigoram minha alegria de viver.*

*Fernando Corso, companheiro que caminha comigo  
em todos os meus projetos com sua incondicional  
cumplicidade.*

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Prof. Jadir de Moraes Pessoa, amigo, pesquisador e folião, meu agradecimento por ter acreditado neste projeto e me proporcionado viver esta grande experiência intelectual. Seu incentivo e orientação criteriosa levaram-me a superar limites teóricos e práticos. Meu respeito e admiração.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), pela participação na minha formação e pelo trabalho que realizam. Em especial, ao professor José Adelson, por suas contribuições e indicações de leituras.

Aos colegas de curso e aos amigos que caminharam comigo nesse sonho.

Aos professores, Janice P. Lopes, Alice Miriam Happ Botler, José Maria Baldino, José Adelson da Cruz, membros da banca de defesa, pela leitura, debate e contribuições altamente qualificados.

Aos colegas do Instituto de Matemática e Estatística, em especial a José Pedro, Janice, Maria Bethânia, Elizabeth, Rogério, Wellington e Jaqueline, pelo apoio, amizade e cumplicidade.

Ao amigo querido, Divino, que me acompanhou nas andanças, nos casos nas histórias de vida e trabalho dos pequenos produtores rurais.

Aos pequenos produtores rurais da região de Ceres, por me terem recebido com tanto carinho e aceitarem participar desta pesquisa.

Compartilho este momento com meus irmãos, tão amados, que sempre acreditaram em mim e me deram força para seguir em frente.

E, por fim, a todos os que direta ou indiretamente auxiliaram-me nesta empreitada.

## Lista de Siglas

CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEFETS	Centro Federal de Educação Tecnológica
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPC	Centro Popular de Cultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EAFCe	Escola Agrotécnica Federal de Ceres
EMATER	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FPR	Formação Profissional Rural
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFG/Ceres	Instituto Federal Goiano-Campus Ceres
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MASTER	Movimento Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul
MEB	Movimento de Educação Popular
MCP	Movimento Camponês Popular
PLANALSUCAR	Programa Nacional de Melhoramento da Cana-De-Açúcar
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSF	Programa Saúde da Família
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste
RNB	Renda Nacional Bruta
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## Resumo

MACHADO, Vânia Lúcia. *Modernização agrícola no Médio Norte goiano: a feira como estratégia de sobrevivência do pequeno produtor rural*. 2014. 204 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

A Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, por meio do Programa de Pós-graduação em Educação, na linha de pesquisa *Movimentos Sociais, Trabalho e Educação* possibilitou a realização desta pesquisa, com o objetivo de investigar o processo de modernização agrícola no Médio Norte Goiano, na cidade de Ceres-GO, que tem na Feira do Produtor a estratégia de sobrevivência do pequeno produtor rural. A tese explicita a forma pela qual os agentes formadores contribuíram para o processo de modernização agrícola e investiga o modo como os pequenos produtores lidam com a feira, bem como os conhecimentos que utilizam, principalmente os matemáticos, que lhes permitiram desempenhar o papel de comerciantes. O método utilizado foi qualitativo e o referencial de análise utilizado foi a Teoria da Prática de Pierre Bourdieu, especialmente mediante as categorias *habitus* e *campo*. Os resultados apontam a formação de novos *habitus* na tentativa de se adequarem ao modelo determinado pela modernização, a partir da necessidade de se manterem no espaço rural. Verifica-se pouca preocupação com a contabilidade dos negócios e a utilização de medidas criativas para darem conta dos diversos desafios impostos pela modernização agrícola.

**Palavras-chave:** Modernização agrícola. *Campo*. *Habitus*. Etnomatemática

## Abstract

MACHADO, Vânia Lúcia. *Agricultural Modernization Process in Eastern North of the State of Goiás-Brazil: the Fair Producer as a survival strategy of the small farmer*. 2014. 204 sheets. Thesis (Doctorate in Education) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brazil, 2014.

The Universidade Federal de Goiás - Education College, through Post Degree Education Program, in the field of Social Movements, Education and Labor enabled this research, with the aim of investigating the agricultural modernization process in Eastern North, state of Goiás, in Ceres-GO, which has in the Fair Producer, the survival strategy of the small farmer. The thesis explains how the farmers contributed to the process of agricultural modernization and investigates the way that small producers deal with the fair, as well as knowledge they use, especially mathematics, who allowed them to play the role of traders. It was used the qualitative method and analysis reference was the Theory of Practice by Pierre Bourdieu, especially *habitus* and field categories. The results show new habitus formation in an attempt to fit the model established by modernization, from the need to remain in rural areas. It is noticed that they almost don't worry about business accounting and about using creative steps in order to realize the several challenges posed by agricultural modernization.

**Keywords:** Agricultural Modernization. *Habitus*, Ethno mathematics.

## Sumário

	p.
<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo I - Modernização da agricultura no médio norte goiano</b> .....	28
1.1 O moderno .....	30
1.2 A modernização agrícola .....	35
1.3 Condicionantes da modernização agrícola.....	41
1.4 Modernização da agricultura em Goiás e no Médio Norte goiano.....	43
1.5 Colônia Agrícola Nacional de Goiás - nasce Ceres.....	50
1.5.1 Pequenas propriedades ameaçadas - a desarticulação da Cang .....	54
1.6 O novo padrão agrícola na região .....	58
1.7 Os plantadores de cana, as usinas e a relação com o pequeno produtor.....	62
<b>Capítulo II - Mudanças condicionadas pela modernização agrícola</b> .....	66
2.1 O <i>campo</i> da modernização agrícola e seus agentes .....	74
2.1.1 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (Emater) .....	80
2.1.2 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres (STR) .....	83
2.1.3 Instituto Federal Goiano/Câmpus de Ceres .....	87
2.1.4 Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) .....	90
2.1.5 Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do município de Ceres .....	93
2.1.6 Máquinas Agrícolas Ltda. (Magril).....	96
2.1.7 Casa do Agricultor .....	99
2.2 As disputas no <i>campo</i> da modernização agrícola: o lugar que o pequeno produtor ocupa nesse espaço .....	103
2.2.1 O lugar do pequeno produtor no <i>campo</i> da modernização agrícola.....	105
2.3 As relações entre as culturas urbana e rural na modernização agrícola.....	114
<b>Capítulo III - Plantar, colher, processar, vender, sobreviver</b> .....	122
3.1 A feira do produtor no município de Ceres - histórico e objetivos .....	123

3.2 A feira na economia do pequeno produtor rural .....	135
3.3 Práticas educativas no <i>campo</i> da pequena produção .....	148
3.4. Estratégias educativas dos agentes formadores .....	152
3.5 Função social da educação.....	165
3.6. Caminhos da etnomatemática: desafios sobre o cultural, o social e o político na educação matemática .....	173
3.6.1. Etnomatemática e a prática de pequenos produtores rurais .....	177
3.7 Análises do conhecimento matemático e contábil na produção e comercialização na feira do produtor .....	181
<b>Considerações finais</b> .....	191
<b>Referências</b> .....	198

## INTRODUÇÃO

*“Não sei se fui claro, não foste, mas não tem importância, claridade e obscuridade são a mesma sombra e a mesma luz, o escuro é claro, o claro é escuro, e quanto a alguém ser capaz de dizer de facto e exactamente o que sente ou pensa, imploro-te que não acredites, não é porque não se queira, é porque não se pode.” (José Saramago, A jangada de Pedra).*

Nas últimas décadas, o mundo rural tem passado por grandes transformações. As mudanças ocorridas na economia, nas relações de trabalho, na forma e jeito de lidar com outras culturas, outras realidades, o avanço da ciência e das tecnologias redefiniram também uma nova geografia social, política e cultural. Nesse novo contexto o pequeno produtor rural, antes quase invisível, aparece com responsabilidades e demandas específicas. Pensava-se que a pequena agricultura fosse desaparecer frente às transformações impostas pelo capital; através de um grande esforço de sobrevivência, porém, desempenha hoje importante papel na qualidade de vida das populações urbanas.

O tema desta pesquisa, modernização agrícola e estratégia de sobrevivência do pequeno produtor rural, está diretamente ligado a minha vivência no interior de Goiás na década de 1970, período em que os trabalhadores rurais e urbanos do Brasil sofreram as duras consequências de uma política econômica de exclusão social, estabelecida por um regime militar autoritário.

A política agrária vigente favorecia a concentração de terras nas mãos dos latifundiários e dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais da época. A realidade era uma só: de um lado ricos cada vez mais ricos e, do outro, pobres cada vez mais pobres.

Em meio a essa realidade, década de 1970, jovens de todo o país, vestidos da rebeldia natural da idade e descontentes com o regime, juntaram-se aos trabalhadores nos diversos cantos em busca de respostas que transformassem essa realidade.

Numa conjuntura de falta total de liberdades políticas, a igreja católica teve papel fundamental, sobretudo na luta pela Reforma Agrária, de modo particular a Diocese de Goiás, sob a direção de Dom Tomaz Balduino.

Esta história foi protagonizada por ceresinos<sup>1</sup> e migrantes que chegaram à região de Ceres à procura de um pedaço de terra para plantar. Na década de 1940, a região do Vale de São Patrício e, particularmente, o município de Ceres, sediaram a primeira Colônia Agrícola Nacional (Cang), concebida pelo governo Vargas. Porém, grande parte dos colonos perdeu suas terras por falta de incentivos adequados do governo e pela pressão dos latifundiários. Na década de 1970 a cidade começava, visivelmente, a inchar e a roça a esvaziar-se. O êxodo rural ocorria em todo país.

Alguns jovens de Ceres, estimulados e apoiados pela Diocese de Goiás, iniciaram um trabalho de pesquisa e a formação de um grupo de teatro popular. Eu estava entre esses jovens que, insatisfeitos, foram à procura de respostas que os capacitassem a dar voz ao clamor contido de quem sofria na carne as desigualdades sociais. A questão agrária era o foco principal.

Orientados por uma equipe multiprofissional do Hospital São Pio X<sup>2</sup>, comprometido desde então com a saúde pública, esses jovens saíram à procura dos verdadeiros protagonistas dessa história: os lavradores. Esse trabalho resultou na peça “Terra sem Lavrador”, que retratava a vida de produtores de subsistência, que, em decorrência do processo de modernização agrícola, passaram a comercializar seus produtos com os atacadistas de cereais do município de Ceres. Retratava a fala daqueles “que derramaram suor e sangue nas terras da antiga Colônia Agrícola Nacional de Goiás e que têm seus nomes apagados da história que se conta, onde se ressalta se o progresso da Ceres de hoje”. Extraído da introdução da peça “Terra sem Lavrador”. Texto em homenagem aos 30 anos do grupo.

Essa experiência de dois anos com o grupo e a militância em educação e saúde popular contribuíram para a definição de minhas escolhas profissionais e políticas.

Hoje posso dizer que minha história de vida foi permeada e enriquecida pela convivência com pessoas que me possibilitaram romper os limites impostos pela

---

<sup>1</sup> Nome dado às pessoas que nascem no município de Ceres.

<sup>2</sup> No começo dos anos 1950 foi concluída a construção do Hospital da Colônia (Cang). Após a emancipação, como a prefeitura não aceitou encarregar-se de sua manutenção, alegando falta de recursos, o hospital foi oferecido à Prelazia de Santana da Ilha do Bananal – hoje Diocese de Goiás. O bispo de então, Dom Cândido Bento Maria Penso, aceitou a responsabilidade, mudando seu nome para Hospital São Pio X. A direção ficou a cargo das Irmãs Dominicanas do Rosário, que já se dedicavam às atividades de enfermagem. Hoje (2013), o hospital ainda é dirigido pela Diocese de Goiás e mantido por convenio com o SUS e Prefeitura Municipal de Ceres. (PESSOA, 1999).

cultura dominante de uma cidade do interior de Goiás e desenvolver uma visão crítica da sociedade em que vivia.

Esse olhar é fruto, também, de minha origem, pois nasci em um lugar que não se difere muito da zona rural. Meu divertimento era a visita a parentes e amigos na roça. Foi seguindo os caminhos da cidade e da roça que meu processo educativo foi se construindo. Muito aprendi!

Minha história talvez justifique parte de minhas escolhas, e, dentre elas, a de ser professora leiga<sup>3</sup> de Matemática, e, atualmente professora em curso de formação de professores de matemática.

Os desafios postos em minha trajetória, em particular aqueles que surgiram no papel de orientadora do estágio na licenciatura e na especialização, têm-me mobilizado intelectualmente e me estimularam a pesquisar para então repensar e reinventar minhas próprias formulações sobre educação e os conhecimentos matemáticos.

Foi na busca do aprofundamento na pesquisa em educação matemática, tendo a oportunidade de fazê-lo no cotidiano dos pequenos produtores rurais, que me inscrevi na seleção do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação na Universidade Federal de Goiás. A linha de pesquisa escolhida foi Educação, Trabalho e Movimentos Sociais. Fui aprovada e tive a oportunidade de ser orientanda do professor Jadir. Ao longo de sua história acadêmica, meu orientador não só pesquisou trabalhadores rurais, como também tem uma rica pesquisa na região de Ceres. Este fato nos aproximou, já que eu falava de lugares, pessoas e costumes, que meu orientador conhecia muito bem. Um diálogo que contribuiu para o amadurecimento pessoal e, sobretudo, o amadurecimento do objeto de estudo.

O objeto de estudo foi adquirindo nova roupagem com o desenvolver das disciplinas do programa da pós-graduação, nos encontros, nos eventos universitários ligados à pesquisa, nas orientações coletivas e nas conversas com meu orientador. A partir do estudo de um viveiro de plantas nativas do cerrado em um assentamento de trabalhadores rurais, passando pelas associações de pequenos produtores rurais de Ceres, do contato com as famílias, pessoas da roça e

---

<sup>3</sup> Leigo aqui, no sentido de não ser habilitada em Matemática, ou seja, não ter uma formação específica na área e, mesmo assim, exercer a função de professor.

localidades, o objeto de pesquisa vislumbrou-se na feira do produtor. Não a feira isolada, mas o eixo central da argumentação voltado para as mudanças sociais e econômicas determinadas pelo processo de modernização.

A feira não foi algo pré-estabelecido, determinado a priori. Impôs-se nas visitas e entrevistas quando da busca por estratégias de sobrevivência do pequeno produtor rural. A feira surge como local privilegiado para análise da compra, venda e permutas, além de seu profundo significado para a relação interpessoal. Tornou-se o principal espaço a ser observado neste estudo. Não descartei, porém, a propriedade rural e as atividades ali desenvolvidas, tais como o plantio da roça, a horta, o leite, a produção do queijo, do requeijão ou do doce. Ambos os espaços, portanto, se constituíram no objeto de investigação por serem relevantes do ponto de vista, econômico/comercial, social e pedagógico. Assim, em sucessivas observações e reflexões, surge o objeto reconstituído, repensado, amadurecido.

O processo de construção do objeto de pesquisa não é, como disse Bourdieu (2010), algo que aconteceu em uma única sentada.

É um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas. (p. 27)

Bourdieu (2010) destaca a importância da construção do objeto; no entanto, sua importância não garante a importância do estudo. Para a construção do objeto deve-se formar um quadro de caracteres próprio de um conjunto de agentes ou instituições. Pensar o real nas relações. Ou seja, uma realidade pensada em termos das relações que estabelece. O real é racionalizado como atualização de uma teoria. “Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo.” (p. 31).

Pesquisar é coisa muito séria para se confundir rigidez, o contrário de inteligência e invenção, com rigor e se privar dos vários recursos oferecidos por outras áreas do conhecimento. Portanto, o pesquisador deve prestar atenção ao inesperado, ao insólito e quebrar as relações aparentes, familiares. O trabalho científico não é uma operação linear. “É proibido proibir ou ‘livrai-nos dos cães de

guarda metodológicos” (BOURDIEU, 2002, p. 26). Com base no rigor e seriedade quanto ao fazer pesquisa, exemplificada pelo sociólogo, este trabalho encontrou caminhos diversos para captar o real.

A modernização e consolidação capitalista da agricultura altera as relações de trabalho, o modo e o padrão de produção e leva a um dos fatos mais marcantes da intensificação do capitalismo no espaço rural: a proletarização do pequeno produtor rural. Mudou também formas de pensar do pequeno produtor, de se relacionar com o cotidiano, com seu objeto de trabalho, com as formas de gerar renda e de se colocar no universo rural. É esta nova ordem de modernização do espaço rural e da economia que serve de pano de fundo para a pesquisa.

A situação vivida pelos pequenos produtores rurais no Vale do São Patrício reflete bem as condições em que vive a grande maioria dos trabalhadores da agricultura com a modernização agrícola, bem caracterizada por autores como Graziano Neto, 1985; Pessoa, 1999; 1999a; Wanderley, 1995; como Modernização Conservadora.

Nessa nova realidade, o pequeno produtor rural cada vez mais é convencido da sua incapacidade de produzir e comercializar seus produtos, o que, somado à política agrícola do país, que, tradicionalmente, prioriza o agronegócio, ou seja, a monocultura voltada para exportação, a utilização de tecnologias em grandes áreas de terra, como por exemplo, a cana de açúcar e a soja.

A pequena agricultura tem pouca ou nenhuma assistência técnica que, de fato, oriente quanto ao que plantar, de modo a não competir com o agronegócio. É comum o uso de técnicas anacrônicas com grande impacto ambiental e pouco resultado produtivo. A baixa escolaridade e o pouco acesso a informações e modernidades na sua área de atuação parecem contribuir com essas dificuldades, levando esses trabalhadores a repetirem as práticas dos pais e avós.

A utilização dos recursos que surgiram com a modernização na agricultura, tais como irrigação, conservação do solo, curva de nível, agrotóxicos, mecanização, adubos químicos, ração para animais, recursos veterinários, medicamentos e sementes modificadas geneticamente têm aumentado significativamente a produção, embora esse dado se refira mais ao universo dos produtores do agronegócio.

Apesar das adversidades trazidas pelas mudanças citadas acima, encontramos pequenos produtores rurais que demonstraram uma capacidade de

resistir, permanecer e produzir no espaço rural. O que possibilitou a esses pequenos produtores tirar proveito da modernização, manter-se na terra, superar a agricultura de subsistência e tornar-se “bem sucedidos”? A modernização não foi suficiente para transformá-los em assalariados ou proletários rurais, que vendem sua força de trabalho para sobreviver.

O pequeno produtor se vê obrigado a lidar com essa nova realidade. Esses antigos produtores rurais de subsistência que conseguiram obter uma renda econômica além do seu consumo familiar têm como principal fonte de renda, na maioria das vezes, a comercialização dos seus produtos, no comércio ou em feiras, nos municípios próximos.

Aproximar-me desse sujeito, que de produtor de subsistência se vê obrigado a se tornar um comerciante, enxergar as práticas que por eles são adotadas para dar conta do seu próprio negócio, produzir além do seu consumo, acumular capital ou simplesmente conseguir inserir-se no mercado atual é, além de tantas outras, ter a possibilidade de conhecer novas aplicações do conhecimento, neste caso específico, da Matemática.

É fácil prever que o conhecimento matemático estará presente em quase todas as práticas e decisões feitas por esse pequeno produtor rural. Na utilização dos conhecimentos matemáticos, organizam-se algoritmos dessa ciência que sofrem interferências e se modificam no processo de fazer-aprender. Quais são essas interferências e como o conhecimento formal ajudou (ou não) esse trabalhador na sua prática? Como essas famílias compreendem essa nova realidade e como lidam com o aspecto matemático no seu trabalho? Quais os conhecimentos matemáticos utilizados pelos trabalhadores para atribuir valor a cada produto e/ou atividade na produção da mercadoria? Qual a inter-relação entre o conhecimento popular e os conhecimentos adquiridos na escola relativos à Matemática na comercialização dos produtos de pequenos agricultores? Assim, as questões centrais desta pesquisa são: até que ponto os agentes formadores contribuíram para a inserção dos pequenos produtores rurais no *campo*<sup>4</sup> da modernização agrícola? A feira do produtor é um lugar privilegiado para apresentar novos *habitus*? O domínio matemático utilizado pelos pequenos produtores feirantes vem de uma

---

<sup>4</sup> *Campo*, escrito em itálico nesta tese, refere-se, ao conceito desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu.

sistematização dessa ciência ou ele se apresenta, muito mais, como uma etnomatemática?

Abordar as transformações provocadas pela modernização na agricultura no médio norte Goiano requer uma retomada de uma história iniciada na estruturação da Cang e que chega até os dias atuais, passando pela formação dos latifúndios, do comércio cerealista regional, da pecuária extensiva, chegando à implantação do agronegócio e suas agroindústrias.

Bourdieu (2010) salienta que uma das virtudes do pesquisador é a atenção às sutilezas. A feira do produtor está permeada de sutilezas. Os feirantes apropriam-se desse espaço e ali realizam suas vendas, seus negócios, expõem seus pertences, seus saberes, relacionam-se com os fregueses, amigos, parentes, relacionam-se com a cidade.

Nessas relações o homem, a mulher e os filhos vão se apropriando de estratégias, conhecimentos e linguagens para darem conta do papel de feirante. A Feira do Produtor foi escolhida, pela maioria dos produtores, como o principal meio de sobrevivência no espaço rural. Ela, segundo os agentes e alguns produtores rurais, está garantindo a permanência no espaço rural, do pequeno produtor da região de Ceres. Além disso, conseguiu proporcionar o acesso a certo conforto oferecido pela modernização: eletrodomésticos, carro, moto e outros. Assim, a feira, que compõe parte do objeto de estudos desta pesquisa, aparece como o lócus para observar os fazeres matemáticos utilizados nas relações comerciais que ali ocorrem além da influência de uma concepção apregoada pela modernização agrícola e também da sociedade como um todo.

Faz parte desta pesquisa, além da investigação da feira, a análise de algumas instituições que fizeram parte do processo de modernização agrícola e ainda estão presentes na região atuando junto aos pequenos produtores rurais, às quais denomino agentes formadores. São aquelas responsáveis por formar e orientar os pequenos produtores rurais sobre a sobrevivência da vida rural em tempos de modernização agrícola. Esses agentes se organizam de diferentes maneiras para inculcar o modelo e a postura de um agricultor moderno. Entendo por educação, nesta pesquisa, as diferentes inserções dos agentes formadores no sentido de estabelecer determinado comportamento, as quais ocorrem através de reuniões, cursos, palestras, panfletos ou cartilhas. Uma tentativa de estabelecer mudanças de costumes, de formar uma nova cultura, outra consciência, um novo *habitus*. Fica

clara a relação dos agentes formadores com o atual desenho da feira do produtor e com a postura dos feirantes. Esses agentes fazem parte do *campo* da modernização agrícola por terem interesse comum, ao mesmo tempo em que concorrem nesse *campo* com seus interesses específicos. Alguns, ao longo do tempo, perderam capital no *campo*, enquanto outros aumentaram seu capital ocupando lugares mais privilegiados nesse *campo*.

A Emater oferece assistência técnica e formação ao pequeno produtor rural. O Instituto Federal Goiano-Campus Ceres, iniciou-se com ensino técnico, formando técnicos em agropecuária e hoje possui também cursos superiores, como agronomia. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres teve como principal objetivo prestar assistência ao trabalhador rural nas áreas de saúde, previdência e repassar informações quanto aos interesses dos trabalhadores. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), entidade mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), é integrante do “sistema S”. Destaca-se também a Secretaria da Agricultura do Município de Ceres, responsável pela manutenção das estradas vicinais, sobretudo em períodos de chuva, e assistência técnica. O representante do comércio de máquinas agrícolas - Magril - e representante do comércio de insumos e implementos agrícolas - Casa do Agricultor - também fazem parte do *campo* da modernização agrícola aqui analisado.

O recorte temporal feito aqui se reporta à consolidação da Colônia Agrícola de Goiás (Cang), apenas para contextualizar historicamente a região. É importante ressaltar que a década de 1970 é que dá suporte para compreendermos o processo da modernização agrícola em Goiás. Esse período receberá o maior destaque.

No início desta introdução explica-se a escolha da região. Ao longo da pesquisa novos fatos vão se agregando ao motivo inicial, tornando essa escolha mais rica e plena de elementos históricos que representam a modernização agrícola. Desde a criação da Cang, que já fazia parte dessa estratégia modernizante, houve a atuação de migrantes de diversas origens, inclusive igrejas, que traziam propostas educativas para a população rural. Paralelamente a uma reconhecida “vocação agrícola”, Ceres desenvolveu uma forte economia voltada à prestação de serviços médico-hospitalares e educacionais, tornando-se um polo regional nesses setores, destacando-se a saúde, que hoje atende uma população de cerca de 300 mil pessoas, de 26 municípios. Longe de ser apenas uma cidade voltada ao meio rural,

nela estabeleceu-se uma forte classe média, composta por funcionários públicos, bancários, professores, médicos e comerciantes.

A área rural do município foi dividida, desde sua criação, obedecendo a uma lógica delimitada pelos córregos ali existentes. Assim vamos encontrar regiões denominadas Córrego da Fartura, Córrego Seco, Córrego do Café, Córrego do Sapé, Córrego da Gameleira e, assim, sucessivamente. Na pesquisa, a escolha das regiões está ligada ao fato de algumas destas possuírem uma associação que participa da feira do produtor. No período da pesquisa de *campo* existiam nove associações nessa condição. Foram selecionadas sete, em função da importância econômica e do número de representantes na feira.

Quanto à escolha dos feirantes, foram observados alguns critérios. O primeiro, a variedade de produtos comercializados; o segundo, a quantidade de produtos comercializados e o terceiro, representatividade dos produtores no tocante à maioria dos produtos comercializados, mesmo que em menor quantidade. Dessa forma, o número de representantes por produto foi diretamente proporcional à quantidade desse produto presente na feira. Por exemplo, verduras são comercializadas por muitos feirantes, logo terão um número maior de representantes na pesquisa. Buscou-se uma amostra de feirantes que representasse todos os produtos comercializados. Encontramos na feira: verduras, carnes, leite e derivados, doces, frangos, galinha, ovos, quitandas, pamonha, espetinhos, caldos, frutas da época e do cerrado. Os produtores levam para a feira tudo aquilo que produzem na propriedade e que o cerrado oferece, se tem e está sobrando, levam para vender, independentemente do que comercializam regularmente. Esses critérios resultaram em 19 entrevistados.

A pesquisa de campo concentrou-se em julho e agosto de 2012. Nos meses seguintes ocorreram a transcrição de entrevistas e a organização dos dados. Voltou-se à pesquisa de campo esporadicamente, conforme a necessidade de se buscarem novos dados. Houve a convivência da pesquisadora com as famílias, nas propriedades rurais por períodos de quatro a seis horas, quando se observou seu cotidiano e se participou dele. Nesse convívio ocorreu a oportunidade de se presenciar a fabricação de queijos, doces, o abate de animais, os cortes de carnes, a organização para a feira. Observei a preocupação dos feirantes quanto à apresentação dos produtos, o empacotamento e a higiene.

A pesquisa de campo se caracteriza como investigação qualitativa, na modalidade etnográfica, cuja discussão central se dá no *campo* da modernização agrícola, sendo a feira uma estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores rurais, garantindo sua permanência no espaço rural.

A investigação qualitativa segundo Bogdan e Biklen (1994) se caracteriza por acontecer no ambiente natural, fonte direta dos dados, sendo o pesquisador o instrumento fundamental. Os dados são coletados de forma minuciosa, com grande interesse pelo processo em vista do resultado final. As informações são inter-relacionadas e agrupadas pelo investigador. A realidade vai ganhando forma à medida que se recolhem e se examinam suas partes. Além disso, é importante que o investigador observe com atenção o significado dado às coisas, considerando as experiências, vivências e pontos de vista dos sujeitos.

Os dados foram coletados, através de observação *in loco* e entrevista, tanto na propriedade, quanto na feira. A entrevista é considerada “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (LAKATOS, 1993, p. 195-196). A entrevista possibilita ao investigador a obtenção verbal da informação que necessita. É uma técnica diferente de uma conversa, uma vez que é previamente planejada, porém sem o rigor de um questionário; trata-se, apenas, de uma bússola orientadora. Nas conversas emergiam memórias de histórias vividas e contadas. Segredos da vida dessas pessoas.

Nessa interação entre entrevistador e entrevistado deve-se considerar os conflitos e contradições próprios de uma interação. Isso pode influenciar nas informações prestadas: a entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma “situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador”. (MINAYO, 2006, p. 114).

Pensando nisso, a pesquisa foi dividida em dois momentos relacionados a dois lugares distintos. Um primeiro momento ocorreu na propriedade, onde era feita a apresentação da pesquisadora, eram dadas explicações sobre o trabalho e se obtinha o consentimento para participar da pesquisa. O segundo momento ocorreu na feira do produtor, à qual a pesquisadora chegava antes do início da comercialização, lá acompanhando a organização das bancas e observando o

desenrolar da feira. Nesse dia também havia conversas, que eram gravadas e depois transcritas.

O referencial teórico metodológico adotado foi a Teoria da Prática do sociólogo Pierre Bourdieu. Para ele, a apreensão do mundo social pode ser centrada no agente social e/ou voltada para a racionalidade e a estrutura das relações. A teoria da prática é construída a partir do conceito de *habitus* – princípio gerador das práticas dos agentes, incorporação de estruturas estruturadas, que, introjetadas, condicionarão suas ações para a construção de estruturas estruturantes. Esse movimento dialético que o *habitus* engendra irá proporcionar a reprodução social.

Esse modelo teórico criado por Bourdieu possibilita entender as diversas dimensões das práticas sociais com o intuito de superar os impasses analíticos provenientes de dualidades tais como cultura/sociedade, objetivismo/subjetivismo. Trata-se de entender a vida social enquanto produto das condições materiais e culturais, assim como das práticas e experiências coletivas e individuais.

Esse ponto é fundamental para a compreensão da relação do pequeno produtor rural com a modernização agrícola, como se relacionam com os demais atores sociais, como se localizam nesse espaço social, Bourdieu diz que,

É preciso, de fato, aplicar o modo de pensar relacional ao espaço social dos produtores: o microcosmo social, no qual se produzem obras culturais, *campo* literário, *campo* científico etc., é um espaço de relações objetivas entre posições [...] e não podemos compreender o que ocorre a não ser que situemos cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas com todos os outros (BOURDIEU, 2011, p. 60).

Os conceitos formulados e aperfeiçoados por Bourdieu, fundamentais na sua metodologia, são *habitus* e *campo*. Para Bourdieu, *habitus* é um sistema de disposições, modos de perceber, sentir, fazer pensar, que nos leva a ter determinadas atitudes frente a uma circunstância.

O *habitus* nada mais é do que essa lei imanente, *lex insita*, depositada em cada agente pela educação primeira, condição não somente da concertação das práticas mas também das práticas de concertação, posto que as correções e os ajustamentos conscientemente operados pelos próprios agentes supõem o domínio de um código comum e que os empreendimentos de mobilização coletiva não podem ter sucesso sem um mínimo de concordância entre os *habitus* dos agentes mobilizadores (profetas, chefes de

partido, etc.) e as disposições daqueles cujas aspirações eles se esforçam por exprimir (ORTIZ, 2003, p. 64, grifo do autor).

São disposições interiorizadas pelas estruturas sociais. A maneira de perceber, julgar e valorizar o mundo determina nossa maneira de agir corporal e materialmente. São determinados pela lógica do *campo* social.

O *habitus* se refere a um *campo*. Está imperceptível como sistema das relações estruturais, determinando e moldando as ações e as instituições dos atores nas relações sociais. O social é constituído por *campos*, com uma lógica própria e com estruturas flexíveis, não fixas. São determinados e demarcados pelos interesses específicos existentes, os investimentos naquele *campo*. O *campo* se caracteriza por agentes dotados de um mesmo *habitus*. O *habitus* é a internalização da estrutura social. (BOURDIEU, 2004). Compreendem-se os conceitos *habitus* e *campo* nesta pesquisa, quando se entende o *campo* da modernização agrícola na região do Médio Norte Goiano como um *campo* específico de disputas, constituinte de relações de força, no qual os agentes investem diferentes capitais para manter ou transformar esse *campo*.

Cada *campo* cria seu próprio objeto, que, por sua vez, está em conformidade com os objetivos a serem atingidos (artístico, educacional, político etc.). São microcosmos sociais com valores (capitais, cabedais), objetos e interesses específicos. Os diferentes agentes formadores que se estabelecem no *campo* da modernização agrícola na região de Ceres, têm um interesse comum dentro desse *campo* e cada um no seu microcosmo tem interesses específicos, sendo assim, cada um possui sua dinâmica e organização para ocupar o *campo*. Dessa forma, foram escolhidos como agentes formadores a Emater, o Senar, o IFGoiano/Ceres, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres, a Secretaria da Agricultura de Ceres, a Magril e a Casa do Agricultor.

A Teoria da prática é, portanto, o referencial apropriado a esta pesquisa uma vez que encontra seu quadro formado pelo conceito de *habitus* e circunscrito pelo *campo* e suas determinações.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da leitura de autores relacionados a questões rurais, à modernização agrícola e à região do Médio Norte Goiano. Os autores citados são: Jadir de Moraes Pessoa, Octavio Ianni, Francisco Graziano Neto, Ângela Kageyama, José de Souza Martins, Francisco de Oliveira, José Graziano da Silva, Antônio Cândido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria da

Glória Gohn e Carlos Rodrigues Brandão. Para refletir sobre o conhecimento matemático e a etnomatemática, eu busco os autores Ubiratan D'Ambrosio, Maria do Carmo Santos Domite, José Pedro Machado Ribeiro, Rogério Ferreira e Gelsa Knijnik.

A tese está estruturada em três capítulos, precedidos pela Introdução, e encerrada com as Considerações Finais.

**O capítulo I** – Modernização da agricultura no Médio Norte Goiano – está subdividido em seis itens. O primeiro deles – O moderno – aborda a concepção de moderno na sociedade atual. Mostra que o moderno está mais ligado a um parecer moderno, em detrimento de um ser moderno, além do aspecto desigual e excludente da modernidade. Em seguida, trabalho a questão da modernização agrícola e o que significou para a agricultura, sobretudo para o pequeno produtor rural: uma modernização conservadora no sentido de que manteve as estruturas conservadoras dos latifúndios e expandiu as relações capitalistas no *campo*.

O segundo refere-se à Modernização da agricultura em Goiás e no Médio Norte Goiano. Aqui é feito um percurso sobre a ocupação de terras e o povoamento de Goiás ocorridos nas primeiras décadas do século XVIII, o fim da fase do ouro. A construção da ferrovia até a cidade de Anápolis e a Marcha para o Oeste foram algumas das portas para a entrada das forças produtivas capitalistas em território goiano.

O terceiro trata dos condicionantes da modernização agrícola, dos motivos que conduziram às mudanças na modernização agrícola. Ela ocorre, de forma parcial e em diferentes níveis, por regiões. Neste trabalho o foco será o estado de Goiás.

O quarto dedica-se à Modernização da agricultura em Goiás e no Médio Norte Goiano – Modernização agrícola no cerrado. Para Bourdieu (2010), observar uma região é perceber o que está em jogo como objeto de lutas, entre os agentes disputando diferentes tipos de capital. Este item discute como ocorreu a modernização no cerrado goiano e suas disputas.

O quinto, Colônia Agrícola Nacional de Goiás – nasce Ceres, trata, primeiro, da formação da colônia (Cang) com a distribuição gratuita de lotes e, depois, da formação do município de Ceres. Discute a desarticulação da Cang e as pequenas propriedades ameaçadas.

No cerrado a modernização da agricultura intensificou-se com a territorialização das empresas rurais, tendo sido a agroindústria atraída pela produção de grãos para exportação, motivada por incentivos fiscais e facilidades de créditos oferecidos pelo Estado.

O novo padrão agrícola na região é também um tema desenvolvido neste item que mostra que a modernização encontrou condições essenciais no Centro-Oeste para seu sucesso. A proximidade com o sudeste brasileiro, que, além da estrutura social montada em Goiás, abriu a possibilidade da reprodução do capital moderno ligado aos interesses das elites regionais.

O sexto trata dos plantadores de cana, as usinas e a relação com o pequeno produtor. A concentração da terra e a monocultura liderada pelo agronegócio ocupam quase todo o espaço rural do Médio Norte Goiano. O rápido avanço das transformações dos processos produtivos (intensificação do uso de maquinários, insumos químicos, incorporação de novas áreas) gerou problemas ambientais e sociais, sobretudo com a expansão da produção de cana no cerrado, antes considerado próprio para grãos. Do final da década de 1980 até a década de 1990, a nova ordem mundial na política, com reajuste macroeconômico, gerou o que passou a ser conhecido como desregulamentação do setor sucroalcooleiro.

**O capítulo II** trata das mudanças condicionadas pela modernização agrícola. Nesse capítulo adota-se o conceito de *campo* segundo Bourdieu. Entendemos a modernização agrícola como um *campo* específico, por compreender que se trata de um espaço com estrutura própria, onde ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais. Possui princípios e leis que regulam a relação entre os agentes sociais do *campo*, animados sempre pelas disputas ocorridas no seu interior.

O modelo de produção adotado pela modernização alterou as relações familiares, comunitárias e religiosas. Portanto, o *campo* da modernização agrícola impôs novos *habitus*, redefiniu o modo de o trabalhador rural relacionar-se com o Estado, que, por sua vez, assume um novo papel no *campo* agrário, regulando as relações de trabalho. Discute-se *habitus* e o espaço social do pequeno produtor da região de Ceres onde se encontra definido o lugar a ser ocupado por esse trabalhador.

Início esse capítulo abordando o *campo* da modernização agrícola e seus agentes, compreendendo-se não só esse espaço específico, como também o

pequeno produtor e suas estratégias de sobrevivência e os agentes que participaram ativamente da modernização agrícola na região de Ceres. A seguir discorro sobre o *campo* da modernização agrícola e seus agentes. Segundo Pierre Bourdieu, um *campo* é um espaço estruturado de posições, como um mercado, em que os agentes se comportam como jogadores, estando os ocupantes da mesma posição dentro do espaço em concorrência pelos capitais específicos e seguindo suas regras, para manter sua posição no *campo*. Caracterizo os agentes formadores em seus determinados *campos*: *campo* das representações do estado e assistência técnica: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (Emater); *campo* das representações dos trabalhadores rurais: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres (STR); *campo* da formação escolar: Instituto Federal Goiano/Campus de Ceres; *campo* das representações de formação rural: Senar; *campo* das representações do poder executivo municipal: Prefeitura Municipal de Ceres e Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente; *campo* das representações comerciais de máquinas agrícolas: Magril; *campo* das representações comerciais de implementos agrícolas: Casa do Agricultor.

No item 2.2 discorro sobre as disputas no *campo* da modernização agrícola, o lugar que o pequeno produtor ocupa neste espaço, apoiada nos conceitos de Bourdieu de *campos*, *habitus* e violência simbólica.

As relações entre as culturas urbana e rural no processo de modernização compõem o último item desse capítulo, que discorre, sob o ponto de vista sociológico, sobre os aspectos relativos à cultura e sua relação com a modernização agrícola.

No **capítulo III** – Plantar, colher, processar, vender, sobreviver -, trato da educação no processo de produção e comercialização do pequeno agricultor que participa da feira do produtor. Abordam-se o histórico da Feira dos Produtores do município de Ceres-GO bem como as práticas de organização, de produção e de comercialização dos pequenos produtores. São avaliados os processos educativos que permeiam estas ações, sobretudo os vinculados à matemática.

Os conceitos de *campo* e *habitus* abordados pelo sociólogo Pierre Bourdieu são o aporte teórico para análise da constituição da feira do produtor no *campo* da modernização agrícola.

Analiso, do ponto de vista educativo, a ação dos agentes formadores cumprindo seu papel no processo de modernização agrícola e na sobrevivência do

pequeno produtor. Discuto as práticas dos feirantes envolvendo o conhecimento matemático ou qualquer raciocínio lógico-matemático. Esse olhar, voltado para um grupo específico, aponta para a etnomatemática, que tem como objeto a explicação dos processos de geração, organização e transmissão de conhecimento em diferentes sistemas culturais.

Esse capítulo se subdivide em: a) a feira do produtor do município de Ceres. Histórico, objetivos. Neste item é feita uma sucinta história da Feira do Produtor do município de Ceres, incluindo sua idealização, organização e seus parceiros;

b) a feira na economia do pequeno produtor rural, onde serão feitos um relato e uma análise do trabalho desenvolvido pelos feirantes no que se refere à produção e comercialização de seus produtos, desde o planejamento da produção, transporte, venda dos produtos, formas de agregar valor, e discussão sobre a renda;

c) práticas educativas no *campo* da pequena produção, compreendendo os aprendizados presentes nas experiências dos pequenos agricultores de Ceres, aplicados à produção e à comercialização, tais como: experimentação, avaliação, adoção ou negação, criação, recriação ou adaptação do saber da agricultura tradicional e do conhecimento advindo da modernidade. A seu modo, conseguiram inserir-se no mercado e colocaram seus produtos diretamente ao consumidor;

d) estratégias educativas dos agentes formadores. A modernização agrícola transformou as relações econômicas no espaço rural e impôs mudanças também na cultura e da formação. Os saberes necessários para lidar com a terra, que antes eram exercidos pelas gerações adultas sobre as gerações mais novas, agora exigem um processo mais elaborado e sistematizado. O trabalhador rural pesquisado teve acesso a algum conhecimento científico, que poderia ajudá-lo a participar do mercado, principalmente agregando valor ao seu produto, conhecimentos vindos das agências formadoras, presentes na região;

e) função social da educação. Com o advento da modernização agrícola mudaram não só a economia e a mecanização no espaço rural, mas também a organização do trabalho, as relações sociais de produção, a concepção de homem e de educação. A educação tomou lugar de destaque, pois passou a ser vista como meio eficaz para alcançar os objetivos de um país moderno. Sendo assim, qual é o modelo de educação oferecido ao pequeno produtor rural da região de Ceres?

f) Caminhos da etnomatemática: desafios sobre o cultural, o social e o político na educação matemática. Este item apresenta de modo sucinto aspectos da trajetória histórica desse viés da Educação Matemática;

g) etnomatemática e a prática de pequenos produtores rurais. No meio rural vivem e trabalham pessoas de todas as idades e diferentes histórias, ligadas a sua origem, a sua cultura, ao espaço rural. Possuem peculiaridades distintas do mundo urbano, pois têm o jeito de viver, trabalhar, relacionar-se com o tempo, espaço e com o conhecimento próprio da sua raiz cultural. Este item reflete sobre a construção dos saberes matemáticos nessas culturas e como se articulam com a ciência dita “oficial”;

h) análises do conhecimento matemático e contábil na produção e comercialização na feira do produtor. Será analisado o comportamento dos produtores feirantes no que diz respeito ao conhecimento matemático e contábil utilizado para organizar a produção, comercializar seus produtos e avaliar seus rendimentos.

Ao final, farei algumas reflexões sobre o projeto de modernização agrícola no médio norte goiano. A implantação da Cang, operada pelo governo Vargas, marca o início das transformações na agricultura que se seguiram. Abria as portas para a modernização no território goiano. O impacto desse processo modernizante, ao longo de seis décadas, foi o esvaziamento do espaço rural associado ao processo de pauperização do pequeno produtor, excluído desse processo, que tem privilegiado o grande capital e seus agentes. Ao pequeno produtor foi delegado o papel coadjuvante de fornecer mão de obra para o agronegócio, além de abastecer as cidades com alimentos de baixo custo, voltados a atender à demanda do proletariado urbano.

Pequena parte dos pequenos produtores soube adaptar-se às novas exigências do mercado, com criatividade, com pluriatividade, redefinindo o trabalho rural e as relações técnico-produtivas.

Coube aos agentes formadores, através de práticas educativas, garantir a continuidade e avanço do projeto de modernização agrícola na região. Aos poucos as mudanças vão sendo adotadas, absorvidas e se “naturalizam” tornando-se *habitus*.

Através dessas reflexões, evidencio como e por que estes sujeitos sociais fizeram da feira sua estratégia de permanência na atividade agrícola *campo* da

modernização agrícola. Usam saberes e fazeres matemáticos expressos em modos particulares de raciocinar, de quantificar, de calcular e de medir. A etnomatemática será o suporte que possibilitará reconhecer e avaliar tais práticas.

## Capítulo I

### Modernização da agricultura no Médio Norte Goiano

*Digo que estou encantada  
Com uma nova invenção  
Eu vou ficar nesta cidade  
Não vou voltar pro sertão  
Pois vejo vir vindo no vento  
Cheiro de nova estação  
(Belchior)*

O tema modernização, que carrega, no sentido geral do termo, as condições adversas e novas que permeiam a vida de toda a gente, compondo o destino de todos os homens é o tema central deste capítulo. Trata-se, sobretudo, de uma modernização sem rupturas em uma sociedade marcada pela diversidade e dividida de muitos modos, sobretudo em urbana e rural.

O termo modernização foi adotado neste trabalho no sentido que lhes emprestam Outhwaite e Bottomore, ou seja, como

Processo de mudança econômica, política, social e cultural que ocorre em países subdesenvolvidos, quando se direcionam a padrões mais avançados e complexos de organização social e política.

Partem da dicotomia entre sociedade tradicional e sociedade moderna; modernização é, pois, um termo comprometido com o progresso. Na América Latina, é entendido por alguns como oposição à tradição, atribuindo-se ao passado e ao residual tudo que, aparentemente, não faz parte da modernidade, como a migração do espaço rural para a cidade, a cultura popular e a própria pobreza, manifestações de algo não mais admitido em uma sociedade moderna e globalizada. Na sequência, o capítulo aborda aspectos da modernização agrícola e como esta altera a lógica de produção no Brasil, modifica o modo de vida das pessoas, o meio ambiente, o trabalho e a comercialização.

No Médio Norte Goiano uma nova paisagem toma conta do cerrado. A concentração da terra e a monocultura, liderada pelo agronegócio, ocupam quase todo o espaço rural. O rápido avanço das transformações dos processos produtivos (intensificação do uso de maquinários, insumos químicos, incorporação de novas

áreas) gerou problemas ambientais e sociais, sobretudo para o pequeno produtor rural. Essa realidade será o pano de fundo desta tese. Abordaremos a modernização agrícola, seus condicionantes, os agentes que compõem esse *campo*, as relações de poder que o constituem e como nelas se insere o pequeno produtor e as relações deste com os demais.

## 1.1 O moderno

*“Ao longe, uma chuva fina  
Molha aquilo que não fomos.”  
(Paulo Bonfim)*

A modernização não se restringe a objetos e signos do moderno nem se separa da racionalidade. Martins (2008a, p.18) escreve que “a modernidade é a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual. [...] mais se fala de modernidade do que ela efetivamente é”. Para o autor a modernização é constituída pelo desenvolvimento desigual da economia e da sociedade, contrária à humanização; é a coisificação do homem e o estranhamento de si mesmo. Ela não é feita pelo encontro da diversidade, como quer nos convencer a globalização. Ao contrário, é constituída pelas desigualdades, pelo avanço tecnológico desproporcional, pela acumulação do capital e pela crescente miséria globalizada.

As promessas da modernização são para alguns e não para todos, como nos sugere. Ela anuncia uma possibilidade que não é realizada por todos. Nesse sentido, Martins escreve que a modernidade trás em seu bojo a miséria dos

Que têm fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos. A modernidade anuncia o possível, embora não o realize. (2008a, p.19)

A modernidade é uma espécie de “ilha da fantasia”, onde tudo é possível. Você tem seu banco em casa, paga contas, faz compras, tem a televisão que quer, o celular que faz tudo e tantas outras coisas da moda e do momento, embora tudo seja transitório. Ou seja, deteriora-se enquanto símbolo; por isso, necessita de artifícios para prolongar o estado de novo e de moderno, por exemplo, o modelo, a

marca, o ano. É mais importante parecer moderno que ser moderno. É como se tratasse de uma máscara para ser vista, denunciando sua identidade superficial e sendo, portanto, um contemporâneo de aparência.

A modernização apresenta um cardápio variado de possibilidades, de alternativas de vida disponíveis no mundo globalizado. É preciso apenas possuir as condições e os recursos para delas se apropriar, muito embora não se diga como se conseguir essas condições nem os recursos que transformem o possível em real.

A descoberta do caminho é individual: cada um descobre ou não como chegar. É justamente o aprofundamento do individualismo do homem moderno que enfraquece qualquer possibilidade de reação coletiva. O coletivo não responde mais às necessidades imediatas e parte-se, por isso, em busca de soluções individuais.

A modernização brasileira apresenta-se de maneira misturada, com aspectos de uma cultura popular distante do moderno, além de estruturas e vestígios que nada têm de moderno, mas que se aproximam do tradicional e do conservadorismo que questionam a realidade moderna.

Modos de vida, pobreza, formas de organização do trabalho, valores e maneiras de pensar geridas pelo desenvolvimento dependente integram essa modernização, embora teoricamente não façam parte do moderno. É nesses desencontros de tempos, nessas colagens, que a modernização brasileira se apresenta, ou seja, ela vem do “hibridismo” cultural, da mistura do passado com o presente. Esses traços do hibridismo, do transitório, do passageiro, do inacabado, ou seja, o “inconcluso” como maneira de ser e de viver, produziram no Brasil essa duplicidade, presente em diversos segmentos da cultura e da vida.

Martins (2008a), para ilustrar o hibridismo, traz *Macunaíma*, personagem de Mário de Andrade, um herói sem caráter, indefinido, híbrido. Em José Cândido de Carvalho, *O Coronel e o Lobisomem* não distingue o mundo dos vivos do mundo dos mortos, o real do fantástico e Gabriel García Márquez, em *Cem Anos de Solidão*, mostra que a vida se dissolveu no tempo e se tornou lenta demais.

Nas fotos de Sebastião Salgado, segundo Martins (2008a), percebem-se traços da modernidade quando o trabalho se mistura com o trabalhador, tornando-se uma coisa única. Os garimpeiros de Serra Pelada, ao serem fotografados cobertos de lama, criam uma imagem na qual é quase impossível distinguir homem e terra.

Claude Lévi-Strauss, ao fotografar a cidade de São Paulo, mostra, através das imagens, o contraste dos prédios exóticos e modernos, com pessoas ou situações que atestam outro tempo.

Todas essas imagens nos levam a perceber as contradições contidas na modernidade que nos chega muito mais pelo ver do que pelo ser, do viver, do acontecer.

Na zona rural, onde o nível de escolaridade ainda permanece abaixo do desejável, por exemplo, é possível perceber a utilização de termos e palavras na língua inglesa, em camisetas e vestuário pessoal, como signo da modernização, “chega a palavra, mas não chega a língua, nem chega o significado [...] a imagem se tornou no imaginário da modernidade um nutriente tão ou mais fundamental do que o pão, a água e o livro. Ela justifica todos os sacrifícios, privações e também transgressões” (MARTINS, 2008a, p. 34-36). A valorização do que vem “de fora” como símbolo do moderno está presente também na escolha dos pais no tocante aos nomes dos seus filhos. Eles optam por nomes estrangeiros, vistos apenas pela aparência, e não pelo significado. Como exemplos, Lady Diana<sup>5</sup> torna-se Leidyane ou Leidydaiane, Michael Jackson transforma-se em Maycon, além dos Walyson, Wanna, Hyanna, Wellyngton, Washington e outros tantos.

A modernização como modo de viver e de pensar tem a capacidade de juntar coisas que pareciam distantes demais para estarem no mesmo ambiente. Moradias precárias, muitas vezes inacabadas, com antenas que têm a capacidade de captar imagens via satélite, introduzem no cotidiano das famílias os signos do mundo moderno. Aquilo que antes parecia não dar liga e não deveria estar junto e combinado é unido pelo imaginário. A modernização aumentou a capacidade de fantasiar e reduziu a capacidade social de criar saídas novas para as dificuldades e os problemas.

Além dessa capacidade de juntar o diverso, de conciliar o antagônico à difusão da modernização, produziu-se a cultura imitativa, uma imitação perversa, não racional e crítica. Na aparência está contido todo o ser. Tal mentalidade amplia o mercado das piratarias. Não criamos um estilo próprio ou recriamos, de forma substancial, estilos e concepções. Podemos dizer que nos limitamos a adaptar o ornamental. É possível verificar esse comportamento nos cuidados exagerados pela

---

<sup>5</sup> Lady Diana Frances Spencer, princesa de Gales.

aparência pessoal, o apego a símbolos de prosperidade, tais como perfumes importados e roupas de grifes famosas, exaltação da limpeza e da beleza. A vida se esgota no próprio agente. Esse cuidado não se estende ao comportamento nas ruas, praças ou qualquer lugar público, onde esse mesmo indivíduo joga maços de cigarros vazios, latas descartáveis etc. Acumulam lixo por onde passam, não existindo uma consciência social moderna que se estende à coisa pública. “Tudo se torna banalizado” (MARTINS, 2008a, p.43).

Embora fique clara a predominância do interesse individual nesse cenário, não é o indivíduo que se destaca, justamente porque o privado não estabelece uma consciência social moderna e impessoal. A “pessoa” é que se sobressai, ocupando o centro das relações sociais. É claro que essa “pessoa” não existe em uma ação transformadora do real, e sim enquanto imitação, utilizando adornos e signos, uma pessoa incompleta. A “pessoa”, enquanto imitação confunde-se com o cidadão, e o exemplo vem do comportamento eleitoral e político, no qual predomina a subserviência ao populismo e ao clientelismo. O cidadão não se sente comprometido com quem elegeu, muito menos com suas propostas, leis e instituições às quais esse “político” se relaciona. Vota por obrigação, por lealdade ou por algum benefício imediato. Exerce um direito sem compreendê-lo, não é um cidadão verdadeiro. Por outro lado, não é também o agente humano de um pensamento conservador ou agente da transformação da tradição num conjunto de ideias, princípios e condutas que fundamentem uma opção de vida e uma crítica social consistente. A consciência conservadora se manteve na modernização do Brasil. Certamente, vivemos na modernização, mas ancorados, firmemente, nas referências do tradicionalismo, embora não sejamos conservadores de fato. Mantemos a imitação e a falsificação do que deveríamos ser. Modernização no capitalismo tardio é a promessa de modernidade. (MARTINS, 2008).

É nesses termos que, no decorrer deste capítulo, será realizada uma análise do processo de modernização da agricultura no Brasil e suas repercussões na economia, na produção, nas questões sociais e políticas dos pequenos produtores rurais a partir do século XX. Foram selecionadas questões sobre o processo de modernização agrícola e a produção atual, mudanças e/ou transformações que ocorreram com o trabalhador rural assalariado e a agricultura de subsistência; a relação do trabalhador rural com o mercado produtivo; a reconfiguração do pequeno

agricultor, suas estratégias de sobrevivência; a estratificação social do *campo* e o impacto da modernização no modo de vida rural.

## 1.2 A modernização agrícola

Uma das dificuldades teóricas que envolvem a sociedade agrária brasileira encontra-se na sua definição estrutural, gerando discussões em torno do seu caráter: capitalista ou pré-capitalista, capitalista ou feudal, capitalista por inteiro ou parcialmente capitalista. Esse caráter é fruto de relações sociais de produção não definidas claramente, isto é, a compra e venda da força de trabalho distribuídas entre as mais diversas variações, como aquelas em que se apresentam o parceiro, o colono, o agregado, o arrendatário, o meeiro. Não chega a ser um mercado livre e nem há, claramente, uma classe que compra a força de trabalho. (OLIVEIRA, 2008).

O crescimento industrial, juntamente com o aumento da população urbana, iniciado a partir das primeiras décadas do século XX, redefiniu a zona urbana e a zona rural. Quer dizer, expandiu o mercado urbano e modificou o mercado de produtos agrários. A zona rural perde seu lugar de setor de maiores e melhores oportunidades de investimentos. Os investimentos voltam-se para o setor urbano, refletindo uma grande expansão comercial, bancária e industrial.

Silva (2001) discute, como resultado de suas pesquisas, alguns mitos em relação a questões rurais. Um deles se refere ao êxodo como um paradoxo. Enquanto o emprego de natureza agrícola definha, a população residente no espaço rural voltou a crescer ou não diminuiu. Aumentou a massa de desempregados inativos e aposentados, que mantêm residência rural. A volta aos espaços rurais não significa a volta às atividades agrícolas.

Dados do IBGE mostram que em 2011, o contingente de trabalhadores em atividades agrícolas foi estimado em 14,1 milhões, superando o contingente de trabalhadores em atividades industriais, que foi de 12,4 milhões. (IBGE-PNAD/2012). Entretanto, é bom lembrar que a agricultura hoje não passa de um ramo especializado de produção que depende em medida crescente da demanda urbana.

É impossível negar a integração entre o rural e o urbano. O atraso no espaço rural é explicado juntamente com o progresso urbano industrial, ou seja, ambos fazem parte da mesma engrenagem, duas faces de uma mesma moeda. A modernização agrícola no Brasil caracteriza-se por constantes contradições entre as formas arcaicas e modernas de relações de trabalho e produção.

A modernização entendida neste trabalho segue a ideia desenvolvida por Martins e outros autores, entre eles Pessoa, de uma “modernização conservadora”, pois mantiveram-se a prioridade e privilégios às grandes propriedades, conseqüentemente repressões aos trabalhadores rurais que reivindicavam terras para seu trabalho e sustento, priorizaram-se o mercado, as tecnologias e outros instrumentos. Essa modernização não só reforça, mas também transforma os latifúndios em grandes empresas rurais capitalistas, ligadas ao complexo agroindustrial. Entretanto, “mais que conservadora, a ‘modernização à brasileira’ foi ‘dolorosa’, porque, paradoxalmente, produziu o atraso”. “É um modelo modernizante de tipo produtivista sobre uma estrutura anterior, reacionária, do ponto de vista técnico, predatória dos recursos naturais e criadora de exclusão social” (PESSOA, 1999, p. 51).

Segundo Pires (2008), para quem o termo modernização conservadora foi usado pela primeira vez no Brasil pelo pensador Alberto Passos Guimarães, “a estratégia de ‘modernização conservadora’, [é] assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária.” (p. 16).

Pires considera a análise de Guimarães (1977) parcial; por considerar apenas o elemento econômico do processo de modernização conservadora, “o autor não refletiu sobre o pacto político conservador urdido entre a burguesia nacional e os terratenentes no interior do Estado que determinou o rumo e o ritmo do desenvolvimento capitalista da sociedade nacional”.

A modernização conservadora manteve-se condicionada aos interesses entre o moderno e o tradicional, isto é, não teve forças suficientes para romper com a classe hegemônica rural e manteve um projeto de construção de uma sociedade capitalista com estrutura de dominação e o poder de decisão de uma única classe. Assim, o processo de modernização nasce associado a uma sociedade industrial moderna, porém com estrutura política conservadora. “Uma sociedade política marcada profundamente pelos interesses dos grandes proprietários rurais, os quais criaram obstáculos ao acesso democrático das demais classes sociais ao mercado de terras”. (PIRES, 2008, p.14).

O pequeno produtor rural, que não conseguiu adotar o novo padrão econômico tipicamente capitalista, com o uso de tecnologias e técnicas modernas,

foi desapropriado e perdeu o direito de viver da terra como proprietário dos meios de produção. Passa a ter apenas a força de trabalho para se lançar ao mercado de trabalho.

Segundo Furtado (1965), não é necessário existir o subdesenvolvimento como etapa para se instalar uma economia moderna. No caso do Brasil, as empresas modernas foram instaladas em estruturas arcaicas. A elite dominante dificultou aos setores subalternos e ao proletariado o acesso à cidadania e à democracia, hipotéticas vantagens decorrentes da modernização.

Para os sociológicos Martine e Garcia (1987), o processo de modernização conservadora foi a principal causa da expansão e da aceleração do êxodo rural.

O modelo de modernização conservadora do regime militar, atendendo aos interesses que promoviam o pacote tecnológico da Revolução verde, em meados da década de 60, [...] acentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores. (p. 61).

Segundo Fernandes (1991), o poder hegemônico no Brasil dos anos 1930 do século XX, instituiu um capitalismo dependente estruturado em uma dominação burguesa que apresenta

Dois polos: um interno, representado por classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder, bem como do estilo político que ela comporta, no qual exterioridades 'patrióticas' e 'democráticas' ocultam o mais completo particularismo e uma autocracia sem limites; outro externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas, bem como pela forma de articulação atingida, sob o capitalismo monopolista, entre os governos dessas nações e a chamada 'comunidade internacional de negócios. (p.144).

A modernização econômica no Brasil foi condicionada pelos interesses da burguesia, determinando um padrão de capitalismo dependente privilegiando os interesses conservadores sob a lógica da especulação. Assim a "modernização conservadora" se aliou ao latifúndio, sob a égide do Estado. (SILVA, 1982).

A modernização no Brasil seguiu os caminhos das grandes propriedades agrícolas. Não permitiu nenhuma fragmentação da estrutura fundiária. Mesmo

assim, alguns pequenos e médios produtores rurais conseguiram seguir os rumos de uma agricultura familiar capitalista. (SORJ, 1980).

Porém, nem todos tiveram a chance de tornarem-se empresários rurais. A maioria dos pequenos produtores rurais engrossou a reserva de mão de obra nas cidades e também no espaço rural. Dessa forma, a modernização agrícola nacional foi marcada pela exclusão do homem do espaço rural, do trabalho, das terras e do acesso aos mercados de dinheiro.

O próprio Banco do Brasil, principal agente executor da política em questão acabou por privilegiar à luz da lógica bancária adotada, as transações de maior porte, que são feitas, evidentemente, por grandes produtores e/ou intermediários e beneficiadores.” (SZMRECSÁNYI; RAMOS, 2002, p. 53)

O incentivo à modernização da agricultura teve a participação do Estado com o discurso de integração da agricultura à dinâmica da expansão capitalista. Sua estratégia de maior efeito foi o acesso facilitado ao crédito, com juros favorecidos através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), cujo objetivo era assegurar parte dos recursos bancários ao setor agrícola. O apoio de crédito rural não vinha sozinho. O agricultor ficou subordinado à fiscalização, à assistência técnica; quer dizer, ele foi submetido ao “pacote tecnológico” da modernização.

O benefício do crédito rural, com facilidades, não foi tão democrático quanto a proposta. Apenas os médios e grandes proprietários de terra tiveram acesso aos recursos. Aos pequenos produtores, sobretudo os mais pobres, foram impostas dificuldades de acesso aos recursos econômicos disponibilizados pelo governo, revestidas de exigências burocráticas, causando desistência e até descrença na possibilidade de se adquirir o dinheiro. Estes tiveram que buscar alternativas como, por exemplo, vender sua força de trabalho aos grandes fazendeiros nas cidades próximas e, finalmente, vender seu pedaço de chão e mudar-se para a cidade. Essas e outras medidas, além de não resolverem o problema do pequeno produtor, agravaram ainda mais sua condição de pobreza. “O crédito rural não somente privilegiou certo tipo de produtor e produto, como parte importante dele foi desviada para atividades urbanas ou compra de terras”. (SORJ, 1980, p. 89).

Foi negando a possibilidade de muitos produtores rurais transformarem sua produção em agroindústria familiar, ao mesmo tempo em que se os estimulava a

consumirem os produtos industriais, que se instituiu o processo de modernização agrícola no Brasil.

Portanto, os produtores rurais que conseguiram fazer parte da cadeia produtiva dos complexos agroindustriais puderam concretamente ampliar sua produção e manter-se no mercado. Os marginalizados desse processo, que não conseguiram romper com a agropecuária tradicional, permaneceram como

Parte da superpopulação relativa no campo, como membros não remunerados da força de trabalho familiar nas pequenas explorações ou são lançados nas zonas urbanas ao 'rebotelho da sociedade' – o lumpesinato –, constituído pelos trombadinhas, prostitutas, mendigos e ladrões. (SILVA, 2003, p. 103).

A modernização da agricultura efetivada na década de 1960 ampliou os hiatos entre os produtores rurais que usavam as inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas e os produtores de subsistência. Contudo, a modernização não implicou simplesmente a substituição de um agricultor tradicional por outro, tecnificado, mas também a mudança da produção no que diz respeito às relações sociais, nas quais a figura do “boia fria”, ou trabalhador temporário, é cada vez mais presente. O trabalhador assalariado passa a ser mão de obra indispensável. A modernização agrícola altera a lógica de produção, modifica o modo de vida das pessoas, o meio ambiente, o trabalho e a comercialização. A modernização é entendida pelas mudanças ocorridas nas esferas sociais, políticas e econômicas acompanhadas da industrialização em vários países do ocidente.

Contudo, estes produtores tecnificados tiveram um forte estímulo das políticas agrícolas e tecnológicas proporcionadas pelo Estado para demandarem cada vez mais os produtos das multinacionais, determinando, por conseguinte, a modernização das grandes unidades de exploração agrícola que aconteceu preservando-se a estrutura fundiária. (PIRES, 2008, p.23)

O próprio conceito de produtor de subsistência, antes voltado principalmente para o sustento familiar que deixava um pequeno excedente para a troca por produtos de que não dispunha, passa a referir-se a um pequeno produtor capitalista, com possibilidade de tornar-se empreendedor e “bem sucedido” ou, apenas, mais uma fonte de mão de obra à disposição das empresas rurais. Ressalte-se que a

atual agricultura familiar, com base na pequena propriedade, afirma o sentido de propriedade privada da terra.

O desenvolvimento capitalista trouxe transformações tanto internas à pequena produção quanto ao papel desempenhado por ela na agricultura brasileira. Os pequenos produtores rurais passam a produzir fundamentalmente para o mercado; concomitantemente consomem insumos industriais por imposição do capital industrial e comercial. A utilização de tecnologias representa uma modificação também nos custos. Antes ele utilizava a mão de obra familiar, não remunerada, para produzir seu excedente. Agora, tem custos elevados, com sementes próprias, ração, insumos modernos que se fazem necessários. Com elevação do custo da produção, não pode vender seu produto a qualquer preço.

O fato de a agricultura se transformar numa crescente consumidora de insumos industriais implicou um crescimento mais rápido dos preços dos produtos agrícolas, sem que necessariamente o produtor direto se tenha beneficiado desses acréscimos”. (SILVA, 1982, p. 139).

A transformação do meio agrário, através desse processo de modernização, tem exigido uma constante reação dos movimentos sociais que atuam no espaço rural, com destaque para os defensores da reforma agrária. Hoje, o acesso à terra em si não garante condições de vida dignas para uma família de “sem terras”. Novos desafios se colocam para os movimentos sociais; entre eles, a defesa do trabalhador rural assalariado, que não luta mais por terra, e sim por direitos trabalhistas, tais como: carteira assinada, previdência social, condições dignas de trabalho e salário justo.

Segundo Fernandes (1976), o capitalismo, como modo e sistema de produção surge tardiamente na evolução econômica e histórica do Brasil.

### 1.3 Condicionantes da modernização agrícola

Tão importante quanto compreender o processo de modernização agrícola no Brasil é analisar as razões ou os motivos que conduziram a tais mudanças. Várias questões devem ser levadas em consideração; entretanto, apesar da complexidade do assunto, faremos algumas considerações relevantes, para embasamento teórico deste trabalho.

Graziano Neto (1988), considera como caráter fundamental para a modernização o aumento do lucro, possível com o aumento da produtividade, que se tornou viável através da introdução de tecnologias, ampliação do mercado, diminuição da concorrência sem necessariamente aumentar as despesas com mão de obra, uma vez que o trabalho mecanizado pode ser realizado com o mesmo número de trabalhadores, no mesmo espaço de tempo, com maior número de mercadorias. “A racionalidade dos capitalistas é, também, através da introdução de novas tecnologias, reduzir as despesas de produção e aumentar os lucros”. (p. 32)

Para analisar os motivos da modernização da agricultura no Brasil, Graziano Neto (1988) entende a necessidade de se considerarem os fatores internos da agricultura e a influência do setor industrial. Como fatores internos, temos o processo de acumulação do capital, ou seja, a lógica capitalista de acumulação, a busca dos agricultores capitalistas, cada vez mais, por maiores lucros. Isso foi possível com a intensificação da produção, sobretudo, através da introdução de tecnologias químico-biológicas, mecânicas e sementes ou animais modificados geneticamente para produzir maior lucratividade.

O setor industrial recebeu todo apoio do governo no intuito de estimular a crescente tecnologia moderna. As pressões vieram de diferentes maneiras, através de propagandas no rádio, televisão e disfarçadas de assistência rural ou crédito rural do governo. Graziano Neto chama atenção para a grande pressão das indústrias sobre a política agrícola governamental, visando a aumentar a demanda dos seus produtos. Não menor era seu interesse no volume dos créditos rurais e nos juros elevados. Estavam atentos a tudo que pudesse atrapalhar o avanço do crescimento industrial agrário: “o setor industrial que se coloca à montante da produção agrícola praticamente impõe o desenvolvimento tecnológico da agricultura.” (GRAZIANO NETO, 1988, p.42).

Outro fator ligado à modernização foi denominado, pelo autor, de “ideologia da modernização”, que caracteriza uma tendência disseminada que orienta a prática das pessoas que trabalham no setor agrícola. Essa postura despreza tudo o que é rotulado de não moderno. Substitui tudo que parece ser obsoleto e tradicional, ao mesmo tempo em que provoca uma supervalorização do que se impõe como moderno. A observação de Graziano Neto (1988, p.43) ilustra essa realidade:

Muitos pequenos agricultores brasileiros, instigados pela propaganda oficial e oficiosa e iludidos pela “ideologia modernizadora”, compraram tratores que permanecem ociosos em boa parte do tempo e com os quais vão às cidades fazer compras ou levar a família a passeio!

Entretanto o processo de desenvolvimento capitalista no espaço rural traz no seu bojo uma série de problemas. Silva (1982) distingue conceitualmente questão agrícola de questão agrária, sendo a primeira relacionada à produção. O que, onde e quando se produz. A questão agrária diz respeito às relações de produção, ao como se produz. Contudo, separar as duas é algo difícil, pois estão de tal forma imbricadas que mexer com uma poderá refletir na outra. Tal fato ocorreu, no caso brasileiro, ao se elevar a oferta de alimentos e de matéria prima para suprir a necessidade da indústria. O mercado urbano que se encontrava em plena expansão nos anos 60, agravou sobremaneira a crise agrária, desencadeando, mais tarde, a crise agrícola na produção de alimentos para a população.

Este fato trouxe graves consequências, ou seja, a falta de alimentos gerou aumento de preços. Esse quadro social, fortemente marcado pela desigualdade, agravou os conflitos pela posse da terra e as péssimas condições de trabalho e de vida dos pequenos produtores rurais.

Outro aspecto a ser considerado é que essas transformações ocorrem de forma desigual nas regiões do Brasil. A modernização é parcial e, segundo Graziano Neto (1988), essa parcialidade se dá em três âmbitos: por região, por atividade agropecuária e produtores rurais. No caso deste trabalho, o foco será uma região, a de Ceres, no estado de Goiás.

#### 1.4 Modernização da agricultura em Goiás e no Médio Norte Goiano

A modernização como expansão do modo de produção capitalista se compromete com a reprodução ampliada do capital, envolvendo meios de produção, exploração do trabalho, condições econômicas, políticas e culturais. Essa nova realidade exige esforços do Estado, de atores sociais hegemônicos, além do capital internacional na constituição de um ambiente propício ao processo de expansão do capitalismo.

A modernização agrícola ocorre de forma peculiar em cada região. Isso significa que a região de Ceres, no Médio Norte Goiano, tem sua dinâmica própria. Pesquisar essa região e o processo de modernização agrícola ali ocorrido permitirá uma melhor compreensão de todo o processo vivido pelo pequeno produtor rural até os dias de hoje.

A modernização no Médio Norte Goiano não está isolada, mas compõe o cenário nacional. O processo de mudança econômica na agricultura, consequência da mecanização no espaço rural ocorreu em todo o Brasil, mas com o privilégio de algumas regiões em detrimento de outras.

A partir de 1930, segundo Gonçalves Neto (1997), a agricultura no Brasil vinha sendo distanciada das rédeas do poder. Esta luta pelo poder econômico e político não se decide de uma vez, podendo os avanços de um setor sobre o outro ser avaliados segundo a destinação dos recursos distribuídos pelo Estado em suas intervenções na sociedade. O Estado garante, ao intervir, as condições de produção e a segurança de que essas condições estarão presentes no futuro.

O Estado, portanto, não reflete apenas a luta fundamental da sociedade capitalista, trabalho versus capital". Ele espelha as contradições intraclasses, de acordo com o grau de maior ou menor dominação e subordinação nas diferentes classes. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 120)

Essa visão pode levar à ilusão da existência de um conflito estrutural entre agricultura e indústria. Assim, a acumulação estaria centralizada no setor urbano industrial e crescente descapitalização do setor agrário. O Estado entra como órgão regulador para atenuar as disputas mantendo o privilégio de alguns setores. Após a

década de 1960, as políticas adotadas no Brasil estavam voltadas a responder às necessidades da modernização da agricultura brasileira.

O Estado promove a modernização de grande parte da agricultura, aumentando a produção e a produtividade sem, contudo, tocar nos padrões de acumulação. As políticas implementadas têm a ver com a natureza política do Estado autoritário que foi ajustado e controlado pelos interesses do capital monopolista. O Estado implantou as políticas a serviço do grande capital financeiro e industrial, e são elas que tornam possível perceber o sentido geral da ação política para a agricultura (LEAL, 2006, p.47).

O princípio ordenador da estrutura fundiária do Estado manteve-se intocado: as experiências de estímulo às pequenas propriedades foram fracassadas e a terra permaneceu majoritariamente concentrada em médias e grandes propriedades.

A ocupação de terras e conseqüentemente o povoamento do Estado de Goiás ocorreu nas primeiras décadas do século XVIII, decorrentes das frentes colonizadoras. Uma chegava pelo sul – bandeirantes paulistas – e outra vinda pelo norte, migrantes da Bahia, Pará e Maranhão. (PESSOA, 1999).

O Estado de Goiás ficou desvinculado do restante do país até ser descoberto ouro em suas terras, pois não havia interesse da metrópole em desenvolver este território, uma vez que ele não apresentava nenhuma perspectiva de rentabilidade econômica. O ouro não foi suficiente para fazer de Goiás um Estado produtivo; além dos empecilhos jurídicos e normativos da coroa portuguesa, havia as barreiras econômicas, o difícil acesso, transportes precários e escassos. Tudo isso não permitiu a formação de um mercado interno forte. A população, na sua maioria, era rural e escrava. Esses fatores fortaleceram uma agricultura preponderantemente de subsistência.

A agricultura, função secundária durante o ciclo do ouro, com o fim desse ciclo passa a ser a principal atividade econômica do Estado. Assim, extingue-se uma economia com alto potencial comercial e nasce uma economia agrária, fechada, produzindo um excedente apenas para aquisição de produtos essenciais, como o sal e algumas ferramentas.

Goiás teve, no início do século XX, outro impulso de crescimento e novos investimentos agropecuários da região sul. A estrada de ferro teve um papel fundamental nas trocas mercantis entre Goiás, Minas Gerais e São Paulo, que

trouxeram os germens da modernização do Sul do Estado. A ferrovia ligou parte dessa região do território goiano à economia do Triângulo Mineiro e à economia paulista. Além disso, “a estrada de ferro trouxe mais migrantes, aumentando a produção, especialmente de arroz, que passou a ser transportado através dela.” (PESSOA, 1999, p. 35).

Segundo Borges (1995), nas primeiras décadas do século XX, o crescimento da agropecuária em Goiás foi o resultado do avanço da fronteira agrícola do Sudeste. A base de sustentação desse avanço da fronteira agrícola está vinculada à implantação de uma infraestrutura de transportes, assim como à construção de duas capitais, Goiânia e Brasília. A economia goiana, ligada à produção agrária, estava diretamente vinculada ao crescimento da economia industrial de São Paulo.

Sintetizando, a industrialização do Sudeste estimulou e redefiniu a produção, destinando às demais regiões do Brasil a produção de bens primários, sobretudo, os de menor valor. Assim, o crescimento e especialização agrária foram estimulados nos Estados agropecuários, dentre eles Goiás, que tiveram a venda de seus produtos primários ligados à compra dos manufaturados de que necessitava. Goiás teve sua economia agrária de produção de bens primários submetida às exigências de um mercado voltado à indústria do Sudeste. Assim, o papel econômico de Goiás era o de fornecer matéria prima e São Paulo cumpria a função de fornecer produtos necessários à produção, o que promoveria a modernização agrícola e o aumento da produção. Goiás se integrava ao sistema produtivo, tendo a expansão da fronteira agrícola em Goiás acontecido de acordo com o crescimento na estrutura da economia do Sudeste.

De certa forma, a agropecuária em Goiás estava ligada à indústria emergente e a economia goiana vinculada à economia paulista. A modernização chegava pelos trilhos da estrada de ferro, que, ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940 possibilitou a transformação da economia de Goiás em industrial e bancária, resultado de um comércio que beneficiava o arroz e financiava a produção. Foi isso que provocou o surgimento das primeiras casas bancárias no Estado.

Permeando esse cenário, havia uma política apoiada pelas classes dominantes, que concentrava esforços em acabar com as frentes de expansão representadas pelas formas tradicionais de produção e abrir caminho para formas modernas emergentes, novo padrão técnico e novo modelo organizacional. A política de expansão da fronteira agrícola ocorrida nas décadas de 1930 e 1940, no

período do Estado Novo, instituiu a “Marcha para o Oeste” como estratégia política e econômica para deslocar produtores rurais desapossados de suas terras, para regiões em expansão, no caso, Goiás. Seria o processo de ocupação de vastos territórios com baixa densidade populacional ao mesmo tempo em que enfraquecia a pressão existente nas regiões de fronteira agrícola, mudando os trabalhadores rurais para regiões situadas fora do eixo sul-sudeste. Dessa maneira, Goiás não ficou apenas no plano das trocas mercantis, entre as economias paulista e mineira, mas serviu também de instrumento para equalização dos conflitos sociais existentes no espaço rural.

Pessoa (1999b) destaca a Marcha para o Oeste como um período especial de crescimento para Goiás e acrescenta que, antes de o Estado Novo entrar em total declínio, Getúlio tentou legitimar-se como pôde e foi com esse propósito que se fazia grande campanha propagandística em torno da Marcha para o Oeste, uma política de ocupação de terras pouco habitadas (do Leste para o Oeste). Getúlio investiu muito na retomada da Marcha que já tinha sido iniciada desde a bandeira do Anhanguera, no começo do século XVIII. Nos primeiros meses do Estado Novo, em sua fúria nacionalizante, ele dizia: “o verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste”. (PESSOA, 1999b, p. 35).

Getúlio, em um discurso proferido em Cuiabá, em 1941, associou as bandeiras a um passado de luta pela conquista da terra, busca de tesouros e desbravamento. E no Estado Novo existia uma luta pela recuperação da economia, pela união de grupos e regiões. Além desses motivos, outro surgiu, decorrente do conflito mundial: garantir a segurança, evitando a entrada de imigrantes indesejados. Esse argumento foi incorporado ao discurso do presidente, o que gerou medidas de controle de imigrantes e entrada de agricultores estrangeiros nas colônias agrícolas.

A Marcha para o Oeste foi concretizada por Getúlio em suas constantes viagens, na abertura de rodovias e ferrovias, na criação de núcleos coloniais, mas, sobretudo, na criação das Colônias Agrícolas Nacionais. (PESSOA, 1999b, p. 37).

Assim, a Marcha para o Oeste foi um marco importante no crescimento de Goiás, sobretudo, para a região de Ceres. Outro período importante foi marcado pela modernização agrícola, a partir de 1950. Estevam destaca que

No período de 1930 a 1960 importantes elementos de transformação foram introduzidos no território goiano e o processo de germinação de novas estruturas, principalmente no centro-sul do Estado, esteve balizado em dois acontecimentos: a nível externo, a integração nacional do comércio de mercadorias comandado por São Paulo e, a nível interno, o surgimento de centros urbanos comerciais no interior da região. Tais fenômenos, concomitantes ao programa Marcha para o Oeste, definiram novos rumos para Goiás em função da urbanização e da articulação mercantil inter-regional. (ESTEVAM, 1998, p. 105).

Getúlio Vargas protagonizou mudanças na economia e na política brasileiras, responsáveis pelo lançamento dos alicerces para a modernização do Estado-Nacional. Mudou de um padrão de acumulação primário exportador para um padrão de acumulação de capital com raízes no desenvolvimento industrial e urbano. “Entretanto, sem o apoio do Estado, houve um processo de reconcentração fundiária que manteve o poder econômico e político aglutinado nos grandes fazendeiros”. (PIRES, 2008, p.47)

Os esforços de Getúlio Vargas foram traduzidos por Pedro Ludovico Teixeira ao assumir o Estado de Goiás, como interventor. Sua bandeira era retirar o Estado do ostracismo político e projetar Goiás no cenário econômico nacional, sustentado pelo discurso populista do desenvolvimento, dinamismo e modernidade. O desafio maior era afastar do comando do Estado a oligarquia rural tradicional liderada pela família Caiado, apontada como fechada, predominantemente rural, conservadora e tradicional.

A estratégia política para colocar um fim no domínio das velhas oligarquias foi transferir a capital da cidade de Goiás para Goiânia. Gesto emblemático do novo e do moderno:

Por intermédio de Goiânia, a região se integrou à nação. O desenvolvimento econômico dos anos 30 deu suporte ao projeto da Marcha para o Oeste [...] Goiânia sustentava a imagem de modernidade, mas continuou sendo por muitos anos, a capital do sertão, a fronteira do cerrado. (CHAUL, 2000, p.124).

A Marcha para o Oeste, que teve sua expressão máxima com a construção de Brasília, “significou profundas alterações econômicas e políticas para o Estado - aceleração do ritmo migratório; ocupação de novas terras; abertura de estradas;

expansão do mercado; novos empregos”. (PESSOA, 1999, p. 47). Aliada à política estadual conduzida pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, nomeado por Getúlio Vargas, criou as condições necessárias para a ocupação do Estado. Getúlio firma um pacto populista, constituído pela burguesia agrária remanescente, a burguesia urbana industrial e o operariado urbano emergente.

Mesmo as forças externas capitalistas penetrando Goiás por diferentes vetores, não foram suficientes para modificar, imediatamente, a estrutura agrária do Estado, pois as forças internas não estavam plenamente constituídas para alavancar uma produtividade diversificada, dado que o setor agropecuário continuava enraizado em uma agricultura de subsistência e uma pecuária extensiva. No entanto, os embriões das forças produtivas capitalistas, mesmo timidamente, já estavam em território goiano. Muitas fazendas goianas entravam em contato com as inovações tecnológicas vindas principalmente dos mercados internacionais.

Nas áreas de cerrado, a modernização da agricultura intensificou-se com a territorialização das empresas rurais, tendo a agroindústria sido atraída pela produção de grãos para exportação, incentivos fiscais e facilidade de financiamentos e crédito disponibilizados pelo Estado.

As condições adequadas para se gerarem lucros culminaram com as terras férteis da nova paisagem do cerrado, atraindo as grandes empresas. Mesmo assim, a modernização da agricultura não eliminou a pequena produção agrícola em diversas regiões do Brasil, tão pouco na região de Ceres.

A década de 1970 foi um período de grande exploração econômica baseada na agropecuária, motivada pela construção de Brasília na década de 1950 e, posteriormente, pelos incentivos governamentais. Esse crescimento agrícola trouxe várias transformações sociais, econômicas e culturais, que refletiram na difusão de tecnologias agropecuárias, propiciando a produção de excedentes agrícolas e pastoris. Como já foi discutido, com a queda do ouro, Goiás se ruralizou, inicialmente com pouca utilização de insumos e com predominância do trabalho familiar.

As políticas de integração e desenvolvimento regional a partir de 1960 foram assumidas no Centro-Oeste com uma importância não percebida nas décadas anteriores. A orientação governamental passa a ser de se criarem polos de crescimento em cada região. O processo de desenvolvimento na região Centro-

Oeste foi coordenado e organizado pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), criada em 1967.

Esse órgão tinha como função primeira a de desenvolver pesquisas para se conhecer o potencial econômico da região, definir áreas apropriadas a atender os objetivos de desenvolvimento, fixação de polos de crescimento com capacidade de desenvolver as áreas vizinhas e explorar espécies e plantas nativas nobres. Aumentar a participação regional no PIB, melhorar a participação no setor secundário, elevar a utilização da mão de obra e, sobretudo, ampliar o nível de renda per capita eram metas básicas da Sudeco. (BRAGA, 1998)

Seguindo a mesma orientação, outros programas especiais foram fomentados; dentre eles, em 1975 foi criado o Polocentro com foco no aumento da produção agropecuária com o objetivo de incorporar 3,7 milhões de hectares de terras dos cerrados ao setor produtivo, no período de cinco anos. Essa iniciativa garantiria o desenvolvimento e a modernização da agropecuária na região do Centro-Oeste, mediante a ocupação de áreas de cerrado. Os esforços se concentraram na construção de estradas, na eletrificação rural, na rede de estocagem e de comercialização. Na agricultura e produção, os recursos foram direcionados a pesquisa, tecnologia agrária, insumos, correção do solo.

Em 1980, o governo federal reformula o Polocentro, apesar de considerá-lo instrumento satisfatório para a ocupação econômica dos cerrados utilizada pela política regional. Nessa redefinição priorizou-se a área social, fazendo-se opção pelo trabalhador rural e, também, pelo controle e preservação ambiental. Braga (1998) diz merecer destaque o Programa de Ampliação dos Efeitos Socioeconômicos da agricultura no cerrado, programa que buscou implantar uma nova ação governamental na região, incorporar 4,6 milhões de hectares à agricultura, com incentivo aos mini e pequenos produtores e a preocupação com a conservação dos recursos naturais e aproveitamento dos recursos hídricos. Entretanto, o governo brasileiro, ainda de forma incipiente, só veio a se preocupar com a questão ambiental após a década de 1970, com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema).

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado na Constituição de 1988, com a função de promover o desenvolvimento econômico e social da região mediante o financiamento de programas no setor produtivo.

Todas essas iniciativas, além da expansão da agricultura e da pecuária moderna em Goiás, sobretudo nas regiões sul e sudeste, somadas às políticas de financiamento, contribuíram para o alastramento do latifúndio capitalista moderno, gerando uma migração do pequeno produtor para os centros urbanos. Em Goiás e na maioria das regiões brasileiras, a modernização causou profundas transformações no espaço rural, beneficiando os grandes proprietários e excluindo a grande maioria de pequenos produtores, não contemplados com os benefícios da nova política econômica.

Para Bourdieu (2010), o regionalismo é apenas um caso particular de lutas simbólicas, em que os agentes envolvidos, individualmente ou coletivamente estão em jogo pela conservação ou transformação das relações de forças e das vantagens advindas dessas forças tanto econômicas quanto simbólicas. Nessa luta pela legitimidade da região, os agentes empenham interesses poderosos, até vitais “na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo” (BOURDIEU, 2010, p. 124).

A modernização agrícola do cerrado altera também o quadro demográfico, a nova economia expulsando o pequeno produtor rural, o que deixa as periferias das cidades mais ruralizadas, mais pobres, mais inchadas. Esse novo modelo acompanhou o cenário nacional, no qual foram beneficiados grandes e médios proprietários de terra.

### **1.5 Colônia Agrícola Nacional de Goiás – nasce Ceres**

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), instituída pelo Decreto Lei Federal nº 3.059, de 19 de fevereiro de 1940, estava entre os projetos expansionistas de Getúlio Vargas. O município de Ceres, emancipado em 1953, foi o local escolhido pelo engenheiro agrônomo Bernardo Sayão, para ser a sede da Cang (PESSOA, 1999). O objetivo da criação das Colônias era o de fixar brasileiros pobres, aptos à agricultura e expandir o modelo desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que resolveria o problema do desempregado gerado pela cafeicultura em decadência.

Os cidadãos brasileiros de todo o Brasil e, excepcionalmente, estrangeiros com conhecimentos agrícolas especiais para servirem

como exemplo e estímulo, maiores de 18 anos, não proprietários e reconhecidamente pobres, com aptidão para os trabalhos agrícolas (art. 20) foram chamados a Goiás, a partir de 1941, com alvissareiras promessas. (PESSOA, 1999, p. 39).

A criação das colônias nacionais pretendia ocupar as regiões pouco povoadas, organizar e emancipar. Esta é a versão oficial; entretanto, nos bastidores circulavam outros motivos, dentre eles o fato de a exuberância da floresta Amazônia atrair interesses norte-americanos em fazer dela um escoadouro para sua população ex-escrava “e o caminho para ocupar a Amazônia, antes que isso acontecesse, seria, não o litoral, mas o Centro-Oeste”. (p. 41) Assim, Goiás passa a ser a região favorável para se criar a primeira colônia.

Para se chegar a esse fim, todo esforço foi feito; distribuíam-se gratuitamente lotes “com área variando entre 20 e 50 ha (cujos títulos definitivos seriam expedidos posteriormente pela União) e, em cada lote uma casa do tipo mais conveniente à região”, (PESSOA, 1999, p. 39) para a família do colono, o lote não teria impostos nem qualquer outra taxa e, para o cultivo, o colono receberia as sementes, material de trabalho no primeiro ano, assim como máquinas e instrumentos agrícolas e animais de trabalho. Tudo isso exigiu a fundação de uma sede, instituições de ensino agrícola primário, instalações de indústrias de beneficiamento agrícola e cooperativas de produção para venda e consumo dos produtos. Isso é o que foi oficialmente divulgado.

Entretanto, na pesquisa realizada por Pessoa (1999), já citada, um antigo topógrafo declara, em entrevista, que nada do que foi prometido pelo decreto foi, de fato, cumprido, e Neiva (*apud* PESSOA, 1999b) reafirma esse fato, escrevendo que a única disposição realmente cumprida em todo o período da Cang foi em relação à gratuidade da terra.

Bernardo Sayão Carvalho Araújo foi escolhido para implantar e administrar a primeira colônia. Ele liderava então a frente pioneira em direção aos espaços pouco povoados e Goiás fazia parte do programa estadonovista, solo fértil para atingir sua plenitude, projeto apoiado pelo governo estadual “que influiu decisivamente na escolha do local de sua implantação”, (ESTEVAM, 1998, p.112). O local escolhido por Bernardo Sayão para ser a sede da Cang tornou-se depois, também, sede do município de Ceres, emancipado em 1953 (PESSOA, 1999b). A região da Cang era

de terras muito férteis, inexploradas, não ficava muito perto de Goiânia, mas ficava próximo de Anápolis, naquele momento a cidade mais populosa de Goiás. Esses fatores condicionaram a modernização agrícola local, ou seja, condições do solo, proximidade com grandes centros e expansão da economia pelo interior do país. Porém há controvérsias em relação à escolha da área. Pessoa (1999) relata uma versão colhida de um ex topógrafo da colônia; diz ele que a escolha se deu porque a região era muito cobiçada. Na época, a área de mata virgem e de cultura mais próxima de Goiânia, era a mata São Patrício, versão apoiada pelo jornal *Cidade de Goiás*. Outra versão diz, ainda, ter sido feita a escolha daquela área para o posicionamento da colônia, para beneficiar uma propriedade de 90.000 alqueires, localizada a leste da Mata São Patrício, de um grupo do qual participava Luiz Simões Lopes, amigo de Bernardo Sayão que o havia escolhido para administrar a colônia quando era, na época, oficial de gabinete de Getúlio Vargas. E Sayão era procurador do grupo, durante sua atuação como administrador da colônia. (PESSOA, 1999b).

A colônia atraiu muita gente motivada pelo solo fértil e o prometido apoio do Governo. Em 1950, a Cang já contava com 29.522 habitantes, passando a população em 1953 para 36.672 habitantes, dos quais 33.222 instalados na zona rural e 3.450 na zona urbana. A maioria das pessoas vinha do Oeste de Minas Gerais, de São Paulo e de estados do Norte (DAYRELL, 1974).

Pessoa (1999b) fez uma pesquisa criteriosa sobre “a lógica da questão social e metafórica das estratégias de compromissos entre a igreja, na sua proposta de ação popular, e as diferentes categorias de sujeitos católicos em Ceres” (PESSOA, 1999b, p. 44) e pôde observar imposições rigorosas do administrador da Colônia: não era permitida a entrada de prostitutas, de bebidas alcoólicas e nem a sua comercialização. “Para os dois casos, a opção era permanecer antes do rio” (ibidem) e apresentar a certidão de casamento era requisito para ganhar o lote. Algumas pessoas chegavam com dinheiro e queriam comprar terras; considerando os lotes pequenos, faziam opção pelo outro lado do rio, de modo que foi-se formando um aglomerado na margem direita do rio, na época denominado de Barranca, porque os chegantes que, por causa das restrições, decidiam não atravessar, ficavam alojados na barranca do rio. “Essa ‘peneira’ na beira do rio gerou um fenômeno social pouco comum e que era regra ainda no final dos anos 1980: formou-se zona confinada de prostituição na Barranca, e na colônia, não” (ibidem).

O povoado, denominado Barranca é hoje a cidade de Rialma; localizada à margem direita do Rio das Almas, surgiu como espaço marginal. Outros dois municípios, Uruana e Carmo do Rio Verde, foram criados por aqueles que não conseguiram adquirir lote na Cang. Mas, tanto na margem esquerda quanto na margem direita do Rio das Almas e em outras localidades, a migração acelerou o processo de povoamento motivado pelas promessas do Estado.

Os pequenos agricultores se fixaram na Colônia em condições precárias de sobrevivência, utilizavam métodos tradicionais, sem informação ou apoio, sendo comuns as queimadas, que desgastaram o solo rapidamente e as lavouras de arroz e milho em pouco tempo se transformaram em pastos

A precariedade de moradia e de produção não impediu a Cang de se destacar na produção agrícola de Goiás, na década de 1950. Neste período, o Mato Grosso Goiano se constituía na principal área agrícola do Estado e a Cang era o carro chefe na intenção política da expansão. Entretanto, a falta de qualificação e a baixa renda impossibilitaram grande parte dos colonos de se consolidarem enquanto produtores. Até 1957, não havia na região tratores, implemento agrícola, prevenção de erosão ou qualquer pesquisa do solo. (DAYRELL, 1974)

Castilho (2009) acrescenta que, enquanto os pequenos produtores rurais viviam nas piores condições, ligados ao atraso, Ceres ia surgindo, como sede urbana, cidade planejada dentro dos padrões da modernidade com ruas largas e bem traçadas, tendo no centro do plano, uma praça com conexão aos setores das imediações e uma avenida larga contornando a cidade e ligando-a a Rialma.

A região escolhida para ser a sede, além de terras férteis e bem drenadas, apresenta acentuada declividade, como já foi dito; situando-se à margem do Rio das Almas, fica em um vale cercado por morros (a região do Vale do São Patrício-GO). Assim, “Ceres surgiu a partir do planejamento (ela foi uma invenção). É por isso que em sua paisagem não se vê a imponência das torres de uma igreja Católica – como é comum, por exemplo, em Rialma e em muitas pequenas cidades goianas”. (CASTILHO, 2009, p. 68)

O projeto da Cang mostrava sinais de fracasso já na sua implantação devido às rigorosas exigências para se entrar. Em 1950, em relatório a Comissão de Inquérito pergunta quando se iniciou a colonização da Cang, o que faz pensar que não estava muito clara a organização do projeto. Outra coisa era o interesse do administrador que, apesar agrônomo, só construía estradas, entendendo que tão

importante quanto produzir era escoar. Seu principal sonho de estrada era a “Transbrasiliana”, ligando Anápolis a Belém. Ele despachava, independentemente de onde estivesse e sem nenhum rigor, em qualquer papel e sem o menor controle. Outra causa, do fracasso da Colônia, apontada por Pessoa (1999b), foi a falta de recurso e a migração excessiva. Na década de 1960, houve falta de distribuição de créditos e o capital ditou novas regras, tendo sido adiada a proposta de fixar pequenos produtores; o desmatamento sem critérios e acelerado causou desgaste no solo, mas conseguiu realizar a expansão territorial, desenvolveu abertura de estradas ligando novas regiões, no caso, ao Norte Goiano.

### **1.5.1 Pequenas propriedades ameaçadas - a desarticulação da Cang**

O Mato Grosso Goiano atraía intenso fluxo migratório por sua floresta tropical e pela fertilidade das terras, com o predomínio da frente de expansão, caracterizada pela busca de novas terras para ocupação agrícola. De acordo com Martins (2009, p. 156), “a distinção entre frente pioneira e frente de expansão é, na melhor das hipóteses, um instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira”. Pensar a fronteira com foco no pioneiro esconde, segundo o autor, os conflitos, genocídios, desencontros de etnias, conflitos de classes, interesses econômicos variados. Na realidade, o deslocamento das frentes de expansão foi uma maneira para difundir o modo capitalista de produção econômica. “Outro momento desse modo de expansão tem sido o que se dá através do deslocamento das chamadas frentes pioneiras. Ambas, na verdade, são faces e momentos distintos da mesma expansão” (MARTINS, 2009, p. 24). Assim, os dois movimentos refletem a expansão do capital nos territórios brasileiros.

Os grandes proprietários rurais expulsavam os agricultores de subsistência de suas terras e expropriavam, por meio de violência, as terras, que nem sempre tinham documentos legais, facilitando a desapropriação do pequeno produtor. A implantação dos projetos de expansão pela exploração agrícola nas diversas regiões do país era uma saída para reduzir a tensão no espaço rural. A busca por novas fronteiras agrícolas era a alternativa econômica dos pequenos produtores destituídos de suas terras. Outra alternativa seria a busca por trabalho no espaço rural ou nos centros urbanos, compondo a massa de proletários a serviço da indústria nascente. Para Pires (2008, p.55), estes fatos representaram “uma fonte

potencial de conflitos que poderiam fragilizar o pacto político delineado a partir da 'Revolução Burguesa' de 1930 entre a burguesia industrial nascente e os grandes proprietários rurais tradicionais". As colônias vinham para resolver grandes focos de conflitos sociais, ocupar a mão de obra liberada pela falência da cafeicultura, isto é, pela deterioração das relações de troca entre o velho espaço rural e a nova economia urbana, além de criar uma frente agrícola comercial.

Portanto, a saída encontrada foi a abertura de novas frentes de colonização agrícola. Anápolis era a fronteira econômica em Goiás, pois a Estrada de Ferro Goiás fazia a ligação dessa região com o Estado de São Paulo.

A penetração de um grande contingente populacional na zona rural não poderia ameaçar os grandes proprietários. Assim, a ocupação da fronteira priorizava os espaços vazios, evitando o confronto direto entre os latifundiários e os camponeses imigrantes. (Silva, 2002, p. 35).

Os produtores que ocuparam essa região ainda não haviam incorporado as inovações tecnológicas no cultivo em suas propriedades. Usavam métodos tradicionais e, por isso, necessitavam explorar novas áreas agricultáveis, ou seja, quando se esgotava a fertilidade da terra onde estavam, os agricultores migravam para novas terras férteis. "Nesse sentido, o uso e a posse da terra tornaram-se elementos estratégicos para o processo de acumulação de capital". (PIRES, 2008, P.55).

Pessoa (1999b) relata que, dentre as dificuldades administrativas da Cang, uma era relativa à excessiva imigração. No início, os lotes deveriam ser de 30 há; o serviço topográfico, porém, com recursos precários, não conseguia demarcar os lotes para atender a demanda. Os colonos eram colocados às margens dos córregos, mantendo-se apenas uma certa distância entre as casas, fato que, provavelmente, deu origem ao nome das regiões (Córrego da União, Córrego do Sapé, Córrego do Alegrete, Córrego da Fartura e os demais). Esse processo era demorado e os trabalhadores estabeleciam sua moradia e iniciavam plantações. Quando chegou o serviço topográfico, acabaram aceitando lotes menores para permanecerem no lugar em que já estavam instalados.

O Mato Grosso Goiano foi reconhecido pela forte produção agrícola e concentração demográfica. O crescimento de Goiás, com a criação de Goiânia e

outros centros urbanos populosos, a exemplo de Anápolis, contribuiu para o aumento da demanda por alimentos. Com lucros cada vez maiores, isso permitiu a prosperidade dos cerealistas e comerciantes de Anápolis e Ceres, advindos da incorporação da produção da Cang. (ARRAIS, 2007).

O que estava por trás do discurso e da política Vargas era atender aos interesses do capital urbano industrial e ao setor agrário tradicional e não os pequenos produtores. A estratégia política de ocupar os espaços vazios das fronteiras agrícolas do Brasil, dentre eles a criação da Cang, significou o aumento da produção de alimentos e, também, a ampliação da estrutura fundiária brasileira. Quer dizer, implicou a expansão do capitalismo agrário pelo interior do Brasil,

[A estratégia política de ocupar os espaços vazios] servia para garantir a continuidade da perversa aliança entre a burguesia industrial e os grandes proprietários de terra num pacto político que, além de manter a estrutura agrária arcaica, impedia qualquer medida mais ampla destinada a democratizar o acesso à terra (BORGES, 2000, p.72).

Segundo essa análise, a implantação da Cang não teve como proposta política assentar pequenos produtores rurais e muito menos resolver a questão agrária no tocante à distribuição de terras. A estrutura da terra no Brasil sempre foi baseada no latifúndio. Nesta realidade, a Cang já nasceu fadada ao fracasso, pois os lotes ou as pequenas propriedades seriam incorporadas às grandes fazendas pela lógica da expansão agropecuária (BORGES, 2000). Já na década de 1960, a colônia de Goiás mostra fortes tendências à concentração de terra e, conseqüentemente, ao esvaziamento do espaço rural. Resultado da política agrária montada no Brasil, que impediu o desenvolvimento das pequenas propriedades rurais em benefício das grandes propriedades produtivas.

O sucesso econômico da região valorizou as terras, o que também atraiu o interesse dos grandes proprietários, desencadeando conflitos entre posseiros, colonos, grileiros e fazendeiros. Os conflitos levaram um grande número de pequenos produtores a vender ou abandonar seus lotes. As várias pequenas propriedades foram, aos poucos, cedendo lugar aos latifúndios.

A questão agrária no Brasil é constitutiva do modo de ser do capitalismo, que aqui se desenvolve. As transformações ocorridas no território goiano a partir da década de 1930 culminaram com a implantação da Cang. Ceres e Rialma nascem

em meio a essas transformações que fazem parte de um projeto ainda maior, o de modernização. Castilho (2009), ao estudar a questão territorial da região, observa no desenho urbano de Ceres um projeto com características que apontam para um modelo de cidade moderna.

A facilidade de escoamento aos mercados consumidores e a proximidade com centros maiores, Anápolis e Goiânia, possibilitaram a Ceres a consolidação da Cang, como fronteira agrícola. Isso significou uma reorganização no centro urbano, sobretudo, com início na década de 1960 prosseguindo até 1970, muito embora as condições para essa nova fase tenham sido criadas em períodos anteriores.

Fronteira é uma demonstração de como os homens organizam seus núcleos sociais de modos diferentes, considerando questões sociais, econômicas, políticas e culturais em um determinado espaço e tempo.

A fronteira é, sobretudo no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da esperança no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado” e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamado branco e civilizado é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é (MARTINS, 2009, p. 11-12).

Mais que uma aventura, o caminho aberto pela Cang significou a expansão, a ligação com São Paulo e parte constitutiva do projeto de modernização da agricultura no Mato Grosso Goiano. Naquele período – década de 1950 – Ceres se destaca como fronteira agrícola com uma produção significativa no Estado. Os principais produtos foram arroz, milho e feijão. Houve tentativa de outras culturas como mamona, amendoim, batatinha, posteriormente o café e o algodão, incentivados pela administração com o intuito de manter o colono na terra.

A produção de animais no início da Cang foi proibida, para que não houvesse desperdício de terras férteis com pastos, ao invés de culturas, de modo que o rebanho bovino era insignificante. Para suínos e ovinos não havia restrições, mas não ocupavam grandes áreas. (Castilho, 2009).

A produção nessa região se concentrava na agricultura. A indústria, naquele momento, resumia-se ao beneficiamento dos produtos agrícolas, rapadura, açúcar mascavo, açúcar cristal, farinha de milho, algodão beneficiado e material para construção de casas, como tijolos, telhas francesas e coloniais.

A atividade industrial de Ceres era voltada para o espaço rural. O crescimento da sua produção

Atraiu empresas transformadoras de alimento para a região. [...] O esquema especulativo de comercialização trazido por essa produção que inclui o papel das empresas instaladas, desarticulou a colônia e prejudicou os pequenos agricultores. (CASTILHO, 2009, p.71)

Por outro lado, a demanda dos grandes centros impulsionou a pequena produção ao mesmo tempo em que criou uma dependência em relação aos fornecedores de crédito e aos comerciantes, desarticulando o pequeno agricultor. Além disso, Ceres, naquele período, considerando seu relevo irregular e estrutura produtiva, não apresentava as condições adequadas aos novos padrões de produção, enquanto o Sul de Goiás incorporou com mais rapidez e de maneira evidente os elementos da modernização, que começam a surgir a partir da década de 1960 e 1970.

## **1.6 O novo padrão agrícola na região**

A região Centro-Oeste cresceu, em população e economicamente, em diferentes polos, em decorrência da proximidade com grandes centros, como Minas Gerais e São Paulo. O sudoeste goiano teve seu crescimento mais expressivo no cultivo de grãos, produção de carnes e nos chamados complexos agroindustriais.

As políticas de integração política e econômica do território nacional foram decisivas para o crescimento da população, sobretudo da migração, que até 1970 era predominantemente rural. Esse crescimento gerado pelo impacto das políticas alterou a forma de produção e das relações de trabalho e a inserção do Brasil na economia mundial.

A região do Médio Norte Goiano, assim como outras regiões, está ligada a esse contexto, que trouxe para Goiás características de fronteira agrícola. A década de 1970 em Goiás evidenciou as mudanças nas relações de trabalho e nas formas

de produção, com o esforço para inserir Goiás no quadro da economia nacional e internacional.

A modernização em Goiás não encontrou qualquer resistência ao processo que se lhe impunha; ao contrário, encontrou condições essenciais no Centro-Oeste para seu sucesso. Dentre essas condições, podemos considerar a proximidade com o sudeste brasileiro, que, além da estrutura social montada em Goiás, abriu a possibilidade da reprodução do capital moderno ligado aos interesses das elites regionais.

Na análise feita por Pessoa (2009), é possível perceber essas condições sendo criadas ao longo de décadas. Em 1930 o Centro-Oeste instituiu Goiânia como a capital do Estado; na década de 1940, temos a criação da Cang pela política de crescimento de Getúlio Vargas. Seguindo na mesma proposta nas décadas de 1950 e 1970, foi esse período considerado o da instalação da infraestrutura, como as rodovias federais e a construção de Brasília, no governo Kubitschek.

O processo de modernização da agricultura permitiu a incorporação de áreas antes improdutivas ao conjunto das terras férteis através de técnicas e da ciência, tendo no Estado, por força das políticas de financiamento (Polocentro, por exemplo), o grande aliado.

Até a década de 1960, o Médio Norte Goiano mantinha sua produção na dependência de fatores naturais. Era costume da época localizar as lavouras próximas aos rios e córregos. Entretanto, com a modernização trazendo insumos químicos, máquinas e sistemas de irrigação, novas áreas puderam ser exploradas com alta produtividade, mudando-se o calendário agrícola e propiciando a racionalização da produção. (SANTOS; SILVEIRA, 2001)

Na década de 1970 a EMBRAPA desempenhou papel fundamental, através das pesquisas, possibilitando o cultivo em diferentes áreas do cerrado antes consideradas improdutivas. O sudoeste goiano foi uma das áreas privilegiadas para o cultivo de algodão, soja, milho e arroz.

A modernização da agricultura ressignificou o espaço rural goiano, cuja economia até final da década de 1960 e meados da década de 1970 era sustentada por uma agropecuária tradicional. Os municípios tinham pouca representatividade na economia. Após a modernização agrícola, o Médio Norte Goiano passou a registrar um grande êxodo rural. Assim, nas décadas de 1970 e 1980, os números da população urbana superaram os da população rural. (CASTILHO, 2009)

As migrações campo-cidade favoreceram um forte processo de urbanização. Esse processo ocorreu em todo o país, porém foi mais intenso no Centro-Oeste, que será a segunda região mais urbanizada da Federação em 1980, com apenas 32,21 % da população morando na zona rural. (CASTILHO, 2009 p. 60)

Goiás, nas décadas de 1950 e 1970, registrou altos índices de crescimento, 4,65 e 4,4 respectivamente. A população de Goiás, em 1950, dividia-se da seguinte forma: 79,78% rural e 20,22% urbana. Em dez anos, houve grande alteração, de quase 10%: 69,93 rural e 30,06 urbana. Entre 1970 e 1980, a população urbana já era maior que a rural. Goiás entre as décadas de 1980 e 1990 teve taxa de crescimento (2,33%) maior que a nacional (1,93%), fato que se repetiu nos anos seguintes.

Para alguns autores (PELIANO, 1990, RODRIGUES, 2007) a migração é resultado do capitalismo no sentido de que representa deslocamento de mão de obra e reforça o exército de reserva necessário ao sistema de exploração. No território goiano, a população chegava à busca de lugares produtivos e maior circulação do capital, predominando entre as escolhas do Sudoeste Goiano Goiânia e entorno de Brasília.

O Norte Goiano permaneceu com um desenvolvimento econômico baixo; mesmo assim, há diferenças entre suas microrregiões. Algumas se desenvolveram mais que outras, em decorrência da proximidade com a BR 153 (Belém-Brasília) e pela presença de mineradoras, como as de Niquelândia e de Minaçu. (ESTEVAN, 1998)

As mudanças advindas da modernização agrícola no Médio Norte Goiano e, sobretudo, ao norte da cidade de Goiás, estão vinculadas não só aos aspectos geográficos, mas, também, a fatores históricos, vontade política de seus atores, à incorporação das lógicas externas e ao modo como se constituem as relações sociais de produção. Ceres e Rialma foram criadas pela política nacional de Getúlio Vargas. Rialma não estava nos planos, mas surgiu segregada do modelo proposto para a Cang, conforme o planejamento daquele momento (SILVA, 2002). Os dois municípios surgiram e ficaram ligados respondendo a políticas de integração da economia nacional expressa pela Marcha para o Oeste, que trazia como projeto principal a criação das Colônias Agrícolas e, dentre elas, a Cang, com o objetivo

claro de “receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos à agricultura, dentre aquele amplo programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento”. (DAYRELL, 1974, p. 88).

À medida que a modernização agrícola impõe a industrialização do espaço rural, financiada pelo Estado e controlada pelas multinacionais por meio das tecnologias no meio rural, a agricultura passa por mudanças em toda a nação (ESTEVAM, 1998). Ao pequeno produtor ficou a esperança de encontrar novas atividades em pequena escala voltadas à pluriatividade e de incluir outras atividades agropecuárias intensivas. Abandonar o manuseio tradicional da lavoura e da pecuária, em grande parte de subsistência, para conseguir manter a dinâmica e permanecer no meio rural era o imperativo.

O interesse mercantil atraído pela valorização das terras, sobretudo na região de Ceres, onde eram de boa qualidade, provocou conflitos entre posseiros, colonos, grileiros e os fazendeiros, que, vitoriosos, deixaram vários colonos sem sua propriedade. O lugar antes ocupado pela pequena propriedade (lotes de até 30 ha, doados por Bernardo Sayão) foi substituído por grandes fazendas e a produção de arroz, milho, feijão foi aos poucos trocada por pastos para o gado e, posteriormente, a cana foi ocupando lugar na região juntamente com as usinas de álcool. O pequeno produtor encontrou aí uma oportunidade de trabalho, de modo que a paisagem foi mudando, a cidade cresceu e tornou-se um polo.

A partir de 1980, algumas agroindústrias foram instaladas na região: a Nestlé, em Rialma; Laticínio Manacá, em Rianápolis; Usina de Álcool e Açúcar em Rubiataba, Carmo do Rio Verde e Itapaci.

As mudanças trazidas pela modernização agrícola trouxeram desenvolvimento para a região e alteraram a rotina da zona rural. Devido à forma como ocorreram, sobretudo na região da Cang, vários pequenos produtores rurais não conseguiram ali permanecer. As pequenas propriedades localizadas mais próximas da cidade resistiram, o que só foi possível, porque o pequeno produtor criou estratégias e formas de permanecer no espaço rural.

## 1.7 Os plantadores de cana, as usinas e a relação com o pequeno produtor

A concentração da terra e a monocultura liderada pelo agronegócio ocupa quase todo o espaço rural do Médio Norte Goiano. O rápido avanço das transformações dos processos produtivos (intensificação do uso de maquinários, insumos químicos, incorporação de novas áreas) gerou problemas ambientais e sociais, sobretudo com a expansão da produção de cana no cerrado, antes considerado próprio para grãos.

Enquanto a expansão da fronteira agrícola crescia no Centro-Oeste, o Sudeste do país, sobretudo São Paulo, transformava suas áreas agropecuárias na monocultura da cana de açúcar, conversão possibilitada pelo programa federal Proálcool (1975–1979), criado pelo Estado autoritário e, em reação à crise internacional do petróleo. Assim, os canaviais, até então concentrados no Nordeste brasileiro, expandiram-se para o Centro-Sul do país. Além do forte subsídio do Estado, houve o apoio do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). A cana prosperou até a década de 1980 e São Paulo tornou-se o líder do setor. O modelo adotado para a produção da cana foi o arrendamento e aquisição de terras pelas usinas com fornecedores sempre próximos a elas de modo a facilitar e baratear o transporte da cana.

Do final da década de 1980 até a década de 1990, a nova ordem mundial na política, com reajuste macroeconômico, gerou o que passou a ser conhecido como desregulamentação do setor sucroalcooleiro. (CASTRO; ABDALA; SILVA; BORGES, 2010)

A crise econômica no setor, responsável pela extinção do IAA e pelo fim dos subsídios fiscais derrubou as políticas públicas destinadas a este fim, tendo o Proálcool acabado em seguida, em 1991.

Outras políticas foram criadas, mas desarticuladas e conflitantes entre si, sempre limitadas pelas altas taxas de juros aplicadas no período. Era comum o confronto entre os dois grandes blocos, o Nordeste e o Centro Sul. Goiás onde o bioma cerrado é predominante, não ofereceu, *a priori* nem depois, possibilidades de desenvolvimento na fase de expansão do Proálcool. Além do mais, a região era fronteira agrícola com prioridade para grãos, algodão, arroz, soja e gado. Nos anos de 1980, deu-se início a uma produção alcooleira no Estado de Goiás, mas a expansão tornou-se notável só na década de 1990, intensificando-se no início do

século XXI seu crescimento “em razão da grande necessidade de diversificação na matriz energética, motivada pelos impactos ambientais decorrentes do modelo anteriormente adotado, baseado em combustíveis fósseis”. (CASTRO; ABDALA; SILVA; BORGES, 2010, p. 173)

Conforme a indicação dada pela Planalsucar (1986), a região centro-norte do cerrado não estaria apta ao cultivo da cana. O desenvolvimento da cana nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, e Paraná, estimulado pelo Proálcool, teve como argumento a alta aptidão agrícola. Substituíram aceleradamente o cultivo da soja, os pastos e outras culturas para atender a um mercado lucrativo, naquele período. Já Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, não possuíam tanta aptidão assim e se encontravam distantes das usinas, quase 2/3 do total.

Entretanto, o aumento da circulação de veículos movidos á etanol, exigia uma produção cada vez maior desse combustível. A produção do nordeste e sudeste já não era suficiente para abastecer o mercado interno e externo. Goiás passa a ser uma opção viável e com terras adequadas, sobretudo as do sul do estado, onde se concentra, hoje, a maior parte das usinas. Justamente os estados acima citados, antes considerados inviáveis para o cultivo da cana, são alvos, agora, da expansão dessa monocultura.

Segundo Castro, Abdala, Silva e Borges, (2010, p.174), os ciclos da cana se resumem em três: “(1) quando chega e se expande no Nordeste; (2) quando esteve sob a orientação do Proálcool, que consolida o setor canavieiro no Centro-Sul; e (3) quando se expande rumo ao norte e noroeste do próprio Centro-Sul”.

A área cultivada de cana na região de São Paulo ainda é a mais abrangente. Em Goiás, ainda predomina a agricultura e criação de gado. No entanto, o centro sul manteve um ritmo de crescimento menor que a média nacional, enquanto Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, praticamente dobraram a produção entre 1992 e 2007, apesar de continuarem periféricos.

Os Estados do Centro-Oeste já haviam sido alvo das políticas públicas federais e estaduais que incentivavam a substituição da agropecuária, nas áreas desmatadas, para integrá-las ao sistema produtivo nacional, voltado para à produção de *commodities*. Atendia-se ao modelo internacional, assentado na lógica da agricultura ligada à indústria, com base na agroindústria, impulsionando e consolidando o agronegócio (KAGEYAMA, 1996).

Cerca de 205 milhões de hectares do cerrado, 60% ainda eram cobertos por vegetação nativa em 2002, sendo 37% de florestas e os restantes 24%, de coberturas não florestais, equivalendo a 48 milhões de hectares, dos quais estimavam que 28 milhões de hectares correspondiam a pastos nativos. Os restantes 39% do cerrado eram assim ocupados: 26% por pastagens plantadas, 10% por agricultura, 2% por reflorestamento, menos de 1% por áreas urbanas e 1% por corpos líquidos. Somando-se os pastos naturais com os plantados em áreas de cerrado, chega-se a 72 milhões de hectares contra cerca de 21 milhões de hectares de áreas agrícolas. A cana, como exposto, ocupa 2,5 % do total de 264 milhões de hectares de áreas agrícolas do país, dos quais apenas cerca de 21 milhões de hectares estão no cerrado. (CASTRO; ABDALA; SILVA; BORGES, 2010, p.177-178)

O Estado de Goiás tem boas condições agrícolas para a produção de cana. É possível verificar que as usinas seguem os principais eixos rodoviários federais e estaduais no estado, facilitando, com isso, o escoamento da produção. Além de bons solos agricultáveis, a cultura da cana-de-açúcar, necessita de grande vazão de água. O Cerrado, por sua vez, é o bioma onde se encontram três importantes bacias hidrográficas: as Bacias do Rio Paraná, do Rio Araguaia-Tocantins e do Rio São Francisco. O Rio das Almas integra a bacia do Araguaia-Tocantins, nascendo no município de Pirenópolis, passando por Ceres e Rialma.

A localização da indústria sucroalcooleira próxima de mananciais, possibilita um melhor desempenho econômico. São utilizados cerca de 3000 a 6000 litros de água por tonelada de cana processada na produção de etanol. (TEIXEIRA; BARREIRA, 2013).

É essa a realidade observada na região. As usinas retiram a água do Rio das Almas e afluentes para irrigar as lavouras e servir ao processo industrial, causando à bacia hidrográfica sérios danos. Não cabe a este estudo aprofundar-se nesse tema, embora esses danos precisem ser melhor pesquisados e compreendidos. A presença da cana-de-açúcar vem determinando a prioridade da economia em detrimento de questões ambientais e da produção de alimentos.

Teixeira e Barreira (2012), em pesquisa realizada no município de Inhumas, afirmam a necessidade de o pequeno produtor arrendar sua propriedade para o plantio da cana como estratégia de sobrevivência. Na região de Ceres esse fato também é observado, mas se evidencia nas grandes e médias propriedades, consideradas mais adequadas à mecanização.

As áreas mais próximas da cidade de Ceres, com relevo irregular e morros, característica própria dos vales, dificultaram a chegada dessa agricultura às propriedades pesquisadas para esta tese. Esse fato, possivelmente, ajudou a manter os pequenos produtores na sua propriedade, embora alguns tenham manifestado o desejo de ter suas terras nas mãos dos usineiros. Alegam ser fácil, pois não teriam trabalho nem despesas e, assim, torná-las-iam economicamente viáveis. “Ah, se alguém quisesse alugar aqui, até pra cana, eu alugava, mudava pra cidade e ia viver sossegado. A gente ta ficando véi, e depois é só eu e a véia.” (F15<sup>6</sup>).

No entanto, os cortadores de cana são, na maioria, trabalhadores rurais sem qualquer formação profissional, cujo único ofício é lidar com a terra. Eles encontram na cana um trabalho para cuja execução se veem habilitados. Alguns pequenos produtores vivem de sua terra e têm a cana como opção para aumentar a renda.

A região de Ceres, mesmo não sendo ideal para o plantio da cana, sofre os impactos sociais e ambientais dessa atividade econômica. As usinas oferecem em troca, apenas a exploração da mão de obra, com poucos benefícios ao trabalhador, além de alterarem o modo de vida e a paisagem rural.

---

<sup>6</sup> Para manter o anonimato dos entrevistados, suas falas serão identificadas pela letra F, seguida de um número correspondente a cada um deles

## Capítulo II

### Mudanças condicionadas pela modernização agrícola

“Sou, sou desse jeito e não mudo  
Na roça nós tem de tudo  
E a vida não é mentira  
Sou, sou livre feito um regato  
Eu sou um bicho do mato  
Me orgulho de ser caipira”  
(Joel Marques)

Neste capítulo, adoto o conceito de *campo* segundo Bourdieu. Entendo a modernização agrícola como um *campo* específico, por compreender que é um espaço com estrutura própria, onde ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais. Possui princípios e leis, que regulam a relação entre os agentes sociais do *campo*, animados sempre pelas disputas ocorridas no seu interior.

O modelo de produção adotado pela modernização alterou as relações familiares, comunitárias e religiosas. Portanto, o *campo* da modernização agrícola impôs novos *habitus*, redefiniu o modo de o trabalhador rural relacionar-se com o seu trabalho, com o espaço rural, apresentado no capítulo anterior, e com o Estado. Este, por sua vez, assume novo papel no *campo* agrário, regulando as relações de trabalho. As associações e sindicatos que representam os pequenos produtores procuram adequar-se, assumindo novos papéis na vida do trabalhador rural. Encurta-se a distância entre o espaço rural e a cidade, com o predomínio da cultura urbana.

A política desenvolvimentista de Getúlio Vargas e, logo a seguir, as transformações impulsionadas pelo governo de Juscelino Kubitschek, através de projetos de infraestrutura e da construção de Brasília, modificaram profundamente o panorama econômico e social brasileiro. Essa conjuntura estimulou o desenvolvimento econômico do Médio Norte Goiano e fez do município de Ceres um centro polarizador do desenvolvimento regional. As transformações ocorridas na região não aconteceram por acaso. Fizeram parte do projeto de modernização da agricultura e, portanto, cada peça dessa engrenagem era imprescindível para o sucesso final. No entanto, o Sul goiano adotou mais rapidamente características da modernização agrícola, já destacadas no capítulo I.

Aumentar a população nas regiões pouco habitadas, abrir estradas, incentivar a agricultura e a criação de animais, era o primeiro passo para a entrada das indústrias, para o comércio internacional de produtos agrícolas e máquinas. Processo evidenciado em Ceres, no final da década de 1960 e início dos anos 1970, o aumento da produção agrícola atrai o comércio de grãos para a região, que, por sua vez, atrai o Banco do Brasil para financiar a modernização, garantindo o sucesso das casas de fertilizantes, agrotóxicos e de implementos agrícolas, em franca expansão no município.

O projeto oficial de implantação da Cang sinalizava que os assentamentos receberiam do Ministério da Agricultura (Divisão de Terras e Colonização) “assistência financeira e orientação técnica, visando à modernização da produção agrícola regional. Seriam utilizados novos métodos de cultura intensiva, substituindo velhos hábitos nas rotinas dos lavradores.” (BORGES, 2005, p. 77).

Segundo Leal (2006), o próprio processo de modernização cria os sujeitos necessários à sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, esses sujeitos passam a criar a modernização, ou como causa ou como consequência. Os sujeitos, aqui descritos, são os agentes formadores<sup>7</sup>, que fazem parte e tornam possível o processo de modernização agrícola.

Bourdieu (2011) escreve que sujeitos são agentes dotados de um senso prático, de um sistema de preferências, de princípios de visão, de gostos de estruturas cognitivas, de esquemas de ação nos quais orientam a percepção e a resposta adequada.

O processo de modernização na região de Ceres teve como agente principal o Estado, realizador de projetos de transformação da ordem social: a Marcha para o Oeste, a construção da Cang e outros projetos ali pensados. Os demais agentes foram surgindo ao longo do processo, em decorrência da própria necessidade imposta pela modernização.

---

<sup>7</sup> Nesta tese estamos chamando de Agentes Formadores órgãos, instituições, públicos ou privados, que prestam serviços de assessoria, formação, ensino ou apoio com a intenção de ensinar, de implantar formas diferentes das praticadas habitualmente pelo grupo de produtores rurais.

Para Bourdieu,

O Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente. Se o Estado pode exercer uma violência simbólica é porque ele se encarna tanto na objetividade, sob a forma de estruturas e de mecanismos específicos, quanto na subjetividade [...] sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e de pensamento, (2011, p. 98).

O estado é resultado da concentração de diferentes tipos de capital. Capital de força física, coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural e capital simbólico. O estado se constitui como uma espécie de metacapital, com poder sobre outros capitais. Essa concentração de capitais permite-lhe exercer poder sobre diferentes *campos* e sobre diferentes tipos de capital, o que o coloca em igual condição com a construção do *campo* do poder, entendido por Bourdieu (2011) como um espaço de jogo onde os detentores de capital de diferentes tipos lutam pelo poder sobre o Estado, sobre o capital estatal. O Estado possui a capacidade de regular o funcionamento dos *campos* através de intervenções financeiras. No caso específico do Médio Norte Goiano, ele foi o grande promotor e regulador do *campo* da modernização agrícola, pois garantiu capital e infraestrutura, para a instalação dos fazendeiros, pecuaristas, cerealistas, o comércio e bancos, todos aliados rumo ao mesmo objetivo. Assim, foram definidos os lugares de cada agente dentro do *campo* e, conseqüentemente, os poderes e privilégios, de acordo com o volume de capital.

O estado empreende como realizador de projetos, tanto de manutenção, quanto de transformação da ordem social. Gonçalves Neto (1997) diz que a raiz do estado está na luta que se estabelece entre os principais agentes da estrutura econômica, as classes, com objetivo de dominação.

Entretanto, o estado reflete a luta da sociedade capitalista, do trabalho *versus* capital, espelha as contradições intraclasse de acordo com o grau de dominação e subordinação das diferentes classes. Os grupos que detêm maior poder, portanto, maior peso nas decisões políticas, atraem para si mais privilégios e condições de acumulação.

O estado entra como órgão regulador das formas de acumulação e de exploração econômica da sociedade. A política instituída no Brasil a partir da década

de 1960 fica centrada no crédito subsidiado ao setor rural, na tentativa de resolver as necessidades criadas pela modernização da agricultura. Com isso, o estado mantém o setor agrário sem mexer no mecanismo dos preços. A indústria mantém seu potencial acumulativo e até o amplia, uma vez que o crédito é subsidiado para a compra de produtos industriais, dinamizando a produção de matéria prima de origem rural e evitando prejuízos ao abastecimento urbano. O estado, além da sua ação direta, apoia-se em agentes coletivos para desempenhar o processo de modernização agrícola.

A política agrícola adotada pelo governo brasileiro não pretendia alterar as formas de acumulação dominante na sociedade, compatíveis com os interesses de setores controladores das principais economias.

Foi na década de 1970 que as transformações se aprofundaram no meio rural, estimuladas pelas mudanças na estrutura econômica já em processo nos anos anteriores. Pode-se destacar a rápida urbanização, que altera nossa distribuição populacional. O país passa de rural a urbano em poucos anos, apresentando crescimento do comércio exterior, mudanças na produção rural e a definição de um sistema de crédito rural que, além de motivar, sustenta a modernização da agricultura.

Navarro *et alii* (2013) em uma de suas teses anuncia que o estado, em seu período inicial de modernização, esgotou um conjunto de primeiras tarefas de transformações rurais, dentre as quais encontra-se o crédito rural, a pesquisa agrícola e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Foi nessa fase que se constituíram vários agentes privados, que se expandiram em pesquisas, inovações e produtos. Ao mesmo tempo em que crescia, o Estado foi “saindo à francesa”. Haja vista, os gastos públicos na agricultura hoje.

Bourdieu defende a possibilidade de análise dos espaços sociais considerando não apenas os sistemas das relações objetivas, mas, também, as relações dialéticas entre as estruturas e as disposições estruturadas – *habitus* – nas quais essas relações se atualizam e tendem a se reproduzir. O conhecimento, na teoria da prática, não elimina as aquisições do conhecimento objetivista, mas vai além, integrando o que esse conhecimento teve que excluir para obtê-las. Para compreender os diversos fatores, ações coletivas e o papel de cada agente no processo de modernização na agricultura do Médio Norte Goiano, recorro à teoria da prática de Bourdieu.

Para um objeto ser devidamente construído é pertinente determinar um quadro de caracteres, de um conjunto de agentes ou de instituições. Segundo o autor, tal recurso obriga a pensar relacionalmente, perceber as realidades em relações. Assim, se o real é relacional, pode ser que nada se saiba de uma instituição, sobre a qual se julga saber tudo, porque ela só existe nas suas relações. (BOURDIEU, 2010).

E ao tratar de referencial de análise – teoria da prática, Bourdieu (2011) toma o espaço social de modo relacional. Espaço é tido como microcosmo social de espaços de relações objetivas. Essa forma de pensar possibilita compreender o que ocorre a cada agente ou instituição no espaço social, nas suas relações objetivas com todos os outros agentes. É nas relações de forma específica e de lutas para conservar ou para transformar, que se criam estratégias defensivas e se estabelecem alianças com interesses específicos e determinados.

A sociologia da prática de Bourdieu nos oferece conceitos fundamentais para uma compreensão da modernização no Médio Norte Goiano, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo no *campo*, ao mesmo tempo em que cria relações capitalistas de produção, subordina as relações não capitalistas de produção.

O *habitus*, a cada momento histórico, ativa o agente, o germe, a dinâmica, a possibilidade de, no presente, acionar condicionamentos incorporados pelo pequeno produtor rural e, a partir daí, construir uma nova história. Ou seja, o *habitus* é estruturado e estruturante, combina uma dimensão com outra, o velho com o novo, juntos. O *habitus* é produzido historicamente, embora pela prática se reproduza imprevisivelmente. É impossível prever a dimensão de condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva de comportamentos e visão de mundo, introduzindo neles uma transformação. É como se fosse uma máquina transformadora. Reproduz as condições sociais de sua própria produção de modo relativamente imprevisível e não simples e mecanicamente passa do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos (BOURDIEU, 2010).

Martins (1987, p. 35) diz, sobre a sociologia de Bourdieu, que a sociedade se elabora, se organiza “de diferentes formas, justificativas e razões para os indivíduos existirem”. A sociedade produz os agentes sociais que julga necessários e importantes para conquistar as posições. Somente a sociedade “possui o poder de consagração social”. (ibidem). Bourdieu (2011) afirma ser o mundo social objeto de

três modos de conhecimento teórico: o fenomenológico, o objetivista e o praxiológico.

No fenomenológico, Bourdieu rejeita o descritivismo, que pondera apenas uma etapa do processo de investigação. Considera o que rompe com o senso comum, com as pré-noções, com as doutrinas. Uma atitude fenomenológica, entendida pelo autor, é tomar o objeto como um todo e integrá-lo à reflexão sobre a atitude, tanto dos agentes quanto dos pesquisadores. Absorve, também, da fenomenologia, a construção do fato social como objeto e os agentes sociais construindo a realidade social, porém o princípio dessa constituição é estrutural.

Tanto os fenomenólogos, responsáveis pela explicitação dessa primeira experiência do mundo como algo evidente, quanto os etnometodólogos, cujo projeto consiste em descrevê-la, não dispõem dos meios para explicá-la: ainda que tenham razão de lembrar, contra a visão mecanicista, que os agentes sociais constroem a realidade social, eles omitem a questão da construção social dos princípios de construção dessa realidade empregados pelos agentes nesse trabalho de construção (BOURDIEU, 2010, p. 212).

Bourdieu (2004) se coloca entre o subjetivismo, que desconsidera a origem social dos comportamentos individuais, e o estruturalismo, que não considera a história e as determinações dos indivíduos, considerando estruturas demarcadas no tempo e espaço. Nega o determinismo e a estabilidade das estruturas, mas afirma pertencer às ações pessoais e transparentes, não ao sujeito que a pratica e sim ao sistema completo de relações onde e por que se realizam.

Por estruturalismo, ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. -, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos daquilo que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de *campos* e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais [...] De um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivas dos agentes, são o fundamento das representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações; mas, de outro lado, essas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas. Isso significa que os dois momentos, o objetivista e o subjetivista, estão numa relação dialética (p.149 e 152).

Bourdieu (2010) se recusa a utilizar sistemas de classificação aos objetos que investiga; a tipologia cristaliza uma situação, uma vez que deixa fora os tipos não enquadrados e os casos encontrados na fronteira ou que não se encaixam claramente. Acrescenta que o pensamento opera em um movimento de pinça que descobre, integra e supera as limitações das teorias em uma composição conceitual cada vez mais abrangente.

O autor integra ao conceito de *habitus* as ideias da luta pela dominação e da consciência de classe, apropriadas do marxismo; no entanto, para ele, a dominação se exerce sempre por meio da violência, seja ela coerção física ou violência simbólica.

Ao contrário do subjetivismo, que privilegia o individual, o objetivismo, enquanto projeto, privilegia as regularidades expressas como estruturas, leis, sistemas de relações etc.

Bourdieu se refere ao espaço social como um espaço de diferenças, onde as classes se encontram em estado virtual. “O espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele”. (2011, p. 27). Este mundo social, com suas divisões, deve ser feito pelos agentes. Agem de forma individual e, sobretudo, coletiva, na cooperação e no conflito que ocorre em uma estrutura com diferentes tipos de capital. Esse capital se refere ao capital simbólico, que é uma medida das ações, prestígio e/ou do carisma que um agente (indivíduo ou instituição) possui em determinado *campo*. É a partir desse capital de distinção que um agente desfruta de uma posição de proeminência frente a um *campo*.

A noção de espaço traz em si a apreensão do mundo social. Os seres individuais ou grupos existem na e pela diferença, enquanto ocupam posições em um espaço. O espaço social é um *campo*; um *campo* de forças impõe necessidades aos agentes envolvidos, que se enfrentam para a conservação ou a transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 2011).

O espaço social do pequeno produtor da região de Ceres é um *campo* onde se encontra bem definido o lugar a ser ocupado por esse trabalhador. Nele encontramos, por exemplo, presidente da associação, cargo que atribui ao homem simples um papel de destaque dentro da comunidade. Representa o grupo em eventos, reuniões, com diferentes autoridades, desde o diretor do Instituto Federal

até o prefeito ou o secretário da agricultura do município. Uma representante desse cargo tem esta percepção.

Eu achava que era assim bocó que nem todo mundo aqui. Nem estudei direito. Só uns pouco, mais sempre fui custosa. Num escutava nada calada. Hoje na associação eu enfrento qualquer um. Falo com o prefeito, com diretor de escola e dou conta direitinho. Resolvo tudo que precisa aqui. Isso me deu mais coragem, hoje eu sou diferente, não tenho medo. (F1, 2012).

O espaço social se retraduz em um espaço de posições determinado pelas disposições (ou *habitus*) ou aspectos diferenciais que definem distintas posições nos sistemas principais do espaço social. Melhor dizendo, as posições são tomadas de acordo com um conjunto sistemático de bens e propriedades conforme afinidade de estilo. As posições correspondem a uma classe de *habitus* produzidos socialmente. Os agentes sociais estarão mais próximos quanto mais semelhantes forem os capitais em quantidade e espécie, e estarão mais distantes quanto mais desigual for o capital possuído.

A feira tem uma comissão organizadora composta de um presidente e um secretário. Tem um tesoureiro e conselho fiscal. Todos eles são pequenos produtores e feirantes, e tudo que acontece é anotado, é feito atas nas reuniões. Tem uma conta no banco sempre que precisa de alguma coisa na feira, de reformar uma banca, de pintar um ponto, é feito com o dinheiro da feira. (F11, 2012).

Tanto o capital econômico, com as possibilidades que ele proporciona, quanto a cultura acumulada (capital cultural), produz internalizações de disposições (*habitus*) que definem os espaços a serem ocupados pelos agentes.

Para cada classe de posições existe uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionantes sociais correspondentes à posição e ao conjunto de bens, propriedades e afinidades de estilo.

O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. (BOURDIEU, 2011, p. 22)

As práticas e os bens de um agente ou de um grupo estão vinculados a um conjunto de estilos ligados ao *habitus*. Este é o responsável pelas escolhas de bens, de pessoas e de práticas. “Os *habitus* são diferenciados; mas são também diferenciadores”. (BOURDIEU, 2011, p. 22).

Existir em um espaço é ser diferente, é ter um papel, um significado, mas a diferença só existe se ela for percebida por alguém capaz de estabelecer a diferença e este alguém deve ser dotado de categorias, de percepção, de gosto, de esquemas classificatórios.

Para o sociólogo francês,

As classes sociais não existem [...] o que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como *algo que se trata de fazer*. (BOURDIEU, 2011, p. 27).

Assim, o mundo social é construído pelos diferentes agentes sociais, sobretudo, coletivamente, na cooperação e no conflito. Os agentes, por sua vez, constroem a realidade social. Os agentes impõem seu ponto de vista, preferências e escolhas segundo seus interesses determinados pelo lugar que ocupam, para conservar ou transformar o *campo*.

## **2.1 O *campo* da modernização agrícola e seus agentes.**

Este item apresenta diferentes agentes que estabelecem uma relação dentro do *campo* da modernização agrícola na região de Ceres, usando seus capitais específicos para conservar-se neste *campo* e, se possível, ampliar seus capitais.

O espaço social organiza-se com a distribuição dos agentes segundo o volume de capital possuído (capital econômico, capital social, capital cultural, capital político, capital simbólico), de acordo com a estrutura desse capital, o peso relativo do capital global e a evolução, no tempo. No espaço social é possível obterem-se agentes homogêneos, tanto do ponto de vista da sua condição de existência, quanto do ponto de vista de suas práticas culturais, de consumo, opiniões políticas e outras. Cada *campo* possui um capital mais dominante, mais evidente; no entanto, o volume desse capital específico determina sua posição no *campo*.

As estratégias desenvolvidas pelos agentes sociais no interior dos diferentes *campos* sociais se apoiam e se justificam em função das posições ocupadas por eles e seu capital específico, sendo isso o que inclina o agente a tomadas de posições em defesa dos princípios de estruturação do *campo*. Os atores sociais, dentro de um *campo* específico, procuram adaptar seu esquema de pensamento, percepção e ação às exigências objetivas daquele espaço social. Os *campos* sociais funcionam porque existem agentes investindo seus diferentes capitais no seu interior e participando das disputas ali existentes. Esse ator social é movido na relação entre *habitus* e *campo*. O *habitus* tende à preservação dos princípios de funcionamento e de organização do *campo* e para a reatualização dos antagonismos nele existentes.

Bourdieu considera a existência de diversos *campos*. Para apreender a especificidade, o funcionamento de cada um deles, é necessário compreender as relações de concorrência ou cooperação que os agentes desenvolvem em seu interior. Segundo o autor, ao se estudar um novo *campo*, novas propriedades específicas daquele *campo* particular são descobertas. Em cada *campo* encontram-se conflitos que garantem a entrada de novos agentes no *campo*, além das estratégias dos agentes dominantes, para manter o monopólio e excluir possíveis concorrentes.

Os agentes desenvolvem estratégias de acordo com as posições ocupadas na estrutura do *campo*, determinadas pelo capital simbólico específico, institucionalizado ou não. Mediado pelas disposições constitutivas dos seus *habitus*, tendem a conservar ou a transformar, ou seja, a perpetuar as regras do jogo ou a subverter a estrutura dessa distribuição.

O conceito de estratégia, segundo Bourdieu (2004), está ligado aos conceitos de *campo* e *habitus*. Estratégias podem ser entendidas como sequências de práticas estruturadas ou uma série de ações ordenadas e orientadas. Os agentes se desenvolvem em função de um *habitus* adquirido e das possibilidades que um determinado *campo* oferece para a obtenção e maximização dos lucros específicos em jogo no *campo*, neste caso, no *campo* da modernização agrícola.

Com o olhar voltado ao Médio Norte Goiano, especificamente para a região de Ceres, adota-se aqui um novo *campo*, o *campo* da modernização agrícola, com o objetivo de se compreenderem as disputas ali travadas, para se constituir e perpetuar a modernização agrícola naquele espaço social.

Apropriar-se da modernização agrícola como *campo* possibilita entender melhor as relações de troca simbólicas exercidas nesse *campo* entre os agentes formadores mais significativos no processo e o jogo travado nesse espaço. Produz-se o *campo* da modernização agrícola como um espaço social. Com diversos agentes coletivos mobilizados por interesses comuns competindo nesse *campo* por interesses específicos, através de uma disputa concorrencial para manter seu capital, tentando sempre aumentar seu poder de força, utilizando estratégias voltadas a seus interesses.

Analisar o *campo* da modernização agrícola é importante para se compreender não só esse espaço específico, como também o pequeno produtor rural e suas estratégias de sobrevivência nesse *campo*. Segundo Pierre Bourdieu, um *campo* é um espaço estruturado de posições, como um mercado, em que os agentes se comportam como jogadores. Aqueles que ocupam a mesma posição dentro do espaço disputam os mesmos capitais específicos e seguem suas regras, para manter sua posição no *campo*.

Navarro *et ali* (2013) dizem que o padrão econômico dominante impõe um formato tecnológico igualmente dominante, que, por sua vez, opera um padrão técnico parcial. Um padrão que determina a organização produtiva em diferentes setores de produção animal e vegetal, compatível com a agricultura moderna em praticamente todas as regiões agrícolas. Estruturas e processos econômicos não obedecem a mudanças por si mesmos.

Requerem agentes sociais e instituições novas. Desta forma, o novo padrão ora sendo estruturado nas regiões agrícolas institui e difunde simultaneamente novos comportamentos sociais ou, em termos mais gerais, uma nova sociabilidade, a qual irá conformar crescentemente as práticas sociais - inclusive aquelas dos agentes sociais não envolvidos diretamente com as atividades agropecuárias. (NAVARRO *et ali*, 2013, p. 12).

Por sua vez, o *campo* da modernização agrícola possui hierarquias e disputas internas dos agentes motivadas por uma finalidade objetiva, mobilizados por interesses comuns ao *campo*. Esse espaço social é um espaço de lutas com diferentes agentes, que nele desenvolveram o interesse por distintos capitais que aí circulam. Ceres tem sua origem, enquanto fato social, constituída através de relações com diferentes agentes coletivos que sustentaram o projeto da Cang.

Pessoa (1999, p. 106), na pesquisa realizada em Goiás, propõe o *campo* agrário para estudar as ocupações de fazendas nessa região, em que

Estão em jogo interesses fundamentais, específicos e antagônicos em relação à utilização da terra: concentração e pequena propriedade; especulação e produção de alimentos; formação de pastagens e moradia etc.”

A disputa concorrencial dos agentes dentro do *campo* da modernização agrícola é composta por estratégias de manutenção, subversão e de interesse. Um *campo* é definido pela propriedade de engajamento dos agentes com certo número de interesses comuns, gerando uma cumplicidade objetiva subjacente aos antagonismos e em relação àquilo que merece ser disputado.

A reprodução do jogo é mantida pelos próprios participantes, que colaboram para reproduzir o valor do que está sendo disputado. Para aqueles recém-chegados ao *campo*, o direito à entrada passa pelo reconhecimento dos princípios e do valor do jogo, ou seja, o investimento: “compactuam com a conservação do que é produzido no *campo*, tendo interesse em conservar e a se conservar conservando” (BOURDIEU, 1983, p. 91-92)

O fato de os agentes estarem engajados em torno de certo número de interesses comuns no *campo* estimula a cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos. O jogo pressupõe um acordo sobre o que merece ser disputado, o que, nem sempre evidenciado, escancarado, fica oculto. Os que participam da luta contribuem para a reprodução do jogo e, assim, para reproduzir a crença no valor do que está sendo disputado. Os que acabam de chegar são levados a reconhecer o valor e a legitimidade do jogo e dos princípios do seu funcionamento/investimento. Ao serem submetidos a mudanças, os *campos* colocam em questão os próprios fundamentos do jogo sobre os quais repousa o jogo inteiro. (BOURDIEU, 1983).

Cada *campo* social implica uma forma dominante de capital. No *campo* da modernização agrícola, o que está em jogo é a mudança na cultura e no *habitus* do pequeno produtor rural: abandonar uma economia familiar, de subsistência para uma economia eminentemente de mercado, consequentemente legitimando os princípios da modernização conservadora: proletarização e exclusão do trabalhador rural, alterações na base técnica de produção, desenvolvimento desigual e combinado, complexos agroindustriais e agressões ao meio ambiente.

Dentre os agentes, abordaremos os mais significativos na formação do município de Ceres e aqueles que até hoje permanecem. Os agentes religiosos, representados pelas igrejas, chegam à colônia pela porta da frente e com diferentes representações: evangélicos, espíritas e católicos. Estes últimos são a maioria. Pesquisa realizada por Pessoa (1999), que deu origem ao livro denominado “A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel”, apresenta uma riqueza de detalhes que dispensa maior aprofundamento sobre o tema. Destaco aqui apenas alguns aspectos interessantes para este estudo.

Os agentes modernizantes não surgem de forma isolada, mas aparecem juntos, interligados pelo mesmo interesse e disputam os espaços mais privilegiados dentro do *campo*. O sistema de saúde, representado principalmente por médicos, enfermeiros e farmacêuticos, trazia, juntamente com seu poder de diagnosticar e “curar”, sua influência religiosa. O primeiro médico na colônia foi também quem realizou o primeiro ponto de pregação da Igreja Cristã Evangélica na colônia. “Os *campos* não são espaços com fronteiras estritamente delimitadas, totalmente autônomos. Eles se articulam entre si”. (BONNEWITZ, 2003, p.62).

As imposições morais rígidas para entrada dos imigrantes na colônia, tais como a proibição da venda de bebidas alcoólicas e proibição da presença de prostitutas, além da exigência de que os colonos fossem casados, reforçam os preceitos religiosos.

A primeira escola confessional, criada em 1946, foi o Colégio Álvaro de Melo, ligado à Associação Educativa Evangélica; a segunda foi a Escola Bernardo Sayão, criada pela Igreja Batista, em 1954. Em 1952, foi fundado pelos Padres Franciscanos o Ginásio Imaculada Conceição. Novamente, verifica-se a articulação dos agentes modernizantes.

A educação pelo viés da escola, segundo Bourdieu (2008) é um dos fatores mais eficazes de conservação social. Assim, para a construção de um novo espaço social, a escola se faz imprescindível, sobretudo, para adoção de um projeto econômico de modernização. A escola contribui para reproduzir a ideologia da classe dominante. “A cultura escolar é uma cultura particular, a da classe dominante, transformada em cultura legítima, objetivável e indiscutível” (BONNEWITZ, 2003, p. 114).

Os agentes necessários à modernização na região de Ceres chegaram entrelaçados, mesmo ocupando espaços distintos dentro do *campo*. A igreja, a

escola, o sistema de saúde e o comércio atuavam juntos, para tornar possível a modernização agrícola. Em relação à igreja e à educação, Pessoa (1999, p. 66) fundamenta-se na história e diz que

A constituição de 1891 estabeleceu a separação entre a Igreja e o Estado. Por conseguinte, o ensino público passaria a ser laico. Mas a educação, ao lado da assistência social, sempre foi um *campo* privilegiado do controle político-ideológico da sociedade por parte da Igreja.

A educação era, talvez, naquele momento, o instrumento mais potente, rápido e eficaz para expandir as ideias da modernização. Dentre tantas iniciativas, destacamos a Campanha Nacional de Educação Rural, que estava a serviço da expansão do capital e não do desenvolvimento do trabalhador rural. Tanto as crianças matriculadas nas escolas rurais quanto a comunidade rural eram atingidos pelas missões rurais, com o objetivo de desenvolver programas relativos à racionalização das formas de plantio, higiene e lazer (PESSOA, 1999).

Essa prática evidenciava a visão existente de um caipira inadequado ao processo de modernização. O modelo existente não se encaixava nas exigências produtivistas. Era necessário inculcar no pequeno produtor rural normas e valores de obediência, ordem e submissão compatíveis com o trabalho racional exigido pela modernização agrária dos anos de 1950.

Outros agentes foram surgindo ao longo do processo de instalação da colônia. Todos tinham em comum o compromisso de desenvolvimento e modernização daquela região. Alguns agentes tinham o componente agrícola como foco, dentre os quais destacam-se o Banco do Brasil, as empresas cerealistas, o comércio e, mais recentemente, a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente; a Emater; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; a Escola Agrotécnica, hoje Instituto Federal Goiano; a empresa Magril e a Casa do Agricultor.

O *campo* da modernização agrícola tem como moeda comum o processo de modernização da agricultura e, para isso, conta com a mobilização de seus agentes em torno desse interesse/moeda. Seus diversos agentes coletivos têm interesse comum e utilizam variadas estratégias em torno do jogo no *campo*, mas, ao mesmo tempo, eles têm interesses específicos que levam esses agentes a concorrerem dentro desse espaço social.

Os agentes pesquisados para efeito desta tese foram escolhidos por serem significativos e atuantes no *campo* da modernização agrícola. Até a realização desta pesquisa, foram eles: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); a Emater; o Senar; o Instituto Federal Goiano, câmpus Ceres (IFGoiano/Ceres). Ao se iniciar a pesquisa, outros agentes foram-se impondo através das falas dos pesquisados, que são: a Prefeitura Municipal de Ceres através da Secretaria da Agricultura; a Casa do Agricultor e a empresa Magril. Para entender a relação que os agentes coletivos estabelecem no *campo* da modernização agrícola, é necessário lançar mão do conceito de *subcampo*, trabalhado por Bourdieu. Os agentes, mesmo estando no *campo*, lutando por interesses comuns ao *campo*, têm, cada um individualmente, seus interesses particulares, ou seja, seus interesses próprios. Bourdieu diz que, se dentro de um *campo* há um conjunto de agentes, então, dentro dele, existem outros *campos*.

Formou-se em Ceres o *campo* da modernização agrícola com os seguintes agentes: Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres, Instituto Federal Goiano/Câmpus de Ceres, Senar, Prefeitura Municipal de Ceres e Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, Magril e Casa do Agricultor.

Para caracterizar a modernização agrícola como um *campo*, foi necessário caracterizar, por sua vez, cada um dos agentes que o compõem, definindo seu papel, suas estratégias, suas ações e, até que ponto influenciam e determinam mudanças nos *habitus* do pequeno produtor rural.

### **2.1.1 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (Emater)**

A Emater foi fundada em 03 de março de 1959 com a finalidade de promover, sem fins lucrativos, a extensão rural no estado. No seu estatuto, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social no meio rural através de atividades de extensão e crédito rural educativo. Os primeiros escritórios foram instalados em Jaraguá e Ceres, expandindo-se em seguida para outros municípios.

Para se compreender o verdadeiro papel que a Emater ocupa em Ceres, é importante observar o momento histórico em que ela foi implantada nesse município.

A escolha prioritária de Ceres e região para a instalação da Emater fazia parte do pacote de modernização agrícola no estado de Goiás. Em 1960, a população

rural do estado de Goiás representava 69,93% e a urbana 30,06%, porque já haviam saído da área rural muitos dos pequenos proprietários, que, em 1950, consistiam em 79,78% da população<sup>8</sup>. A população de Ceres, até a década de 1970, era predominantemente rural, ou seja, local fértil para a expansão da comercialização e experimentos com diferentes sementes, adubos, agrotóxicos e implementos agrícolas; local apropriado para atuação do estado aliado ao capital, levando técnicos e profissionais da agronomia e da veterinária, orientando, indicando produtos e analisando a terra. Isto foi o que a Emater chamou de “atividades de extensão e educativas”. É com estes capitais simbólicos, que a Emater disputa no *campo* da modernização agrícola.

Ao longo de sua história, a Emater passa por diversas fases e, nos últimos anos, com o intuito de enxugar a máquina pública estadual, isto é, reduzir as obrigações do estado com a prestação de bens e serviços, houve um desmonte da empresa via redução do seu quadro de funcionários. Regionais da Emater contavam antes com veterinários, agrônomos, assistentes sociais e técnicos agrícolas. Hoje, a regional de Ceres, possui apenas uma secretária, um gerente regional e uma analista de desenvolvimento rural, estrutura incapaz de apoiar efetivamente o pequeno produtor, que não pode pagar por assistência técnica. Além disso, reforça-se a ideia de ter ela cumprido seu papel na região, de dar suporte para a efetivação da modernização agrícola.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres diz ter assumido a elaboração e o encaminhamento de projetos para o PRONAF, por falta de diligência da Emater/Ceres:

Como a Emater nesses últimos dez anos de governo ai, doze, quatorze anos de governo Marconi, eles sucatearam e acabaram com a Emater. Ela hoje não existe aqui em Ceres. Agora que chegou um técnico, estava sem técnico há mais de um ano. Quando tem técnico não tem combustível, quando tem combustível o carro está quebrado. Então funciona assim. (Entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres, em julho de 2012)

A disputa pelo capital, que garante a permanência no *campo* e aumenta seu poder, impede que os produtores rurais fiquem totalmente sem

---

<sup>8</sup> População urbana e rural (1950-1991). Fonte IBGE, 1990.

assistência. O sindicato dos trabalhadores rurais assume essa função, que é de angariar recursos para inovações modernizantes no espaço rural, justamente para não desaparecer como agente das representações dos trabalhadores.

O Gerente Regional da Emater de Ceres-GO, ao responder sobre as estratégias de formação do pequeno produtor rural, disse não existir um programa prévio. Relata que os temas são escolhidos de acordo com a necessidade dos agricultores. Observamos por sua fala, que essa “necessidade” corresponde, muito mais, a uma decisão da própria Emater e da gerência regional. Afirma que nos últimos meses – segundo semestre de 2011 e primeiro semestre de 2012 – também foram oferecidos cursos e palestras sobre associativismo, cooperativismo, motivação e até alimentos orgânicos. Na sua avaliação, os eventos não contaram com participação representativa, devido à ausência do jovem na zona rural. Acredita que a participação dos jovens daria a motivação necessária, para que novas posturas fossem adotadas no *campo*.

A analista do desenvolvimento rural da Emater Ceres-GO compartilha esse pensamento; não consegue, porém, ver alternativas para manter os jovens na zona rural e diz que a Emater não tem programas ou recursos destinados a reverter esta realidade.

Já o gerente regional acredita que mudanças na forma de produzir e vender no meio rural incentivariam o jovem a permanecer no espaço rural. Sugere a implantação de pequenas agroindústrias, experiência que conheceu no sul do país.

Quem tá ficando na roça é só os velhos. Eles não dão conta mais de fazer as coisas. O que eles mexem é com um gadinho de leite. Planta uma hortinha e só. Não dão conta de muita coisa. Não tem condições físicas mais. (Entrevista com o gerente regional da Emater em julho de 2012)

Ele atribui à escola o papel de convencer o jovem a permanecer na roça: “isso é uma coisa que a escola é que tem que fazer”. Quando tem a oportunidade de falar para estudantes do IFGoiano/Ceres, por exemplo, reforça o senso comum de que estudo leva a trabalho, que leva ao sucesso profissional, e acredita ser possível convencer os jovens a retornar ao espaço rural, apoiado, segundo ele, na falta de mercado de trabalho nas cidades.

O gerente da Emater não compreende que o fato de o jovem não permanecer no espaço rural é uma questão social. Esse sujeito, quando atinge determinada idade, quando socialmente é considerado jovem, tem suas experiências com o universo urbano, de estudo, lazer e trabalho, ou seja, possibilidades que não percebe no espaço rural. Sente-se atraído por tudo que a cidade representa simbolicamente: uma vida menos penosa, o acesso aos meios de comunicação, maior oferta e diversificação de emprego, direitos trabalhistas, acesso a serviços de saúde, ao barzinho, baladas. O meio rural poderá ser atraente para o jovem, quando viver nele significar ter acesso a tudo aquilo que a cidade oferece.

A escola não tem o poder de manter esse jovem no espaço rural. Acontece justamente o contrário: a escola é a porta que se abre, para o universo urbano. Na pesquisa feita pela professora Elisa Guaraná de Castro (2013) a geração de renda foi apontada como fator importante para manter o jovem no espaço rural, mas a escola é a principal motivação para justificar a saída do jovem da roça. Além disso, a estigmatização do rural, frente à polarização rural versus urbano, também é um forte fator. A ideia de que morar no espaço rural é morar mal ainda está presente no imaginário das pessoas.

### **2.1.2 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres (STR)**

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres foi fundado em setembro de 1973. O foco principal do sindicato era prestar assistência à saúde dos trabalhadores rurais. Na sede do sindicato havia quatro consultórios médicos com atendimento diário e encaminhamento para internações no hospital público, além de dois consultórios odontológicos,

É bem verdade que nos anos de 1970 e 1980, estava o inverso, a maior população estava no meio rural. Então, aqui era um lugar dele ter oportunidade de ser atendido, porque chegando da roça já estavam mais ou menos agendadas as consultas<sup>9</sup>.

O sindicato de Ceres representa uma região composta por cinco municípios. A grande base territorial do sindicato é justificada, pelo presidente, devido ao êxodo

---

<sup>9</sup> Presidente do STR / Ceres, em entrevista concedida a esta pesquisa em agosto de 2012.

rural crescente nos últimos anos, que reduziu a população no espaço rural, tornando inviável a representação sindical de municípios muito pequenos.

Apesar dessa evidência, o presidente do STR/Ceres diz que a prioridade era a luta para garantir o cumprimento das leis trabalhistas dos pequenos produtores rurais, arrendatários, meeiros, agregados e trabalhadores rurais em geral. Ampará-los quanto às leis e orientá-los a respeito dos seus direitos. O que, no entanto, atraía esses trabalhadores para o sindicato e possibilitava sua participação nas assembleias era a assistência à saúde. Todos os trabalhadores rurais tinham acesso a esses serviços, mas, primeiramente, vinham os associados. O presidente do STR/Ceres, diz que

A saúde foi fundamental para este sindicato. Essa ação atraía muita gente para o sindicato, pois era mais fácil ser atendido ali do que disputar consulta nos hospitais.

Esse serviço era custeado pelo governo federal através do Instituto Nacional de Medicina e Previdência Social (INAMPS), que repassava os recursos ao sindicato. Ao efetuar os pagamentos, o sindicato retinha certa porcentagem pelo serviço prestado. Os profissionais da saúde, os médicos, recebiam um salário acrescido da Autorização de Internação Hospitalar (AIH), ou seja, recebiam, também, pelo atendimento ao paciente internado.

A década de 1980 foi o período que poderíamos chamar de auge desse sindicato. Aliado à Diocese de Goiás, com a “Igreja do Evangelho<sup>10</sup>” e o Hospital São Pio X como suporte, o sindicato cumpria um papel de formador político do pequeno produtor. Oferecia formação quanto à saúde da mulher, higiene e outros temas, através de reuniões que ocorriam com frequência. Promovia festa e jogos de futebol, possibilitando lazer e interação social.

Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, cujos princípios eram a universalização, integralidade e descentralização dos serviços de saúde, os municípios passam a ter papel de protagonistas, gerindo seus serviços. Em 1991, a

---

<sup>10</sup> A partir da Assembleia Diocesana de 1975, as expressões “igreja do Evangelho” e “Caminhada” passaram a definir a nova identidade social e religiosa de todos os sujeitos católicos que aderissem “profeticamente” ao processo de mudanças por que passava a Diocese. Essas mudanças incluíam, principalmente, uma ruptura com os hábitos religiosos tradicionais em torno do “consumo” de sacramentos e a corajosa denúncia das situações de injustiças, especialmente as cometidas pelos fazendeiros contra os trabalhadores rurais. (PESSOA, 1999).

assistência à saúde é desvinculada da previdência, com o fim do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Cria-se o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), responsável, exclusivamente, pela previdência social. Essa medida encerra os convênios com o sindicato e passa a prestação de serviços de saúde a uma organização tripartite: prefeitura, estado e união. Essa política ganha força no governo Fernando Henrique Cardoso e continuidade no governo Lula. Logo a seguir, foi criada a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a atenção básica à saúde passa a ser descentralizada, nos bairros e de responsabilidade das prefeituras. Assim, desestabiliza-se o sindicato, que tinha seu foco voltado ao assistencialismo.

Muitos dirigentes sindicais quando o INAMPS cortou o convênio com os sindicatos achou que ia fechar os sindicatos, que o sindicato ia acabar no Brasil e na verdade muitos fecharam e a maioria foi a zero, porque eles viviam em função da assistência médica e dentária. O povo da roça só era atraído para o sindicato com o argumento que ali tinha médico e dentista. A gente é que fazia o papel do SUS. Tirar isso do sindicato foi realmente um baque muito grande na época. (Entrevista com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Ceres, 2012).

O presidente do Sindicato de Ceres argumenta que essa mudança foi importante para o sindicato assumir seu papel político junto à categoria.

A grande mudança foi que depois assumimos a questão real do sindicato, o atendimento do direito do trabalhador, a partir de 1991, que é o direito trabalhista. Acompanhamos as convenções coletivas dos trabalhadores da cana de açúcar, do acesso a políticas públicas como o PRONAF, que são o acesso ao crédito, o benefício rural da aposentadoria, sobretudo da mulher. Aqui no sindicato a gente elabora o projeto de financiamento. A gente faz o cadastro do trabalhador, envia pro banco. O banco devolve dizendo o limite de crédito e ele faz o financiamento. E só vai pro Banco do Brasil basicamente pra sacar o dinheiro. Isso é um trabalho que a gente faz. (idem)

O verdadeiro papel do STR, ao qual o presidente se refere, são os princípios que regem seu estatuto, ou seja, a defesa dos interesses individuais e coletivos dos trabalhadores rurais, inclusive em questões judiciais ou administrativas. Trabalhadores rurais compreendem os ocupantes de terras podendo ser:

arrendatários, parceiros agrícolas, pequenos produtores rurais e trabalhadores rurais sem terra: os que se dedicam à atividade agropecuária temporária ou permanente sem vínculo de emprego e os empregados rurais, incluindo os trabalhadores contratados por curto período, cortadores de cana, por exemplo.

A arrecadação financeira do sindicato foi estabelecida em 2% do salário mínimo. Com esse recurso foi possível adquirir a estrutura atual: “a gente tem uma estrutura montada com telefone, internet, um funcionário, um técnico agrícola, um advogado, dois carros, duas motos, isso é deles mesmo”. (Idem).

Seu estatuto tem por princípios e finalidades: lutar pelos interesses imediatos dos trabalhadores, evitando a exploração; orientar sua atuação no sentido de fortalecer a luta e a organização dos trabalhadores; buscar a plena autonomia e liberdade sindical; representar, perante as autoridades judiciais e administrativas, os interesses gerais de sua categoria e individuais de seus associados; defender, representar e assistir em diferentes situações que se fizerem necessárias; representar e defender os direitos e interesses dos agricultores familiares contribuindo na organização da produção e comercialização do setor; organizar e apoiar os trabalhadores na luta pela terra; firmar convênios e programas de intercâmbio com organismos públicos, privados e entidades de classe de caráter municipal, estadual, nacional e internacional, desde que promovam o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores rurais.

O STR/Ceres apenas mudou a área de atuação; perdeu a área da saúde, mas continuou sendo percebido e, conseqüentemente, procurado pelos trabalhadores como órgão assistencialista. Assessora e organiza processos, emite guias, elabora projetos, oferece cursos e outras atividades, para convencer seu público da sua importância. Entretanto, falta uma discussão política no sentido de mobilizar os trabalhadores rurais para um processo de participação coletiva que permita ver o sindicato como a entidade que os tira do individualismo e os coloca enquanto categoria com poder de decisão sobre as políticas públicas, tanto locais, quanto em nível de estado.

A produção de leite, animais de corte, de cana de açúcar, mudou as relações capitalistas e de trabalho, intensificou as relações assalariadas promovidas pelo processo de modernização agrícola; conseqüentemente, criou uma situação favorável à intensificação e exploração do trabalho no *campo*. À medida que a mecanização foi introduzida na agricultura, aumentou a produtividade e diminuiu a

mão de obra necessária. Assim, explorar a força de trabalho pelo sistema salarial se tornou vantajoso para o fazendeiro. Essa conjuntura fez surgir duas categorias de trabalhador rural: o fixo e o volante. O fixo permanece no trabalho agrícola em todas as etapas do processo de produção e o volante fica a disposição pra ser admitido, por curtos períodos, quando seu trabalho for requisitado.

O STR perdeu um capital importante dentro do *campo* da modernização agrícola. Ao enfraquecer sua representatividade, deixa de cooptar pessoas desse *campo* para seu espaço. Esse mesmo capital simbólico foi transferido para a prefeitura, que, por sua vez, ganhou maior força no *campo*.

Entretanto, o STR/Ceres busca estratégias para manter-se no *campo*. Uma delas é estabelecer parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), com Instituto Federal Goiano-Câmpus de Ceres, a Emater e com a própria prefeitura. Essas instituições preparam cursos de formação e o sindicato apresenta-se como parceiro, convocando os associados e divulgando os eventos. Entre outras atividades, nesse propósito, presta serviços de montar processos para aposentadoria, emite declarações que comprovam o trabalho rural, auxilia no acesso a recursos do PRONAF através da emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP. Essas ações podem garantir que o STR/Ceres dispute espaço no *campo*.

Ter capital conhecido e reconhecido como válido pelos agentes do *campo* é que torna essa moeda aceita como determinante de poder, para estar e atuar no *campo*.

### **2.1.3 Instituto Federal Goiano/Câmpus de Ceres**

A história do IFGoiano/Ceres está ligada diretamente à Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCe), que iniciou suas atividades de ensino em 1995 após uma trajetória de mobilização da comunidade local e de forças políticas. Justificava-se a luta pela implantação da escola pela necessidade de reforço à posição do município como polo educacional e de qualificação dos jovens da região. Seria uma forma de incentivá-los a dar continuidade às atividades rurais da família. A escola tinha seu foco voltado, prioritariamente, à clientela da zona rural, cuja economia é basicamente a agropecuária.

Em 2008, a Lei federal nº 11.892, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e transformou as Escolas Agrotécnicas Federais, Cefets e algumas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), com multicâmpus, oferecendo desde educação básica profissional até pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Nas concepções e diretrizes dos IFs encontra-se estabelecido a que vieram:

Para a construção de uma nação soberana e democrática, o que pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem. Nesse sentido, os Institutos Federais devem ser considerados bens públicos e, como tal, pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação. Os Institutos Federais correspondem à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública (BRASIL, 2008, p.22).

Segundo o documento, a proposta pedagógica principal é formar para o trabalho, formação profissional e tecnológica. Palasios (2012, p.29) diz que o câmpus de Ceres tem como compromisso a construção de caminhos que levam ao desenvolvimento local e regional “devendo agilizar para conhecer a região em que se insere e responder aos anseios da sociedade, definindo políticas para proporcionar o desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda”. Palasios (2012) escreve ainda que, segundo a Lei 11.892/2008, a finalidade dos IFs, seria o desenvolvimento econômico, apoiando a produtividade, considerando as questões sociais e culturais locais do território ou região na qual estão inseridos.

Segundo o Diretor do IFGoiano/Ceres, a Escola Agrotécnica tinha uma ligação direta com a zona rural, pois a maioria dos alunos era de origem rural. Havia projetos desenvolvidos na escola voltados especificamente à comunidade rural, além do trabalho conjunto com a Secretaria da Agricultura do Município e a Emater.

O que a escola sempre fez foi oferecer cursos. Nas Feiras de Ciências, a gente oferece minicursos. Os alunos é que fazem junto com os professores. Por exemplo, na semana tecnológica, a gente oferece vários cursos, abre as inscrições e o pessoal vem. E, ao longo do ano, a gente oferece cursos aqui dentro da escola. De fazer doces cristalizados, defumar, cascamento, processamento de leite. A gente divulga. Não é assim o ano todo, é de vez em quando... (diretor do IFGoiano-Ceres, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012)

Hoje o IFGoiano tem o compromisso de contribuir para o avanço e a capacidade produtiva das propriedades rurais; prover seus egressos, oriundos do meio rural, de competências para modernizar e melhorar as propriedades e atividades agrícolas, aumentando sua renda.

O diretor acrescenta que, com a transformação da escola em instituto, a responsabilidade e os serviços aumentaram, uma vez que oferecem, além do ensino técnico, de nível médio, formação de nível superior. Por outro lado, o investimento na escola e nos profissionais do ensino ganhou novo perfil. Hoje, os IFs têm o compromisso, tal como as Universidades Federais, de trabalhar com ensino, pesquisa e extensão.

A extensão vai, em sua opinião, permitir a continuidade dos trabalhos junto à comunidade rural, já que haverá bolsas (graduação, científica, CNPQ) para serem distribuídas entre os alunos. Ainda não foram definidos quais serão estes projetos.

Além dos cursos regulares, o IFGoiano/Ceres disponibiliza, ao longo do ano, cursos de curta duração, tais como: manutenção de máquinas agrícolas, fabricação de doces, construção e manejo de granjas, ovinocultura de corte e outros. Estes cursos contam com o apoio do STR, Emater e Prefeitura.

Dados coletados em visitas a propriedades rurais revelam a esperança de que, com a oferta de cursos de extensão sobre assuntos voltados à agricultura, melhore-se a pequena produção rural, que poderia produzir mais e conseqüentemente com este aumento da produtividade “esses produtores não teriam que buscar alternativas, por vezes em serviços pesados, afastando-se de suas atividades de produção”. (PALASIOS, 2012, p. 64).

Considerando a história da região de Ceres, ligada à agropecuária, a criação da Escola Agrotécnica, hoje IFGoiano, a define como agente formador da modernização agrícola. Os atores que a frequentam são, na sua maioria, oriundos do espaço rural e estão em busca de técnicas para melhorar sua produção. Assim, o IFGoiano/Ceres investe seu capital com objetivo de tornar o espaço rural viável, moderno, produtivo, à altura das exigências do mercado. O IFGoiano-Ceres é um agente participativo na construção de um modelo de produção rural que utiliza recursos tecnológicos, biológicos e químicos disponíveis. As ações desenvolvidas pela instituição definem seu espaço no *campo*. O IF Conta com o apoio da sociedade em geral, mas principalmente das famílias dos alunos, que veem nela o

caminho para a melhoria na roça e, para o filho, a possibilidade de um emprego melhor, de ascensão social e, mesmo, de sair do espaço rural.

Portanto, o papel dos IFs, como política pública, vai além de oferecer cursos profissionalizantes. Têm o papel de levar aos municípios de sua abrangência informações e práticas, que acreditam melhorar a renda e, conseqüentemente, a vida das pessoas da roça.

É importante analisarmos as mudanças nos alunos que vêm do meio rural. Ir para a escola significa sair da roça por um período, ou ir morar na cidade devido à impossibilidade de conciliar os dois espaços, distâncias, estradas, transporte etc. Este sair de casa pode representar uma ruptura com posições, com *habitus*, com as famílias e com antigas idealizações, ao mesmo tempo que permite o contato com novas redes de sociabilidade e amplia possibilidades para o futuro. Leva, muitas vezes, à saída definitiva do jovem do espaço rural. Assim, o IFGoiano/Ceres capacita o jovem a lidar com todos os aparatos ligados à modernização agrícola, mas, nem sempre, esse jovem retorna às atividades rurais, ao seu espaço de origem. A maioria prefere trilhar outros caminhos. O IFGoiano/Ceres, com seu capital cultural, cumpre seu papel na difusão da ideologia modernizante junto aos pequenos produtores rurais do Vale do São Patrício.

#### **2.1.4 Serviço Nacional da Aprendizagem Rural (Senar)**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) foi instituído pela Lei nº 8.315, de 23/12/1991 com o objetivo de organizar, administrar e executar, em todo o país, a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS) de produtores rurais. Integrante do chamado Sistema S - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) - criado com a finalidade de qualificar profissionais para atuar em diferentes áreas nas empresas, comércio, indústria e agricultura. É uma instituição privada, mantida pela classe patronal, em parceria com os sindicatos rurais, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e administrada por um Conselho Deliberativo tripartite.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, constituído por fazendeiros, instrutores e pequenos e médios produtores rurais, promove o processo de modernização agrícola através dos cursos e orientações rurais. Para isso recebe apoio e parceria de outros agentes cujos interesses são comuns, tais como o STR, o IFGoiano/Ceres e a prefeitura.

Esse agente foi constituído na década de 1990, período em que o processo de modernização agrícola já estava praticamente consolidado na região de Ceres. Aparece como apoio aos pequenos produtores rurais. É o que acredita a mobilizadora<sup>11</sup> do Senar:

Os produtores estavam num desânimo, e a gente orientou, ensinou a fazer doces cristalizados, a defumar a carne, a trabalhar com granja, fomos dando a maior força; aí eles animaram a formar a feira que hoje é um sucesso. (Entrevista realizada com a mobilizadora do Senar, 2012)

Segundo a entidade, sua atividade, voltada à difusão de conhecimentos, é considerada por ela e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais como essenciais ao produtor rural, para melhorar sua condição social e econômica agregando valor à produção. O Senar realiza cursos gratuitamente nas propriedades rurais. Utiliza uma metodologia direcionada para a aprendizagem esperada. Há uma equipe que organiza todo o processo e os cursos contam com instrutores capacitados para cada tema. Os cursos são constituídos por dois momentos. Um, composto por teoria, requer um conhecimento mais elaborado. Outro é a prática, para a qual é destinado um tempo maior, e exige do instrutor experiência. Os cursos têm horários flexíveis, de maneira a não atrapalhar o trabalho do produtor e possibilitar uma maior participação dos moradores da região. Atingem vinte pessoas, no máximo, para que as aulas práticas tenham aproveitamento integral.

Quanto à relevância dos cursos, as diretrizes do Senar preveem que devam ser voltados para as necessidades do mercado de trabalho e para as necessidades da população rural. Sobre a qualidade dos cursos, determina que os processos educativos sejam desenvolvidos com metodologias que favoreçam a aprendizagem, privilegiando a qualidade do produto final e sejam planejados e realizados em

---

<sup>11</sup> Pessoa responsável pela organização dos cursos. Realiza o recrutamento e a seleção da clientela, o registro de informações sobre os participantes, a escolha do local, a utilização dos recursos e a divulgação dos eventos.

parceria com outras instituições. Tem como um de seus princípios o de “fortalecer e modernizar o sistema sindical rural<sup>12</sup>”.

À medida que se desenvolveu a agricultura, maiores foram as exigências para lidar com a terra, com a criação de animais, o trato com novas sementes, rações, agrotóxicos e o manejo agrícola. Para adequar-se às demandas do processo produtivo modernizado, o agente Senar investiu seu capital no sentido de valorizar ações que cada vez mais garantissem modernização agrícola nas pequenas propriedades.

Os fazendeiros empresários, agentes que possuíam capital necessário para manter-se no *campo* da modernização, organizaram-se em sindicatos patronais assegurando sua posição no *campo*. Essa forma de organização facilita a utilização dos capitais econômicos e políticos, para investir no *campo* de forma a atender seus interesses.

A presidente do Senar é a senadora Kátia Abreu (PSD-TO), representante da bancada ruralista no congresso nacional. Fato que demonstra que nesse *campo* está em jogo, acima de tudo, a defesa dos interesses dos agentes com maior poder econômico e detentores dos meios de produção; aqueles que consolidam o projeto de modernização capitalista da agricultura.

O Senar atua como braço educacional desses agentes e apresenta-se como apoio ao pequeno produtor. Essa ligação com o pequeno produtor serve aos interesses do empresariado rural, empenhado em manter a atual estrutura fundiária e, ao mesmo tempo, garante o fornecimento de alimentos de baixo custo às cidades próximas e mão de obra, quando necessária.

Os cursos oferecidos, segundo o Senar, têm o objetivo de possibilitar a geração de renda aos pequenos produtores e, com isso, mantê-los no espaço rural. Ao longo do processo, seguindo uma tendência regional, surgiu a ideia de criar uma feira voltada para a comercialização apenas dos produtos locais. A feira passou a ser a principal motivação para o aprendizado e serviu para atrair novos participantes.

No início não, mas depois o objetivo principal era montar a feira do produtor, deu certo porque a feira tá aí. A ideia inicial foi do supervisor do Senar junto com a prefeitura, depois veio às

---

<sup>12</sup> [HTTP://www.senar.org.br](http://www.senar.org.br), 2012

associações, a Emater, o IFGoiano/Ceres e o sindicato (entrevista com a mobilizadora do Senar, 2012).

Há, entretanto, entre esses agentes, uma disputa para definir quem é o “pai da criança”, ou seja, de quem foi a ideia inicial de organizar a feira do produtor em Ceres.

O Senar mantém uma relação com diferentes agentes e *campos*, já que precisa de parceiros para atuar com seu capital. Desde a sugestão de temas a serem trabalhados até a organização dos cursos, o Senar oferece os técnicos responsáveis pela sustentação do discurso modernizante, realizando a formação rural com o apoio legítimo de outros *campos*, para manter e ampliar o processo de modernização agrícola.

### **2.1.5 Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do município de Ceres**

A prefeitura municipal de Ceres, através da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, também investe seu capital na disputa por espaço no *campo*. Nesse caso, o capital investido é o econômico, em pequena monta, o político, o social, o cultural e o simbólico. A secretaria da agricultura assume importante papel junto ao pequeno produtor rural, uma vez que leva equipamentos de irrigação e pequenos tratores, tecnologias da modernização agrícola.

A secretaria disponibiliza o trator. Hoje nós temos cinco tratores pequenos e três grandes. O produtor vem, faz a inscrição, agenda e, quando chega o dia, o tratorista sai daqui às 7 horas da manhã e vai até a propriedade, trabalha lá até as 17 horas e, se for o caso, volta quantos dias for necessário. O proprietário só é responsável em fornecer o almoço (secretário da agricultura em entrevista concedida à pesquisa, agosto, 2012).

Esse agente, apesar de inserido no *campo* no final da década de 1970, só ganhou força na década de 1990 com o governo FHC. As políticas públicas garantiram às prefeituras maior poder, pois se descentralizaram ações de responsabilidade do estado para os municípios. Criaram-se conselhos municipais da saúde, educação, assistência social e outros, que enfraqueceram as organizações da comunidade e das categorias. Uma delas foi o sindicato dos trabalhadores rurais, que perdeu poder e força. Por outro lado, as prefeituras adquiriram maior

compromisso com a saúde e a educação, tendo-lhes sido atribuído maior poder dentro do *campo*, pois passam a agregar pessoas dependentes desses serviços.

Quanto mais carente a população, maior a necessidade da prestação de serviços públicos. Para usar a linguagem de Bourdieu, a prefeitura aumentou seu capital e, com isso, seu poder de dominação e de influência dentro do *campo* da modernização agrícola. Em relação à assistência a saúde, assim manifestava o gerente do desenvolvimento rural de Ceres:

Estivemos em Brasília a semana passada e Ceres vai ser contemplada; é um plano piloto, com a instalação de uma unidade básica de saúde no espaço rural que vai ser instalada inicialmente no Sapé. Atendendo o Sapé, Gameleira e o Alegrete, com uma enfermeira, direto, um médico, duas vezes por semana. (Entrevista concedida pelo gerente do desenvolvimento rural do município de Ceres, 2012)

O pequeno produtor rural na região de Ceres recebe da prefeitura, assistência à saúde, a educação dos filhos, assistência agrícola através de máquinas, transporte, manutenção das estradas, além de formação técnica em parceria com o Senar. O capital, assistência à saúde, antes na mão do sindicato, com a criação do SUS, passa a ser gerido pela prefeitura. A participação da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, na vida do pequeno produtor, levou o secretário da pasta a autointitular-se “salvador”: “Nós somos o salvador, temos que fazer e acontecer”. E nesse fazer e acontecer disponibiliza:

Patrulha agrícola, que oferece ao agricultor a preparação do solo, plantadeira. Assiste o produtor no preparo da produção e na hora de colher. Assistência técnica através da Emater. A prefeitura tem um convenio com a Emater. Ela é responsável em assistir o produtor nas dúvidas que eles tem na produção tanto na área animal quanto na área vegetal. Eles têm o veterinário e o técnico agrícola. Eles dão assistência e tem também a assistente social que dá suporte à questões sociais. (Entrevista concedida pelo gerente do desenvolvimento rural do município de Ceres, 2012)

A Secretaria da Agricultura juntamente com a Emater e o IFGoiano/Ceres, incentivou, promoveu reuniões, disponibilizou espaço, enfim criou todas as condições para a implantação da Feira do Produtor. O gerente do desenvolvimento

rural acredita que “a feira é uma estratégia inquestionavelmente indispensável para a sobrevivência do pequeno produtor no *campo*”. (Entrevista concedida pelo gerente do desenvolvimento rural do município de Ceres, 2012)

A secretaria atua junto aos produtores feirantes mais carentes, auxiliando-os no transporte dos produtos.

Apesar do discurso salvador, no período das chuvas, de novembro a abril, a prefeitura não consegue manter todas as estradas, pontes e *mata burros* em condições de tráfego, comprometendo o escoamento da produção, o acesso à escola, aos serviços de saúde, ao trabalho na cidade, além de outras limitações.

A prefeita atual, eleita em 2012, confirma essa realidade, justificando que o problema é consequência da

Topografia da região, muitos morros, a terra tem muita argila, matéria orgânica e, quando chove, ninguém consegue andar nas estradas, agora mesmo, não estamos conseguindo transportar os alunos (entrevista concedida pela prefeita municipal de Ceres, 2013).

Desculpa-se, alegando que o espaço rural nunca foi prioridade para os governos anteriores. Esse agente interage com outros, já que precisa constantemente de parceiros para executar seus projetos. Conta com a Emater, com o IFGoiano/Ceres, com as associações, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Recebe apoio do comércio local envolvendo máquinas agrícolas, insumos, sementes e adubos, com o qual tem interesses comuns, apesar de suas especificidades.

Além disso, depende do apoio e aceitação dos produtores rurais, que, na sua maioria, preferem manter-se distantes do poder público; não acreditam mais nas promessas eleitorais e se veem no esquecimento. A falta de credibilidade do poder público limita a entrada de medidas/ações modernizantes nas pequenas propriedades. A prefeita alega que, para tomar algumas medidas, tais como conservação de solo (curva de nível), captação de água, isolamento de nascentes, “o melhor caminho é criar leis para entrar na terra deles e fazer o que for necessário”.

Esse agente se apresenta com muito capital e organizou suas ações, para manter-se e crescer no *campo*, em um Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA). O programa traz dez ações a serem desenvolvidas quanto à produção

vegetal, produção animal, agregação de valor, organização e gestão social, formação e qualificação profissional, mecanização agrícola, conservação de solo e água, inclusão social, extensão rural, assistência técnica e comercialização.

As diretrizes do programa preveem a valorização da feira dos produtores, a melhoria genética de animais e vegetais, o desenvolvimento de programas de assistência técnica, difusão da tecnologia apropriada às atividades agropecuárias, profissionalização dos produtores, coordenação das ações de políticas de desenvolvimento rural sustentável, integração e fortalecimento da agricultura familiar. São medidas que se encaixam bem na promoção e/ou sustentação do discurso e práticas da modernização agrícola.

Esse plano de desenvolvimento ocorre logo no início do mandato da atual prefeita, demonstrando seu interesse pelo espaço rural. Embora Ceres tenha modificado seu foco econômico nos últimos anos (ver capítulo I), o setor agropecuário ainda é importante na economia do município. Esse interesse coincide com o de outros agentes detentores de terras e grupos econômicos que possuem recursos destinados à modernização na agricultura. No discurso desse agente, o que está em jogo é, acima de tudo, a defesa dos interesses dos sujeitos sociais que garantem economicamente a manutenção da estrutura agrária, a captação de recursos e de poder político, a ser utilizado quando necessário.

### **2.1.6 Máquinas Agrícolas Ltda. (Magril)**

Esse agente é representado em Ceres por apenas um estabelecimento comercial. Máquinas Agrícolas Ltda. (Magril) é uma empresa que revende máquinas agrícolas de uma marca de origem canadense, produzidas no Brasil. O Senhor JB é o único proprietário e a história dessa empresa confunde-se com a história de vida do seu dono. Vindo do sudoeste goiano para assumir a chefia da carteira agrícola da agência local do Banco do Brasil, no período em que a cidade dava seus primeiros passos, JB diz: “Naquele momento bastava para o produtor a foice e a enxada” (entrevista com o proprietário da Magril, JB, 2013). Com a chegada da modernização agrícola e o aumento da produção, Ceres torna-se um município com um comércio crescente e promessa de grande prosperidade econômica, realidade que atrai vários investidores, inclusive agências bancárias. Assim, em julho de 1960,

o Banco do Brasil se instala em Ceres e nomeia JB como chefe da carteira agrícola, responsável pelas linhas de crédito voltadas à agropecuária.

Na opinião do Sr. JB, as pequenas propriedades rurais são improdutivas, não geram lucro; assim, a venda dos lotes doados por Bernardo Sayão (ver capítulo I) e sua transformação em grandes fazendas foram algo que trouxe riqueza para a região. Relata que no início da Cang as propriedades eram pequenas e, também, os seus gastos. Não precisavam de adubos nem de implementos. A pequena produção era suficiente para cobrir as despesas e obter algum lucro.

Hoje é diferente, o mercado é diferente, o produtor que tem pouca terra ele não tem mais condições de se manter no mercado e na propriedade, porque ele está concorrendo com o grande produtor, que produz com tecnologia e produz em grande quantidade e isso só mudou de 1980 pra cá (entrevista com o proprietário da Magril, JB, 2013).

Para investir em máquinas agrícolas é necessário alto capital econômico. Apenas alguns fazendeiros, sobretudo no início, puderam participar. Alguns pequenos produtores arriscaram sua propriedade, iludidos pela magia da oferta do crédito e promessas lucrativas. Posteriormente, tiveram que entregar suas terras ao banco, para pagar as dívidas.

JB ressalta que o cargo no banco lhe possibilitou perceber a oportunidade de iniciar o seu negócio. Naquele momento, em que se iniciavam as lavouras, o investimento em máquinas era uma necessidade e surgiram os financiamentos facilitados pelo banco. Ele era portador da pasta com os cadastros dos clientes da categoria rural, ou seja, seus futuros compradores de máquinas agrícolas. A Magril surge em 1964, como parte da dinâmica do desenvolvimento da agricultura capitalista regional; é líder no mercado, até hoje, na venda de tratores, máquinas agrícolas e implementos em geral, um negócio quase sem risco. Hoje é a maior empresa de máquinas agrícolas da região, contrata mais de 120 funcionários entre administrativos, vendedores, assistência técnica e mecânicos.

A Magril teve a ousadia de tirar a canga do pescoço do boi e colocar o trator aqui nessa região [...] O banco tinha uma linha de crédito pra financiar tratores e, naquela época, tinha uma vantagem: o financiamento era decidido dentro da própria agência, não tinha intermediário. O banco decidia tanto de

custeio de lavoura quanto de financiamento de trator. A decisão era local e do banco. Hoje é mais difícil porque toda decisão tem que ir pra Brasília, tem muita burocracia. Antigamente o banco que operava, chamava operação sem limite. Era só examinada a escritura, a necessidade da máquina e liberava o crédito alienando a propriedade. Tinha que ser uma lavoura acima de 50 hectares, se não ele não conseguia pagar. E quando ele não podia a gente arrumava dois pra comprar um. A terra e o trator eram hipotecados, a empresa toda vida foi lucrativa. (Entrevista com o proprietário da Magril, JB, 2013).

É importante analisar como o próprio capital privado se articula com o capital financeiro estatal. JB, mesmo sendo dono da empresa fornecedora de máquinas financiadas pelo sistema bancário, continuou na chefia da carteira agrícola do Banco do Brasil e só pediu demissão em 1971, depois que seu comércio já estava sólido e obtendo lucro considerável. Trabalhou e cresceu com o capital estatal.

Vale lembrar que a década de 1970 foi o auge do avanço da modernização agrícola no Médio Norte Goiano, cuja base do desenvolvimento era ocupar os cerrados com a utilização de máquinas, implementos e adubos químicos. JB conta que houve resistência por parte dos fazendeiros em relação ao uso do trator. Queriam permanecer arando com animais. Para crescer e garantir seu lugar nesse *campo*, a Magril usou a estratégia de ir até a propriedade arar a terra. Empréstava o trator para mostrar o tempo gasto com o serviço. O desgaste era menor, não precisava ficar trocando de boi o dia todo. Com isso “eles foram vendo que o que eles gastavam para arar em três dias o trator arava em meio período e assim foram assimilando aos poucos” (Entrevista com o proprietário da Magril, JB, 2013). A consagração desse agente no *campo* foi possível em função do desenvolvimento capitalista da agricultura, associado ao aumento da produtividade e à sistematização das crenças nas práticas modernas.

Hoje a Magril tem parceria com o IFGoiano/Ceres, a quem oferece as máquinas e sua manutenção. Em contrapartida, o Instituto Federal disponibiliza espaço e público, para cursos de tratoristas, mecanização, operação e manutenção de plantadeiras, colheitadeira, trator e demonstração das máquinas.

A empresa continua visitando as propriedades, sempre com produtos inovadores na área de máquinas agrícolas.

Ajudamos a produção a aumentar no Vale, implantamos a mecanização, a evolução ia acontecer de todo jeito e nós a trouxemos. (JB, 2013)

Ao longo dos últimos cinquenta anos, a Magril continuou investindo e ampliando sua estratégia de permanecer nesse *campo*. Assume a venda para toda a região do Médio Norte Goiano, que requer utilização de máquinas e implementos agrícolas cada vez mais sofisticados.

### **2.1.7 Casa do Agricultor**

Para falar desse agente foi escolhida a empresa mais antiga e significativa nessa área, a Casa do Agricultor (CA), que contribuiu com o processo de modernização da agricultura, empresa que aparece, frequentemente, na fala dos pequenos produtores rurais. Ao longo dos anos se fortaleceu com o processo, cresceu, abriu mais duas filiais e se encontra na região até hoje.

A CA surgiu na história de vida do Sr. JC, atual proprietário, como uma oportunidade: estar no “lugar certo, na hora certa”. É claro que este “acaso”, faz parte do processo de expansão econômica da agricultura regional.

Aqui estava crescendo muito, tinha muita gente vindo pra cá, e era só lavoura. Todo mundo falou: vai pra lá que você vai ganhar dinheiro”. (Entrevista concedida pelo proprietário da Casa do Agricultor, JC, 2013).

JC radicou-se em Ceres no ano de 1969, como sócio da Agronorte (loja de produtos agrícolas) e, em 1974, abriu sua própria loja, a Casa do Agricultor. No meio rural, as iniciativas de JC caracterizavam-se como ajuda ao pequeno produtor, sem acesso á assistência técnica do estado e impossibilitado de pagar por ela. Recorria, portanto, às lojas de comércio de produtos agrícolas. A dinâmica funcionava segundo uma lógica capitalista simples. O Sr. JC analisava a terra, dizia em qual aspecto ela estava deficiente e oferecia uma solução, isto é, oferecia os adubos necessários. O mesmo ocorria em relação às pragas e doenças das plantas. Observava *in loco* e se comprometia a enviar as plantas para análise. O agricultor, por sua vez, tinha que se comprometer com a compra, em sua empresa, dos

produtos necessários para o tratamento. Dizia ao homem da roça, que não cobraria pelo serviço.

Essa ação gerava um vínculo com a empresa, além da gratidão pelo serviço que não foi cobrado. Esse vínculo e proximidade possibilitam o exercício da violência simbólica. Bourdieu diz que o *campo* se torna rígido, uma instituição totalitária, “que está à altura de tudo exigir sem condições nem concessões, [...] dispõe dos meios para aniquilar simbolicamente o homem” (Bourdieu, 2010, p. 95). A instituição tende a consagrar agentes que tudo lhe dão. E quanto menor o capital desses agentes, maior e mais fácil se instala a dependência no *campo*.

Realizam esta oblação de maneira tanto mais fácil quanto menos capital possuem fora da instituição, logo, quanto menos liberdade tiverem em relação a ela e em relação ao capital e aos ganhos específicos que ela oferece. (Ibidem)

Há duas maneiras de manter alguém fiel a uma ideia ou pessoa, de forma durável: ou pelo dom ou pela dívida. As obrigações econômicas que a pessoa se impõe ou as obrigações de vínculos afetivos que o dom generoso cria e alimenta. A primeira Bourdieu chama de violência aberta e a segunda de violência simbólica. Essas duas formas de violência coexistem no mesmo *campo* e, às vezes, na mesma relação, “porque a dominação não pode se exercer senão sob sua forma elementar, isto é, de pessoa a pessoa, que ela não pode se realizar abertamente e que deve dissimular sob o véu das relações encantadas”. (BOURDIEU, 2009, p. 211)

O Sr. JC estabelece sobre os sujeitos sociais com os quais se relaciona as duas violências. A violência aberta é imposta pelo próprio cliente, quando necessita economicamente, quando o produtor necessita comprar os produtos da loja de JC. A violência simbólica são as obrigações morais às quais ele se submete quando JC vai até sua propriedade, analisa a terra e não estabelece um valor econômico por esse serviço. Isto é possível, se houver uma combinação, através da alternância da violência material e da violência simbólica, aplicada diretamente pela empresa, para fidelizar essa pessoa. Contribuem para o sucesso desta estratégia as ações tecidas no dia a dia, para servirem aos interesses de quem a promove por meio de orientações, cuidados, vínculos afetivos e econômicos.

Eu ajudei muita gente aqui. Esse povo tem uma gratidão enorme por mim. Vendia fiado, vender pra quem tem bens a gente nunca perde. Até hoje eles vêm aqui e fica feliz de me vê. Eu era convidado pra ser padrinho de um monte de menino. Ajudei foi muito esse povo da roça. (Entrevista com o proprietário da Magril, JB, 2013).

A CA combinou bem a política expansionista na agricultura dos anos 70 com a criação de um vínculo forte com os pequenos produtores, quase de “parentesco”. Isso proporcionou a expansão do negócio, para mais duas filiais. Uma em outro município da região e outra em Ceres. Aprimorou sua eficiência contratando um veterinário, o qual prestava assistência aos criadores de animais, inclusive para inseminação artificial.

Os agentes privados passaram a desempenhar papel fundamental no processo de modernização da agricultura, não só no tocante ao financiamento, mas também à provisão de insumos tecnológicos, assistência técnica, comercialização e gestão. (NAVARRO, *eti alli* 2013)

A lavoura, hoje, requer um uso intensivo de maquinário agrícola e toda uma série de implementos tecnológicos e insumos, que fogem ao alcance da pequena produção e dos métodos tradicionais de plantar e colher.

Minifúndio hoje não dá dinheiro. Eu não sei como esse povo vive. Eu fico impressionado. Aqui era cheio de minifúndio. Eles chegavam aqui reclamando que não estavam ganhando dinheiro. Eu falei, vou ensinar como ganhar dinheiro. Vocês tem que plantar semente melhor. Hoje o agricultor tem que aplicar a tecnologia (Entrevista com o proprietário da Magril, JB, 2013).

A maioria dos agentes que buscam promover a modernização agrícola a qualquer custo vê as pequenas propriedades rurais como um grande entrave, já que estas tardam em adotar as características empresariais no seu comportamento e iniciativas. São medidas e comportamentos comprometidos com a expectativa urbana, crescimento e desenvolvimento da economia industrial e exportação de matéria prima. O agricultor esperado por esses agentes é o que segue a linha do empreendedor, no sentido de agregar valor ao seu produto; imita a indústria, mesmo que seja de pequeno porte.

A estratégia exercida pelo Sr. JC ajudou a difundir a tecnologia para o processo produtivo e contribuiu para colocar o produtor rural no processo capitalista

de produção. O que está em jogo é a defesa dos agentes da categoria econômica com atividades rurais diversificadas e recursos econômicos suficientes para viabilizar este comércio e suas ações.

## 2.2 As disputas no *campo* da modernização agrícola: o lugar que o pequeno produtor ocupa nesse espaço

Tomando como referência o abordado nos itens anteriores e com apoio na Teoria da Prática de Bourdieu, é necessário aplicar o modo de pensar relacional ao espaço social dos que constituem o *campo* da modernização agrícola. Nesse espaço de relações objetivas entre diferentes posições é possível compreender o que ocorre com cada agente ou cada instituição se os situarmos em suas relações objetivas com todos os outros. É na particularidade de suas relações de força e de lutas, que pretendem conservar ou modificar, que se engendram as estratégias dos produtores, o modelo de agricultura que defendem, as alianças que estabelecem, o discurso que difundem e escancaram seus interesses específicos.

Como já foi exposto anteriormente, o *campo* se estrutura a partir das relações de aliança e/ou conflitos entre os seus diferentes agentes que lutam pela posse de determinadas formas específicas de capital simbólico; e, também, as hierarquias no interior do *campo*, definidas pela maior ou menor detenção de formas específicas de capital. Essas lutas e estratégias assumem características específicas, relativas à forma do capital em jogo e à posição que os agentes ocupam no *campo*.

Dessa forma, as hierarquias que se estabelecem no interior dos *campos* não são redutíveis uma às outras, mas constituídas pela lógica que define o *campo* específico. No *campo* da modernização agrícola, a forma específica do capital que move as lutas no seu interior é o capital simbólico expresso em formas de reconhecimento, legitimidade e consagração, institucionalizadas ou não, que os diferentes agentes conseguiram acumular no decorrer das lutas no interior do *campo* (BOURDIEU, 2004). Nessas lutas, os agentes concorrentes desenvolvem estratégias de conservação e exclusão ou, ainda, de subversão, de acordo com suas posições relativas no interior do *campo*. Essas estratégias de conservação e exclusão são levadas a efeito por aqueles que ocupam as posições dominantes no interior do *campo* e a de subversão executada por aqueles que ocupam as posições dominadas ou são excluídos do *campo*. Assim, visam a defender ou conquistar uma determinada posição dominante nas hierarquias constitutivas no *campo*; essa posição dominante se expressa no poder de definir os critérios e o monopólio do exercício legítimo de uma determinada atividade.

Na concorrência pelos lugares dominantes, investem seus capitais as empresas Magril e Casa do Agricultor. Passam a compor o *campo* de forma quase indispensável, uma vez que a expansão da industrialização da agricultura depende, basicamente, da mecanização das lavouras e do uso de fertilizantes químicos, sementes modificadas, agrotóxicos e demais insumos e artigos disponibilizados por esses dois agentes. Para entrar no *campo*, utilizaram metodologias semelhantes, relacionadas ao convencimento do poder da modernização de trazer prosperidade à região. Outra metodologia é a da adesão; substituir os métodos tradicionais de manejo com a terra por aqueles oferecidos por esses agentes.

O IFGoiano/Ceres entra com seus capitais, o científico, o cultural, o social e o simbólico, na luta concorrencial para garantir seu espaço no *campo*. Utiliza-se do processo educativo, investe na formação do produtor rural, em agregar valor ao seu produto, adaptando-se a uma forma moderna de plantar até chegar ao mercado. Investe na formação quanto ao manuseio e manutenção de máquinas agrícolas, na escolha e no plantio de sementes, na utilização de insumos agrícolas e contribui para reforçar a crença na equivalência entre modernização, progresso e crescimento. Suas estratégias podem assegurar, consolidar e manter a reprodução do *campo* da modernização agrícola.

Para permanecer no *campo*, o STR buscou capital na prestação de serviços, sobretudo os ligados a saúde. Investiu de acordo com o interesse do *campo* até onde foi possível. No entanto, o jogo mudou e seu capital passou a ser responsabilidade do poder público municipal, ou seja, o STR perdeu seu capital e, para se manter no jogo, mirou outros alvos de investimento. Embora enfraquecido, ainda se mantém no *campo*, investindo em capital nem sempre com exclusividade, mas é o que garante sua permanência. Existem dois polos de busca nesse *campo*: de um lado, os detentores de grandes capitais econômicos em busca de mão de obra: como exemplo, os empresários das usinas de cana de açúcar. De outro lado, os com pouco ou quase nenhum capital econômico vêm em busca de apoio jurídico, de trabalho, em busca de recursos econômicos junto às instituições financeiras e outros serviços ou auxílios. Em um determinado momento, o STR assume um papel de poder sobre os subjugados pelo capital econômico, quando assume uma posição ao lado do trabalhador rural e exige o cumprimento das leis trabalhistas. Defende a segurança no transporte dos cortadores de cana, a dispensa remunerada da mulher em período menstrual e, assim, o jogo vai se alternando de acordo com o que está

sendo jogado. Para Bourdieu (2011, p.48) os indivíduos ou grupos, “existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações”.

As limitações estruturadas do *campo* existem para cada agente segundo sua posição no espaço social ou no *campo* de forças. O agente aceita as limitações e possibilidades ao entrar no jogo. As mudanças são, também, determinadas pelas tensões entre as posições constitutivas da estrutura do *campo*. A disputa simbólica travada pelo STR é uma busca por legitimação como representante dos pequenos produtores rurais, mesmo que seja através da prestação de serviços ao trabalhador rural. O que não deixa de ser um fator de legitimação.

O intenso processo de disputas simbólicas no *campo* da modernização agrícola envolve desde o processo de ganho de adeptos a suas concepções, passando pelo reconhecimento e legitimação do seu capital específico, e inclui também severas disputas, mesmo se, muitas vezes, essas disputas tomam a forma de alianças, como são os casos apresentados, das parcerias entre STR/Senar, STR/Prefeitura.

### **2.2.1 O lugar do pequeno produtor no *campo* da modernização agrícola**

As pequenas propriedades tinham vida curta. Não faziam parte do projeto de modernização agrícola e, logo que havia interesse, eram incorporadas às grandes fazendas em nome da expansão da agropecuária. A proposta da Cang de distribuir pequenos lotes a agricultores, ao contrário do que pode parecer, não vinha de encontro à desestruturação dos latifúndios. Buscava, por outro lado, amenizar os conflitos por terras e frentes de trabalho do sul-sudeste, assunto discutido no capítulo 1. Atraiu esse exército de mão de obra para áreas pouco povoadas, acessíveis à exploração agropecuária. O Estado de Goiás, fronteira agrícola “aberta”, recebeu grande contingente de fazendeiros e lavradores pobres à procura de terras para explorar. Borges (2000, p. 72) acrescenta que

A expansão da fronteira agrícola, na forma em que se processou no país, por um lado, favoreceu o aumento da produção de alimentos para atender à demanda da população urbana e, por outro, contribuiu para a reprodução do latifúndio e da agricultura tradicional no Centro-Oeste.

Já no final da década de 1960, observava-se na Cang forte inclinação à concentração de terra, conseqüentemente provocando esvaziamento do meio rural. O processo de expansão econômica adotado ditou novas regras e dificultou o desenvolvimento do pequeno produtor. A falta de recursos e créditos, o desgaste natural do solo, são fatores que, somados à nova política econômica no espaço rural, determinaram o fracasso do pequeno produtor.

No início da Cang, a produção agrícola manteve-se como principal economia organizada, sobretudo pelos pequenos produtores dedicando-se à própria subsistência e à troca de produtos excedentes às suas necessidades. O regime de trabalho basicamente familiar prevaleceu com técnicas tradicionais e predatórias. Prática que, em pouco tempo, esgotava a fertilidade do solo. A grande quantidade de terras disponíveis possibilitava a agricultura extensiva e quase itinerante com o mínimo de investimento.

Nesse primeiro momento, a falta de mercado local e a precariedade em relação aos meios de transporte para escoar a produção representaram o impedimento à entrada dos grandes fazendeiros, ao mesmo tempo em que garantiu a instalação do projeto de pequenos lotes proposto pela ideia inicial da colônia. No entanto, na visão do capital, isso representou um grave problema para o desenvolvimento do avanço da agricultura no norte goiano, pois inviabilizava as exportações dos produtos agrícolas.

A implantação da infraestrutura de transportes aumentou os interesses pelo Médio Norte Goiano. Avançou a fronteira agrícola, motivada pela economia capitalista, terras em abundância a preços acessíveis. Amplia-se a economia agrária goiana. Cresce a produção de grãos de primeira necessidade, inicia-se uma nova fase na região, de diversificação desigual. Aquela produção, quase toda basicamente de subsistência, passa a se organizar como atividade mercantil. Cresce, paralelamente, a pecuária de corte, embora a produção agrícola, sobretudo a do arroz, continue sendo comercializada nos mercados do centro-sul. “O arroz produzido em Goiás vai atender a demanda de alimentos principalmente da população pobre trabalhadora do setor urbano-industrial do Sudeste,” diz Borges (2000, p. 96).

O jornal de maior circulação no estado reforça a importância da produção de arroz em Goiás,

No final dos anos 50, Goiás ocupava o quarto lugar na produção nacional de arroz, dispunha de 11,4% da área total cultivada com o cereal e produzia cerca de 10,8% do total do arroz do país, superado apenas pelos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. (O Popular, de 10 de fevereiro de 1960, *apud* BORGES, 2000, p. 97).

No entanto, na sua maior extensão, a agricultura continuou a ser tradicional. Até as décadas de 1950 e 1960, as transformações ocorreram de forma lenta e desigual. Em 1950, o estado contava apenas com 86 tratores; já em 1960 este número subiu pra 1.349 unidades. (IBGE, 1970).

A agricultura em Goiás continuava, ainda assim, uma atividade econômica pobre, exercida predominantemente por pequenos produtores, posseiros, colonos e meeiros. Os créditos para o setor agrário quase sempre beneficiavam os grandes proprietários, que se dedicavam à pecuária e muito pouco à agricultura. Não existia uma política de crédito a longo prazo, que pudesse beneficiar o agricultor com recursos econômicos limitados.

Ao longo dos anos a atividade pastoril foi substituindo a produção agrícola em varias regiões do estado. Essa realidade foi denominada “pecuarização da lavoura”. O fenômeno provocou êxodo da população rural, em decorrência da falta de terras para o cultivo, já que estas haviam sido transformadas em pastos pelos criadores de gado. Esse processo caminhou junto com o aumento da concentração de terras. “A pecuária extensiva garantia o domínio de grandes áreas de terra que se transformavam em reserva de valor” (BORGES, 2000, p. 103).

O pequeno produtor sai em busca de novas fronteiras agrícolas em outras áreas. A expansão do Médio Norte Goiano, da Cang, se deve, em parte, a esse fenômeno que já vinha ocorrendo no Sudeste do estado, além da boa qualidade das terras e do preço baixo, que atraiu, sobretudo, a produção familiar. Foi essa prática de produtor familiar ou de subsistência com algum excedente que desbravou as terras de mata, que, mais tarde, foram ocupadas pela pecuária intensiva.

Nois já somos a terceira geração aqui nessa terra, meu avô quando veio pra cá meu pai tinha três anos, aqui era só mato, não tinha estrada, nem picada, mais ele sabia que aquele era o lote que o

Bernardo Sayão que deu. Eles vieram abrindo a picada era só mato depois q veio a estrada ate Nova Gloria<sup>13</sup>. (F. 2).

Alguns autores (GOMES, 1969, RAMOS, 1918, BORGES, 2000) relatam que o Estado de Goiás multiplicou as fazendas de criação de gado. O capital exigido para a atividade pastoril era mínimo. As terras extensas, devolutas e de fácil acesso, desabitadas pelo homem branco, facilitavam o crescimento das propriedades. O manejo do gado não necessitava muita mão de obra e a pastagem natural do cerrado favorecia sua criação. Os grandes fazendeiros quase sempre eram homens ricos, muitos deles chefes políticos ou com grande influência e prestígio político. A maioria residia nos centros urbanos, possuía mais de uma fazenda onde apareciam de vez em quando, apenas para contar, marcar o gado ou fazer algum negócio com o rebanho. A produção de alimentos, quando existia, estava limitada ao consumo na propriedade. Borges (2000, p. 110) afirma que “o rebanho bovino goiano atingia, no início da década de 1950, em torno de quatro milhões de cabeças, [...] Em 1956, ultrapassava os seis milhões de cabeças”. Esta realidade, apesar de se reportar a épocas passadas, ainda está presente na atual sociedade goiana.

Graziano Neto (1988) recorre ao conceito, em Marx, de “mais valia” do trabalho excedente, para explicar as razões da expansão capitalista na agricultura. Quando a produção aumenta sem que seja necessário o aumento de salários pagos, o excedente cresce e os lucros aumentam. Se, no passado, a mais valia era resultado do aumento de horas trabalhadas, no capitalismo moderno, é através do aumento da produtividade pelo mesmo trabalho empregado que ela se desenvolve.

Quer dizer, o progresso técnico na agricultura possibilitou elevar a produção sem aumentar o trabalho empregado, sem elevar salários pagos, aumentando a apropriação de mais valia. Nesse sentido, a introdução de tecnologias reduziu os custos da produção, já que o progresso técnico possibilitou o aumento da produção com o mesmo número de trabalhadores ou até menos, em um tempo igual ao empregado anteriormente.

A análise de Graziano Neto (1988) auxilia a compreender parte da realidade vivida pelo pequeno produtor rural. Se aumentar a produção, no caso específico da agricultura, com a introdução de adubos químicos, aumenta necessariamente a

---

<sup>13</sup> Um distrito que pertencia ao município de Ceres, hoje emancipado, faz parte dos municípios que compõem o Vale do São Patrício.

necessidade de mão de obra, tanto para aplicar os insumos, quanto na hora de colher o produto final. Nesse caso, o uso da técnica químico-biológica não reduz o trabalho e sim aumenta a produtividade por área. Se esse aumento for grande, a ponto de superar e compensar o crescimento do trabalho, o lucro poderá ser significativo para o capitalista; do contrário, ele pode permanecer constante ou até ser menor, causando, assim, prejuízo.

No caso do pequeno produtor na região de Ceres, no Médio Norte Goiano, as empresas Magril e Casa do Agricultor, aliadas a outros agentes citados acima, investiram seu capital com o intuito de colocar ali também seus artigos; no entanto, esbarraram em alguns obstáculos, dentre eles a falta de mão de obra. O aumento de produção, para a maioria, significa ter que contratar pessoas fora da propriedade, da família, pagando diárias para executar o trabalho, o que comprometeria o lucro da produção. O agricultor reforça essa dificuldade e diz ser possível produzir apenas o que consegue com o trabalho da família.

Produce o que consegue com o povo da casa. Contratar alguém fica muito caro, não compensa. A gente diminuiu o que plantava de milho, feijão, não planta mais arroz, planta mandioca pra fazê porvilho, farinha só pra despesa é muito trabalhoso e vende a mandioca na feira. (F2, 2012)

O produtor F2 reconhece as melhorias trazidas pela modernização, mas pondera ao falar da produção, que deve ser correspondente à capacidade de colher com a mão de obra disponível, com os trabalhadores da família e moradores daquela propriedade.

A gente passou a usar as coisas que o mundo moderno introduziu. Essas mudanças trouxeram muitas coisas boas pra nois, o forno, o frizer pra zona rural é importante, máquina de lavar, o tanquinho. Uma coisa muito boa que eu percebi que deu um impacto assim foi quando chegou a energia. Com ela vem muita coisa que facilitou a mão de obra, por exemplo, não tinha bomba. Molhava as plantas com regador. Agora desde março a gente tem uma irrigação que economiza água e facilita demais. Mais só dá pra plantar o que a gente, só nois aqui, o que consegui colher, porque não adianta, não tem ninguém pra ajudar, só os da família. Pra contratar fica caro e não compensa. (F2, 2012).

No entanto, se além da adubação o pequeno produtor contasse com a mecanização agrícola, aumentando a produção e diminuindo o trabalho manual isso

poderia significar uma melhoria para esse trabalhador, pois a contabilidade de lucro ao capitalista é feita entre a mão de obra não gasta e o custo com a máquina.

Nesse caso, a produtividade do trabalho sempre aumenta: uma vez que 5 dias homens para realizar a colheita, por exemplo, apenas 1 dH (operador da colheitadeira) realiza o serviço” (GRAZIANO NETO, 1988, p. 33).

Mas, da mesma forma, o lucro só existirá se a renda final for maior em relação ao investimento ou se a renda com a produção superar o capital investido em máquina, manutenção e salário. Algo pouco provável para o produtor com pequena área para plantar, sem capital para investir em implementos agrícolas, e, portanto, sem condições objetivas de obter uma produção capaz de encaixá-lo nessa lógica capitalista. Não bastou ao pequeno produtor rural o convencimento, proposto nas estratégias dos agentes citados anteriormente, de que a modernização agrícola significava prosperidade para ele e para a região. Além de todo processo educativo, para enfrentar a novidade, necessitava de capital econômico. O projeto de modernização e consolidação capitalista da agricultura não foi pensado para o pequeno produtor rural. Seu foco eram as grandes propriedades, com produção suficiente para abastecer o mercado internacional.

A política de modernização agrícola contou também com o crédito rural subsidiado pelo estado para a expansão do capitalismo na agricultura, voltada aos latifúndios. Outros caminhos ainda viabilizaram o domínio do capital industrial na produção agrícola: os complexos agroindustriais

Assim, os donos de indústrias processadoras, ao invés de terem suas terras para produzir a matéria prima, subordinam os produtores, sobretudo os pequenos, a produzirem para essas fábricas. Em Goiás, temos exemplos na produção de aves, soja, cana de açúcar, tomate e leite. Segundo Navarro (2013) trata-se de uma radical mudança no padrão de acumulação da agricultura. Antes, a principal fonte de formação e apropriação de riqueza no *campo* era a terra. No novo padrão, rebaixa-se o papel da terra, já que a renda agropecuária depende cada vez mais de investimentos com máquinas, tecnologias e infraestrutura. O arrendamento capitalista é a maior expressão desse novo padrão, “as empresas optam pelo arrendamento no intuito de preservar sua liquidez e a flexibilidade de seus investimentos” (p. 9).

Essa tendência de separar a terra do seu uso leva a diversos desdobramentos relevantes para o futuro da agropecuária e tem como consequência óbvia a exigência de uma gestão de ‘profissionais do capital’, que, para Navarro, “contribui não apenas para exacerbar o ambiente concorrencial, mas também, e em particular, para pressionar a vasta maioria dos produtores rurais de menor porte”. (2013, p.10)

A política de modernização contribuiu para a expansão territorial, ocupação de áreas antes pouco habitadas, como o caso do Norte Goiano. Levou infraestrutura, energia elétrica, deu nova roupagem ao cerrado goiano. No governo Juscelino Kubitschek, com a implantação de Brasília, Ceres passa a ser um centro polarizador do desenvolvimento da região. Sua localização às margens da rodovia Belém-Brasília facilitou o processo de ocupação, produção e comercialização. Alterou o modo de lidar com a terra e com as relações de trabalho, pois estava vinculado à demanda industrial de São Paulo. Ao mesmo tempo, contribuiu para a formação de uma nova elite ligada ao capital nacional.

Talvez esses fatos expliquem, por que Bernardo Sayão privilegiou a construção de estradas, beneficiando as médias e grandes propriedades, deixando os pequenos produtores, foco inicial da colônia, abandonados à sua própria sorte. Observando o processo exposto acima e considerando a teoria da prática de Bourdieu, ou seja, “a objetivação do sujeito objetivante” (BONNEWITZ, 2003, p. 10), não é possível compreender uma ação social a partir de um único olhar ou observação, mas se deve procurar o que subjaz aos fenômenos, às manifestações sociais. Empregar este modo de investigação no espaço social que produziu a modernização agrícola em Ceres permite perceber a relação estabelecida entre diferentes fatores apresentados aqui, tanto o histórico, a estrutura da formação da Cang, como os agentes que foram compondo este espaço.

Os agentes hegemônicos na relação de forças para conservar ou transformar as estruturas estabeleceram estratégias de produção, de apropriação da terra, de comercialização, escolhas de formas de produção, mão de obra e formas de relações de trabalho. Contaram com aliados importantes, que contribuíram para o seu sucesso, agentes, participantes do mesmo *campo*, tais como: o poder público, a educação, a igreja, e outros que surgiram ao longo do processo, já citados neste trabalho.

Estabeleceram estratégias correspondentes aos interesses dos agentes envolvidos e pela posição ocupada no *campo*, isto é, a distribuição de capital simbólico específico. Assim, o pequeno produtor, sem o capital necessário para tentar alterar a estrutura do jogo, submeteu-se à suas regras, ou foi expulso do *campo*.

As disposições constitutivas de seus *habitus* determinam as inclinações em manter ou mudar as regras do jogo ou a subvertê-las. O *habitus* adquirido em encontros anteriores atua no momento de definir formas de luta e tende a determinar as tomadas de posição possíveis e a busca de soluções, que, na atualidade, acontece estimulada pelos agentes da educação (Senar, IFGoiano) e do estado (Emater, Prefeitura municipal), que estabelece a estratégia da criação da feira, como possibilidade de sobrevivência dentro do espaço rural. O pequeno produtor passa pelo convencimento de assumir enquanto feirante o papel de empreendedor rural; com isso, passa a adequar sua produção às necessidades da feira, tais como, o tipo de produtos, sua apresentação e os cuidados com a higiene. Deixa de ser aquele produtor de subsistência da época da Cang. O *campo* da modernização agrícola exige essas mudanças, embora o pequeno produtor rural continue, também, a ser mão de obra barata para o agronegócio, como cortador de cana ou trabalhador das usinas da região.

A modernização agrícola impõe, enquanto regras do jogo, mudanças no fazer da agricultura, na maneira de lidar com o capital; em cada detalhe da cultura do produtor rural, ela determina a mudança de seu *habitus* de pequeno produtor rural, antes agricultor de subsistência,

Na verdade a gente até que sabe, mais tem medo de fazer. Aí vem uma pessoa e convence a gente que dá certo, a gente experimenta e dá certo mesmo, aí a gente muda o jeito de trabalhar com aquilo. Pra você ver, aquilo que eu te falei os frango ta pronto pro abate com 4 meses, já minguou 2 meses, só no jeito de criar que eu passei a adotar depois do curso. (F1, 2012)

No *campo* da modernização agrícola, o processo de ocupação da Cang trouxe por imposição vinda de diferentes agentes, a substituição de valores sociais e crenças do homem do espaço rural por valores definidos pelo processo de expansão econômica. A mudança social, imposta pela modernização, alterando a referência,

do caipira para o fazendeiro empresário, é o espaço de luta que define os capitais necessários para se manterem nele.

Os fazendeiros empresários se organizaram em Sindicatos Patronais e asseguraram sua posição no *campo*. Usaram os capitais econômicos e políticos, garantindo a estrutura fundiária e o poder no *campo*. O pequeno produtor também se une no Sindicato dos Trabalhadores Rurais com intuito de se fortalecer; no entanto, possui uma ação limitada a pequenas conquistas, tais como assistência médica e algum acesso ao poder público municipal. Necessitavam, por outro lado, de máquinas, assistência técnica, mas, de fato, o que conseguiram foi apenas apoio assistencialista, que não contribui para seu avanço econômico. A maioria desistiu do seu projeto de produtor rural e foi para os centros urbanos tentar alternativas diferentes, engrossando, mais tarde, a população dos acampamentos de trabalhadores “sem terra” tentando o retorno à roça.

O *campo* da modernização avançou a serviço da expansão do capital e não do trabalhador rural. Nesse processo, foram atraídos os agentes que encontraram, naquele *campo*, as condições para atender a seus interesses. Os agentes, por sua vez, agregavam outros agentes auxiliares ao seu projeto de ocupação daquele *campo*, tanto para garantir seus lugares quanto para conquistar melhores posições. O pequeno produtor foi colocando-se de forma a ocupar o espaço possível nessa disputa. Alguns, como já descrevemos, não resistiram, e saíram desse *campo*. Outros permaneceram como mão de obra dos agentes hegemônicos ou buscaram estratégias de se adequar à modernização agrícola. “Nem todos, porém, puderam tornar-se comensais do banquete da modernização produtiva e econômica”. (PESSOA, 1999, p. 51).

Para Navarro *et ali* (2013) no início da modernização, após esgotar as primeiras tarefas de transformações induzidas pelo estado, tais como crédito rural, pesquisa agrícola e serviços de ATER (assistência técnica estatais), constituíram-se diversos agentes privados, que dedicaram-se à produção de pesquisa e difusão de inovações, disputando o bolo da riqueza. O estado, por sua vez, foi “saindo à francesa”, o que se comprova pelos gastos públicos na agricultura. Os agentes privados passam a ser os principais atores do desenvolvimento e expansão do projeto de modernização agrícola. Haja vista, na região de Ceres, os agentes privados, Magril e CA.

### 2.3 As relações entre as culturas urbana e rural na modernização agrícola

Neste item, serão discutidos, do ponto de vista sociológico, aspectos relativos à cultura e sua relação com a modernização agrícola. A problematização desse tema traz elementos para a interpretação dos dados levantados pela pesquisa no terceiro capítulo.

Geertz (1989) entende a cultura como um sistema de significados constituinte de e constituído por relações de poder. O autor, com base em Weber, acredita ser “o homem um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (p. 4). Em busca dessas teias que constroem um grupo, um espaço social e suas relações, fazendo e refazendo conhecimentos, assim desenvolvemos esta pesquisa, percebendo a cultura como um sistema de signos que se entrelaçam. Não como algo atribuído a acontecimentos isoladamente, a comportamentos sociais, mas sim a um contexto em que ela acontece.

Bourdieu (2010) trata a cultura no sentido antropológico também de maneira ampla. Para isso, recorre ao conceito de *habitus* como um sistema de disposições duráveis, estruturas predispostas a funcionar como geradoras de práticas. O *habitus* é o que possibilita um grupo social ser distinto de outro, com características próprias e modos de vida particulares. Para Bourdieu (2009, p. 208),

A cultura não é apenas um código comum nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas recorrentes. Ela constitui um conjunto comum de esquemas fundamentais, previamente assimilados, e a partir dos quais se articula, segundo uma ‘arte’ de invenção análoga à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares diretamente aplicados a situações particulares.

Esta concepção possibilita pensar a cultura na dialética do que está na interioridade e o que está na exterioridade, ou seja, a estrutura da prática social é mediada pelo *habitus*. O raciocínio sobre *habitus*, intrinsecamente ligado à cultura, serve de aporte para o entendimento das diversas maneiras de o pequeno produtor rural lidar com a feira, com valores, com a Matemática. Não de maneira isolada, abstrata, imune à história de vida. Valoriza a forma de pensar e executar seu trabalho, a luta para manter-se ou ascender no *campo* da modernização agrícola. Entende-se como uma manifestação de um grupo social específico, influenciado pelas mudanças, pelo lugar ocupado no *campo* em que a manifestação do

conhecimento matemático e tantos outros são determinantes para manterem-se no espaço social.

É comum associar-se a industrialização da agricultura e a urbanização do *campo* com o fim do rural. Ao longo de um período histórico, o processo econômico capitalista deslocou o centro de poder, do espaço rural para a cidade, da agricultura para a indústria. A modernidade projetou visões maniqueístas do rural, aos poucos apreendidas, como a oposição campo-cidade, tradicional-moderno, civilizado-incivilizado e não tecnificado-tecnificado.

A valorização da cultura da cidade, da indústria e de seus produtos pode desqualificar os saberes e outras racionalidades diferentes daquela imposta pela técnico-científica e do mercado. As culturas indígenas, as do caipira e outras não hegemônicas, são vistas como incivilizadas; passíveis de serem dominadas para se transformarem segundo um modelo de modernização e uma visão de mundo.

Se a realidade humana é culturalmente construída, os processos sociais, as experiências e vivências fazem parte dessa construção do mundo natural. Se o espaço social passa por resignificação, no caso do rural, através do processo de modernização, a própria natureza humana é resignificada.

Na medida em que se coloca a questão cultural entre dois polos constituintes da identidade, ou seja, a identidade rural e aquela imposta pela indústria e pela cidade, percebem-se as imagens culturais hegemônicas do urbano em oposição ao rural. O rural associa-se ao atraso, ao que é tradicional. É rústico e considerado resistente a mudanças, sobretudo se esse olhar estiver voltado ao pequeno produtor rural.

Ianni (1988) diz que o homem do espaço rural estranha quando o denominam de “camponês”. O pequeno produtor rural reconhece que é um trabalhador rural, lavrador, sitiante, posseiro etc. Os outros, aqueles que vivem fora do universo rural, é que interpretam, criam e recriam as lutas e reivindicações do “camponês”. Muitas vezes não se reconhece no que dizem dele, ou fazem por ele, a partir de partidos políticos, órgãos, imprensa, igrejas e ONGs. A sua prática social se resume na luta pela preservação, conquista ou reconquista de suas condições de vida e trabalho. O campesinato enquanto classe

Não dispõe de condições para tornar-se hegemônica. Subsiste, ao longo do tempo e das lutas, como classe subalterna. Não se coloca a conquista do poder, do Estado. Não formula um projeto alternativo

para a organização da sociedade nacional. Luta desesperado para defender o seu modo de vida, um modo de vida diferente, dissonante daquele que se instala e expande com a revolução burguesa. (IANNI, 1988, p. 104).

Assim, é discutível dizer que o homem do espaço rural é “primitivo”, “pré-político”, “sem história”, “social e culturalmente inferior”. O homem do espaço rural se sente subalterno. Ele, com poucas exceções, não pensa em destruir a pirâmide social.

As sociedades contemporâneas, ao se projetarem como sociedades urbanizadas e industrializadas, constituíram uma visão de rural subalterno, submisso ao seu domínio. Criaram instituições, políticas agrárias e agrícolas, agências de ensino, propagandas associadas à assistência técnica agrônômica e pesquisas. “Busca-se compreender o campo a partir da cidade, mas sem passar pela ótica camponesa”. (IANNI, 1988, p. 104). As pesquisas sobre o rural procuram direcionar o conhecimento técnico científico à lógica de mercado. Buscam, também, tecnificar os processos produtivos e, sobretudo, difundir a cultura da modernidade, apoiada na crença de que o progresso técnico é necessariamente sinônimo de civilização superior.

O impacto causado pela mudança econômica provocou no pequeno produtor comportamentos de reação e adaptação, por meio dos quais procurou definir e manifestar seu juízo sobre as transformações que foram percebendo na vida. Aos poucos, o homem do espaço rural busca na cidade o recurso econômico, antes desnecessário: “eu trabalhava o dia inteirinho na roça, depois eu num ganhava nada e queria um dinheirinho, aí eu vim pra trabalhar na cidade” (F15). Os recursos materiais e financeiros gerados pela atividade na roça passam a ser insuficientes para atender às necessidades geradas por um novo modo de vida.

A cidade organiza e domina o meio rural, legitimada pelo seu centro político-administrativo, ao mesmo tempo em que mantém uma dependência quanto ao abastecimento, sobretudo de alimentos. A sociedade urbana, com o desenvolvimento das tecnologias e da indústria, liberou-se do meio rural quanto à produção em geral e tornou-se produtora. Reorganizou o trabalho rural, impondo máquinas e seu modo de vida. O espaço rural torna-se cada vez mais dependente da cidade (QUEIROZ, 1976).

Aqui tinha muita gente, mais de vinte crianças. Hoje num tem mais. A capela mais era cheia de carteira fora os bancos da igreja, que se não me engano era doze. (o feirante aqui se refere a capela que servia de escola, multisseriada, e aos domingos eram celebradas missas) As carteira ficava cheia de menino mais os banco que ficava amontoado num canto. O povo foi tudo embora. (F.2).

A industrialização criou a necessidade de uma nova força social urbana, aliada à modernização da agricultura, que exigiu do pequeno produtor a busca de alternativas de trabalho. As cidades atraem as populações rurais ao mesmo tempo em que subjagam seus produtos e caracterizam como subcultura o modo de falar, vestir e pensar da gente da roça. O modo de produção capitalista transformou as cidades em centros de dominação política e de produção e difusão de conhecimento. “Construiu-se socialmente a ideia de que a cidade é o lugar da civilização, da cultura e do saber, por oposição ao atraso e ao não saber de quem nasce e vive no campo” (PESSOA, 2007, p.26).

Eu acho se eu fosse pra cidade eu ia descansar mais, o meu filho podia estudar mais, ele fez até a quinta série, eu penso que hoje o povo precisa estudar mais pra arrumar serviço, o que eu sei eu aprendi na vida, mais hoje o povo precisa estudar, hoje é diferente. Hoje a gente precisa saber menum pouco das coisas que o povo da cidade sabe. A roça acabou. (F 10)

Silva (2001) alerta para os dados do PNAD de 1999. Dos 15 milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural brasileiro, quase um terço estava trabalhando em atividades não agrícolas: servente de pedreiro, motorista, caseiros, empregadas domesticas etc. Ainda prevê, pelas indicações da pesquisa, que se continuar esse ritmo, em 2014 a maioria dos residentes rurais do país estarão ocupados com atividades não agrícolas.

A cultura caipira se apoia nas mais variadas formas de sociabilidade e subsistência, com variações conforme a região do Brasil. O caipira conseguiu elaborar formas de equilíbrio ecológico e social e se apegou a estas como sua razão de ser cultural na sociedade. Esses modos de ser do caipira deram origem a várias caricaturas e estereótipos injustos, tal como o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. Uma cultura sempre se vale de sua posição dominante para julgar a cultura do outro. Mais ainda, opera essa dominação e ainda consegue levar esse outro a aceitar, a incorporar no seu cotidiano essa dominação. Isso é o que Bourdieu (2009) chama de violência simbólica. É uma forma de violência que, por causa do desconhecimento

dessa condição, é assimilada pelo outro não como violência, mas como uma realidade normal no conjunto de suas relações. A pesquisa revelou que, em geral, é assim que a população rural lida com o modo como a população urbana a trata.

A cultura do caipira não se condiciona ao progresso, pois sua mudança seria seu fim, e o caipira deixaria de existir. No entanto, sofre influências vindas de outros grupos sociais, sobretudo dos espaços nos quais são feitas as trocas de serviços, lazer, trabalho e comércio, contribuindo diretamente na construção e mudança de *habitus*. A violência simbólica é exercida, também, pelos agentes quando oferecerem os 'benefícios' advindos da modernização agrícola, com promessas de melhorar a renda e a vida do trabalhador rural.

Na verdade, os pequenos produtores foram os mais penalizados pelos avanços econômicos e sociais do capitalismo no espaço rural, em todo o mundo. As famílias agrícolas com pequenas propriedades ficaram mais pobres na segunda metade dos anos 90. Sua renda per capita só não foi pior, pela compensação das transferências sociais: aposentadorias, pensões, bolsa escola, bolsa família etc. (SILVA, 2001).

As mudanças causadas no espaço rural, com a chegada da modernização agrícola, desestabilizaram crenças e ações historicamente consolidadas. O aumento do tempo de permanência na cidade, a migração de membros do grupo para o espaço urbano, o surgimento de descendentes e novas gerações, nascidas em outros espaços, tendem a introduzir, nos grupos mais próximos, diferenças culturais, que antes eram visíveis nas gerações mais velhas. Diferenças no vestir, na alimentação, na comunicação, nos gestos, e desdenho pelo trabalho e até pelos cidadãos locais, compatriotas, gerando a negação da participação em atividades da sua antiga comunidade.

Pesquisa de Silva (2001) mostra que as ocupações rurais não agrícolas no Brasil, basicamente serviços pessoais, são derivadas não apenas da modernização das atividades agrícolas, mas, sobretudo, da alta concentração de renda existente no Brasil. Ele afirma ser o trabalho doméstico a porta de entrada na cidade, fato observado na fala da entrevistada F1.

Eu gosto mesmo é da roça, mas trabalhar de domestica na cidade é bom porque tem o fixo. Agora quando a gente tem o fixo, a gente pode fazer compromisso que todo mês aquele dinheiro tá lá, aqui

não, cê passa a semana sem vê um dinheiro, antigamente não, mas hoje é difícil.

E, assim, o movimento individual e coletivo no esforço de sobrevivência do pequeno produtor rural faz sua história, constrói sua cultura mesclada com a cultura dos citadinos. “O rural está profundamente relacionado ao urbano que lhe é contíguo” (SILVA, 2001, p. 49).

Pessoa (2009) diz que somos portadores de cultura quando produzimos nosso alimento, no trabalho, nas relações, ou seja, em cada ato, em cada fazer, deixando nossas impressões, nossa subjetividade, nossos valores, nossas crenças. O homem do espaço urbano faz isso a partir do modo de vida urbano, a partir de uma lógica urbana com suas regras estabelecidas e com o domínio da escrita; o homem do espaço rural, por outro lado, o faz permeado por sua herança, diferente da lógica urbana. A sociedade rural representa suas crenças e valores, através de cada gesto, da fala e dos objetos. O espaço rural ensina com suas festas, suas rezas e seu trabalho.

A cultura popular, portanto, não nasce nas escolas nem nos livros, mas no cotidiano das pessoas, no trabalho, enquanto criam e recriam formas de sobrevivência. Os grupos de novenas, folias, mutirões e congadas contam com trabalhadores que, através da sua música e fé, educam novas gerações. Essa cultura acontece em lugares diferentes. Não tem lugar próprio, cada acontecimento a seu tempo e não há alguém específico que a promova.

Os canteiros a gente aprendeu a fazer com meu pai, de ver ele fazer, ele colocava a gente pra ajudar e quando precisa a gente sabe, é assim”. (F. 2).

Eu nasci na zona rural. Cresci na roça, nunca saí. Só que mudou muito hoje. Antigamente tinha a missa o padre vinha, batizava os menino. Tinha as festas e as reza nas casas, era um povo unido que ajudava uns aos outro. Hoje cada um cuida do seu e ninguém visita mais. (F. 13).

Para Martins (2009) os homens manifestam o desejo e a necessidade de conhecer a cultura do inimigo. Quando se veem ocupando espaços nos quais se relacionam, os homens do espaço rural desejam se apropriar dessa outra cultura para compreendê-la. Quer ser alfabetizado, conhecer como o outro vive, pensa e elabora suas ideias. Esta concepção pode explicar o sucesso que os agentes:

IFGoiano/Ceres, Senar, Emater, Magril e CA tiveram ao levar o capital que possuíam até os pequenos produtores, para os convencerem a compor esse *campo*. No entanto, isso não significou, necessariamente, a renúncia dos trabalhadores rurais a seus próprios valores e concepções. Conhecer o terreno do dominador é, antes de mais nada, obter segurança para se mover naquele terreno. É nesse espaço que se localizam as repartições públicas, as delegacias de polícia, os partidos políticos e os tribunais onde discutem e julgam, numa linguagem que lhes é peculiar, que o homem simples não compreende, porém. Não basta saber português para entender o que dizem e escrevem; é preciso conhecer aquele português falado e escrito por essa gente da cidade. “O pedido de escolas e cursos, insistente, tem o sentido de apropriação dessa arma de luta pela vida que é a linguagem” (MARTINS, 1992, p. 31). “Falta instrução pra nois, se a gente tivesse mais informação, quando tem um curso, um trem assim, vai tudo lá pra cidade a gente nem fica sabendo” (F.1).

O trabalhador rural está inserido na cultura do outro também através da escola dos filhos que, em sua maioria, está na sede dos municípios. A partir dessa realidade, surge o elemento de dominação representado pelo professor, da mesma maneira como existe na prática, supostamente educativa, que há na relação entre o agrônomo extensionista e o camponês. Na educação escolar, a troca de saberes não existe, pois ela é unilateral, uma vez que o saber ali reconhecido como legítimo é o que a escola, ou aquele que detém o conhecimento legitimado socialmente transmite em oposição ao saber do camponês, considerado atrasado e rústico. Assim, o saber escolar e dos agentes constrói significados das falas, das coisas do significador.

Ao se apropriar da cultura do outro, o homem simples maneja-a em defesa do que é essencial e vital para a cultura camponesa. Ele deixa sua marca e, assim, ao ser invadido por outra cultura, torna-se invasor, criando “quistos culturais no interior da sociedade dominante” (MARTINS, 1992, p.34).

Isso nos permite afirmar que é difícil reconhecer uma cultura genuinamente rural e/ou genuinamente urbana. Encontramos traços de uma na outra. É possível ver um caipira com celular, tatuagem, cabelos tingidos de vermelho, *piercing* e outros signos do mundo urbano. Ao mesmo tempo, podemos encontrar na cidade uma pessoa tecendo no tear, “carne de lata”, folia de reis, mutirão, terço em casa e outras tantas coisas do universo rural. A feira do produtor é um dos canais de

hibridização entre as duas realidades. É um local onde as duas culturas se entrecruzam.

Há nisso tudo a manifestação de uma criatividade cultural da sociedade camponesa, pois, apesar da invasão do dominador, os camponeses inventam e recriam relações sociais na produção e comercialização dos seus produtos. As mulheres adquirem um novo papel na luta e responsabilidade com a renda familiar. Reafirmam as roças comunitárias, buscam novas plantas e produtos. “O que nos obriga a sermos cautelosos quanto à concepção de saberes persistentes e definitivos. E também quanto a ignorâncias persistentes e definitivas.” (MARTINS, 1992, p. 34).

É assim que a feira do produtor se apresenta hoje: como uma alternativa para a geração de ocupação e renda para as famílias rurais, além de ser uma porta aberta a diferentes manifestações de cultura e conhecimento, sobretudo de conhecimento matemático.

## Capítulo III

### Plantar, colher, processar, vender, sobreviver

*“Não censuro a natureza pois é sábia com certeza  
E oferece o que nos pode oferecer  
Só condeno esses senhores meros atravessadores  
Que utilizam minha vida pra viver”  
(Joel Marques)*

Este capítulo aborda o histórico da feira dos produtores do município de Ceres-GO, as práticas de organização, produção e comercialização dos pequenos produtores que dela participam. Avalia os processos educativos que permeiam estas ações, sobretudo aqueles vinculados à matemática. A feira, como estratégia de sobrevivência da pequena produção, ao possibilitar a comercialização direta dos produtos, alterou o histórico de projetos mal sucedidos dos pequenos produtores?

Os conceitos de *campo* e *habitus*, abordados pelo sociólogo Pierre Bourdieu e expostos no capítulo 2 serão retomados por servirem de aporte teórico para análise da constituição da feira do produtor no *campo* da modernização agrícola. A etnomatemática é um domínio matemático oriundo não do conhecimento formal, não do conhecimento acadêmico, mas de uma determinada prática em determinado convívio social. Pode-se traçar um paralelo com Bourdieu, para quem um *habitus* se forma em determinado *campo*. A etnomatemática é cultural, não acadêmica; é essencialmente cultural. Portanto, o princípio da etnomatemática assim como o do *habitus* em Bourdieu, forma-se no dia a dia, em determinado espaço social, em um *campo* específico.

*Habitus* são incorporações de valores, aquisições e pré-disposições adquiridas. O espaço rural é um espaço social de relações, é um campo relacional. É nesse espaço relacional que o pequeno produtor rural desenvolve seu saber, em muitos casos, incorporado, herdado dos seus antepassados. Frequentemente, esses domínios matemáticos são utilizados para resolver os embates do cotidiano.

Esse olhar voltado para realidades específicas nos remete a essa vertente da educação matemática, interessada na diferença cultural, restrita e localizada, a etnomatemática. O objeto da etnomatemática é a explicação dos “processos de

geração, organização e transmissão de conhecimento em diversos sistemas culturais e as formas interativas que agem entre os três processos” (D’AMBROSIO, 1998, p.7). Esta tese busca, também, dar visibilidade às histórias, à produção dos pequenos produtores rurais, destacando seus modos de calcular, medir, estimar, inferir e raciocinar. Trata-se, sobretudo, de investigar a feira do produtor como estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores rurais no *campo* da modernização agrícola e como os agentes formadores caracterizados no capítulo 2 interferiram nos processos de modernização desse trabalhador.

Instituições como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), órgão estadual voltado á assistência técnica aos produtores rurais, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), vinculado à iniciativa privada, com grande penetração na área rural e voltado á capacitação no espaço rural, colocam-se como parceiros para ajudar no processo tanto de produção quanto de comercialização. Na região, o Instituto Federal Goiano (IF Goiano-Campus Ceres) procura formar técnicos e profissionais de nível superior na área agrícola e oferece cursos aos pequenos produtores. Os agentes privados, Magril e CA, com interesse na comercialização de seus produtos, foram determinantes na difusão do novo padrão técnico e seu correspondente modelo organizacional. Esses agentes são os principais atores do processo de modernização agrícola na região. Pressionam os produtores de menor renda, criando um ambiente que se acirra diariamente.

O pequeno produtor rural, nesse contexto de exigência de modernização dos processos produtivos, nem sempre consegue fazer uma contabilidade da produção e comercialização dos seus produtos e contenta-se com a entrada do dinheiro semanal resultante da feira. Em muitos casos, há um déficit mensal e esse produtor, sem que possa perceber, passa por um processo de pauperização. Os agentes mencionados acima têm atuado na reversão desse processo?

### **3.1 A feira do produtor do município de Ceres: histórico e objetivos.**

O avanço do capitalismo no espaço rural após os anos 1960 criou um modelo produtivo que exigia maior concentração de terra, modernização da agricultura e introdução da agroindústria, priorizando a exportação. O processo modernizante se espalhou rapidamente pelo território nacional, produzindo impactos: êxodo rural,

assalariamento do trabalhador rural, inchaço nas periferias das médias e grandes cidades, aumento da violência no espaço rural e na cidade.

A expansão produtiva se baseia em padrões técnicos e organizacionais que modificam de forma considerável as ações do produtor rural, gerando novos comportamentos, novas formas de lidar com a terra, com o plantio. Cândido (1979, p. 24) escreve que, “a maneira pela qual os homens produzem os seus meios de subsistência depende, antes do mais, da natureza dos meios de subsistência que encontram prontos e que necessitam reproduzir”.

Ele acrescenta, ainda, que o funcionamento de uma cultura necessita de um equilíbrio entre o mínimo social e o mínimo vital e situações de mudanças podem comprometer não apenas a integração do grupo como também sua sobrevivência.

Em uma das teses defendidas por Navarro *et ali* (2013) a nova fase na agricultura vem concretizando-se em dupla face: a concentração de produção cada vez maior na dinâmica econômica e, por outro lado, a diferença social aprofunda, gerando intensa seletividade entre os produtores rurais. “Em nenhum outro momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização” (p. 15).

Seria possível dizer, com extrema linearidade, que foi esse quadro social, fortemente marcado pela desigualdade e pela necessidade de produzir, para além das necessidades básicas, que motivou a criação da feira do produtor no município de Ceres. Assim, o produtor vende seu produto diretamente ao consumidor, sem passar pelo atravessador, outro comerciante, podendo obter, com isso, maior lucro, tendo o consumidor a possibilidade de negociar diretamente com quem produz.

Cruz (2013) relata que as feiras surgem de forma mais organizada na Idade Média, com a prática de compra e venda de produtos expostos pelos mercadores. No feudalismo, a feira não tinha muita expressão uma vez que a produção era apenas para a subsistência. Acredita-se que as feiras surgiram em decorrência dos excedentes de produção, quando as sobras de alguns e a falta para outros geraram a necessidade de trocas de mercadorias entre as famílias. Para facilitar essas trocas, era preciso um local determinado. Assim, o surgimento da feira, como um espaço de trocas, no qual poderiam juntar-se os produtos disponíveis de diferentes propriedades e aqueles que desejassem adquiri-los ocorreu de forma quase natural.

Com a expansão marítima e comercial da Europa, a abertura para o Oriente permitiu que os produtos fossem distribuídos via mar mediterrâneo com altos lucros,

com destaque para a cidade de Veneza, Gênova e Pisa. Nas rotas medievais, em seus principais cruzamentos, como forma de trocar e vender, organizavam-se grandes feiras. Dessas feiras, destacam-se a da região de Champagne, França; Flandres na Bélgica; Holanda e Frankfurt, na atual Alemanha. Onde as feiras eram realizadas, surgiram os burgos, embriões da cidade. Não existem documentos históricos indicando quando foi criada a primeira feira no Brasil; estas só se tornaram expressivas com o crescimento demográfico e com a diversidade econômica da colônia.

Atualmente, as feiras exercem função significativa na distribuição de variadas mercadorias: do ralinho de pia e do açafão produzido artesanalmente nas proximidades do município até o pequi caído no cerrado sem nunca ter sido plantado. A feira compõe o comércio local, gera emprego direto e indireto, promove renda. Tornou-se um hábito frequentar feiras nas mais diversas cidades do mundo.

Cruz (2013) verificou que 77% dos consumidores frequentam a feira, não apenas para fazer as compras semanais, mas também, para ver os amigos, passear com as crianças e familiares, isto é, frequentam-na como uma forma de lazer.

A feira do produtor em Ceres é um ponto atrativo também para o consumidor, porque oferece alimentos mais frescos, colhidos no dia, e produtos com procedência conhecida, pela relação direta com o produtor. Ela tornou-se, portanto, além de uma opção de lazer, um ponto de encontro para as pessoas. Além disso, para muitos consumidores, a aquisição dos produtos disponíveis na feira significa a conservação simbólica de um elo com o mundo rural de onde vieram. No setor de alimentação, oferece coxinha de frango com massa de mandioca, caldos variados, milho cozido e assado, pamonha, bolos, biscoitos, mané pelado, pé de moleque, doce de leite e outros. A feira é, sob vários aspectos, mais atrativa quando comparada com os supermercados e frutarias. Destaca-se, ainda, a dinâmica peculiar de negociação dos preços. O consumidor está, na maioria das vezes, frente ao produtor e vendedor, fato que favorece os dois lados. No caso do primeiro, a pechincha, a tentativa de reduzir o preço ou adequá-lo ao valor de que ele dispõe no momento da negociação. O outro lado em questão pode, na conversa, perceber a veracidade e avaliar, segundo a lei de oferta e procura. Além disso, há fatores subjetivos (amizade), em função dos quais se pode e se deve reduzir o preço de um produto em determinado momento. Os produtos são mais baratos, pois não existe o

atravessador, o horário é diferenciado das outras feiras, o atendimento personalizado e há uma relação próxima com o produtor.

Além de oferecer os produtos convencionais descritos acima, a feira apresenta produtos típicos da região, como o jambo, a biriba, laranjas diversas, jabuticaba, rapadura de gergelim, de amendoim, de mamão, doce do coco da guariroba, gengibre, batata doce, ingá, feijão de corda, biscoitos caseiros, pele crocante de suíno. São produtos aparentemente simples, mas que atraem os consumidores por serem tradicionais em uma determinada região, refletindo hábitos de consumo peculiares. Caracterizam uma produção artesanal que revela a riqueza da cultura regional e reflete uma relação com os recursos naturais. Citando Luciene Godoy, “comer jabuticaba tem gosto de infância, e gosto de infância é uma deliciosa iguaria que não se deve abandonar por nada na vida” (Godoy, 2012).

Em 1993, em função de uma feira do produtor já existente no município de Goianésia, iniciou-se um longo processo de discussões e reuniões entre os representantes da Prefeitura Municipal de Ceres, a Emater e associações de produtores rurais. Essa articulação resultou, no dia 03 de julho de 2002, na criação da feira do produtor do município de Ceres. O objetivo é ser uma alternativa viável aos pequenos produtores rurais, para comercialização de todos os tipos de produtos provenientes de suas propriedades, de qualquer variedade e em qualquer quantidade.

Buscando conhecimento através da feira já em andamento em Goianésia, criamos o regulamento, adequado a nossa realidade. Após várias reuniões com as associações de produtores e parceiros quando se decidiu por consenso que os municípios que participariam da feira seriam Ceres e Rialma. (Entrevista com o gerente regional da Emater, 2012).

Os dois municípios vizinhos, Ceres e Rialma, contam com doze associações de pequenos produtores rurais. As associações distribuem-se por regiões tradicionalmente delimitadas por córregos, forma utilizada para a organização do espaço rural. Entretanto, neste trabalho, só nos interessam as associações vinculadas ao município de Ceres, em número de nove.

Tabela 1 – Associados e feirantes, segundo as associações

<b>Associação</b>	<b>Associados</b>	<b>Feirantes</b>
Alegrete	27	19
Córrego Fundo	15	02
Córrego do Café	16	02
Gameleira	21	12
Palmital	14	05
Sapé	16	06
Bom Sucesso	11	02
Raul Naves	22	05
Poção	57	01
Total	199	54

Assim, temos um total de 199 associados e, destes, 54 participam da feira. O motivo pelo qual nem todos os associados participam é ligado à opção produtiva de cada um. Alguns investem na produção leiteira, produção de milho irrigado para mercados e pamonharias, comercialização de sementes, ou seja, a produção voltada para a feira não é uma vocação e/ou opção de todos.

Como qualquer espaço social, a feira se constitui em uma estrutura de posições definidas, ocupadas por aqueles que adquiriram seus direitos no *campo* da modernização agrícola.

Bourdieu define *campo* como um espaço com estrutura própria e mais ou menos autônoma onde ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais. Possui princípios e leis próprias que regulam a relação entre os agentes sociais do *campo*, animados sempre pelas disputas ocorridas no seu interior. Segundo Bourdieu (1983, p. 89), um *campo*

Se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputa e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputa e aos interesses próprios de outros *campos* e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste *campo* (cada categoria de interesses implica na indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). Para que um *campo* funcione, é preciso que haja objetos de disputa

e pessoas prontas para disputar o jogo, dotada de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa, etc.

Nesse jogo de disputas, a feira do produtor de Ceres aparece como o espaço social onde o pequeno produtor rural faz um esforço para responder às exigências do novo modelo econômico e para fazer parte, mesmo com pequeno capital, desse *campo*. A feira do produtor é o lugar de encontro do trabalhador rural com o mercado urbano, espaço onde o pequeno produtor pode mostrar o quanto apreendeu, o quanto está “moderno”.

Bourdieu diz, ainda, que o espaço social é onde se encontram grupos de diferentes posições, independentes, ao mesmo tempo em que se relacionam. “O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou grupos são aí distribuídos em função de sua posição”, determinados pelo capital econômico e o capital cultural. (BOURDIEU, 2011).

A feira conta com uma comissão organizadora composta por dois membros de cada associação, representantes da Prefeitura Municipal de Ceres, Agência Rural/Emater-GO de Ceres, Instituto Federal Goiano-campus Ceres, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDRS), responsável pela administração da feira.

A feira é gerida por uma diretoria executiva, mais próxima do seu dia a dia, que zela pelo seu bom funcionamento. Essa diretoria, indicada pelas associações é composta por um presidente, um vice-presidente, dois secretários, dois tesoureiros, dois fiscais por associação, e um segurança contratado pela comissão para dar suporte à fiscalização interna ou externa. Essa fiscalização é para garantir que os produtos comercializados na feira, sejam produzidos na propriedade do feirante, ou seja, que não venham da Ceasa, por exemplo. Além disso, os fiscais servem para garantir que outros comerciantes volantes não façam concorrência com a feira nem em sua proximidade, estabelecendo, para isso, um perímetro de até 1000 metros.

Essas medidas têm garantido aos feirantes maior segurança, por concorrerem com produtos semelhantes aos seus, e ao consumidor por comprar um produto da região, colhido recentemente e de procedência conhecida. Além disso, esse rigor quanto à fiscalização afasta os comerciantes e os consumidores de produtos não alimentares piratas e de procedência desconhecida, muito comum em locais de grande circulação de pessoas.

As dificuldades existentes entre os pequenos produtores rurais de escoamento de seus produtos, a distância da sua propriedade até a feira, estradas que nem sempre estão em condições adequadas para o tráfego, sobretudo na época das chuvas, a capacidade física do feirante, sua idade, a quantidade de pessoas que o ajudam, determinam condições distintas nas famílias participantes e, portanto, viabilizam diferentes formas de acesso à feira. Assim, na tentativa de possibilitar que todos participem em condições menos desiguais, a feira tem horário fixo para começar, ou seja, inicia somente a partir das 17 horas. A partir dessa hora, o feirante pode vender seus produtos normalmente. Antes disso, não pode separar produtos para determinado cliente, colocá-los em sacolas, receber dinheiro ou qualquer ação que caracterize a venda antecipada do produto. Essa é outra norma que funciona devido ao rigor da fiscalização exercida pelos próprios feirantes e pelos fiscais. Eles se orgulham de dizer que cada feirante ali tem o papel de fiscalizar.

Pra entrar no trabalho, primeiro você precisa entrar numa associação montadinha, com tudo em dia, não pode ter erro. Tem que ser coligada com a Emater, com a prefeitura, se quer participar da feira, tem que participar de duas reuniões aqui em Ceres. Essa reunião é com todos os feirantes. Se todos os feirantes aprovarem que ele pode participar da feira ele vai; se um não concordar ele não entra. E ele tem que morar no município, que ele quer participar da feira. Ou seja, de outros municípios não podem participar aqui em Ceres. Depois o fiscal vai na propriedade, saber se a produção é sua. Nós tem fiscal pra tudo que é banda. Tem fiscal da associação, tem fiscal da comissão. Tem fiscal aqui na feira, aqui mesmo na feira, por exemplo, eu num sô fiscal, mais aqui nois tudo é fiscal de uns aos outros. Outra coisa a reunião de todo mundo, se não for e não justificar, paga multa (Edson, Associação do Córrego Fundo, em entrevista concedida para esta pesquisa).

O horário rigoroso para início da feira se justifica por dois argumentos: um em defesa do produtor e o outro em defesa do consumidor. Do ponto de vista do produtor, porque ele tem o dia todo para organizar os produtos: colher, preparar, embalar e encaixotar, para serem transportados. Para o consumidor é a hora em que muitos estão saindo do trabalho, inclusive vários filhos de feirantes, que irão para a feira ajudar os pais. Os que não saem nesse horário, no mais tardar daí a uma hora terão saído; assim, poderão ter a oportunidade de comprar na feira. “No dia da feira, minha filha que é casada e mora na cidade vai pra feira ajudar e meu filho que trabalha na Prefeitura e termina às 5 horas, larga lá e vai também ajudar

nóis”. (F9, da Associação do Córrego Fundo, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Estes aspectos consolidam um conjunto de padrões entendido como um arbitrário cultural imposto pelo modelo modernizante de produzir, de comercializar, de apresentar, ou seja, a feira é uma violência simbólica. A própria modernização da agricultura é uma violência simbólica mais ampla, uma vez que ela cria um arbitrário cultural e impõe uma forma de organização, de cultivo, de comercialização etc. (BOURDIEU, 2009).

De acordo com Bourdieu é possível dizer que toda vez que se ensina algo a alguém, está sendo cometida uma violência simbólica, porque nesse ato está embutida uma imposição de cultura, uma forma social reconhecida, arbitrando o modo correto de falar e fazer as coisas. A feira, reafirmando o que foi relatado acima, é lócus da expressão da modernização agrícola, é uma violência simbólica. Impõe uma forma de apresentação dos produtos e um determinado modo de vestir, por exemplo: a exigência do uso de uniformes, jalecos e gorro para trabalhar com alimentos processados no próprio local. São impostas, também, regras, tais como ser sócio de uma associação, não comercializar antes do horário permitido e outras. Essa transformação do pequeno produtor em feirante, reflete o que foi dito no primeiro capítulo: é “mais importante parecer moderno do que ser moderno”.

A feira do produtor foi regularizada através de Decreto Municipal nº 018/02 de 15 de abril de 2002 e, hoje, conta também com a Lei nº. 1559 de 11 de abril de 2006, aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo poder executivo.

Na cidade, desde o período da Cang, existem outras feiras, chamadas de *feiras livres*, as quais não possuem as mesmas características da feira do produtor.

A feira possui um regulamento próprio, elaborado a partir de discussões com os feirantes, associações e parceiros (Prefeitura municipal de Ceres, Agencia Rural/Emater–GO de Ceres, Instituto Federal Goiano-campus Ceres, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres, CMDRS, Cooperativa Familiar de Ceres e Agrodefesa) com o propósito de evitar possíveis falhas, aperfeiçoar e adequar as situações novas à realidade naquele momento.

Segundo os entrevistados que participaram do processo de instalação da feira, a ideia, no início, não foi aceita com facilidade pelos trabalhadores rurais. Houve longo período de discussões, reuniões com autoridades locais e, mesmo assim, a feira começou um pouco compulsoriamente e de forma tímida. O homem do

espaço rural parecia desconfiado e inseguro de apostar naquela “novidade” tão antiga.

Essa feira do produtor nois é do inicio dela, desde a ideia dela, na época a Wanda Melo<sup>14</sup>, ajudava muito nois ai foi pelejando até que saiu. Quando começou essa feira aqui tinha 17 feirantes. O assunto da feira veio da Emater, o prefeito era o Walter Melo, mais ele não tem participação nenhuma, quem tem mesmo é a Wanda Melo. Só de reunião, sem fazer a feira, foram três anos. Fazendo projeto e si virando. Quando é fé não dava certo começava di novo. Quando foi um dia na associação nos falamos - vamos começar a feira, - vamos, marcamos o dia e começamos. Eu acho até que foi dia 17 de julho de 1999, eu sabia até a data. Ai foi crescendo, crescendo, e hoje ta aí esse mundão de gente. Hoje tem uns sessenta e poucos. Da moda do outro, toda reunião que tem aparece um ou dois querendo entrar. (F9, da Associação Córrego Fundo, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

A feira é uma imposição de um arbitrário cultural, como já foi dito, mas para que de fato essa violência se efetive, precisa do consentimento de quem “sofre” a violência. É uma imposição, embora o agricultor não perceba, por ser algo de fora de sua cultura, mas é reconhecida como algo bom, que o tornou melhor. Há uma adesão cega, que seria quebrada, se este compreendesse o jogo de manipulação através de normas e condutas estranhas á sua cultura. O produtor poderia não aceitar as mudanças e transgredir as normas e ordens.

O modelo estabelecido pela comissão segue os modelos burocráticos de organização, de controle dos participantes e, também, é mais um componente de apoio na efetivação da modernização agrícola. Conta com o apoio das associações, que assumem um papel importante. Através das associações, os produtores rurais podem adquirir insumos, sementes, embalagens para comercialização dos produtos – sacolas plásticas, por exemplo. Quando um produtor não dispõe de condições para o transporte dos produtos, a prefeitura o auxilia, oferecendo-lhe um caminhão. Essas ações coletivas, que reduzem o custo e promovem o trabalho em equipe, sem falar nas lavouras e hortas comunitárias, são mecanismos destinados a atrair o pequeno produtor, garantir sua adesão e, assim, confirmar a violência simbólica. As associações cumprem, ainda, um papel socializante, promovendo festas, religiosas ou não, torneios de futebol e encontros. O feirante contribui mensalmente para a

---

<sup>14</sup> Secretária da Agricultura à época.

associação, com uma taxa que, funcionando como um fundo de reserva, é revertida em melhorias da feira.

Os produtos comercializados na feira são escolhidos pelos próprios produtores, que, por sua vez, têm suas opções determinadas por variáveis, desde o que é viável produzir em seu terreno até aquilo que é possível produzir com a força de trabalho disponível.

O gerente regional da Emater de Ceres-GO reafirma que a escolha é livre e que os feirantes recebem incentivos para produzir. Acrescenta que foi realizado um levantamento dos produtos mais procurados pelos consumidores do município. Esse levantamento utilizou a observação *in loco*, a demanda local em feiras livres e no comércio urbano. Foram ouvidos os parceiros, as associações e as companheiras dos feirantes. Mesmo assim, a diversidade produtiva entre os feirantes ainda é pequena. A maioria cultiva os mesmos produtos.

Uma produtora, quando indagada sobre os produtos que vende, responde:

Vendo farinha, frango, ovos, galinha e rapadura. Hoje eu vendo na feira do produtor, tudo que tem aqui, rapadura acabou, mas vendo ovos, frango limpo, limão, farinha, o que tem aqui. (F8, da Associação do Sapé).

Outro feirante também vende na feira tudo que antes era desperdiçado em sua propriedade,

Essa feira do produtor foi uma coisa muito bem bolada. Eu vendo também pele torrada, ovo, frango, alguma coisinha da horta que sobra, doce. Além de ser um passeio. Tem 10 anos que eu faço a feira. Eu acho ruim deixar a feira, porque nada perde na roça. Melhorou muito nossa vida na roça. O povo tem vontade de trabalhar. As bananas eu jogava pros porcos, agora eu vendo tudo na feira. (F15, da Associação do Alegrete, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012)

Os principais produtos comercializados na feira são: o leite (in natura), queijo, as carnes diferenciadas (como a galinha caipira), carne de suínos e derivados (embutidos), ovos, farinhas (mandioca de variações diversas), queijos típicos e requeijões, hortaliças, frutas (frescas ou em polpa), conservas e doces em geral, condimentos, ervas e raízes para chás e garrafadas medicinais, salgados, roscas, pães, biscoitos, pamonha, curau e caldos.

Segundo Maluf (2002), existem dois tipos de vínculos simultâneos mantidos pela pequena produção agrícola com os mercados dos seus produtos. Um compreende as cadeias nacional e internacionalmente integradas e outro é o que ele chama de circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos. Esse segundo, forma-se em torno dos centros urbanos de pequeno e médio porte e é composto por cooperativas ou associações de pequenos agricultores, para beneficiar ou processar as matérias primas agrícolas. “Nos circuitos regionais está incluída, ainda, a venda direta aos consumidores realizada pelos próprios agricultores” (p. 248).

Ao modificar a produção econômica e suas relações no meio rural, a modernização agrícola faz com que a maioria dos setores se configure no que se considerava uma “agricultura moderna”. Ou seja, a agricultura passa a adotar práticas e processos próprios da indústria.

Hoje nós não podemos vender o leite pra merenda escolar porque ele não é pasteurizado, e isso tinha que vir da agricultura familiar. Não temos uma agroindústria, que seja da agricultura familiar. Nós estamos trabalhando nisso. Se a gente conseguir montar a agroindústria aqui, nós vamos agregar valor no produto. O leite que é vendido a setenta centavos passa a ser vendido a um real e vinte centavos, um real e trinta centavos ou mais, e o jovem vai voltar pra lá. (Secretário da Agricultura do município de Ceres, em entrevista concedida para esta pesquisa, segundo semestre 2012).

Quando o conhecimento tradicional no *campo* da modernização sofre transformações, sendo aos poucos modificado pelos novos conhecimentos, o que ocorre? Vira um novo conhecimento. É o tradicional, acrescido com detalhes do “moderno”. Há a necessidade, pela própria estratégia de mercado do pequeno produtor, de apresentar produtos que, ao mesmo tempo, mantenham o vínculo com a roça, no sabor, forma, cor e cheiro, e sejam produzidos com as inovações apreendidas, como por exemplo, os cuidados sanitários, chamados de “boas práticas”. Se o produto mudasse totalmente como é proposto pelas receitas modernas, teria a mesma apresentação e sabor dos produtos comercializados nos supermercados, produzidos pelas grandes empresas agroalimentares.

Os ovos frescos, comprados numa granja, não têm nem de longe o sabor dos ovos pálidos e produzidos em massa, conservados em refrigeradores. Essa linguiça feita em casa é deliciosa e picante, com

muitos condimentos, meu café escuro com gosto de felicidade. (STEINBECK, 1986, p.126).

Nas últimas décadas, uma das características mais utilizadas como estratégias das empresas do setor agroalimentar, além da diferenciação de produtos, são inovações na composição e apresentação dos produtos, somadas a mudanças no processo produtivo e ao marketing, dinâmica essa associada a um mercado consumidor mais dinâmico e sofisticado. (PAULA, 1999) A Feira do produtor de Ceres-GO é o elo da pequena produção com um mercado consumidor cada vez mais exigente quanto à diversificação, apresentação dos produtos, cuidados sanitários na produção e processamento.

Com a modernização na agricultura, as grandes indústrias do setor de alimentos cresceram, sofisticaram-se, diversificaram-se e avançaram rumo ao mercado internacional, haja vista a indústria avícola, com escalas de produção suficientes para atender a mercados exigentes e grandes demandas. Empresas como a Ceval, Sadia e Perdigão associaram a produção de carne a um conjunto de produtos, soja, milho e a fabricação de ração, como estratégias de acumulação, formando um complexo industrial, que agrega valor aos produtos tornando-os cada vez mais competitivos. Essas estratégias usadas pelas empresas de grande porte garantem uma grande parcela do mercado consumidor. Entretanto, convivem com uma indústria alimentar de pequeno e médio porte, que é capaz de infiltrar-se nas brechas do mercado, sobretudo o regional, com mercadorias também muito próximas da região na qual estão inseridos.

Essas empresas estão vinculadas, basicamente, à atividade familiar rural, artesanal, típica de pequenas propriedades rurais. Nelas são produzidos derivados do leite como queijo, requeijão, manteiga; derivados da carne suína, como linguiça e defumados; geleias, doces cristalizados, biscoitos e outros. Apesar de serem matérias primas transformadas, de forma simples, no próprio estabelecimento rural, indicam que, apesar de rudimentar, a dinâmica da indústria está presente na pequena produção rural, ou seja, já existe uma transferência de processos produtivos, extraídos do modelo do capital industrial. (PAULA, 1999)

A feira começou com uma participação tímida, por parte dos produtores feirantes. No início havia vinte e sete inscritos; entretanto, no dia da inauguração apenas dezessete compareceram. Atualmente, conta com sessenta e dois produtores feirantes. Os consumidores aumentaram significativamente, pois a

variedade e a qualidade dos produtos melhoraram em decorrência da satisfação econômica com a feira. De um lado, o consumidor, que paga menos e tem acesso a produtos de qualidade, de outro o produtor, que tem um ganho maior. Os feirantes são estimulados a investir na criatividade, para produzir e comercializar seus produtos de forma mais rentável, aumentando a variedade de produtos, novos processamentos, melhorando a apresentação dos produtos, investindo em orgânicos e outros. A feira é a evidência de como foi eficiente a ação dos agentes formadores (capítulo II). As mudanças de comportamento, impostas segundo o modelo da modernização agrícola, são determinantes para conquistar uma posição no *campo*. Um arbítrio cultura que, ao longo do processo, vai sendo incorporado pelos pequenos produtores.

### **3.2 A feira na economia do pequeno produtor rural**

Nessa parte do trabalho serão analisados os dados sobre a produção e comercialização dos pequenos produtores-feirantes em relação à própria economia familiar

No que se refere às famílias rurais, Maluf (2004) afirma que as atividades ligadas à alimentação constituem, quase sempre, a base das atividades diárias que desempenham, além de ser importante fonte de renda.

Durante as entrevistas, ao abordarem-se a renda familiar e como se mantinham na roça, foi unânime a constatação da feira como principal aliado. Havia naquela prática um conjunto de conhecimentos populares, associados às questões econômicas, mas também às questões sociais relevantes quanto à sobrevivência das pequenas propriedades do meio rural. O modo como o homem do espaço rural lida com as questões econômicas pode nos dizer muito sobre o futuro da pequena agricultura. Apreendê-las, contribuirá, certamente, para uma fértil discussão que aponte rumos sobre um saber útil à sobrevivência do pequeno produtor.

Ao analisarmos a renda média do feirante, verificamos que, por feira, ela é cerca de duzentos e trinta reais (R\$ 230,00) ou novecentos e vinte reais (R\$ 920,00) mensais, lembrando que o salário mínimo era, em 2013, de seiscentos e setenta e oito reais (R\$ 678,00).

Ali na feira não tem ninguém ganhando menos que um salário mínimo, e mercado pra crescer tem. A gente não conseguiu abastecer Ceres e poderia fornecer pra região, que só tem cana e compra tudo de fora. Carmo do Rio Verde<sup>15</sup> pediu pra gente entregar mercadoria lá, a gente não conseguiu. (Edvan, Gerente regional da Emater- Ceres/GO)

Até a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, não existia qualquer disposição legal a respeito da remuneração do trabalhador rural. O trabalhador não tinha o mínimo controle da sua renda quanto ao serviço prestado ao fazendeiro. O valor era estabelecido a posteriori, sendo retirado, com isso, o poder de negociação sobre o valor do trabalho a ser executado. O dono das terras pagava quanto queria e da forma que lhe convinha. Muitas vezes, descontava os gastos com alimentação e outras despesas, chegando o trabalhador, na hora do acerto sem qualquer, ou com quase nenhum dinheiro para receber.

Segundo Sigaud (1977), o valor do salário na época em que ele foi introduzido no trabalho rural, representou 500% de aumento ao ganho habitado pelo homem do espaço rural. Se o salário significou melhoria e avanço para o trabalhador rural, resultou, por outro lado, em um vínculo maior com o patrão, o fazendeiro. Vinculou o trabalho à remuneração e a lida com sua subsistência. Não era percebido pelo trabalhador como tempo gasto em trabalho nem como lucro.

A periodicidade da renda significa a capacidade de adquirir bens; possibilita participar do mercado de consumo, além da capacidade de complementar a alimentação ou aquilo que deve ser repostado periodicamente para suprir as necessidades já existentes, ou as criadas pelo mundo moderno.

O homem do espaço rural, ao romper com as relações tradicionais de produção e de sobrevivência, passa a compor o processo de produção exigido pelo capital. A renda mensal, o lucro, o excedente da sua subsistência é o mínimo exigido para sua permanência no espaço rural.

Para compreendermos melhor o significado da renda média do feirante, analisamos alguns indicadores. Foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com objetivo de medir o desenvolvimento da nação, estado ou município, considerando-se renda, saúde e educação. A renda é medida pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita e pelo poder de compra.

---

<sup>15</sup> Carmo do Rio Verde é um município, cuja população, segundo estimativa do IBGE em 2007, é de 12.587 habitantes, fica a 15 km de Ceres.

Em 2013, Ceres ficou com o segundo melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Goiás, perdendo apenas para a capital, Goiânia. Atingiu IDHM de 0,775 e sua posição em nível nacional foi de 178º lugar. Os dados que serviram de referência para compor o IDHM de 2013 referem-se ao ano de 2010. A renda per capita geral no município no ano de 2010, ano em que o salário mínimo foi de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), foi de R\$ 865,00 (oitocentos e sessenta e cinco reais).

A renda familiar do produtor feirante vai além do que recebe na feira. A maioria possui outras atividades, tais como a produção leiteira e o plantio de milho irrigado. A produção local de alimentos, também contribui, indiretamente, para a renda familiar. É possível afirmar que a renda extraída da feira, especialmente por caracterizar uma certa regularidade de receita, possibilita ao pequeno produtor continuar exercendo sua função na propriedade rural sem a necessidade de proletarizar-se.

Uma constatação nas entrevistas relaciona-se às dificuldades na produção, pois, nos últimos anos, tem aumentado a escassez de mão de obra no espaço rural. Um dos motivos mais citados é a saída dos jovens para os centros urbanos. O jovem rural atravessa a porta da casa e ganha a rua da cidade, diz Castro (2013). Sair de casa pode significar uma ruptura com a dependência econômica e subordinação à família. Este processo pode ocorrer em diferentes momentos, garante a antropóloga. Um primeiro momento é quando vão à escola na cidade, gerando contato com novas redes de sociabilidade, as quais ampliam as possibilidades de futuro. O emprego é outro motivo pelo qual o jovem deixa o espaço rural. Trata-se de duas saídas permitidas e apoiadas pela família.

O trabalho externo ao rural muda a percepção do jovem em relação ao meio familiar e social. Diminui sua dependência econômica e pode contribuir para a renda doméstica. Amplia a rede de sociabilidade para além da parentela. Seja qual for a razão, casamento ou outros motivos, o resultado da saída do jovem do espaço rural para o espaço urbano é diretamente o contato com um novo sistema de valores, com realidades distintas. Assim, não significa simplesmente deslocar de um espaço para outro, mas, sobretudo, deslocar de um universo cultural para outro, de valores e acessibilidade diferentes que são absorvidos ou rejeitados, reforçando ou negando laços identitários da família e do mundo rural.

Os jovens vivenciam situações de uma sociedade apoiada em valores urbanos e ligados à industrialização, que estimula projetos de “melhorar de vida”. Enfrenta o dilema entre ficar ou sair, pressionado pelas mudanças e crises da realidade no espaço rural. Sair, para as gerações mais antigas, significa um futuro melhor, mas é também uma ruptura com a história familiar, como patrimônio e produção. Já para os jovens é a possibilidade de múltiplas inserções na vida profissional, a garantia de uma renda estável. A agricultura deixa de ser uma alternativa profissional. (CRUZ, 2013).

Os filhos não querem ficar na roça por causa da dificuldade. Olha o caso. Lá em Ceres vai ter um curso de corte e costura. Comparação. Aí eles põem o carro de som na rua e avisa e vai lá quem quiser, e quem escutou. Vai fazer o curso. Vai ter uma profissão. Vai aprender uma coisa a mais, e nois aqui na roça nem fica sabendo disso, não. Aqui todo serviço é pesado, é custoso. A gente não tem máquina, num tem trator. O trator da prefeitura a gente não sabe como pegar, ninguém ensina. Ai quem pega é só os fazendeiros grandes. (Eva Rosa, Associação do Sapé).

A Emater-GO realizou uma pesquisa no final da década de 1990, com o propósito de conhecer a juventude rural e suas aspirações. Alguns dados obtidos nessa pesquisa já sinalizavam para a realidade atual. Por exemplo, a maioria dos jovens que participou era do sexo masculino, pois as meninas estavam na cidade trabalhando e/ou estudando. Esse jovem, ao terminar o ensino primário na roça, tinha de escolher entre ir para a cidade e continuar sua formação escolar, utilizando o transporte escolar, ou abandonar a escola. Os que decidiam pela primeira opção sofriam discriminação por serem da roça. Uma vez frequentando a escola na cidade, muitos decidiam seguir outros caminhos oferecidos pelo espaço urbano. Empregavam-se no comércio, na construção civil, ou seja, dificilmente voltavam para o espaço rural. (QUEIROZ; ALVES; NUNES, 1997).

O pequeno agricultor se transformou nesse processo de modernização. Os novos elementos constitutivos desse trabalhador passam, sobretudo, pela mudança de uma economia de subsistência, para uma economia eminentemente de mercado. Modernizar é deixar para trás aspectos estereotipados do homem rural, tais como ingênuo, preguiçoso, doente, maltrapilho, rústico, desambicioso e assumir posturas e concepções urbanas do modo como a sociedade agrária deve integrar-se ao

sistema social como consumidora, compradora de mercadorias e participante do mercado. (MARTINS, 1975).

Assumir posturas e concepções urbanas é o princípio básico para se modernizar. Só com o olhar voltado para os centros urbanos é que o pequeno produtor rural se encaixará no modelo de comportamento e pensamento que se esperam dele. Os mais velhos não se veem, geralmente, em condições de começar uma nova vida nos centros urbanos. Por isso, incentivam os filhos a trilhar o caminho rumo às cidades.

Outra produtora feirante acrescenta:

Tenho dois filhos. Um faz Agronomia, o outro, o mais novo, estuda aqui na Escola Agrotécnica, (Instituto Federal Goiano-Campus Ceres). Nenhum quer ficar aqui na roça, porque é mais difícil viver na roça. Ganhar dinheiro na cidade é mais fácil. Trabalhar na cidade ganha mais. É mais fácil. (F3, Associação da Gameleira).

O jovem, em busca das oportunidades oferecidas pelos centros urbanos, não quer ficar na roça. Acredita que seguir a opção dos pais, seria seguir um caminho atrasado. Apesar de parecer contraditório, a pesquisa empírica demonstrou que os próprios pais incentivam os filhos a mudar-se para as cidades em busca de “uma vida melhor”.

A ideologia modernizadora e, com ela, o pequeno produtor, permeiam a fala de agentes coletivos organizados, tais como: o sindicato, a Secretaria de Agricultura, a Emater, o Senar, o Instituto Federal Goiano, a Magril e o CA.

Apesar das condições econômicas e sociais adversas, a modernização tem sido um tema constante e contraditoriamente invocado, seja pelos técnicos, seja pelo governo, seja pelos leigos. (MARTINS, 1975, p. 25)

O gerente da Emater diz que

O jovem não quer ficar na zona rural, porque ele não quer trabalhar igual ao pai trabalhou antigamente, rústicamente. Então tem criar outro tipo de trabalho, através da agroindústria, que nem no Sul em Santa Catarina, Rio Grande do Sul; precisava fazer isso.

O jovem representa a figura forte, a renovação. É quem daria continuidade ao trabalho dos pais e avós, no contexto da produção industrial, pois traria valores

como força, energia e desejo de mudanças. Esse é, no entanto, um discurso idealizado, ingênuo, pois o jovem, cada vez mais, afasta-se do trabalho ligado à pequena propriedade.

As falas da maioria dos moradores da zona rural apontam para a ausência do jovem no espaço rural. A presença dele é importante para o trabalho agrícola, não apenas pela força física, mas também pelo incentivo que representa para as comunidades. Eles apontam para as dificuldades de conseguir mão de obra e, quando conseguem, o preço inviabiliza a contratação. Assim, a produção, muitas vezes, é resultado daquilo que é possível produzir contando apenas com a força de trabalho do casal, cuja maioria integra a faixa etária acima de 50 anos.

A feira cumpre, também, um papel social de mão dupla. Traz o homem do espaço rural, com suas tradições e culturas, para a cidade e, ao mesmo tempo, convive com a história e cultura do homem citadino. Mais importante que avaliar os produtos, que são disponibilizados na feira, é considerar os aspectos socioeconômicos, culturais, espaciais e ambientais envolvidos nessa produção.

A feira do produtor possui uma função que vai além das questões econômicas. Representa, em última instância, o lugar sagrado, onde se cumpre a ritualização da separação entre mundo urbano e mundo rural. É o mercado estreitando os laços entre os dois mundos.

O apoio aos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e a inclusão social, ao mesmo tempo em que resulta em maior e mais diversificada oferta de alimentos à população, [...] Vale dizer, as atividades agroalimentares de pequena escala são, ao mesmo tempo, grandes geradoras de ocupação e de renda. (MALUF, 2002, p. 243).

O gerente regional da Emater de Ceres, ao ser questionado sobre o papel social da feira, corrobora a afirmação de aproximação rural/urbano, mas sua análise não consegue avançar para além da visão modernizante, quando diz que o homem rural resgata sua cultura, e vê a feira como inclusão social, ou seja, a feira é reflexo da modernização do pequeno produtor:

Eles adoram a feira, porque ela resgatou a cultura dele e a autoestima deles. Na medida em que eles vêm pra feira, além de vender os produtos, ficam conhecendo mais gente, da feira, da cidade. Há uma integração social. Antes ele ficava isolado lá na roça.

Hoje não. Hoje há uma inclusão social. Ele interage com a cidade e a cidade com ele da zona rural. O campo com o meio urbano. (Gerente Regional da Emater de Ceres-GO, em entrevista concedida para esta pesquisa)

F6, da Associação do Córrego do Café, concorda quando diz que

É uma alegria o dia da feira. Antigamente o povo visitava uns aos outros. Hoje é diferente. A gente fica isolada, só a gente da casa, então na feira é lugar de encontrar os amigos, até parente. Tem muito primo, compadre, que faz a feira também”.

Pessoa (2004), ao falar da relação entre o espaço rural e a cidade o faz no tocante a três aspectos. O primeiro se refere a um espaço rural modernizado, ligado à agroindústria. Muitos trabalhadores rurais, antes de terem acesso a estes benefícios, já haviam sido expulsos. O segundo aspecto refere-se às famílias que ficaram na roça, porém com total dependência da prestação de serviços oferecidos pela cidade, principalmente nas áreas de saúde, educação e comercialização dos seus produtos. No terceiro, temos uma cidade com uma população significativa de antigos moradores da zona rural, que trazem os seus componentes culturais. Essa análise evidencia a impossibilidade de se falar, hoje, em cidadão genuíno e homem rural que não tenha recebido a influência da cidade.

Com base na teoria de Bourdieu, o *campo* da modernização agrícola é um espaço social estruturado de posições em que dominantes e dominados lutam pela manutenção e conquista de determinados postos. O interesse dos grandes proprietários de terra e de empresas rurais é transformar a agricultura em agronegócio, enquanto os pequenos proprietários lutam para manter seu pedaço de chão e dele sobreviver. Bourdieu amplia seus conceitos de bens para de *capital* – cultural, econômico e social. Portanto, a cidade é o canal mais direto da busca por esses bens, tanto do capital econômico, quanto do capital cultural, uma vez que a cultura rural é tida como atrasada. A quantidade desses capitais possuídos pelos agentes é que determina sua posição dentro do *campo*.

Alguns produtores levam um tempo para se apropriar do espaço social da feira e oferecer seus produtos aos moradores da cidade. Não acreditavam que seu produto pudesse interessar aos cidadãos. Não percebem a feira como possibilidade de ascensão social. F3, do Córrego Gameleira, diz, por exemplo:

De inicio eu tinha vergonha de vender pamonha. Sei lá. Uma coisa que todo mundo sabe fazer, eu ir na feira vender? Eu tinha vergonha, mas agora não. Agora eu adoro dia de quarta feira. Eu vou encontrar os amigos. Ficar no meio do povo. Eu nem me imagino mais sem ir na feira. Antes eu não ajudava em nada o marido. Hoje eu posso ajudar. Eu tenho um dinheiro toda semana. Eu sinto bem sabendo que eu to ajudando em casa.

Na maioria dos casos, sobretudo no meio rural, o homem é quem se responsabiliza pela organização do trabalho. Entretanto, a mulher assume múltiplas atividades relacionadas com a manutenção básica do grupo doméstico. Quando ela participa do mercado, tende a ser integrada em atividades com especificidades relacionadas a sua posição de “dona de casa”, ou seja, serviços domésticos. A feira possibilitou a inserção da mulher no mercado, uma vez que muitas atividades ali desempenhadas se assemelham às funções tidas como “femininas”, por exemplo, fazer pamonha. Seu ingresso como força de trabalho no mercado, entretanto, ainda é considerado como ajuda ou complemento ao trabalho masculino, mesmo quando são atores centrais do processo. As mulheres, quando participam do mercado de trabalho, exercem pluriatividade, combinam atividades agrícolas com não agrícolas. (RÖHNELT, 2010).

Uma característica do pequeno produtor rural, no que diz respeito a sua função social, é a geração de renda em nível local. A feira produz e injeta capital no mercado local, além da remuneração aos membros da família. Ao serem indagados sobre como atribuíam valores aos seus produtos, a maioria dos feirantes não apresentava uma explicação clara. Diziam atribuir o preço que “achavam” que valia, ou que era possível vender e também não utilizavam qualquer conhecimento matemático. “A gente não faz nenhuma conta” (F6, córrego do Café). As justificativas para os preços praticados eram usualmente: “É o valor que todo mundo cobra, mas dá lucro sim.” Questionados sobre como podiam fazer tal afirmação, eles acrescentavam: “porque a gente sabe”.

Muitos contaram que faziam tudo de cabeça. Não anotavam nada, mas que sabiam e que seu pai também fazia assim. A Senhora F14, em seu relato sobre a produção de caldo de frango, explica porque considera seu negócio lucrativo:

Eu nunca fiz a conta de quanto eu gasto. Olha eu acho que dá lucro, porque um pacote de peito de frango, eu compro, da pra fazer duas vezes. A mandioca nós tem. Eu num compro. O que eu acho assim que fica mais caro é o caldo de galinha, que a gente compra. Tem

vez que eu vendo assim oito dez litros de uma vez pra uma pessoa só. Eles mandam a vasilha e vai buscar. Eu acho que compensa por isso, dá lucro sim. (F14, Associação do Alegrete, em entrevista concedida para esta pesquisa).

A modernização, como foi dito no capítulo 1, introduziu no cotidiano dos trabalhadores rurais signos de uma cultura moderna. Tem a capacidade de juntar o diverso. Essa fala é emblemática quanto a isso, traz essa “mistura”. Estamos falando de espaço rural, onde se criam vários animais para o consumo, mas o peito de frango e o caldo de galinha são industrializados, foram comprados, chegando a comprometer o lucro. E quanto à norma de comercializar só o que se produz na propriedade, é questionável, já que os ingredientes básicos do caldo são vindos de fora. Interessante notar que nada disso é percebido.

Alguns produtores, principalmente os de mais idade, estudaram muito pouco. O que sabiam aprenderam com os pais, sem qualquer orientação específica para o comércio ou conhecimento básico da matemática financeira. Essa realidade, da falta de escolaridade, ou de um conhecimento formal, interfere na tomada de decisão das famílias rurais.

Só até a sétima série. Aqui mesmo no Sapé. Depois eu casei. A gente casava tinha que arrumar menino logo, eu tinha 16 anos. (...) O que eu sei de roça eu aprendi com minha mãe. Vendo ela fazer, ajudando, assim. (F1, Associação do Sapé, em entrevista concedida para esta pesquisa)

O preço a gente faz uma base. Vamos supor a vagem. A gente faz um pacotinho de meio quilo. Era um real, agora é um e cinquenta. É assim, uma base. Assim pra quem mexe com a feira mesmo, dedica direto, dá muito lucro. Agora, a gente que vai ali no fundo planta uma coisa, pelega com casa, com monte de coisa, é mais ou menos. Mais é um dinheiro que entra toda semana. (F6 – Associação do Córrego do Café. Em entrevista concedida para esta pesquisa).

Silva (2003, p. 43) diz que os trabalhadores rurais, excluídos pelo progresso tecnológico e pela reestruturação produtiva, não encontram automaticamente colocações não agrícolas. Isto se deve à inadequação dos atributos dos trabalhadores agrícolas, “homens e mulheres de meia idade sem qualificação profissional e sem escolaridade formal para exercerem as ocupações rurais não agrícolas disponíveis”

Na mesma linha de pensamento, Navarro *et ali* (2013, p. 24) afirma que, oferecer mais chances de estudo, trabalho e outras formas de renda para os jovens, filhos de pequenos produtores rurais, contribuiu para deixar sem saída

Ainda mais aceleradamente, para o encurralamento produtivo da atividade, ao reduzir fortemente a força de trabalho disponível nos estabelecimentos e, também, o seu enfraquecimento, pelo aumento da idade média dos responsáveis.

A maioria dos participantes da pesquisa reconhecia a importância de anotar as despesas e calcular o valor do custo de cada produto ao final da produção. Dessa forma, mesmo que tivessem acompanhado o preço de mercado, saberiam se obtiveram lucro ou não. No entanto, poucos - e no meio rural, os homens eram responsáveis pelos cálculos - conheciam os procedimentos matemáticos e contábeis envolvidos em cada método. Esse não era tema que os incomodava. Não foi perceptível qualquer solicitação de orientação nesse sentido. Mesmo cientes dos prejuízos que estas limitações poderiam causar.

Aqui na roça num vem nada pra nois não. A estrada aqui tá boa, mas você vai vê só quando chover. Ninguém passa e não vem ninguém pra arrumar. Curso nesses três anos, que eu voltei, teve dois. Um de galinha e um de doce cristalizado. Três anos. Quem deu foi o Senar junto com o Sindicato Rural. O de doce eu não fiz, mas o de galinha eu fiz e foi muito bom. Na verdade a gente até que sabe, mas tem medo de fazer. Aí vem uma pessoa e convence a gente que dá certo. A gente experimenta e dá certo mesmo. Ai a gente muda o jeito de trabalhar com aquilo. [...] Eu gostaria de ter mais informação. Não aquelas bobagem, que eles vem ensinar pra gente. Eu sou dona de casa. Trabalho de doméstica. Aí eles vêm me ensinar lavar uma geladeira? Isso eu sei. Eu quero saber é como eu faço pra mexer lá no banco. Dar uma informação mais correta pra gente. Eles dizem que tem dinheiro lá pra nós, mas a gente num sabe como fazer. Tem medo porque não entende direito. A gente num cresce por falta de recurso e o recurso tá lá. (F1, Associação do Sapé, em entrevista concedida para esta pesquisa).

Para Bourdieu (2003), o *campo* das relações simbólicas é definido pelas relações de força entre dominados e dominantes, sendo o conhecimento das populações rurais gerado como produto da condição de dominação. Assim, as desigualdades entre os saberes e fazeres produziram e reproduziram as desigualdades sociais.

Os agentes formadores, ao ensinar como criar aves que atendam a novas exigências do mercado, com ração balanceada, ambiente adequado etc., desconsideram toda informação e conhecimento que seu receptor já tem sobre o assunto, e, simultaneamente, o produtor também não o considera, muito menos o valoriza. F1 diz: “Na verdade a gente até que sabe, mas tem medo de fazer. Aí vem uma pessoa e convence a gente que dá certo. A gente experimenta e dá certo mesmo”. Este “convencimento” é a adesão necessária para a efetivação da violência simbólica.

Quando os agricultores percebem a feira como relevante para o processo econômico da família e necessária como prática social, aumentam seu interesse em investir nesse objetivo. A princípio, usam o que sabem, depois se despertam para novas formas de fazer, planejar e organizar a produção. Usualmente, surge a necessidade de solicitar financiamento aos bancos, para aquisição de recursos que julgam úteis para determinado projeto.

A gente só viu que precisava quando a prefeitura comprou dois desses tratorzim e emprestava pra quem precisasse. Aí a gente viu que era uma coisa de muita importância, que facilitava demais. Aí a gente foi ver o caminho viável pra conseguir uma. Era uma máquina cara. A gente não tinha o dinheiro tudo pra comprar a vista. Hoje, à vista ela custa 29 mil. Aí fomos ver pelo PRONAF. Dez anos pra pagar, dois de carência. A gente faz um projeto junto com a Agência Rural, junta a documentação e leva pro banco (F2, Associação Bom Sucesso, 2012, em entrevista concedida para esta pesquisa.)

Segundo Bourdieu (2003), o processo de reprodução cultural tem a seguinte dinâmica: na origem, há uma relação de força material, econômica, que permite definir o que conta como saber legítimo, valores legítimos, ou seja, alimenta a força simbólica pela imposição da legitimação do arbitrário cultural. Em um segundo momento, o processo envolve não só a dominação material, mas passa a ser mediado pela dominação simbólica, que por ficar oculta, acaba por reforçar a relação de força material original. Nesse sentido, é possível falar em dupla violência, uma relação de força material reforçada pela violência simbólica que a gerou.

Mesmo constatando que as exigências são muitas e que são frequentes as dificuldades para obtenção do crédito, procuram os agentes que possam ajudá-los, tais como a Emater, o Sindicato, o Instituto Federal. Estes agentes são reconhecidos como fontes legítimas capazes de elaborar projetos na busca de adquirir produtos

(máquinas), que viabilizam as inovações para se manterem na propriedade. A reestruturação produtiva impõe uma dependência cada vez maior a investimentos em máquinas, tecnologias e infraestrutura.

Meu sonho era ter uma granja. Eu tenho ai a apostila até hoje. Morro de vontade de fazer uma granja, mas não achei quem me ajudasse a escrever um projeto. Não tem ninguém pra ajudar a gente a montar um projeto. Fui na Emater, me mandaram pra Escola (Instituto Federal). É assim, eles vem aqui fazer reunião. Precisa ver como eles falam bem. Falam bonito, dizem que eles estão lá pra servir a gente no que a gente precisar é só ir lá, pensando nisso né? Eu fui, diz que tinha uma pessoa lá que entendia tudo de granja, frango. Fui, cheguei lá eles não me deram nome nem onde procurar nem nada, fiquei andando daqui pra li. Chegava num, ele falava não sei fala ali naquela sala. Chegava lá me mandavam pra outro lado. Eu tava quase desistindo quando me falaram de um professor. Fui lá era este, me chamou pra sala e ele disse o que precisava. Isso eu sabia. Eu tinha feito o curso, mas escrever, colocar a quantidade, ele disse que não sabia como fazia. E me mandou procurar um pedreiro. Aí o pedreiro sabe a quantidade, mas num sabe escrever. O professor disse que sabe ensinar, dar aula, mas escrever projeto não. [...] Ai eu fui no SEBRAE. Tinham duas madames lá, ficou me olhando de cima em baixo e disse que isso não era com ela e que ia me passar o telefone da pessoa que sabia em Goiânia. [...] Ai eu fiz do meu jeito. Escrevi do jeito que eu sabia. Pedi meu sobrinho as medidas. As quantidades mais ou menos. Ai depois de três anos que tava no Banco do Brasil, eu desisti. Não quis mais, é assim, a gente não tem informação, nem ajuda nesse sentido. (F1, Associação do Sapé, em entrevista concedida para esta pesquisa)

Os estabelecimentos rurais de menor porte econômico enfrentam as pressões da competitividade, ou seja, das estratégias de mercado, que dificultam a manutenção do seu perfil diversificado, com pequena produção. A luta de F1 para realizar “um sonho”, incorporado pelo modelo empresarial rural e esse arbitrário que, pela adesão faz parecer seu, vem com outras novidades descoladas da sua cultura. O projeto, a Emater, o Sebrae, o IFGoiano/Ceres e o banco Ihe mostram que, mesmo buscando a modernização dos meios de produção, a chegada até ela não é pra todos e muitos desistem.

Apesar de perceberem a necessidade de aprimorar e concentrar esforços em produtos definidos, esse desejo esbarra na falta de recursos. Não encontram saídas, pela limitação advinda do pouco conhecimento, da dificuldade em escrever um

projeto, de dialogar e argumentar com os funcionários das agências responsáveis pelo repasse dos recursos. Nessa falta de conhecimento e de quem o oriente, o pequeno produtor vai sendo jogado de um lado para outro.

São pressões na direção da elevação da escala de produção e, conseqüentemente, de maior grau de especialização produtiva, exigindo do homem do espaço rural mais recurso e conhecimento técnico. Os recursos passam a ser aplicados cada vez mais concentrados em um reduzido contingente de produtos, aqueles que têm facilidade de inserção no mercado. A pequena produção rural, não consegue especializar-se em um ou dois produtos como ocorre na produção agroindustrial.

Dentro de suas possibilidades assumem várias frentes de produção, dependendo não só das condições econômicas, mas do que pode ser produzido em cada época do ano, como disse a produtora feirante F6 da Associação do Córrego do Café.

Eu levo é um churrasquinho. O leite pra feira. Churrasco mais de porco (...) sempre gostei de horta. A horta ajuda na feira, porque eu só fazia espetinho. Eu planto alface, cebolinha verde, vagem. Num é direto que eu tenho, é mais na seca, pra poder ajudar.

É interessante observar a presença significativa de signos urbanos nas falas e na ocupação dos pequenos produtores rurais. Pensar que esse trabalhador só lida com produções agrícolas parece ser coisa do passado. A presença de produtos, que antes eram genuinamente urbanos, como o “churrasquinho”, é verificada no velho rural, atrasado. Silva (2001, p. 40) afirma que um número crescente de pessoas residentes em áreas rurais estão, hoje, ocupadas em atividades não agrícolas. Muitas famílias garantem sua sobrevivência mediante transferências sociais, aposentadorias, pensões, bolsa família, bolsa escola e outros. Quase um terço – ou seja, 4,6 milhões de trabalhadores – estava trabalhando em ocupações rurais não agrícolas em 1999 (dados da PNAD de 1999). O autor acrescenta que a causa principal de as ocupações rurais estarem em grande parte voltadas para atividades não agrícolas são os rendimentos, pois segundo a PNAD “os rendimentos não agrícolas dos residentes em espaços rurais no Brasil superam os rendimentos agrícolas totais desde 1998”.

Maluf (2004, p. 306), ao considerar os produtos agroalimentares de pequenos estabelecimentos rurais sob gestão familiar enfoca o aspecto territorial, que, por sua vez, está ligado a outros três componentes importantes. O primeiro diz respeito às estratégias de agregação de valor aos produtos agrícolas adotadas pelos pequenos produtores. Assenta-se em uma identidade territorial, de onde vem, também, boa parte do valor a atribuir aos bens. Por exemplo, os produtos típicos de uma cultura regional; segundo, o aspecto territorial permite a maior proximidade do produtor e do consumidor, aumentando a qualidade do produto, diminuição de despesas com transporte e confiabilidade dos produtos. Há uma maior identificação dos produtos com os hábitos locais; terceiro, a inserção dos projetos de produção numa dinâmica regional ampliam as possibilidades de aproveitamento de fatores que podem favorecer esse mercado. Essa abordagem “requer a existência de relações horizontais de cooperação, reciprocidade e ação coletiva; nesse caso, construídas com base em estratégias autônomas dos pequenos agricultores”.

Bourdieu (2011), ao abordar questões da economia reforça essa ideia, quando diz existirem outras racionalidades além da econômica. Em outro momento, considera o capital social como a soma de recursos que vêm das relações que se estabelecem, de reconhecimentos mútuos estabelecidos em *campos* sociais, ou seja, espaços nos quais se manifestam relações de poder, presentes também na feira.

### **3.3 Práticas educativas na pequena produção**

Os pequenos agricultores de Ceres, no processo de produção, passam por importantes aprendizados: experimentação, avaliação, adoção ou negação, criação, recriação ou adaptação do saber da agricultura tradicional e de um conhecimento advindo da modernização. A mesma modernização que impôs pobreza e exclusão para muitos convive com pequenos produtores que tentam se adaptar aos novos padrões técnicos e organizacionais. A seu modo, conseguiram inserir-se no mercado e colocaram sua produção diretamente para o consumidor, através da feira do produtor, embora também comercializem parte de seu excedente no comércio varejista local.

Brandão (1981) relata que o lavrador ao ser convidado a falar da sua vida, fala sobre seu trabalho, onde e como produz, adquire e consome seus produtos.

Fala das dificuldades que enfrenta com o tempo ruim, com a estrada, as pragas, a exploração do atravessador, das dificuldades para levantar algum dinheiro no banco. Sua vida se resume ao trabalho que, como ele mesmo diz, começa ao acordar e só se encerra ao deitar.

A gente aprendia andar e já estava trabalhando, com cinco anos já levava água na roça, a marmita, com oito anos já. (...) Enquanto eu tava enxergando a gente trabalhava. Enquanto tinha dia a gente trabalhava” (F14, Associação do Alegrete, em entrevista concedida para esta pesquisa)

F14, da Associação do Alegrete diz, em uma entrevista concedida para esta pesquisa, que

Aqui eu levanto cedo. Vou tratar de porco, das galinhas, cuido da horta. Agora tem abacate leva abacate, lida o dia inteirinho. Quando eu era pequena eu ajudava minha mãe, ajudava meu pai. Olha só minhas pernas. As veia arrebetadas. Isso é eu garrada no arado o dia inteiro. Novinha eu já fazia de um tudo. Ajudava meu pai a carrear boi. Eu quase num ajudava a mãe, eu ajudava era o pai, porque os menino ia tocar a roça pra eles e eu ajudava meu pai.

O conhecimento passa por observação e experimentação. Apresenta-se no ir e vir, de ser e se fazer no cotidiano. Um conhecimento que vai se apropriando devagarinho, com cuidado, de fazer seu o saber da experiência. Tomava posse desse saber, porque correspondia aos seus interesses naquele momento. Era adequado ao seu modo de viver. Esse processo, do fazer/experimentar, pela via da necessidade, motiva o homem do espaço rural a dedicar-se a um aprendizado sistematizado.

A metodologia são os erros e os acertos da vida. Dividir, classificar, experimentar, até que seja regularizada e sistematizada no seu fazer.

Pessoas e formas de organização são referências para o processo de aprendizagem. O agricultor F2 destaca o aprendizado que ocorreu na relação com o pai, mas fala também da relação com a terra, as plantas, do fruto colhido, do produto vendido.

Eu aprendi muito com meu pai. Ele era uma pessoa que gostava muito da terra. Gostava de cuidar da terra. Pra ele a terra é mãe. Ela alimenta todos nós. Ele não gostava de destruir nada. Ele não queimava, ele amontoava o lixo deixava ali. Nunca colocava fogo na

terra, ele amava a terra. Ele não gostava de maltratar os animais também. Não gostava de veneno, nem de adubo químico. Ele sempre buscava uma saída pelo orgânico. Ele tinha uma sabedoria nata. (F2, Associação do Córrego Bom Sucesso, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Pessoa (2004) escreve que educação é muito mais que a socialização das novas gerações. É o processo de interação entre pessoas da mesma geração e de gerações diferentes, criando e recriando situações. Esse processo envolve maturação, cognição, questões afetivas e morais.

Na mesma linha de pensamento, Brandão (1986) relaciona educação e cultura, a natureza transformada e significada pelo homem, que deve garantir de maneira integral a realização da pessoa no mundo. Acrescenta que, de maneira concreta, a cultura é obtida através de “objetos, instrumentos, técnicas e atividades humanas socializadas e padronizadas de produtos de bens, da ordem social, de normas, palavras, ideias, valores, símbolos, preconceitos, crenças e sentimentos” (BRANDÃO, 1986, p. 20).

A educação, assim como a cultura, abrange o universo criado através do trabalho; o homem, que interfere na natureza e dela faz parte, constrói seu conhecimento a partir daquilo de que dispõe em seu universo. Portanto, pensar a educação no seu sentido amplo é pensar na sua ética, no seu projeto de humanização. Uma ação consciente no mundo como processo histórico na relação que o homem estabelece com o outro e com o mundo. Nessa relação dialética com o mundo, ele transforma a si mesmo ao transformar o mundo. Nesse processo histórico, constitui um mundo novo de significações, valores e obras.

O homem do espaço rural faz isso a partir do seu modo de vida, permeado pela sua herança, diferentemente da lógica urbana, com suas regras estabelecidas e o domínio da escrita. Na sociedade rural, é através de cada gesto, da fala e dos objetos, que se representam crenças e valores. O espaço rural ensina com suas festas, suas rezas e seu trabalho.

As feiras são lugares de encontro, de tradições, de compras, vendas e trocas e também é lugar de aprender e ensinar. “A propensão para trocar objetos é provavelmente consequência da possibilidade de trocar palavras”. (BRAUDEL, 1998, p.123). Freire complementa essa ideia quando afirma que “a compreensão crítica do ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra, mas se abriga na inteligência do mundo” (1982, p.81).

O conhecimento do homem rural se conserva em um modo de viver e fazer que nasce na observação constante da natureza, na recriação das tradições da família e da comunidade, mas também da apropriação do conhecimento científico. Esse conhecimento é legitimado por ele mesmo. Assim, o olhar desconfiado, indaga com uma curiosidade que estimula a experimentação e observações próprias. Esse conhecimento, muitas vezes, é percebido como solução para as necessidades cotidianas de quem já lidou com situações limites.

Eu pensava em ter uma profissão e que o estudo me daria essa profissão; e também pensava nas coisas que meu pai falava sobre o campo. Não dá nada pra ninguém. Trabalha muito, ganha pouco e é sempre na luta. Não tem férias. Trabalha no sol, na chuva e nunca vai sair daquela vidinha. E eu pensava, que se eu estudasse, eu ia chegar a ter uma melhor situação financeira e que pudesse ajudar meu pai, mas ficou pelo meio do caminho. (F2, da Associação do Córrego Bom Sucesso, em entrevista concedida para esta pesquisa).

Ao ser questionado sobre a influência da escola na prática da roça, F5, egresso da Escola Agrotécnica de Ceres, atual Instituto Federal Goiano-Campus Ceres, relata:

O que a gente aprendeu a gente colocou em pratica. O conhecimento modificou muito o que a gente fazia. Antes a gente criava suínos como todo mundo. Não separava o produtor das matrizes. O leitão quando nasce a gente corta o umbigo amarra isso evita quase 100% das mortes precoce. Ordenha e outras técnicas que a gente só aprende na escola, além de abrir a mente da gente. Eu hoje não tenho medo de mexer com nada na minha área. Eu sei de tudo. O que eu não sei eu consigo estudar, entender e colocar em prática. Se eu não tivesse essa base da escola eu ia ler e não ia compreender muita coisa. (F5, egresso da Escola Agrotécnica de Ceres, atual IFGoiano/Ceres, da associação do Poção, em entrevista concedida para esta pesquisa)

A modernização da agricultura exige, cada vez mais, do pequeno produtor rural o envolvimento com bancos, cooperativas, associações, comércio de insumos, empresas de máquinas e insumos agrícolas. Impõe seu relacionamento com profissionais especializados, agrônomos, engenheiros ambientais, veterinários, reuniões das mais variadas. “Tudo isso obriga a serem, mais do que apenas espertos e sabidos, sujeitos letrados” (BRANDÃO, 1990, p.34).

Eu fiz um PRONAF, pra plantar lavoura. Eles falam custeio, quando chegou no banco eles falaram que a gente tinha que fazer um seguro de vida se não o dinheiro não saia. A gente não sabe eles explica do jeito deles a gente não entende. Tem vergonha de pergunta e vai eles enganam a gente. Fez o seguro depois o que era pra pagar 2.300 passou pra 2.600 pouco por causa do seguro e uma conta que fizeram a gente abrir. Eu nem precisava fazer. Eu descobri depois. Eu tive que trabalhar fora pra pagar. Eu fiquei com medo agora sem informação e alguém pra me acompanhar eu num faço de jeito nenhum. (F1, Associação do Sapé, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

É notório que a realidade econômica envolvendo a pequena produção rural na modernização determina a necessidade de um conhecimento sistematizado, escolar. A ausência do domínio desse conhecimento ameaça o desejo de prosperidade, como é o caso de F1.

Para o pequeno produtor, segundo a lógica técnico-científica da modernização, a falta de conhecimento e informação tem sido uma das barreiras a serem enfrentadas. Assim, agentes formadores e de assistência assumem o papel de principais atores de formação, para o desenvolvimento nas pequenas propriedades rurais. Ocasionalmente, oferecem aprendizagem coletiva por curtos períodos, com temas escolhidos pelos agentes, apropriados para melhorar as técnicas de produção, valorização e qualidade do produto. Isso tem o intuito, segundo seus organizadores, de promover inovações para que o pequeno produtor mantenha-se na propriedade.

### **3.4 Estratégias educativas dos agentes formadores**

A modernização agrícola transformou as relações econômicas no espaço rural e impôs mudanças também na cultura e na formação. Os saberes necessários para lidar com a terra, que antes eram exercidos pelas gerações adultas sobre as gerações mais novas, agora exigem um processo mais elaborado e sistematizado.

A maioria dos produtores pesquisados teve acesso a pouco ou a quase nenhum conhecimento científico, que pudesse ajudá-lo a participar do mercado, principalmente agregando valor ao seu produto. O pouco conhecimento apreendido foi através dos chamados agentes formadores, conforme tratado no Capítulo 2, os quais são referências para a agricultura local. No entanto, apenas alguns

conseguem aplicar esses “conhecimentos”, ou por falta de condições econômicas, ou culturais, ou por falta de formação escolar.

Assim, contaram com a presença do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Agencia Goiana de Assistência Técnica e Extensão Rural Regional de Ceres (Emater), Instituto Federal Goiano-Campus Ceres, Sindicato dos Trabalhadores de Ceres, Secretaria da Agricultura do município de Ceres, as associações de pequenos produtores, a Magril e a Casa do Agricultor.

Os agentes utilizam variadas estratégias de apoio, reprodução e conformação para manterem e/ou aumentarem seu capital no *campo* da modernização agrícola na região de Ceres.

Mascarenhas (2004, p.17) aborda a educação numa concepção ampliada, estendendo o olhar aos movimentos sociais, afirmando que, “Educar e educar-se vai depender de como os homens constroem suas relações, de como interagem.” Essa forma de compreender a educação, através das organizações de grupos sociais inseridos em uma dada realidade, cria um rico e diversificado processo educativo.

A modernização agrícola impõe práticas, que, ao serem incorporadas, transformam-se em disposições interiorizadas (*habitus*), prontas para serem acionadas pelos trabalhadores rurais conforme a necessidade. Os agentes formadores cumprem papel importante nesse sentido, o de difundir as concepções, posturas e práticas consideradas adequadas ao modelo urbano-industrial. As práticas são resultados da relação dialética entre uma estrutura e uma conjuntura, garantida pelo *habitus*. Este impõe um esquema durável, mas flexível, que possibilita improvisações reguladas. Assim, tende a reproduzir a realidade objetiva das estruturas já existentes, permitindo porém, ajustes e inovações que são exigidos em uma situação concreta.

A mediação operada pelo *habitus* entre, de um lado, as estruturas e suas condições objetivas, e de outro, as situações conjunturais com as práticas por elas exigidas, acabam por conferir à práxis social um espaço de liberdade que, embora restrito e mensurável porque obedece aos limites entre dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. (BOURDIEU, 2009, p.XLI)

As estratégias utilizadas pelos agentes são direcionadas às mudanças de *habitus*. Bourdieu considera que o *habitus* possibilita atitudes subjetivas que podem gerar novas práticas

A Emater usava suas estratégias de reprodução e convencimento, para o que contava com profissionais para oferecer assistência técnica ao produtor rural: o médico veterinário, o engenheiro agrônomo, exercendo e propagando as modernas técnicas agropecuárias. Estes profissionais faziam visitas nas áreas rurais, levando informações através de palestras, folders e orientações quanto ao manejo com animais, em relação ao plantio. Realizavam análise da terra e contavam com o apoio do mercado local, na apresentação de produtos agropecuários.

A analista de desenvolvimento rural da Emater/Ceres informou ser de responsabilidade da empresa em seu início na região, a recepção e encaminhamento de amostras de solo; orientação no manejo com a terra após a análise feita, divulgação de tecnologias e cartilhas direcionada às mulheres, aos jovens e aos produtores em geral. “O papel da Emater no início foi muito importante, ajudou a divulgar as novidades na agricultura e pecuária, mas naquele tempo tinha dinheiro, hoje o estado cortou a verba” (Analista de desenvolvimento rural da Emater/Ceres, em entrevista concedida para esta pesquisa).

A Emater foi construindo uma relação de confiança com o produtor rural, já que ela se apresentava como representante legítima do estado, com isso convencendo os produtores de pequenos estabelecimentos rurais a seguir suas orientações e a participar de seus projetos, dentre os quais as associações dos pequenos produtores e a própria feira.

Percebe-se, que a Emater inicia sua participação no *campo* com alta credibilidade, em decorrência dos serviços prestados ao agricultor. Porém, ao diminuir o trabalho de assistência técnica, retirando a oferta de médico veterinário, engenheiro agrônomo e técnico agrícola, passa a perder capital. Ao mesmo tempo, há uma troca de investimento de capitais, que são redistribuídos entre os demais agentes: CA, Magril, Prefeitura, Senar, etc. A Emater, preocupada com seu enfraquecimento, passa a utilizar novas estratégias para recuperar sua posição dentro do *campo*. Torna-se forte aliada do IFGoiano/Ceres, da Prefeitura, das associações de pequenos produtores e assume um papel formador, realizando palestras, participando de reuniões e/ou de eventos festivos, oferecidos por esses

agentes. A modernização agrícola provoca alterações estruturais, que levam os agentes a se reorganizarem para manter e/ou expandir a nova realidade.

Os agentes de formação e assistência oferecem ao pequeno produtor rural os capitais simbólicos necessários a sua manutenção no *campo* da modernização. O papel que o Senar ocupa e o capital com o qual ela estabelece seu espaço, fica evidenciado no depoimento do senhor JV, que ministrou um curso sobre construção de cerca, oferecido pelo Senar:

A cerca se souber fazer ela fica mais resistente e você pode economizar até 1/3. Gasta menos estacas, menos arame. A gente, além de ensinar a fazer a cerca, a gente ensina preservar. A prioridade é educar, a gente fala sobre o lixo que eles jogam na porta da casa no terreiro. (Sr. JV, do Senar, em entrevista concedida para esta pesquisa, em julho de 2012),

Com um modo de funcionamento essencialmente capitalista no espaço rural, os papéis antes assumidos pelo pequeno produtor sofreram alterações, não só econômicas, mas também sociais e de valores.

Ainda nessa disputa por maior espaço, o Instituto Federal Goiano/Ceres usa como estratégia práticas educativas. Foi forte aliado na elaboração e estruturação da Feira do Produtor. Participa como representante no Conselho das Associações e no Conselho da Feira. Rotineiramente, é convidado pela Emater e associações a ministrar palestras e cursos voltados a alternativas para o aumento da produtividade e manejo de máquinas, dentre outros. Entra com o capital cultural, científico e simbólico. Utiliza a metodologia do convencimento, tentando mostrar ao pequeno produtor os benefícios da modernização. Ensina que, nessa realidade “moderna”, as ações devem ser diferentes daquelas praticadas por sucessivas gerações. A higiene e a apresentação dos produtos ganham destaque, pois agregam valor à mercadoria. Na sua concepção, se os procedimentos mudarem, aumenta-se a produção e melhora-se a qualidade dos produtos. Preparar rações balanceadas, correção do PH e conservação do solo, manuseio de plantas e animais constituem o tipo de conhecimento, que o IFGoiano/Ceres entende ser de sua responsabilidade. Isso é feito através de projetos de extensão, feiras de ciências ou minicursos oferecidos à comunidade interessada.

As feiras científicas promovidas anualmente pelo IFGoiano/Ceres têm o objetivo de apresentar à comunidade da região os projetos desenvolvidos por professores e alunos. Muitos desses projetos atraem a atenção dos visitantes por exporem novidades para a agropecuária, tais como sementes protegidas de pragas, aves com produção de ovos alterados por rações e outros tantos. O diretor do instituto relata ser a feira científica, “a maneira de aproximar mais o instituto da população de mostrar a importância de conhecer as novidades oferecidas pela ciência” (Diretor do IFGoiano/Ceres, em entrevista concedida para esta pesquisa). Ou seja, a feira é mais um canal utilizado pelo IFGoiano/Ceres, para mostrar seu lugar e oferecer seu capital no *campo* da modernização agrícola.

O IFGoiano/Ceres acredita que é papel da educação divulgar as novas tecnologias e manejos de produção em qualquer área do conhecimento, inclusive na agricultura. Ensinar como funcionam as estruturas e o sistema envolvido no processo, seja de criação de animais ou no cultivo de plantas. Além disso, deve estender o conhecimento à comunidade, apresentar os projetos modernos desenvolvidos pelo instituto.

{A} Educação tem obrigação de mostrar em primeira mão tudo que aparece de novo em cada área da ciência. No nosso caso aqui, os projetos voltados à agricultura são fundamentais. Depois a sociedade tem que saber o que estamos fazendo com nossos alunos, é importante para o instituto e pra conhecer também”. (Diretor do IFGoiano/Ceres, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Os alunos estão envolvidos em todo o processo, desde a implantação até o resultado final. Dedicam-lhe efetiva participação, fazem plantões nos fins de semana, feriados e férias. O serviço prestado ao instituto, que deveria ser realizado por um servidor remunerado, não é verbalizado. Assim, os alunos cumprem com a obrigação de alimentar os animais ou qualquer outro serviço necessário para manter a continuidade dos experimentos. “Agora somos instituto, vamos poder oferecer mais cursos para a comunidade, nossos projetos terão bolsas para os estudantes, e eles vão ficar mais animados com o trabalho”. (Diretor do IFGoiano/Ceres, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Aqueles que têm capital necessário para permanecer no *campo* da modernização agrícola vão ocupando seus lugares. Quanto maior o capital mais

domínio naquele *campo*. Outros, mesmo não saindo do *campo*, adequam-se como podem, pegando os últimos lugares naquele *campo*. Para Bourdieu (2011, p. 18-19)

O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com dois princípios de diferenciação [...] o capital econômico e o capital cultural.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres ocupa, hoje, um espaço de pouca expressão no *campo*. Antes, distinguia-se por um papel importante, sobretudo na atenção à saúde do trabalhador rural. O assistencialismo, como já foi mencionado no capítulo anterior, era a maneira de cooptar o trabalhador rural para dentro do sindicato. Um paradoxo, já que deveria ocorrer espontaneamente, vinda do próprio trabalhador, a participação na sua entidade de classe. No entanto, a falta de diálogos plurais e analíticos sobre a categoria e de políticas públicas, impossibilita ao homem rural perceber o papel dessa entidade.

Quando o sindicato foi criado em 73, o foco principal era garantir assistência médica aos trabalhadores. Dentro do sindicato tinha pelo menos quatro consultórios médicos e dois dentistas que atendia o trabalhador rural. É bem verdade que nos anos 70 e 80 tava o inverso, a maior população estava no meio rural. Então, aqui era um lugar dele ter oportunidade de ser atendido, porque chegando da roça já estava mais ou menos agendado as consultas. Então, nos hospitais eles tinham que disputar, com o pessoal da área urbana e até de outros municípios, porque a gente sabe que Ceres tem essa vocação por serviços de saúde e atende toda uma região não é só o município. Então a gente criou o sindicato basicamente falando em assistência médica. Isso foi mudar mesmo em 1991 com a criação do SUS<sup>16</sup>. E mudou totalmente! Então os convênios com o sindicato, associações se acabaram e centralizaram nos hospitais. Depois, hoje com os programas PSF<sup>17</sup>, que atende nos bairros. A cada região hoje, o meio rural, por exemplo, do Aeroporto é atendido no PSF do São Francisco; do Sape e Alegrete é atendido no Sorriso e assim sucessivamente. Então qual foi a grande mudança? Mudamos depois pra questão do atendimento real do direito do trabalhador a partir de 91, que é a questão do direito trabalhista. Acompanhamos a questão das convenções coletivas dos trabalhadores que trabalha na área da

---

<sup>16</sup> Sistema Único de Saúde, criado no Brasil em 1988, tornou o acesso gratuito à saúde direito de todo cidadão.

<sup>17</sup> Programa Saúde da Família (PSF) teve início em 1994 criado pelo governo federal proposto aos municípios para implementar atenção básica à saúde.

cana de açúcar. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida para esta pesquisa).

O que ocorre com o STR no *campo* é uma inversão de posições, já detalhada no capítulo anterior. Os capitais antes manipulados pelos agentes que garantiam seu espaço privilegiado junto aos trabalhadores rurais são destinados a outros agentes. Por isso, o sindicato investe capital em outras frentes. Os serviços de assistência oferecidos pelo STR foram substituídos por outros serviços, mantendo-se as características assistencialistas. Realiza a orientação e encaminhamentos para aposentadoria, elaboração de projetos para aquisição de recursos junto ao PRONAF, ao Programa Moradia Rural e preenchimento de declaração de Imposto Territorial Rural. Além desses serviços, executa ações na área trabalhista, com intuito de proteger o trabalhador rural, sobretudo o assalariado, que atua nas usinas e no corte da cana de açúcar. Defende o transporte mais seguro, a folga das mulheres em dias de menstruação e outros. “Conseguimos acabar com os caminhões que levavam o povo para cortar a cana, agora vão de ônibus” (presidente do STR, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

No entanto, essas ações, isoladas de uma discussão mais política, e a falta do envolvimento real dos trabalhadores não têm ajudado a modificar o conceito de ação sindical, muito menos sua forma de organização. O sindicato não questiona a maneira como o processo de modernização ocorre nos pequenos estabelecimentos rurais nem a ela se contrapõe. Deixa de lado a oportunidade de avaliar e discutir com seus associados as consequências desse processo, tais como o desemprego rural e a pressão empresarial sobre os pequenos produtores, levando-os a manter suas conquistas em patamares abaixo dos aceitáveis para a sobrevivência no capitalismo.

Esse agente perdeu sua capacidade de força no *campo*, já que detém menor capital específico; assim, só lhe resta ocupar posição menor, de dominado. As estratégias utilizadas pelos agentes no *campo* refletem a busca por garantia e/ou melhoria de lugar no *campo*, isso faz desse agente um prestador de múltiplos serviços, buscando trabalhar em parceria com outros campos, Senar, IFGoiano/Ceres e Prefeitura.

Mais o que mais nos ajudou a reerguer foi o PRONAF, porque garantiu crédito diferenciado para o pequeno. Se você for ali a minha

funcionaria ta fazendo um DAP<sup>18</sup> que é uma declaração para o agricultor acessar recurso para a moradia rural. ACESSA dinheiro para a compra de trator com o recurso do programa mais alimento, com juro de 2% ao ano. O grande avanço foi esse em 1996. (Presidente do STR, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2013)

O STR investe capital no *campo* para melhorar sua posição e, talvez, assumir maior volume de capital, tornar-se dominante no *campo*, mesmo por curtos períodos. “O trabalhador rural reconhece essa força do sindicato. A última assembleia aqui tinha 180 pessoas”. (Presidente do STR, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2013).

O Senar, como já foi dito anteriormente, tem o objetivo de proporcionar formação educativa voltada ao homem rural. Logo, sua clientela são os produtores rurais, trabalhadores rurais e suas famílias. Apoiado nas expressões “valor agregado ao produto”, “preparar a mão de obra rural” e “criar novas alternativas de renda”, o Senar ministra cursos e treinamentos. Os temas são diversos, voltados às inovações e exigências de uma sociedade industrial, tais como: defumados, artesanatos, operação de tratores agrícolas, operação de sistemas de irrigação, plantio e mecanização da cana de açúcar, limpeza e higiene, apicultura, avicultura etc. “Quando a gente via alguma coisa errada a gente falava, isso degrada o meio ambiente, ele parecia que ia mudar a prática, só que eu não voltei pra ver se mudaram mesmo”. (Mobilizadora do Senar, em entrevista concedida para essa pesquisa, 2012).

Esse é o capital com que o Senar disputa espaço no *campo* e contribui para alterar a mentalidade considerada atrasada do caipira tradicional (MARTINS, 1975). “Muitos deles, até chorava no final do curso, por ter aprendido aquilo. Eles diziam que não tinham condições de vir até aqui para fazer o curso, e este treinamento do Senar vai dentro da cozinha deles”. (Mobilizadora do Senar, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. (FREIRE, 1969, p.43)

---

<sup>18</sup> Declaração de aptidão ao PRONAF

As parcerias são fundamentais para a efetivação das práticas educativas do Senar. São parceiros a Emater, os Sindicatos (rural e dos trabalhadores) o IFGoiano/Ceres, a prefeitura e as associações. Os parceiros, embora em franca concorrência no *campo* da modernização agrícola, precisam apresentar-se como colaboradores, disponibilizam pessoal, divulgam, atraem o público específico para determinado tema, providenciam a organização do local onde deva ser realizado o curso. O capital específico do *campo* aproxima os concorrentes. O exemplo mais importante dessa união, anteriormente descrito, foi a criação da feira do produtor de Ceres.

Foi uma parceria, sindicato, associação, Emater, o IFGoiano/Ceres e o Senar, a gente ia na comunidade, por exemplo no córrego do Alegrete, convidava pra reunião. O objetivo principal era montar a feira do produtor e a feira ta aí, nós fomos pra Goianésia pra conhecer a feira lá pra ter uma noção de como era uma feira do produtor pra gente começar. A ideia inicial foi do supervisor do Senar junto com a prefeitura, ele veio ai eu fui com ele na prefeitura e nós conversamos com o secretário da agricultura. Ai fizemos reunião com as associações só vieram de 10 a 12 produtores ela foi ate meia noite. A Emater, o Instituto, e o sindicato. (Mobilizadora do Senar, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Os agentes formadores reconhecem a importância de atrair o trabalhador como participante do processo de modernização agrícola; para isso, não medem esforços, para estimulá-los a aderir ao *campo*. Neste momento, a feira do produtor, apesar de não ser uma criação nova, apresenta-se como alternativa para se inserir o pequeno produtor ou, no mínimo, convencê-lo a aderir a um modo de produção que permita melhorar seus lucros mas, evidentemente, atendendo às exigências do mercado.

Conforme exposto no capítulo anterior, o *campo* das representações do poder executivo municipal é representado por seu agente, a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente. Busca benefícios políticos e a valorização das autoridades e seus partidos, ali representados. Ao mesmo tempo, contribui para viabilizar o processo de modernização no espaço rural e aproxima-se de outros agentes no sentido de fortalecer suas ações.

Seu jogo gira em torno de assegurar a defesa dos interesses dos agentes vinculados a atividades rurais. Executa ações que possibilitam o acesso ao espaço

rural, através da manutenção das estradas rurais e transporte público escolar rural. “A prefeitura oferece toda infraestrutura necessária ao trabalhador rural, estrada, transporte, tudo que está no nosso alcance”. (Prefeita municipal de Ceres, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2013).

Além disso, participa da assistência aos pequenos produtores voltada à produção. Oferece o serviço de tratores, patrulhas agrícolas rurais, espaço público coberto para realização da feira do produtor, sala para reuniões das associações e transporte para os feirantes. “Nossas ações não visam só à agricultura familiar, mas ao todo do meio rural. Estamos neste momento empenhados com a implantação da agroindústria, principalmente para o pequeno, pra isso, estamos aliando nossa política municipal com a política da união, MDA”. (Prefeita municipal de Ceres, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2013).

Ao longo da história, os trabalhadores rurais não contaram com intervenções do poder público que viessem, de fato, favorecê-los. Os interesses, quase sempre, eram voltados às médias e grandes propriedades rurais. Dessa forma, o “caipira” se tornou um sujeito desconfiado quanto às promessas de políticos. O discurso da prefeita demonstra essa falta de credibilidade, quanto ao poder público.

Estamos tentando entrar nas pequenas propriedades para fazer curvas de nível, desvios de córregos, captação da água das chuvas, isso para melhorar as estradas e a vida deles também, porque todo ano na época de chuvas as estradas ficam intransitáveis, assim a gente pensa que seria melhor porque economizaria, já que não teríamos que arrumar todo ano. Mais eles são resistentes quanto a mexer na propriedade deles, não deixam tirar cascalho, mudar o percurso da água, não confiam, não querem deixar. Optamos pelo melhor caminho, criar leis municipais para entrar na terra e usar o que for necessário. (Prefeita municipal de Ceres, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2013).

Outras ações desse agente, segundo o gerente de desenvolvimento rural do município de Ceres é “fomentar a produção, organizar e promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, produção, industrialização e comercialização dos produtos”. (Gerente de desenvolvimento rural do município de Ceres, em entrevista concedida para esta pesquisa 2013).

Para a constituição e consolidação de algumas ações, esse *campo* realiza convênios com outros agentes, tais como o Senar e, oferecendo assistência técnica,

orientação ao produtor. A “Emater é responsável em assistir o produtor nas dúvidas que eles têm na produção, tanto na área animal, quanto na área vegetal. Eles têm o veterinário e o técnico agrícola. E também assistência social” (idem)

A Secretaria da Agricultura elaborou um Plano de Desenvolvimento Agropecuário do município (PDA) a partir das diretrizes estabelecidas pela gestão municipal. Contempla, atualmente, onze projetos, dos quais muitos são cursos de formação voltados para produtos a serem comercializados na feira. “São produtos que podem ser vendido na feira. Hoje a feira é uma estratégia inquestionavelmente viável para a sobrevivência do pequeno produtor no *campo*” (idem). O *campo* empreende suas estratégias de convencimento para adoção de modernas técnicas e atitudes do agronegócio. “Será feito através de projetos. Nós temos um projeto que chama ‘Vida no Campo’, que vamos trabalhar toda a cadeia que é a produção, a indústria, a comercialização e o consumidor, todo o processo” (gerente de desenvolvimento rural do município de Ceres, em entrevista concedida para esta pesquisa 2013).

Criado para elucidar as relações de dominação, que não pressupõem coerção física, o conceito de violência simbólica de Bourdieu se verifica no arbitrário colocado como requisito para se participar desse programa. Só serão beneficiados os pequenos produtores filiados a uma associação. A violência é exercida com o consentimento dos produtores, que a consideram válida e justa. Entretanto, o fato de pertencerem à associação implica estar em um grupo de ações, ideias e objetivos comuns, segundo os quais é facilitado o repasse de símbolos e signos culturais, reconhecidos como apropriados e legítimos.

As associações têm autoridade para utilizar estratégias que se enquadram nos moldes sociais desejáveis para o alcance de seus objetivos. A violência simbólica permite aos atores sociais a escolha livre da ação a ser tomada; ele tende, porém, a optar por aquilo que será mais apreciado pelo espaço social e/ou grupo onde se localiza sua atuação. O pequeno produtor incorpora de tal modo as ideias e comportamentos antes alheios a sua cultura que estes passam a fazer parte naturalmente da sua vida, forma-se um novo *habitus*.

A empresa Magril, representante da marca Massey Ferguson, considerada a maior fabricante de tratores da América Latina, tem utilizado, ao longo dos anos, estratégias educativas eficientes para a manutenção do seu lugar no *campo*. Entre seus interesses específicos, estão a busca de benefícios econômicos, valorização e

visibilidade dos seus produtos, e também prestígio social. Para elucidar seus interesses em jogo no *campo*, utiliza estratégias de ação empresariais. Eram feitas demonstrações das máquinas nas fazendas, arando terras e disponibilizando as máquinas nas propriedades agrícolas que interessavam à empresa, durante o período necessário para o fazendeiro constatar sua eficiência. Conhecedor dos fazendeiros da região que poderiam ser seus clientes, tema já desenvolvido no capítulo anterior, o Sr JB ocupou facilmente seu lugar de destaque no *campo*.

Durante as exposições agropecuárias promovidas pelo Sindicato Rural, o sindicato patronal do qual ele era um filiado de destaque, sua empresa ocupou espaço estratégico no parque. Os visitantes, que por ali circulassem, eram obrigados a passar em frente às máquinas ali expostas. Vários negócios eram realizados e uma equipe preparada informava sobre os produtos, benefícios e uma lista de vantagens para quem as possuísse. As apresentações das máquinas vinham acompanhadas do discurso da modernização agrícola, da alta produtividade, da redução da mão de obra, mas talvez o mais importante era a visibilidade, através do marketing promovido naqueles dias, por meio de panfletos, conversas, cafezinhos, whisky e a consagração no seu espaço no *campo*.

Em 2009, foi criada a Feira de Indústria, Comércio e Serviços de Ceres e Rialma (Faicer). A feira acontece anualmente, em data próxima do aniversário da cidade, 04 de setembro. Tem o objetivo de divulgar o comércio e a indústria local. A Magril expõe seus produtos também nesse espaço. Distribui folhetos de informação, um instrumento de formação para a classe rural, aborda questões sobre o plantio e a colheita. Ao trazer essas informações, a empresa apresenta um conceito de produção rural moderna, avançada e desenvolvida, que, aos poucos, modifica antigas concepções e forma novos hábitos que se transformarão em hábitos.

Diversas empresas compõem representações comerciais de insumos e implementos agrícolas; no entanto, limitamo-nos à Casa do Agricultor, por motivos explicados no capítulo II. Essa empresa, ao se instalar na região de Ceres, encontrou terreno fértil para a expansão do seu capital econômico. Mas, para isso, foi preciso investir na formação, sobretudo do pequeno produtor rural, no sentido de convencê-lo a consumir seus produtos. “Eu ia nas roças colhia terra e levava pra analisar e com isso eu mostrava pro roceiro do que a terra dele precisava para produzir e eles tinham que comprar adubo de mim”. (JC, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2013).

A expansão produtiva, iniciada a partir da “revolução verde<sup>19</sup>”, tem na sua base o uso de técnicas químico-biológicas que modificaram a dinâmica das atividades agropecuárias. Esses recursos são cada vez mais difundidos entre os diferentes agentes, públicos e privados.

Para Bourdieu, o *habitus* é adaptado às exigências e necessidades do *campo*. O proprietário da empresa em questão, para participar do jogo do *campo*, foi ao espaço rural convencer os trabalhadores a aderirem aos padrões modernos da agropecuária. “Teve um tempo que eu vendia tanto adubo que eles fizeram uma reunião na roça pra comprar adubo. Colocava uma mesinha e ficava sentado ali só fazendo o pedido. Eles ficavam em fila” (JC, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2013). A lógica técnico-científica da modernização tem sido assimilada cada vez mais, por parcelas significativas da pequena produção, que perderam muito da sua natureza camponesa<sup>20</sup>.

Várias estratégias de ação educativa, de convencimento, adesão e outras são desencadeadas pelos agentes. As estratégias são mecanismos utilizados como investimento dentro do *campo*. Possibilitam o aumento de capital, que garante a dominação, manutenção e/ou ascensão no *campo*.

Investimento biológico, de sucessão, econômicas, simbólicas e educativas, são algumas formas distintas de estratégias de reprodução. As educativas reproduzem agentes sociais capazes de receber e transmitir a herança do grupo. O resultado efetivo produzido pelas estratégias de reprodução depende da eficiência dos instrumentos de reprodução, que foram utilizados com os agentes. No caso, suas estratégias de ação objetivam formar uma consciência a favor da modernização dos processos produtivos agrários.

Acima, foi mostrado como os agentes que constituem os *campos* da modernização agrícola mobilizam estratégias e instrumentos, tais como: assistencialismo, comunicação, capacitação, programas educativos, palestras, cursos, para garantir a reprodução e a formação de um novo *habitus*, que determina disposições duradouras adquiridas no processo de socialização, isto é, atitudes,

---

<sup>19</sup> Refere-se ao modelo que se baseia na intensiva utilização de sementes geneticamente modificadas, insumos industriais, uso extensivo de tecnologias na agropecuária.

<sup>20</sup> Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos, suas necessidades imediatas de consumo. (CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO, FRIGOTTO, 2012, p. 113)

formas de perceber, sentir, fazer e pensar, interiorizadas pelos indivíduos devido às suas condições objetivas de existência.

### 3.5 Função social da educação

Com o advento da modernização agrícola, mudaram não só a economia e a mecanização no espaço rural mas também a organização do trabalho, as relações sociais de produção, a concepção de homem e de educação.

Na década de 1950, havia uma preocupação quanto à definição do papel social da educação em uma sociedade que buscava o desenvolvimento econômico através da industrialização e da modernização. A educação ocupou lugar de destaque, uma vez que era vista como o meio eficaz para alcançar os objetivos de um país moderno. Assim, um amplo debate envolveu a educação em busca da forma adequada à “nova” sociedade, aos objetivos sociais e metodologias.

O item anterior mostrou diferentes formas de educação voltadas a objetivos específicos, no caso analisado aqui, ao *campo* da modernização agrícola. Os agentes, utilizam as estratégias mais eficientes para alcançar os seus objetivos, na maioria, voltados à educação.

Oliveira (2009) diz que a educação, segundo a ótica dominante, tem como finalidade habilitar técnica, social e ideologicamente os diversos grupos de trabalhadores para servir ao mundo do trabalho. Já para os trabalhadores, segundo o mesmo autor, a educação representa desenvolvimento de potencialidades e apropriação de um saber social, concebido como o conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses e necessidades, objetivando a formação integral do homem, ou seja, o desenvolvimento físico, político, social, cultural, filosófico, profissional, afetivo, entre outros.

Esta concepção de educação percebe o homem na sua totalidade biológica, material, afetiva, estética e lúdica, é uma visão ampliada da educação. Os sujeitos do processo educativo são homens com histórias e necessidades, portanto, os projetos a serem desenvolvidos devem ser pautados na realidade em que estão inseridos, para a transformação, reconhecendo o papel social da educação: desenvolver os processos educativos, sistematização e socialização da cultura. (OLIVEIRA, 2009).

Se voltarmos nosso olhar para a educação rural, analisando qual seria a função social da educação nessa realidade, é importante lembrar, que nas primeiras constituições a educação no espaço rural sequer foi mencionada. Com intuito de manter o homem no espaço rural e elevar a produtividade agrícola surge a educação rural, nas primeiras décadas do século XX. As escolas instaladas na zona rural, porém, eram uma extensão das escolas dos centros urbanos: mesmos valores, mesmo calendário e mesmas cartilhas. Os professores, a maioria residente nas sedes dos municípios, não tinham conhecimento da realidade das crianças da roça. A ideia de uma educação ampliada, exposta acima, era desconsiderada e a educação era vista apenas como aquela realizada pela escola, legitimamente aceita por vários grupos sociais, não podendo ser diferente, uma vez que é, também, aquela admitida pelo homem do espaço rural. F14, do Córrego do Alegreite, para responder à questão sobre onde aprendeu sua atividade, seus fazeres, responde atribuindo à escola a responsabilidade do seu domínio do fazer,

Eu fiquei muitos anos sem ir na escola. Já tava grandão. Tudo que passava no quadro eu copiava, mas lê que é bão, nada. A professora não ensinava ninguém soletrar. Não ensinava juntar as letras. Aquilo era pra lá, todo ano eles passava eu, mais eu num sabia nada. Livro era um livro só. Quem tinha muito prazo de estudar, até que praticava melhor. (F14, em entrevista concedida para esta pesquisa, julho/2012).

Considerando a escola como sinônimo de educação, para pensar a formação que o jovem do espaço rural tem acesso, ela não contribuí para a compreensão do mundo urbano, nem do mundo rural. Esse modelo legitimou a incapacidade do rurícola de aprender e contribuiu para sua submissão à lógica do capitalismo. As precárias condições dos estabelecimentos de ensino localizados no espaço rural, o despreparo dos professores, sua desvalorização social, falta de material didático, somados a péssimas condições de vida dos alunos formaram a conjugação perfeita para o fracasso escolar.

Apesar de o Brasil ser um país de origem eminentemente agrária, a educação rural aqui nunca foi alvo de interesse dos governantes, ficando sempre relegada a segundo ou terceiro plano, "apêndice" da educação urbana. Foi e é uma educação que se limita à transmissão de conhecimentos já elaborados e levados aos alunos da zona rural com a mesma metodologia usada nas escolas da

cidade. Não se faz relação com a vida dos alunos e de sua família, com o trabalho agrícola nem com o meio ambiente em que a escola está inserida. [...] e ignoram-se os conhecimentos que as crianças já trazem consigo para a escola (BAPTISTA, 2003, p. 20-21)

Não se pode negar a dominação contida na prática supostamente educativa da escola. Uma dominação encontrada, também, nas ações educativas dos agentes que se colocam como aliados. A suposta reciprocidade é, na verdade, um ardid, já que se trata de uma relação de desencontro de interesses de culturas apoiada em antagonismos de classe.

Pessoa (2007) salienta que o processo de modernização da economia e das relações produtivas no espaço rural não levou em consideração aspectos importantes para a população rural, dentre eles o desenvolvimento educacional. Além disso, a pequena população rural que resistiu no *campo* modernizado ficou dependente dos serviços oferecidos nos centros urbanos, tais como, saúde, educação e comercialização dos seus produtos, ou seja, um vínculo cada vez mais frequente com a cidade, maior até, em certos aspectos, que em relação ao próprio espaço rural. “O campo está na cidade e a cidade está no campo. [...] Portanto, não há como pensar políticas públicas e governamentais para uma ou para a outra realidade, isoladamente” (PESSOA, 2007, p. 16-17). “Eu sempre morei na zona rural, mas eu fui trabalhar na rua<sup>21</sup>. Eu fiquei dez anos indo todo dia e voltando, isso tem dezesseis anos. Mas teve uma época que eu fui pra cidade, meu menino tinha um ano e meio”. (F1, presidente da Associação do Sapé, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

A história de F1 é uma dentre tantas, dos que vão para a cidade a trabalho ou para estudar. Residem na roça, onde mantêm algumas atividades: plantam horta, criam animais para aumentar o orçamento familiar, sem perder o vínculo de trabalho fixo na cidade, geralmente de serviços domésticos, ou de ajudante da construção civil. Outros preferem que seus filhos mudem para a cidade na idade escolar, ao invés de usar o transporte público escolar. Em tempos chuvosos, a maioria das crianças perde muitos dias de aula em decorrência da precariedade das estradas. F2 diz que “Aqui na roça sempre foi assim e sempre vai ser; nunca vai mudar, trabalho duro, pesado, na chuva, no sol, estrada ruim no tempo da seca, no tempo da chuva é pior” (F2, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012). F3, do

---

<sup>21</sup> Rua, no contexto pesquisado, tem sentido de cidade.

Córrego da Gameleira, afirma: “Difícil é na época das águas, as estradas que ninguém passa, nois sofre demais. Menino pra ir pro colégio tem que ir de trator, os menino molha, desanima. Tem dia que molha tanto que ele volta, desiste da escola”.

Para Navarro *et ali* (2013),

Primeiramente, os filhos migram para não mais voltar, pois existe um custo de oportunidade muito elevado. E, segundo, porque a oferta de trabalho contratado também se reduz, pelo abandono do campo, o que eleva os salários rurais. (NAVARRO, 2013, p.22).

É possível perceber a valorização dada à educação e o esforço dos pais, para que seus filhos trilhem o caminho da escola. As falas a seguir não deixam dúvidas quanto a isso.

Meus filhos estão na cidade estudando, eu quero uma vida melhor pra eles, e o estudo é que vai da uma vida melhor para eles, a única coisa que a gente tem é a bolsa família” (F6, Associação do Córrego do Café, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Estudei até o terceiro ano; aí meu pai me tirou da escola. E logo eu casei também, nunca mais estudei. Eu mesmo corria pra escola; chegava lá a professora tomava a lição; se soubesse bem, se não soubesse ficava de castigo. O castigo era ficar sem recreio, ficava lá chorando. Batia com a régua, (F15 Associação do Alegrete, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

A escola foi bom eu aprendi, mas a lidar com essas coisa de roça eu aprendi com meu pai. A esposa estudou ate a quarta serie. [...] O estudo ajuda é levar o povo da roça pela cidade. Eu fui contra e sou até hoje a levá os menino pra estuda na cidade. A escola tem o sentido muito errado. A escola ia funcionar aqui na roça. (F13 Associação do Córrego Fundo, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Estudei e ia a pé, andava até... estudei ate a 4ª; quando chegava em casa ia trabalhar, eu tinha 12 anos. Tinha muito menino na roça, parei porque não tinha mais estudo e na cidade eu não quis ir, só roceiro mesmo, os menino ajudava num tinha esse negocio de brincá não. A gente era fraco fazia tudo que dava conta, (F7, Córrego da União, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Estudei até o ensino médio; sou técnico agrícola, [...] Além do acesso que a gente tem na escola, porque a gente conhece todos os professores lá, quando a gente precisa de uma orientação a gente

vai lá e eles ensinam. (F4, Associação do Poções, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012)

O homem rural vê na educação escolar a possibilidade de ascensão social, uma forma de pertencer à cidade; no entanto, com o avanço da urbanização, no pós-revolução industrial, as populações rurais passaram a ser criticadas enquanto cultura não urbana. A fala, o jeito de vestir, enfim, todos os costumes do meio rural são desvalorizados pelo que é citadino. As cidades, lócus das atividades econômicas, atraem o homem do espaço rural e transformam-se em “centros de dominação política, de produção e difusão de conhecimento” (PESSOA, 2007, p. 26), legitimando os centros urbanos como lugar de “civilização, da cultura e do saber”, contrário ao atraso e o não saber de quem nasce e vive no espaço rural.

F4 é um pequeno produtor rural que teve a oportunidade de concluir o ensino médio na Escola Agrotécnica Federal de Ceres, atual Instituto Federal. Ilustra essa afirmativa quando, ao ser questionado sobre o motivo pelo qual seus colegas de curso não estavam também produzindo na roça e, por exemplo, comercializando seus produtos na feira, responde:

É de vergonha, meus amigos falam que eu sou doido, a semana passada eu fiz uma conta pra um cara que ele ficou de queixo caído, e o cara ganha bem, ele falou assim eu duvido que você ganha isso. Por isso eu falo que é vergonha ele não tem coragem de fazer uma feira, um amigo meu chegou pra mim e disse - cê não tem vergonha de fazer feira? Moço eu num tô roubando, num tô fazendo nada de errado e ainda to ganhando dinheiro, vergonha pra que? [...] Teve uma menina que começou na feira, vende frango cheio, rocambole e outras coisas. As amiga dela diz que ela é corajosa demais, e que nem vai lá. Outro conhecido meu largou a feira porque a namorada dele disse que não namorava feirante, então é vergonha. (F4, Associação do Poção, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012)

A educação é pensada a partir da cidade e para a cidade: conteúdo, formação dos professores, estrutura física e o projeto político e didático pedagógico.

Quando eu fui pra cidade eu esperava uma coisa, que eu ia estudar lá na cidade e que por isso ia ser melhor. Só que não foi nada disso, primeiro a gente tinha que andar 2 km pra ir 2 km pra voltar, eu passei muito medo, a aula começava 07h15min, o carro saía da

capela as 05h50min até 6h, pra mim chegar lá nesse horário eu tinha que sair daqui tava escuro, eu passei muito medo. Chegando no colégio uma primeira decepção com relação as crianças da cidade, eles abusavam da gente. [...] Assim a gente andava tudo aquilo o uniforme era calça azul e blusa branca, então chegava sujo, ou de poeira ou de barro, depois você anda mais 8 km numa Toyota, coberto de lona que vai circulando poeira, por mais que você cuida quando você chega, tem poeira por tudo, no cabelo, na roupa. Eles abusavam da gente, olha os menino da roça, num toma banho é tudo sujo, eles nem chegava perto da gente. [...] Ai um dia teve aquele conselho de classe e teve uma eleição em 1983 na sexta A, eu era tão tímido que fui escolhido o mais tímido da sala, eu quase morri, ai que eu fiquei tímido. Eu ficava caladinho mal levantava o olhar. Mas mesmo na cidade tem pessoa boa, num abusa porque você é pobre, porque mora na roça, pra eles você é pessoa que nem eles. (F2, Associação do Bom Sucesso, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012))

Quando as desigualdades sociais são convertidas em desigualdades de acesso à chamada cultura culta, o sistema de ensino tende a perpetuar a estrutura da distribuição do *capital cultural*. Reproduz e legitima as diferenças entre os grupos sociais. As disposições exigidas pela escola, como por exemplo, a aparência física, modo de vestir, falar e se portar, enfim, uma aparência socialmente aceita na visão dominante tendem a intensificar as vantagens daqueles mais bem aquinhoados, material e culturalmente.

Bourdieu (2008) afirma que a escola é um dos meios mais eficazes de conservação social, legitima e fortalece as desigualdades sociais, reforça a herança cultural tratando-a como “dom natural”. Ao longo dos anos escolares, a própria escola se encarrega de expulsar os alunos, de definir o caminho determinado a cada um em uma sociedade de classes, a escola faz uma seleção direta ou indireta, de maneira desigual, das pessoas de diferentes classes sociais. “Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de operário” (p, 41).

O conceito de capital cultural do sociólogo Pierre Bourdieu esclarece bem a historia de F2 e de muitos outros, cujo estudo foi interrompido com um forte indício de ter sido responsável sua origem social, ou seja, a relação existente entre desempenho escolar e origem social (classe, etnia, sexo, local de moradia, entre outros).

Não há dúvida de que os julgamentos que pretendem aplicar-se a pessoas em seu todo levam em conta não somente a aparência física propriamente dita, que é sempre socialmente marcada (através de índices como corpulência, cor, forma do rosto), mas também o corpo socialmente tratado (com a roupa, os adereços, a cosmética e, principalmente, as maneiras e a conduta) (BOURDIEU, 2008, p. 193).

O capital cultural é adquirido pela criança como herança, determinada pela família, mas também no processo de socialização, ao qual vão-se somando saberes, valores, práticas, expectativas de trabalho e profissão e a atitude da família em relação à escola. Assim, para Bourdieu o grau de interesse e investimento na escola tem uma relação direta com o retorno que esse investimento pode dar, não apenas econômico, mas de status, de poder no grupo, nas diversas relações em que está implícito o poder simbólico.

Esse conceito a família de F5 exemplifica bem. Ele sempre morou na roça, mas seus pais sempre fizeram questão de que ele estudasse e ele fez ensino médio em uma escola agrotécnica, onde, segundo ele, aprendeu muito e continuou fazendo cursos de mecânica para trabalhar com tratores.

O conhecimento que a gente tem ninguém toma. Eu sempre gostei de estudar, eu sempre morei na zona rural e quando eu morava com meus pais era pequeno em Araguari, eu começava na escola tinha que largar pra ir pra roça, mas nunca desisti, começava atrasado, mas tava lá, sempre estudando. (F5, da Associação do Poções, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012)

F5 hoje com três filhos, participa da Associação do Poções, produz suínos, embutidos, que vende na feira; os três filhos terminaram o ensino médio e pretendem dar continuidade. Ao ser interrogado sobre o que pensa de os filhos estudarem, ele disse: “Eu sempre obriguei, eles não tinham escolha, tinha que estudar. Dinheiro é traiçoeiro, agora conhecimento é pra sempre” (idem).

Seu filho, ao falar sobre os estudos disse:

A educação a gente demora pra ver resultado, mas a médio, longo prazo vai dando um resultado. Planejar, levantar recurso, ninguém faz aqui na roça porque não estudaram, mas quando aprendem e fazem eles veem resultado, ai passa a fazer. Eu quero continuar estudando, quero fazer mestrado, doutorado” (F4, Associação do Poções, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Para Bourdieu, diferentes classes desenvolvem diferentes características, de acordo com sua trajetória social. Assim como é previsto que a elite apresente um gosto pelo estudo, espera-se também que filhos de pequenos produtores rurais apresentem pouco ou raro gosto pela escola, sobretudo no ensino superior. Esses modos de ser são inculcados nas pessoas pela experiência e perspectivas sociais do *campo social* no qual elas estão inseridas. E ao se manterem na escola, devido, inicialmente, à imposição do pai, elas adquiriram *habitus* distintos daqueles esperados de pessoas oriundas daquele *campo social*, o *campo* da pequena agricultura, ao qual elas pertencem. F5 comprova a aquisição de novos *habitus* quando diz que

O estudo me ajuda, quando eu vou comprar alguma coisa nas casas de produtos agrícola eu já sei o que eu preciso, eles tentam empurrar coisas sem precisão e eu sei que não precisa, ou que é a mesma coisa do outro, eles tentam o tempo todo enganar o produtor, mas comigo não conseguem (F5, da Associação do Poções, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

O *habitus* é, para Bourdieu (2011), uma matriz geradora de comportamentos, visões de mundo e sistemas de classificação da realidade, que são internalizados pelos indivíduos e desenvolvidos, tanto como ações, quanto em relação à postura corporal. O *habitus* é aprendido, gerado na sociedade e assimilado pelos sujeitos. Isso permite afirmar que o *habitus* é vulnerável às transformações presentes na cultura e na sociedade. Ao mesmo tempo, influencia essas mudanças, por fazer parte da visão e crenças dos indivíduos, muitas vezes de forma subjetiva, gerando ações nem sempre explicáveis. “O *habitus* é aquilo que se adquiriu, mas que se encarnou no corpo de forma durável sob a forma de disposições permanentes.” (BOURDIEU, 1983, p. 104).

A interiorização constitui um mecanismo essencial de socialização, pois os comportamentos e valores apreendidos apresentam-se como óbvios, naturais, quase instintivos. Permite que a ação ocorra, sem que se lembre explicitamente da experiência de aprendizagem. As ações educativas dos agentes dentro do *campo* da modernização agrícola almejam essa finalidade: formação de *habitus*, inclinações interiorizadas.

Para Bourdieu, quase todas as ações dos agentes sociais são resultantes de um encontro entre um habitus e um *campo*. A estratégia visa a apreender as práticas inconscientes como produtos dos habitus ajustados a determinada demanda social. Assim, as estratégias surgem como ações práticas definidas por uma situação e/ou uma necessidade imposta por um *campo* específico.

Em uma mesma trajetória social, é possível perceber certa homogeneidade nas disposições, gestos e preferências de um grupo. Esse sistema de disposições é construído continuamente e está sujeito, constantemente, a novas experiências.

O conceito de habitus permite perceber os sujeitos como produto de estímulos sociais de um *campo*, de experiências acumuladas individualmente, através de estratégias utilizadas por diferentes agentes. A função social da educação é dar conta de adequar cada sujeito ao seu *campo* e, para isso, conta com todos cujo interesse comum se une para conservar ou aumentar o capital comum ao *campo* e, ao mesmo tempo, conservar e aumentar seu capital específico. Assim se comporta o investimento formativo dos agentes constituintes da modernização agrícola em Ceres.

### **3.6 Caminhos da etnomatemática: desafios sobre o cultural, o social e o político na educação matemática**

Parece-nos uma tarefa impossível localizar no tempo e no espaço a primeira vez em que foram expressos interesses e ações do exercício da Matemática em outras culturas. É possível, porém, garantir que desde as civilizações mais antigas, de maneira isolada e com pouca ou nenhuma sistematização, o interesse por um conhecimento que ajudasse a resolver situações do dia a dia sempre existiu.

Na busca de entender o fazer e o saber matemáticos de culturas marginalizadas, Ubiratan D'Ambrosio, em 1975, cunhou o termo etnomatemática. Insere o prefixo *etno* para caracterizar o sentido amplo, referente a uma cultura, na qual inclui linguagem, jargões, comportamentos, mitos, símbolos, maneiras específicas de raciocinar, distante, portanto, do sentido restrito de etnia. *Matema* tem o sentido de explicar, conhecer, entender e *tica* vem da mesma raiz de *techne* vem de arte e de técnica. Etnomatemática é a arte de explicar, conhecer, entender em diferentes realidades culturais. (D'AMBROSIO, 1998)

Os primeiros estudos sobre etnomatemática tiveram início na década de 1970 através do programa de pesquisa em História e Filosofia da Matemática, com ênfase na educação Matemática. Segundo D'Ambrosio as ideias sobre etnomatemática surgiram com sua experiência como orientador no Centre Pédagogique Supérieur de Bamako, na República do Mali. A concepção de Matemática vinculada à etnomatemática, instigou educadores matemáticos a refletirem sobre o valor e implicações sociopolíticas e culturais da educação matemática.

Constitui um programa de investigação historiográfica. Conecta o desenvolvimento da ciência com as condições sociais do meio onde é produzida. É uma proposta de recuperar as histórias presentes e passadas de diferentes culturas. Busca compreender o saber fazer matemático ao longo da história. Essa definição etimológica indica a existência de várias matemáticas produzidas por diferentes culturas.

O Programa Etnomatemática não se esgota no entender o conhecimento [saber e fazer] matemático das culturas periféricas. Procura entender o ciclo da geração, organização intelectual, organização social e difusão desse conhecimento. Naturalmente, no encontro de culturas há uma importante dinâmica de adaptação e reformulação acompanhando todo esse ciclo, inclusive a dinâmica cultural de encontros [de indivíduos e de grupos]. (D'AMBROSIO, 2002, p.13)

O programa busca dar visibilidade àqueles que têm sido quase sempre marginalizados, por não constituírem grupos hegemônicos da sociedade. A etnomatemática se propõe examinar as produções culturais desses grupos, destacando seus modos de calcular, medir, estimar, inferir e raciocinar. Isto é, os modos de lidar matematicamente com o mundo. A etnomatemática, observa os modos de produzir conhecimento, compreender o mundo e dar significado às experiências da vida cotidiana de outros povos e de culturas populares.

Cada cultura deve parte de suas características às relações com outros grupos, às relações com a natureza, às suas condições sociais e materiais de vida. Para D'Ambrosio é objeto da etnomatemática a explicação dos “processos de geração, organização e transmissão de conhecimento em diversos sistemas culturais e as formas interativas que agem entre os três processos” (D'AMBROSIO, 1998, p.7).

Para Bourdieu (2010), observar uma região é perceber o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só os geógrafos, mas também historiadores, antropólogos e, sobretudo, desde que existe uma política de 'regionalização' e movimentos 'regionalistas', economistas e sociólogos (BOURDIEU, 2010). Com exceção da geografia, o espaço ou a região é observado em diversos planos, dependendo do foco de cada área específica. Os aspectos sociais, políticos e humanos, são avaliados, cada um, de acordo com seu interesse: o custo, para o economista, o dialeto ou os rituais, para o antropólogo, as classes, para o sociólogo, o domínio matemático, para os matemáticos.

Na prática social, os critérios de língua, dialeto ou o sotaque são objetos de representações mentais, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, em coisas ou em atos, estratégias de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (BOURDIEU, 2010, p.112).

D'Ambrosio remete à história para exemplificar a necessidade da busca por formas diferentes de compreender a organização do conhecimento matemático em espaços sociais específicos. Cita o exemplo do antigo Egito, quando os faraós distribuíam as terras à margem do rio Nilo, após as enchentes, para que os servos as cultivassem. Dessa forma, poderiam alimentar a população e cobrar a parte destinada aos tributos. Portanto, é antiga a busca em criar instrumentos para medir, contar, planejar o plantio, a colheita e a posse das terras. A matemática, tal qual a ciência em geral, surge a partir da necessidade de sobrevivência e de transcendência da espécie humana. O indivíduo cria e recria teorias e práticas que possam resolver questões existenciais. A etnomatemática é parte dessa busca do cotidiano.

A etnomatemática problematiza posições que reconhecem somente uma parte do conhecimento matemático como "conhecimento acumulado pela humanidade". A forma de compreender o mundo e dar significado às experiências do cotidiano são considerados como não ciência, não conhecimento. A etnomatemática questiona tais posições e aponta para o exame das culturas populares. Não se trata de uma apologia a essas culturas, mas de recuperar saberes matemáticos ali construídos e o como se articulam aos saberes "oficiais". "A etnomatemática está interessada em pôr 'sob suspeição' os discursos naturalizados

sobre o que é considerado como ciência e qual tem sido seu papel no mundo contemporâneo” (KNIJNIK, 2004, p. 23)

D'Ambrosio, ao abordar a dimensão política da etnomatemática, ressalta a eficiência em dominar uma cultura quando se enfraquecem as suas raízes, retirando da cultura dominada os vínculos históricos e sua historicidade. Isso implica em mudar sua língua, sua religião, o reconhecimento da terra, da natureza e do seu sistema de explicação em geral. “Assim, as estratégias de sobrevivência e de transcendência do dominado são eliminadas e substituídas” (2002, p. 40). Um exemplo são os indígenas, que tiveram a maioria de suas práticas modificadas ou adaptadas à cultura do dominante, enquanto muitos foram simplesmente dizimados. A escola, quando recebe o jovem proletário, trabalhador urbano ou da roça, oferece-lhe a possibilidade de acessão social. O ensino da Matemática, porém, nem sempre contribui para o crescimento do aluno; ela é trabalhada isolada das outras áreas do conhecimento, da realidade dos alunos, tornando-se algo fora do seu alcance, ficando a aprendizagem no nível da memorização de regras e exercícios padrão.

Bourdieu, de maneira semelhante a D'Ambrosio, acredita que o fracasso escolar antecede a sala de aula. Diz também que a criança com maior capital cultural alcançará êxito na escola, e o capital cultural está ligado ao meio. Quanto mais favorecido, com acesso a obras de artes, museus, teatro, cinema e outros, maior será seu capital cultural. A posse deste capital garantirá à criança uma linguagem próxima ou igual à escolar.

De todos os obstáculos culturais, aqueles que se relacionam com a língua falada no meio familiar são, sem dúvida, os mais graves e os mais insidiosos, sobretudo nos primeiros anos da escolaridade, quando a compreensão e o manejo da língua constituem o ponto de atenção principal na avaliação dos mestres. (BOURDIEU, 2008, p. 46).

Um feirante, F13, expressou esse sentimento de não gostar da escola e não o relacionou à falta de compreensão, mas fica clara essa relação na sua fala:

Eu tinha tempo pra escola, eu estudava de manhã e quando eu chegava eu já ia pro serviço. Meus pais faziam questão e eu não, não gostava, a realidade é essa, que eu não entendia quase nada que o professor falava é porque eu num gostava, eu acho, né? Mais

o tiquinho que eu sei é porque eles empenhou. (F2, da Associação Bom Sucesso, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012)

A etnomatemática, ao reconhecer e respeitar as raízes de um povo, de um grupo social, restaura a dignidade dos indivíduos e possibilita maior autonomia, valorização do outro, o diferente.

Domite (2006, p.26) diz que a etnomatemática “como uma linha de pesquisa – pode ser um dos fatores determinantes de recuperação de autoestima e poder dos grupos mais isolados e, de algum modo, economicamente desfavorecidos”.

A produção acadêmica hoje na área da etnomatemática é bastante rica, tendo os focos nas temáticas relativas a educação indígena, educação urbana, educação rural, epistemologia e história da matemática e formação de professores. Os trabalhos realizados no Brasil, relacionados à etnomatemática e educação rural, estão divididos em dois grupos: um, voltado às comunidades de pequenos agricultores e o outro, ligado a educação de movimentos sociais do espaço rural, em particular, à educação do movimento dos sem-terra. (KNIJNIK, 2004)

### **3.6.1 Etnomatemática e a prática de pequenos produtores rurais**

A transição de grupos de caçadores e coletores para o grupo de agricultores foi uma das grandes invenções do homem. A agricultura possibilitou padrões de subsistência antes inalcançáveis. A Geometria [geo = terra, metria = medida] é, sobretudo, fruto da necessidade de medir as terras para planejar o plantio e a colheita. Os calendários surgiram, também, vinculados à agricultura, isto é, contagem e registro do tempo nas etapas de plantio, colheita e armazenamento. Possuem particularidades locais, embora o mais reconhecido e legitimado na civilização ocidental, chamado de gregoriano, seja aquele estabelecido pelo Papa Gregório XIII, em 1582. Existem mais de quarenta calendários no mundo (D'Ambrosio, 2002). A geometria e os calendários são exemplos de uma etnomatemática ligada à produção rural, em resposta à necessidade de um povo de nutrir-se e alimentar-se para sobreviver.

Conforme o capítulo 1, no meio rural vivem e trabalham pessoas de todas as idades e diferentes história, ligadas a sua origem, a sua cultura, ao espaço rural. Possuem peculiaridades distintas do mundo urbano, pois têm o jeito de viver, trabalhar, relacionar-se com o tempo, espaço e com o conhecimento próprio da sua

raiz cultural. Voltar o olhar à construção dos saberes matemáticos nessas culturas e como se articulam com a ciência dita “oficial” é para o que aponta a etnomatemática.

A utilização do cotidiano de pequenos produtores rurais para verificar, estabelecer maneiras de comprar, de vender, de planejar, ou seja, lidar de diferentes formas com a Matemática pode revelar conhecimentos aprendidos fora do ambiente escolar, importante instrumento da etnomatemática.

Carraher, Carraher e Schliemann (2001) demonstraram com sua pesquisa que conceitos e habilidades matemáticas podem ser desenvolvidos no trabalho, criando-se estratégias eficientes de resolução de problemas.

A feirante F8, mesmo sem conhecimento de contabilidade, faz suas anotações e organiza os produtos de maneira a permitir seu controle,

Tudo que eu levo, eu anoto. Depois quando chego eu somo e acontece de ser passada pra trás. Eu levo tudo empacotado, então eu sei mais ou menos quanto vai dar. Tanto de jiló, de frango, de ovos. Ai quando chego, eu confiro. Então eu sei. (F8, da Associação do Sapé, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

D’Ambrosio afirma que

O cotidiano está impregnado dos saberes e fazeres próprios da cultura. A todo instante, os indivíduos estão comparando, classificando, quantificando, medindo, explicando, generalizando, inferindo e, de algum modo, avaliando, usando os instrumentos materiais e intelectuais que são próprios à sua cultura. (Schliemann, 2002, p.22)

Os pequenos produtores feirantes de Ceres, com o processo de organização, escolhas, e distribuição dos produtos, adquirem uma prática aritmética muito peculiar e até complexa, dentro de suas limitações para lidar com conceitos matemáticos. O exercício da prática se estende à comercialização dos produtos, ao lidar com dinheiro, fazer trocos, dar descontos, enfim, tomar decisões que lhes garantam o ganho ao final da feira.

A feira revela um espaço privilegiado de relacionar o conhecimento matemático, o raciocínio lógico com o trabalho e a prática social. Foram práticas apreendidas fora do ambiente escolar, como classificou D’Ambrosio (2002), uma etnomatemática do comércio.

Conforme observado durante a pesquisa, os feirantes-produtores lançavam mão de eficientes estratégias de cálculo mental para a venda dos seus produtos.

Não era objetivo desta pesquisa comparar como eram realizados esses mesmos raciocínios no cotidiano da escola. Entretanto, muitos produtores declararam ser fracos, ruins ou não gostar de matemática, quando estavam na escola.

Na pesquisa desenvolvida por Carraher (2002), as atividades oferecidas aos alunos pela escola aparecem como algo totalmente novo e não como algo vinculado ao cotidiano do aluno. Assim, o aluno não reconhece o conhecimento muitas vezes praticado por ele na vida do dia a dia. O contrário também foi observado, crianças desenvolvem bem o conteúdo na escola, porém não conseguem resolver questões matemáticas simples nas soluções de problemas enfrentados diariamente.

Os produtores feirantes desenvolvem estratégias pessoais, sem precedentes em qualquer manual, livro didático ou academia, para dar conta das situações-problema, nas quais enfrentam a competitividade imposta pela sobrevivência na modernização da economia. A presença do arbitrário cultural advindo da modernização aparece na conduta da agricultora, abaixo citada. Em outros tempos, ela poderia vender a carne ou a gordura do suíno; hoje, prefere comercializar o “espetinho”. Mudou a procura e seguindo a lógica de mercado, muda-se a oferta.

O porco, por exemplo, a gente não faz tudo espetinho. A carne de osso fica pra nois, a gordura, a pele, o resto né? É ai que ta nosso lucro. A gente não compra carne. Um porco sobra pra mim uns 200 reais de lucro. Não anoto nada é tudo de cabeça. (F6, córrego do Café, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Bourdieu (2011), diz que os condicionamentos materiais e simbólicos agem sobre nós numa complexa relação de interdependência. Assim, a posição que ocupamos socialmente não depende apenas da quantidade de dinheiro acumulada, da situação de prestígio, da escolaridade ou de qualquer outra particularidade de destaque, mas está na articulação de sentidos que esses aspectos podem assumir em cada momento histórico.

F7 não acredita que a escola possa ajudá-lo a lidar com as coisas da roça; tem seu jeito de lidar com seus negócios e avaliar seu lucro:

Hoje eu gasto oito litros pra fazê um queijo. O queijo dá mais lucro de que vender o leite. Eu vendo o queijo a seis reais a peça. Não tenho anotado nada que eu gasto, mas eu tenho uma ideia do que ganho e

gasto. Não ta dando lucro, mais ta dando pra remar, ta dando pra manter. Não sobra pra melhorar. Mesmo assim eu não penso em sair da roça. A gente planta uma mandioca, um chuchuzinho, maracujá e vai levando. Vende na feira, compra umas coisinhas pra casa. Pra falar a verdade o estudo vale muito pouco aqui na zona rural, porque estudo, estudo num dá fundamento lá pra frente, só serve pra cidade. (F7, Córrego da União, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012)

O sistema de ensino, que trata a todos igualmente, cobrando de todos o que só alguns detêm, não leva em consideração as diferenças determinadas pelas desigualdades de origem social. Aqueles de origem social superior, certamente terão mais facilidade na escola do que outros, pois já adquiriram parte dos conhecimentos na família. Existe uma similaridade entre a cultura escolar e a cultura dos grupos sociais dominantes, pois estes, há muitas gerações, acumulam conhecimentos disponibilizados pela escola.

Para Bourdieu o sistema escolar, em vez de oferecer acesso democrático a uma bagagem cultural específica para todos, tende a reforçar as distinções de capital cultural de seus alunos. O sistema escolar limita o acesso e o pleno aproveitamento dos indivíduos pertencentes às famílias menos escolarizadas. Considerando que os pequenos produtores rurais têm pouca ou quase nenhuma escolaridade, a cobrança realizada pelo sistema escolar parece injusta. Um conhecimento cultural anterior, aquele exigido para se realizar com êxito a sequência acadêmica, não teria como vir de pais analfabetos ou semialfabetizados. Essa relação foi denominada por Bourdieu de *violência simbólica*, pois imporia o reconhecimento e a legitimidade de uma única forma de cultura, desconsiderando e inferiorizando a cultura dos segmentos populares.

Na mesma linha de pensamento, D'Ambrosio (2002, p. 41) diz que:

A dinâmica escolar poderia também ter resultados positivos e criativos, que se manifestam na criação do novo. Mas geralmente se notam resultados negativos e perversos, que se manifestam, sobretudo no exercício de poder e na eliminação ou exclusão do dominado.

Para enfrentar as dificuldades do cotidiano, os pequenos produtores utilizam as possibilidades acessíveis a sua capacidade, o cálculo mental, os

arredondamentos, as estimativas e quase nunca utilizam a máquina de calcular ou, mesmo, cálculos escritos.

A etnomatemática é a abordagem de distintas formas de conhecer, é um olhar mais amplo sobre as manifestações matemáticas em diversos espaços culturais como forma de reconhecer o valor social, político e cultural dos saberes da vida cotidiana, dando visibilidade a grupos étnicos, religiosos, comunitários e profissionais de práticas variadas e, neste caso, aos pequenos produtores rurais. Pois é na realidade concreta na qual estamos imersos que o conhecimento se manifesta de maneira total, holisticamente, e não seguindo padrões conceituais, normas previstas e/ou convencionais. (D'AMBROSIO, 1986).

### **3.7 Análises do conhecimento matemático e contábil na produção e comercialização na feira do produtor**

Aqui relato e analiso o comportamento dos produtores feirantes no que diz respeito ao conhecimento matemático e contábil, utilizado para organizar a produção, na comercialização de seus produtos e na avaliação de seus rendimentos. Essa análise está voltada exclusivamente à feira do produtor do município de Ceres.

No mercado atual, um produtor melhor informado sobre aspectos que envolvem a comercialização, tais como melhores locais de venda, preços praticados na região, economia mundial, consumo, tendências do mercado, qualidade, classificação, padronização e tipos de embalagens tem, sem dúvidas, maiores possibilidades de sucesso na comercialização de seus produtos e, conseqüentemente, maiores lucros.

Contudo, o fato de terem um lugar deles - feira do produtor - para comercializar seus produtos, sem a figura do atravessador, melhorou a relação com o comércio local. Essa segurança permitiu a negociação mais justa na hora de atribuir preços aos produtos e/ou negociar a forma de pagamento. Sentem-se livres. Dono do seu negócio, com autonomia para decidir se pratica o preço de mercado ou se vende mais barato ou mais caro, F8 relata sua experiência:

Eu coloco um preço, assim 25 reais um frango. Chego na feira ele tá de 18 reais. Eu mantenho o meu preço, se vender. Se não, depois eu

abaixo, mais eu deixo meu preço". (F8, da Associação do Sapé, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012)

D'Ambrosio e Knijnik, entre outros, perceberam em suas pesquisas que as pessoas, encontram modos próprios de sua cultura, para solucionar problemas que envolvem conceitos matemáticos no seu cotidiano.

O cotidiano está impregnado dos saberes e fazeres próprios da cultura. A todo instante, os indivíduos estão comprando, classificando, quantificando, medindo, [...] e, de algum modo, avaliando, usando os instrumentos materiais e intelectuais que são próprios à sua cultura" (D'AMBROSIO 2002, p. 22).

A convivência, mesmo que por curto período de tempo, com pequenos produtores permite-nos afirmar que a população rural do município de Ceres desenvolveu modos próprios para solucionar uma série de problemas de seu cotidiano. O saber do pequeno produtor rural constitui um saber (re)elaborado a partir da sua experiência de vida, dos seus ancestrais e da convivência com as novas realidades políticas e sociais impostas pela modernização agrícola. Foi possível identificar estratégias matemáticas próprias do grupo, as quais não são reconhecidas por eles como práticas matemáticas, mas que são conhecimentos matemáticos usados como ferramentas facilitadoras na execução de suas atividades laborais, utilizados naturalmente no cotidiano do trabalho.

Eu acho que essa alface sai por uns cinquenta centavos o pé. Eu não anoto, mas mais ou menos a gente sabe, o dia, os gastos. Eu num faço conta de lucro. Eu não sei fazê, mas a gente sabe. Conta de quanto vai custar e de troco eu faço, só na cabeça" (F9, Associação do Córrego Fundo, entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Assim, em um grupo específico, estão permeadas nas tarefas diárias ideias matemáticas criadas e recriadas nas atividades das pessoas como processo dinâmico. A Etnomatemática percebe as ambiguidades, diferenças e divergências como tónus às reflexões sobre a problemática, a matemática entendida como prática social, com características próprias de um grupo. Entretanto, é uma matemática diferente daquela sistematizada nas escolas e academias, não deixa de ser

conhecimento matemático com seus processos lógicos. Eles “estão sempre em diálogo conflitivo e/ou conciliatório com a matemática escolar ou acadêmica, ou ainda, com a matemática entendida como produto ou domínio de conhecimentos.” (VILELA, 2007, p. 218).

O desenrolar do cotidiano nas pequenas propriedades rurais da região de Ceres é repleto de conhecimentos e práticas culturais, determinado pelo modo de ser e viver das pessoas, nas relações que estabelecem entre si e com o meio ambiente. Por meio das atividades, no lidar com a terra com os animais, atendendo às necessidades de sobrevivência, emergem saberes e fazeres matemáticos.

As necessidades de um grupo, de uma família para estabelecer, organizar e gerir sua produção pode gerar uma série de conhecimentos, inclusive de matemática. Manifestam-se nos hábitos alimentares, no artesanato, nas escolhas, no plantio, na produção de alimentos, nas festas, ao expor seus produtos, na difusão da cultura. (JESUS, 2007)

O conceito de violência simbólica aproxima D'Ambrosio e Bourdieu, uma vez que, no jogo que se joga no *campo* da modernização agrícola, os agentes compõem a classe que domina não só o capital econômico, mas o cultural, o científico e vários outros. Esses agentes impõem sua cultura, suas crenças aos dominados. O sistema simbólico é arbitrário já que não se assenta numa realidade natural. O sistema simbólico de uma determinada cultura é uma construção social e sua manutenção garante a perpetuação de determinado espaço social, possível a partir da interiorização das concepções, da cultura por todos inseridos naquele espaço.

O envolvimento com as tarefas do ambiente está presente na maioria das atividades diárias dos pequenos agricultores, o que possibilita o desenvolvimento de diversos conhecimentos, muitos dos quais repassados oralmente pelos mais velhos, sobretudo os pais:

Tudo que eu gasto e que entra eu anoto num caderno. Eu anoto tudo. Se eu passar no supermercado eu anoto, na casa do agricultor, uma botina, no posto gastei tanto, na oficina, vacina. No final da semana eu vejo o que eu gastei e o que eu ganhei. Aprendi isso com meu pai que quando a gente chegava da feira, ali cochilando ele ia fazer as contas. Eu separo assim umas notas de 5 reais, de 10, de 2, umas moedas e anoto, por exemplo 300 reais de troco, depois anoto o que eu gastei, comprei isso paguei aquilo e aí vejo o que sobrou. Aprendi isso dele (o pai) conta simples, somar, multiplicar, diminuir, só isso. (F2, da Associação Bom Sucesso, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012)

Mesmo a rede de ensino ensinando uma matemática oficial com unidades de medidas padronizadas, uma matemática comercial organizada para considerar o lucro, as porcentagens, os juros, no seu dia a dia, o homem do espaço rural faz uso de unidades não convencionais, tais como: “daqui naquele pé de manga”, “é perto, só 20 minutos”, caracterizando a noção dos conceitos matemáticos relacionados à medida, à distância; entretanto, com um olhar próprio de um lugar, de uma maneira de ver:

Se nois tivesse uma estrada boa, igual a gente merece e tem direito na constituição de ir e vir. Nois tamo a doze km da cidade, relativamente perto, se fosse uma estrada boa, 20min, 30min, a gente tava lá, e hoje a gente ta gastando uma hora. A gente tem que ta abrindo colchete, porteira, não tem mata burro pra você passar direto. A estrada cheia de buraco num passa de vinte, trinta. Você não consegue andar. Impata muito. Isso acarreta mais despesa. O carro vai mais pra oficina. Corta pneu. Isso aumenta a despesa. Você tem que caçá jeito de diminuir a despesa e aumentar o lucro. E num tem como. Em toda região do Brasil eu acho que é assim, no período da seca aumenta a produção cai o preço, nas águas a produção diminui aumenta o preço (F2, Córrego do Bom Sucesso, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

A modernização tem como pressuposto fundamental o progresso, cuja lógica seria o processo histórico rumo à civilização em oposição ao tradicional. A modernização vem associada à urbanização, à industrialização, à mercantilização. Os que não partilham da cultura civilizada estão impedidos de aderir à civilização. Contrário a essa lógica temos na fala de F2, que relata a dificuldade de escoar a produção devido à precariedade das estradas. Mesmo enfrentando várias dificuldades, o pequeno produtor insiste em se colocar no mercado.

A modernização atribui ao passado e ao residual tudo que aparentemente não faz parte do processo de modernização: a cultura popular, a pouca escolaridade e a própria pobreza, manifestações consideradas estranhas a uma sociedade moderna e globalizada.

A matemática enquanto ciência se encaixa nesse movimento de modernização, inclusive no que Graziano denomina de modernização conservadora. A matemática representa a homogeneização cultural e a supervalorização da racionalidade; é universal, possui uma linguagem única, mas nem todas as pessoas

têm seu domínio devido a seu formalismo e distanciamento da aplicabilidade, apesar de se tratar de uma ciência presente em quase tudo na rotina das pessoas.

A forma de conceber essa ciência é consequência da visão de mundo emergente, da racionalidade ocidental, que estimulou a falsa opinião de verdades absolutas, valorizando um único saber, o científico. (CARRAHER; CARRAHER; SCHLIEMANN, 2001).

Na verdade, a crença num conhecimento matemático único não permite o questionamento acerca da importância, para a educação escolar, do conhecimento matemático popular, visto que, nesta concepção, o conhecimento matemático não seria um outro tipo de conhecimento matemático (p. 17).

Graziano (1996, p.99), ao analisar os pequenos produtores rurais, fala do empobrecimento decorrente da expansão do capitalismo no espaço rural, o qual gera uma reação em busca do fortalecimento desse setor. E acrescenta que esses trabalhadores rurais precisam de alternativas para terem a possibilidade de sobreviver com dignidade. Para se livrarem do rótulo de “campesinato atrasado” é necessária uma produção através da tecnologia a fim de, assim, adequarem-se ao modelo de sociedade livre, secular e igualitária, bandeira do projeto moderno, cujo objetivo é o rompimento com as relações arcaicas. Navarro (2013, p.9) diz que “Cada vez mais é preciso capital de giro para introduzir no sistema produtivo os insumos que viabilizam as inovações para manter-se rentável em ambientes de crescente tensionamento concorrencial”.

Deveria fazer parte desse projeto de modernização o incentivo à difusão do conhecimento matemático; entretanto, a escola mantém a distância entre o conhecimento acadêmico e o popular, sem possibilitar o reconhecimento do caráter oficial do saber usado na prática. Por essa razão, muitas vezes o trabalhador rural não consegue perceber a educação como instrumento para o trabalho e para a vida. “Matemática eu sou boa. É na cabeça, no papel eu não sei não, mas de cabeça eu sou boa” (F10, da Associação Raul Naves, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012). “Estudei e ia a pé, andava até, estudei até a quarta série, quando chegava em casa ia trabalhar; eu tinha 12 anos. [...] falar a verdade, na escola eu aprendi muito pouco, de verdade eu só aprendi a ler e fazer conta”. (F7, da Associação do Alegrete, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012)

Para Carraher, Carraher e Schliemann, os conceitos e habilidades matemáticas gerados fora da escola, no trabalho e na vida do dia a dia, demonstram eficiência na resolução de problemas. Cada modelo matemático deve ser percebido e analisado quanto à possibilidade de construção fora da escola: “ainda é possível que a compreensão que o sujeito desenvolve na vida cotidiana seja baseada apenas na aquisição de rotinas de trabalho” (CARRAHER; CARRAHER; SCHLIEMANN, 2001, p. 127).

Silva faz uma análise da forma como são utilizadas as teorias de educação. Tem como foco a teoria sociológica de Bourdieu, que, em dado momento da história, foi visto como pedagogo e classificado como reprodutivista. Na sequência, ele critica o modo como as teorias e conceitos de Bourdieu são trabalhados nas observações pedagógicas. A utilização desses conceitos “significa não simplesmente importar os conceitos e sua lógica, mas a forma de pensar e ver o mundo social que deu origem a esses conceitos”. (SILVA, 1996, p.232).

Uma análise educacional na perspectiva sociológica de Bourdieu deve separar a questão educacional de outro problema sociológico: se a pergunta correta está sendo feita ao problema e não se os conceitos bourdieusianos estão sendo aplicados corretamente. Isto só é possível se houver a preocupação de “compreender como as categorias de pensamento e de classificação da realidade estão ancoradas em interesses e em relações de poder e em compreender de que forma a educação está implicada nesse processo (SILVA, 1996, p. 234)

Considerando essa observação a partir da teoria da reprodução de Pierre Bourdieu, compreendemos porque os que possuem os melhores desempenhos em matemática são os mesmos que possuem maior capital cultural e simbólico, ocupando as melhores posições socioeconômicas. Tratar-se-ia de uma rede na qual quem possui maior capital econômico teria acesso com mais facilidade ao capital cultural e, assim, mais oportunidades de obter sucesso escolar e no trabalho.

Se eu pudesse escolher entre estudar e trabalhar, era o trabalho que eu escolhia, mas até então não tinha escolha tinha que fazer os dois. Quando não tava na escola, estava trabalhando. Meu pai sempre me incentivou a estudar. Minha mãe era formada em magistério, era professora, ensinava a gente em casa. [...] Eu estudei ali no João XXIII até o terceiro ano e depois fiquei oito anos parado. Nesses oito anos eu fiz dois vestibulares, e na terceira vez eu passei. Sempre foi pra Agronomia. Agora to cursando o primeiro período de Agronomia.

O curso tem uma estrutura boa, bons professores. É isso que me interessa que eu quero fazer, apesar do curso ser longo, cinco anos. Eu pretendo terminar com todas as dificuldades e formar em Agronomia. (F11, Córrego do Alegre, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Mesmo no meio rural, entre pequenos produtores, encontramos aqueles que possuem maior capital cultural. Bourdieu afirma que o gosto e os estilos de vida da burguesia, das camadas médias e do operariado, isto é, as maneiras de se relacionar com as práticas da cultura desses sujeitos, estão profundamente marcados pelas trajetórias sociais vividos por cada um deles.

A trajetória de F11 foi diferente. Os pais estudaram, sendo a mãe professora. Essas diferenças interferem no destino dos filhos. É na história das experiências de vida de grupos e de indivíduos que podemos apreender o gosto, as escolhas e compreender as vantagens e desvantagens materiais e simbólicas que assumem.

Bourdieu afirma que as práticas culturais são determinadas, em grande parte, pelas trajetórias educativas e socializadoras dos agentes. Dito de outra forma, o *habitus* se constrói como o resultado da aprendizagem, como um produto da realidade objetiva internalizada progressivamente. Uma vez constituído, ele orienta o comportamento da pessoa, mesmo quando ela se encontre em situações diferentes daquelas em que ele foi constituído. O indivíduo tenderá a executar o mesmo *habitus*, reprodução cultural e social.

Convém ressaltar que os agentes sociais são dotados de *habitus*, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas porém nos limites das constrições estruturais de que são o produto e que as definem. (BOURDIEU, 2001, p. 169).

O sistema de ensino tende a perpetuar a estrutura de distribuição do *capital cultural*, contribuindo para reproduzir e legitimar as diferenças de gosto entre os grupos sociais. Portanto, a posição social do aluno participa significativamente da reprodução social e cultural da sociedade. (BOURDIEU E PASSERON, 2009).

Desde o primário que eu senti que era diferente dos meninos da cidade, porque eles (professores e colegas) nem ligava pra gente que era pobre. Só ensinava, ia na carteira, elogiava os mais ricos. Agora no segundo grau não. Só quando eu cheguei, porque era tudo diferente, eu era bastante tímido. Os menino da cidade não tinha timidez eram custosos, brincalhão. Eu ficava só de longe observando. Não tinha nem coragem de falar. Então eu tive essa dificuldade, mais aos poucos você vai acostumando, fazendo amizade. A vida exige que a gente tenha comportamentos conforme o lugar, mais preconceito eu não sofri nenhum. Nós também éramos uns vinte que vinham da roça, então a gente ficava ali conversando. (F11, Córrego do Alegre, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

A visão de mundo de um pequeno produtor rural, sua maneira de gerir sua economia, seu trabalho, fazer sua contabilidade e sua matemática estão inteiramente presentes na sua ética de trabalho. No cuidado com a terra, com o outro, na paciência que cada atividade exige, até mesmo na hora na preferência pela cachaça e não pelo vinho ou o uísque, está presente o *habitus*. "eu sempre gostei de roça, eu num tenho um pingo de vontade de ir pra cidade" (F5, Associação do Poção, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

Hoje eu to felicíssima, porque primeiro eu adoro morar na roça. To fazendo o que eu gosto. Eu amo chegar no chiqueiro e ver ele cheio de porco. Eu amo vê esse tanto de galinha pelo terreiro e ainda ganhando dinheiro com isso é melhor ainda. (F1, Associação do Sapé, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012)

Eu era professora aqui na roça. Ai eu larguei porque a escola acabou na roça e na cidade o salário era muito pouco, num compensava. Eu ganhava 30% do salário mínimo como professora, mais ainda era melhor do que ser doméstica, que ganhava mais pouco. Ai eu vim pra roça, que era melhor, mais fácil. Agora a cidade só é bão quando adoce. Aqui é difícil, ate que chega o SAMU. (F12, Associação do Alegre, em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012)

Cada um em seu lugar, fala da preferência pela roça, pela terra, mesmo com histórias e experiências de trabalho na cidade. O *habitus* determina onde cada um se encaixa melhor. É, portanto, um conjunto de saberes e de conhecimentos adquiridos pela pessoa ao longo da história, que passa a fazer parte dele, influenciando suas escolhas, gostos e práticas no mundo. Adquirido historicamente na sua interação com a sociedade, o *habitus* possui:

Uma enorme potência geradora. [...] é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos, mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós 'reproduzamos' as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos (BOURDIEU, 1983, p.105).

Na relação entre indivíduo e sociedade, para Bourdieu, é possível compreender os espaços sociais construídos historicamente pelos atores que ocupam diferentes posições e estão em constante luta. O espaço social distribui os atores segundo sua identificação ou distinção dadas a partir das propriedades dos agentes ou grupos, dos diferentes capitais que possuem e de sua quantidade; assim, são os capitais possuídos pelos agentes que determinarão a distribuição no *campo*.

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico - nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 2010, p.135).

O produtor rural F11 exemplifica bem o conceito de distribuição dos agentes em um espaço social cunhado por Bourdieu. Filho de pequeno produtor rural, hoje continua na roça como pequeno produtor, porém faz curso superior de Agronomia, é uma liderança na comunidade e foi candidato a vereador nas eleições municipais de 2012, pelo município de Ceres,

Uai, eu tenho mais conhecimento. Se eu quiser implementar eu posso. Eu posso especializar em uma área. Se eu quiser continuar aqui vou ter mais condições de lidar com a terra, com a lavoura. Depois do curso de Agronomia, eu vou ver o que eu vou fazer. Ainda não sei, mas posso escolher, muitos aqui num pode. [...] Até meus 22 anos eu nunca tive o espírito de liderança não, a partir do momento que eu me associei à associação é que eu comecei a mexer com essas coisas. Depois de um ano de associado eu passei a fazer parte do conselho fiscal. Depois de seis meses, eu comecei a fazer a feira.

Depois de três anos e meio eu fui eleito presidente da associação. Na época eles que colocaram meu nome e votaram em mim. Não tinha experiência nenhuma. No segundo ano de presidência, eu já comecei a fazer muita coisa pela associação. Eu passei a me relacionar mais com todo o pessoal. Eu retomei a lavoura comunitária. Ela tinha pendências. Nós quitamos e limpamos o nome da associação (F11, da Associação do Alegrete em entrevista concedida para esta pesquisa, 2012).

A Educação, nesse caso, permitiu ao feirante distinguir quando está sendo vítima da *violência simbólica* e tornar-se um ator social. Encontramos pequenos produtores rurais ocupando posições diferentes entre os agentes que participam e atuam dentro do *campo*, determinadas pelo acúmulo e espécies de capital conquistado. No mesmo *campo*, a distribuição dos agentes obedece, também, o critério de quantidade e tipo de capital. É uma noção teórica que possibilita compreender o mundo social tendo como referência os agentes e grupos de agentes das suas diferenças e as relações estabelecidas entre si no interior da sociedade.

## Considerações Finais

*Doutor, eu não tive estudo  
Só sei mesmo é trabalhar  
Nessa casa de matuto  
É bem-vindo quem chegar".  
(Joel Marques)*

As mudanças ocorridas no espaço rural a partir da modernização agrícola e as estratégias adotadas pelos pequenos produtores rurais da região de Ceres para se manterem na e pela terra é o que motivou esta pesquisa, cujo título é “Modernização agrícola no Médio Norte Goiano: a feira como estratégia de sobrevivência do pequeno produtor rural”.

Navarro *et alii* (2013), ao discorrerem sobre teses acerca das mudanças e transformações que anunciariam um novo período no desenvolvimento das atividades agropecuárias no Brasil, dizem que uma geração de agricultores migrou para as fronteiras agrícolas em busca de renda e lucro, difundindo o novo padrão técnico e seu modelo organizacional. No Centro Oeste, ativaram o crescimento da produção, sobretudo com a soja, cana de açúcar, horticultura e a moderna pecuária de corte e leite.

Essa realidade foi fortemente observada em quase todo o Estado de Goiás, inclusive na região de Ceres, área de fronteira agrícola e, nas décadas de 1940 a 1950, primeira experiência de colônia agrícola no Brasil tema tratado no primeiro capítulo desta tese. Foi esse o espaço escolhido para analisar a reorganização econômica do espaço rural, a qual resultou na feira do produtor. É esta uma estratégia de desenvolvimento e sobrevivência do pequeno produtor rural e o local onde as práticas educativas de modernização utilizadas por diferentes agentes são efetivadas.

A instalação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) provocou a expansão do comércio na região. A modernização agrícola já dava seus sinais em quase todos os setores: chegavam os bancos, hospitais, armazéns, concessionárias de automóveis, empresa de máquinas e produtos agrícolas. Os agentes se instalaram cada um para atender determinados interesses, utilizando o capital que possuíam, tanto para investir, quanto para permanecer no *campo* da modernização agrícola. Os agentes formadores conduziram suas estratégias de ação de maneira a serem dominantes e expandiram seu capital, obtendo sucesso, cada um no seu *campo* específico.

Esses agentes atuam em seus distintos *campos*: o Estado, o educacional, a representação comercial, as representações dos trabalhadores rurais, o poder executivo etc. e perpetuam o que Bourdieu chama de *violência simbólica*. Esta ocorreu através de duas dimensões arbitrárias: o conteúdo da mensagem transmitida em cursos e palestras, no contato direto com o pequeno produtor na sua propriedade, ao prestarem assistência técnica, ao examinarem o solo, ao venderem os produtos, realizarem demonstrações, quando, de uma forma ou de outra, invadem o espaço rural da pequena propriedade. E a segunda é através da relação de poder que se estabelece entre o dominante, possuidor de vários capitais, socialmente reconhecido e o produtor, com seu pequeno capital.

Os agentes formadores possuem uma autoridade que legitima a violência simbólica e utilizam estratégias, que são arbitrários culturais, para aumentar e/ou conservar seu capital e, com isso, manter-se ou ascender no *campo*.

Os pequenos produtores rurais reconhecem esses agentes como integrantes do *campo* da modernização agrícola e legitimam suas mensagens, recebendo e interiorizando informações. Isso garante uma reprodução cultural e social dos setores dominantes, uma vez que os agentes pertencem a esses setores ou representam seus interesses. Como já foi dito, a violência simbólica é estabelecida a partir do momento em que se hierarquizam os lugares no *campo*.

Na região de Ceres, o conteúdo transmitido pelos agentes formadores é aquele que interessa à perpetuação da hegemonia cultural das classes média e alta. A realidade do empresário rural e urbano, bem sucedido economicamente, é passada como exemplo de sucesso a ser seguido. A feira do produtor é apenas mais uma forma de reprodução da cultura dominante.

A feira garante o alimento na mesa dos cidadãos, sobretudo a dos trabalhadores, com preços baixos e alimentos de boa qualidade. Para que isso ocorra, alguns pequenos produtores devem permanecer no espaço rural, produzindo alimentos e obtendo algum sucesso. Depende, é claro, de sua adaptação a um modo de produção que utiliza técnicas modernizantes e insumos químico-biológicos.

A pesquisa possibilitou que constatássemos terem os pequenos produtores rurais um cotidiano muito distante do propagandeado por qualquer dos agentes citados nesta tese. Nas palestras e cursos aprendem que é importante associar-se e, para obter sucesso na sua atividade, para "ser alguém na vida" é preciso usar isso e aquilo. No entanto, muitas vezes, esse trabalhador produz apenas para a

subsistência de sua família e, dependendo do caso, está empobrecendo sem perceber. A ideia de o pequeno produtor transformar-se em empreendedor é uma idealização de alguns agentes formadores – Emater, IFG/Ceres, Senar e outros – ou faz parte do discurso de agentes comerciais, aqui representados pela Magril e CA um discurso voltado ao convencimento e posterior adesão do pequeno produtor, que deve investir capital para se dar bem no *campo*.

A pesquisa mostrou, também, que a maioria das estratégias dos agentes caracterizou-se por práticas educativas, de comunicação e assistencialistas. O foco principal é formar um novo *habitus* dentro do *campo*, por meio de processos educativos ou de ações que os reforçam. Os procedimentos passam por duas etapas. Na primeira, os pequenos produtores assimilando as regras, normas e princípios dentro do *campo* e na segunda, o próprio *campo* passa a ditar as preferências e comportamentos que devem ser adotados e a reproduzir esse *habitus*. Assim, o *campo* da modernização agrícola dita novo *habitus* e seus agentes os reproduzem.

Quanto maior a proximidade entre o discurso simbólico e aquilo que se acredita fazer parte da modernização, mais fácil será o sucesso e a inserção no *campo*. Assim, além de reproduzir a cultura da modernização, o discurso contribui para a perpetuação do jogo. A feira, juntamente com as associações, funciona como um selecionador dos adaptados a essa cultura. A educação, nesse caso, não capacitou o feirante, de modo a distinguir entre quando está sendo vítima da violência simbólica e quando é sujeito nesse processo.

Foi baseado nos conceitos de *campo* e *habitus* do sociólogo Pierre Bourdieu, que refleti o processo de constituição e consolidação das práticas dos pequenos produtores rurais na feira do produtor de Ceres. Existem no *campo* objetos de disputa e sujeitos, dotados de *habitus*, dispostos a disputá-los. O *habitus* adquirido nas experiências práticas em um espaço social ajuda a manter a conformidade de comportamentos. No caso dos produtores-feirantes pesquisados, seus discursos, condutas, crenças e escolhas, sugerem práticas quase sempre ligadas ao modelo estabelecido pela modernização agrícola.

Dito de outra forma, os pequenos produtores, ao serem bombardeados pelo discurso sobre vantagens da modernização agrícola, incorporaram estes conhecimentos e, dessa forma, conseguem entrar no *campo* e ter aparente sucesso na gestão da sua propriedade.

A feira do produtor foi uma das estratégias utilizadas pelos agentes para assegurar e segurar o pequeno produtor no espaço rural. Para isso, utiliza a violência simbólica, impondo normas: usar crachás, jalecos, gorros, luvas, embalar os produtos, ser filiado a uma associação, começar a vender em horário determinado e tantos outros, que são aceitos como legítimas representantes da modernização. E, mesmo sem compreender o verdadeiro significado de muitos desses procedimentos, os pequenos produtores rurais vão assumindo esses arbitrários como condutas próprias, legitimando o poder simbólico da classe dominante.

No entanto, durante a pesquisa nas propriedades, não se observaram as mesmas condutas e normas adotadas na feira. Por exemplo, os cuidados de higiene rigorosa, o uso de jaleco, gorro ou lenço ao manipular os alimentos, na fabricação de queijos e outros. O arbitrário cultural estava relacionado apenas ao espaço social da modernização, a feira. Coincidência ou não, o mesmo espaço que os relaciona ao universo urbano.

A análise acima permite a constatação de que os produtores-feirantes precisaram aprender um novo tipo de discurso, mudaram de postura, de vestimenta, de percepção. No entanto, os novos costumes entram em contradição com os códigos utilizados no seu ambiente familiar, exigindo-lhes a capacidade de trocar de códigos conforme a situação. Ou seja, é exigido dos pequenos agricultores um esforço adicional a sua atividade tradicional.

Não se pode negar as mudanças ocorridas no espaço rural e que a presença do urbano nesse espaço está cada vez mais forte e vice versa. O rural se mistura em quase todos os espaços urbanos. O estereótipo de que a cidade só traz o melhor, de que é o lugar onde se ganha mais e se trabalha menos continua presente em diversas falas. É com base nessa crença que as famílias, apesar de lamentarem, ao mesmo tempo apoiam a saída dos jovens do espaço rural rumo à cidade, o que trouxe uma dificuldade a mais às produções familiares. A mão de obra ficou restrita aos pais, a maioria na faixa dos 50 aos 60 anos de idade, com poucas condições de manter uma grande produção. A contratação de diaristas ou agregados, por sua vez, inviabiliza a renda, já que o lucro é insuficiente para pagar esses profissionais.

No espaço da feira, reúne-se grande parte dos pequenos produtores rurais do município de Ceres. Sua produção depende, basicamente, do desempenho dos membros da família e produzem para a subsistência e comercialização. A

rentabilidade observada na pesquisa é muito baixa, pois a produção é pequena devido aos fatores já mencionados e os preços têm que acompanhar o mercado local para que haja circulação. Nesse sentido, mesmo alguns agentes tentando convencer os produtores do contrário, a rentabilidade econômica está abaixo do desejado e não remunera adequadamente os serviços, hora empregada, empenho e dedicação. Ademais, é preciso considerar que, dependendo do tipo de produto, existe uma sujeição ao clima e a fatores envolvidos na comercialização, tal como a concorrência dos supermercados e frutarias da cidade.

O papel que a feira cumpre na rotina do pequeno produtor rural vai além da questão econômica, da entrada de dinheiro, semanalmente, na economia da família. Desempenha um papel social amplo, que vai desde a socialização do produtor e sua família, ao contato com os signos do urbano. A feira é mais um elo na convivência entre o rural e urbano em um único espaço.

D'Ambrosio acredita que o meio impõe e determina maneiras peculiares para resolver situações problemas que determinado grupo tem de enfrentar. No cotidiano de cada indivíduo, existem ações que são interiorizadas e transmitidas entre as gerações. Para Bourdieu, *habitus* é um sistema de esquemas construídos e estruturados no social; é interiorizado da exterioridade. Essa aproximação teórica nos conduziu à etnomatemática como recurso teórico para observar como os produtores-feirantes lidam com os processos de compra e venda. Recorremos à etnomatemática, por entender ser a matemática uma ação do cotidiano do ser humano, seja qual for sua atividade profissional. Nesse caso, ao se colocarem produtos no mercado, é imprescindível o uso de cálculos, além de diferentes raciocínios matemáticos, necessários para dar conta de se resolverem as situações apresentadas, para negociar, comprar e/ou vender produtos.

Percebi, através da observação na feira e ao acompanhar os produtores nas propriedades, que os procedimentos matemáticos ocorriam com naturalidade. Havia pouca ou nenhuma formalização e/ou sistematização. Raramente utilizavam meios de registro dos negócios. A "contabilidade" exercida vinha do pouco que aprenderam com os pais ou pessoas com mais experiência e segue uma lógica própria desses trabalhadores. Tentam explicar seus rendimentos, mas não há uma segurança acerca dos lucros. Mantêm-se no *campo*, enquanto se consegue perceber uma possibilidade de sobrevivência, de alguma renda e quem sabe, de prosperidade. Esse fato pode ser atribuído à posse de bens ligados à modernização: o carro, os

eletrodomésticos etc., ou, quando utilizando a própria fala deles, “a gente não vê as coisas minguando”.

Ao realizar a pesquisa, identifiquei uma grande variedade de domínios matemáticos ligados ao universo rural, tais como: contagem, medidas – por exemplo, o tamanho dos canteiros – cálculos na comercialização, voltados mais para as operações básicas de somar, subtrair, multiplicar e dividir. As ideias matemáticas presentes seguem uma metodologia individual, sem qualquer fundamentação teórica da ciência matemática. Esse modo peculiar de caminhar pelos domínios matemáticos faz parte do modo de vida, de produção e cultura. Está ligado ao conjunto dos *habitus*, desenvolvidos e incorporados em um espaço social específico.

As diferentes formas de executar uma ciência demonstram a existência de diferentes maneiras de utilizar um conhecimento. Ao se tratar da matemática, esses conhecimentos são quase sempre adaptados às necessidades do grupo, na profissão e/ou no seu dia a dia. Sob essa ótica, podemos dizer que a matemática é uma construção social vinculada e desenvolvida segundo as necessidades dos homens.

Observando os gestos e palavras durante o ato de comercializar os produtos na feira, constatei a prática de uma matemática própria do grupo que expressa um conhecimento criado e recriado no ambiente familiar ou no cotidiano do trabalho.

O processo educativo apresentado pelos agentes tem a dimensão que podemos chamar de instrumentalizadora. Não apresenta uma preocupação em relação à transformação global, favorável a todas as pessoas e humanizante; uma educação preocupada com a qualidade social e como instrumento contra-hegemônico, possibilitando a todos a oportunidade de se tornarem aptos a lidar com a economia capitalista. Não se trata de uma educação que possibilite dominar os instrumentos matemáticos e outros necessários para não apenas sobreviver nesse *campo*, mas para fazer crescer seu capital cultural e econômico. Os agentes formadores assumem um modelo voltado a criar a necessidade de consumo dos produtos do *campo* da modernização agrícola, mudando a dinâmica das atividades agropecuárias.

Por isso acompanhou-nos nesta reflexão, desde o início, a ideia de que os agricultores analisados participaram, sim, de um processo de modernização. Mas compreendemos essa modernização como conservadora por ser a que interessa ao

capital, na feição própria dos seus operadores locais, estatais e não estatais. O que o estado e o capital querem desse agricultor é que ele permaneça na mesma condição de classe, que ele não engrosse a demanda por serviços públicos na cidade e, de quebra, leve à cidade, uma vez por semana, produtos bons e a baixo custo que possam complementar o abastecimento da cidade e, ainda, satisfazer o ego saudosista de antigos moradores do meio rural. Quer um agricultor que conserve a mesma condição de classe, mas a quem foi ensinado um jeito simpático de acreditar que mudou.

## Referências

- ARRAIS, T. P. A. *A Região como Arena Política*. Goiânia: Vieira, 2007.
- ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Monica, C. (Orgs). *Por uma educação do campo*. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 2009.
- BARBOSA, A. S.; GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A. *Geografia Goiás-Tocantins*. Goiânia: Editora UFG, 1993.
- BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. *Educação rural: das experiências à política pública*. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Editorial Abaré, 2003.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Características da investigação qualitativa. In: *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Porto Editora, 1994.
- BORGES, B. G. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: UFG, 2000.
- BORGES, V. *A expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás: o caso da microrregião de Quirinópolis-GO*. Relatório para Exame de Qualificação. Goiânia: IESA/UFG, 2010.
- BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Escritos de Educação*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. In: ORTIZ Renato. *Sociologia*. São Paulo: Olho D'água, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2009a.
- BRAGA, Maria Lúcia Santana; DUARTE, Laura Maria Goulart (orgs.). *Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural*. São Paulo: FTD, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A educação como cultura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Agricultura no Brasil e o censo agropecuário 2006*, <http://www.mda.gov.br/portal/publicacoes/> Governo Federal, 2006. Acesso 21/09/2012.

\_\_\_\_\_. IBGE, PNAD/2011, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Síntese dos Indicadores*. Governo Federal, 2011.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. *Concepção e diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), Governo Federal, 2008.

BRAUDEL, Fernand. *Os jogos das trocas*. v. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CALDART, Roseli S.; ALENTEJANO, Paulo; PEREIRA, Isabel B.; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Expressão Popular, 2012.

CAMPOS, Francisco Itami. *Questão agrária: bases sociais da política goiana. (1930-1964)*.1985. 158 f. Tese (Doutorado em Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CARRAHER, Terezinha Nunes; CARRAHER, David Willian; SCHLIEMANN, Analúcia, Dias. *Na vida dez, na escola zero*, São Paulo: Cortez Editora, 2002.

CASTILHO, D. *A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização de Goiás: territórios em movimento, paisagens em transição*. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

CASTRO, Selma de C., ABDALA, Klaus, SILVA, Adriana A., BORGES, Vonedirce M. S. A expansão da cana-de-açúcar no cerrado e no estado de Goiás, Goiânia: *Boletim goiano de Geogr.* v. 30, n. 1, jan./jun. 2010. 171 -191

CATANI, Afrânio. NOGUEIRA, Maria Alice (organizadores). *Escritos de Educação*. 10. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

CHAUL, Nasr Fayad. Marchas para o Oeste. In. DUARTE DA SILVA, Luiz Sérgio (org.). *Relações cidade-campo: Fronteiras*. Goiânia: Cegraf, 2000. 123 -144

COELHO, Leila, R. S. A função social da escola na educação do campo. *Revista Lugares de Educação*. v. 1, n 2, Bananeiras: UFPB-, jul-dez, 2011. 136 -149

CRUZ, Márcia. *Feira do Produtor Rural no município de Campo Mourão*. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Disponível em: <[http://www.dge.uem.br/semana/eixo3/trabalho\\_81.pdf](http://www.dge.uem.br/semana/eixo3/trabalho_81.pdf)>. Acesso em: 11 de julho de 2013.

D'AMBROSIO, Ubiratan. *Da reflexão à ação: sobre educação e matemática*. São Paulo: Summus/Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

\_\_\_\_\_. *Etnomatemática, elo entre as tradições e a modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

\_\_\_\_\_. *Etnomatemática*. São Paulo: Ática, 1998.

DAYRELL, E. G. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização*. 1974. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1974.

DIAS, Gentil Martins. *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977.

DOMITE, Maria do Carmo Santos; RIBEIRO MACHADO, José Pedro; FERREIRA, Rogério (org.). *Etnomatemática: papel, valor e significado*. Porto Alegre RS: Editora Zouk, 2006.

DUTRA SILVA, Sandro. *No Oeste, a terra e o céu: a construção simbólica da colônia agrícola nacional de Goiás*. 2002. 238 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

ESTEVA, Luís Antônio. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: UCG, 1998.

FERNANDES, Florestan. *As mudanças sociais no Brasil*. In. IANI, Octavio (org). São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo, organizadores. *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Editora Nacional: 1976, p. 105 – 120.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1982.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*, São Paulo: Paz e Terra, 1969.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

GEERTZ Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 1989.

GOMES, Horieste. *Geografia sócio-econômica de Goiás*. Goiânia: Livraria Brasil Central, 1969.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil – política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*, 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GRAZIANO, Francisco. *Qual Reforma Agrária? Terra, Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Geração editorial, 1996.

GUIMARAES, Alberto Passos. *A crise agrária*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_. *Dialética & Capitalismo. Ensaio sobre o pensamento de Marx*, Petrópolis: Vozes, 1988.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2011*,  
[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/2011/Sintese\\_Indicadores/sintese\\_pnad2011.pdf/default.shtm](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2011.pdf/default.shtm):  
Governo Federal, 2006. Acesso 12/12/2012.

JESUS, E. A. *A Comunidade Kalunga do Riachão: um olhar etnomatemático*. Goiânia: Editora da UCG, 2007. (Coleção: Goiânia em prosa e verso).

KAGEYAMA, Angela (coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA Verde, Carlos Monteiro (orgs.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1996, p. 113-223.

GODOY, Luciene. *Jornal o popular – opinião*. P. 7, Goiânia: 04 de novembro de 2012.

KNIJNIK, Gelsa. Currículo, cultura e saberes na educação matemática de jovens e adultos: um estudo sobre a matemática oral camponesa. In: V ANPESD SUL – *Seminário de Pesquisas em Educação da Região Sul, Curitiba, 2004* (CD-ROM).

\_\_\_\_\_. *Exclusão e resistência: Educação Matemática e legitimidade cultural*. Porto Alegre: Arte Médicas, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1993.

LEAL, Cátia Regina Assis Almeida. *Arapuca armada: ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do sudoeste goiano*. Tese de doutorado em Educação, 259 f. Goiânia: UFG/FE, 2006.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1986.

MALUF, Renato, S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. *Ensaio FEE*, Porto Alegre: v. 25 n 1, abril, 2004, p. 135 -152.

\_\_\_\_\_. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura in: MOREIRA, Roberto José; CARVALHO, Luiz Costa Flávio de. *Mundo rural e cultura*, Rio de Janeiro: Editora Mauad Ltda., 2002, p. 301 -328.

\_\_\_\_\_; WILKINSON, John. *Reestruturação do sistema agroalimentar*. Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999, p. 171 -178.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, Carlos Benedito. Estrutura e ação: a teoria da prática em Bourdieu. *Educação & Sociedade*. Campinas, n. 27, p. 33-46, set. 1987.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MASCARENHAS, Angela C. Belém. A educação para além da escola: o caráter educativo dos movimentos sociais. In: PESSOA, Jadir Morais (org.). *Saberes do nós*,

*ensaios de educação e movimentos sociais*. Goiânia-GO: Editora da UCG, 2004, p. 23-45.

MESQUITA, O. V. A inserção do Centro-Oeste no processo de mudança da agricultura brasileira. In: *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

MINAYO, M.C.S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 2006.

NAVARRO, Zander, *et alii*. *Sete teses sobre o mundo rural brasileiro*. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1581>, junho de 2013.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, João Ferreira. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (organizadoras). *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 237-252.

ORTIZ Renato (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PALASIOS, Paulie. *A articulação educação profissional e desenvolvimento territorial pelo Instituto Federal Goiano-campus Ceres: perspectivas e possibilidades*. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PAULA, Nilson M. de. Pequenas e médias empresas na indústria agroalimentar. In: PELIANO, J. C. *Acumulação de Trabalho e Mobilidade do Capital*. Brasília: Edunb, 1990.

PESSOA, Jadir de Moraes. *Saberes em festa: gestos de ensinar e aprender na cultura popular*. Goiânia-GO: Cegraf, 2009.

\_\_\_\_\_. (org.). *Educação e Ruralidades*. Goiânia: Cegraf, 2007.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e novos movimentos sociais: da crise conceitual à teoria dos campos. In: PESSOA, Jadir de Moraes (org.). *Saberes do nós, ensaios de educação e movimentos sociais*. Goiânia: Cegraf, 2004, p. 29-42.

\_\_\_\_\_. *A igreja da denúncia e o silêncio do fiel*, Campinas: Alínea, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Revanche Camponesa*, Goiânia: Cegraf, 1999b.

\_\_\_\_\_. A educação rural na nova LDB. *Fragmentos de Cultura*. Ano 1 – v. 1, nº 1, Goiânia-GO: IFITEG, 1991, p. 141-150.

PIRES, Murilo J. de Souza. *As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região Centro Sul de Goiás*. 2008. 134 f. Tese (doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

QUEIROZ, Carlos César de; ALVES, Luzia; NUNES, Vanda Corrêa. *Juventude rural: o elo esquecido*. Pesquisa da situação do jovem rural em Goiás, Goiânia: Emater-GO, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.

QUITANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. *Um toque de clássicos. Marx/ Durkheim /Weber.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009

RODRIGUES, U. B. *A Desterritorialização Globalizada do Trabalho.* 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2007.

RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso. O papel da mulher nas transformações da agricultura Familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução Social. *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos.* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010, p. 1 – 6. file:///Users/HP/Downloads/download(1865C:/). Acesso: 07/abril/2013.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIGAUD, Lygia. *Capital e trabalho no campo.* São Paulo: Editora Hucitec, 1977,

SILVA, José Graziano da. *Tecnologia e agricultura familiar,* 2ª ed. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados,* dossiê Desenvolvimento rural. São Paulo: USP, 2001.

\_\_\_\_\_. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil,* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_; QUEDA, Oriowaldo. In: PINSKY, Jaime (org). *Capital e trabalho no campo.* São Paulo: Editora Hucitec, 1977.

SILVA, S. D. *No Oeste a Terra e o Céu: a construção simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.* 2002. 179 f. Dissertação (Mestrado em 2002) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira.* Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.

STEINBECK, John. *Viajando com Charley.* Rio de Janeiro: Record/SP: IAA/Coordenadoria Regional Sul, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás e RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In. SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson. *História econômica do Brasil contemporâneo.* São Paulo: Ed. EDUSP/IOSP/HUCITEC, 2002.

TEIXEIRA, Renato A.; BARREIRA, Celene, C. M. A. *A Produção Sucroalcooleira no Brasil: O estado de Goiás e o município de Inhumas no contexto* <http://revistas.inhumas.ifg.edu.br/index.php/crase/article/view/14/24>. Acesso: 07/abril/2013.

VIEIRA, M. M. F.; PEREIRA, B. N. Estudos Etnográficos em Administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (orgs). *Pesquisa Qualitativa em Administração. Teoria e Prática.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. file:///C:/Users/HP/Downloads/692-2701-1-PB acesso: março/2013.

VILELA, D. S. Matemáticas nos usos e jogos de linguagem: ampliando concepções na educação matemática. 2007. 247 f. Tese (Doutorado em Educação – Universidade Estadual de Campinas), Campinas, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *Capital e propriedade fundiária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.